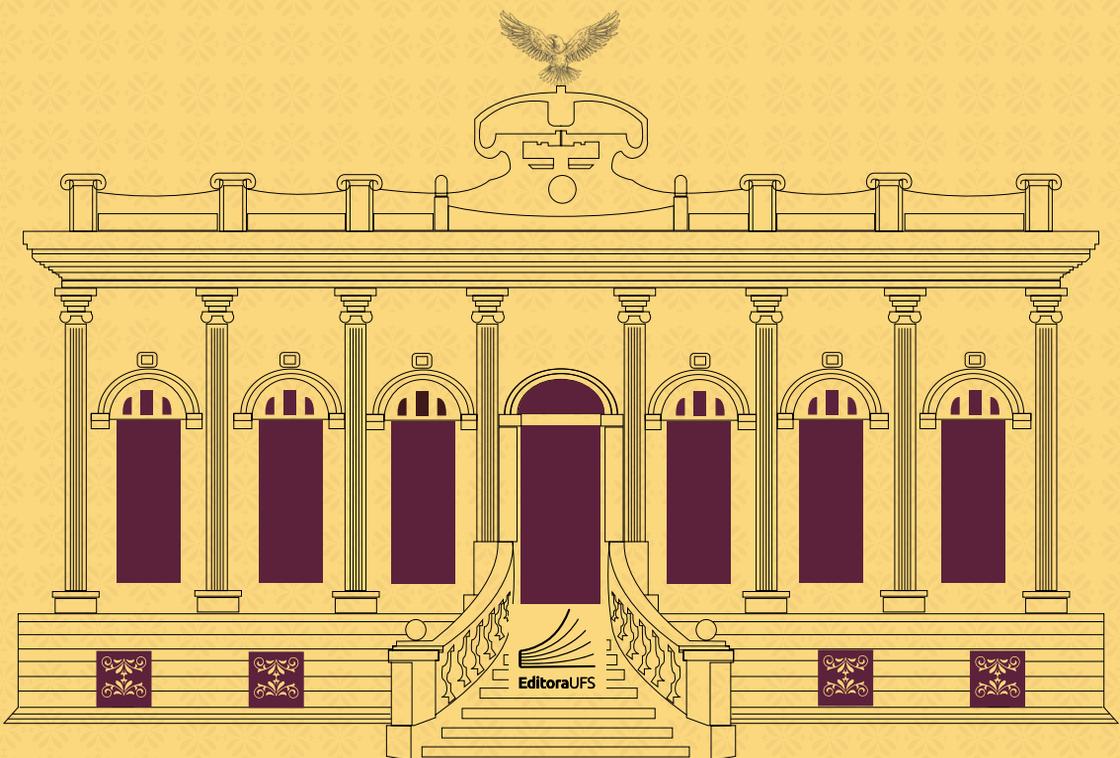


João Paulo Gama Oliveira | Roselusia Teresa de Moraes Oliveira  
Rosemeire Marcedo Costa | (Orgs.)

# EDUCAÇÃO PRIMÁRIA

instituições e práticas educativas em Sergipe no início do século XX



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

**REITOR** | Valter Joviniano de Santana Filho

**VICE-REITOR** | Rosalvo Ferreira Santos

**EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

**COORDENAÇÃO DO PROGRAMA EDITORIAL** | Vítor Curvelo Fontes Belém

**COORDENAÇÃO GRÁFICA** | Luís Américo Silva Bonfim

**CONSELHO EDITORIAL**

Alfredo Dias de Oliveira Filho

Ana Beatriz Garcia Costa Rodrigues

Flávia de Ávila

José Vieira da Cruz

Kelly da Silva

Luís Américo Silva Bonfim

Márcia Regina Pereira Attie

Maria Cecília Pereira Tavares

Mariana Bracks Fonseca

Renata Ferreira Costa Bonifácio

Telma de Carvalho

Vítor Curvelo Fontes Belém (Presidente do Conselho)



Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos  
Jardim Rosa Elze - CEP: 49100-000 São Cristóvão - Sergipe

Contatos: +55 (79) 3194-6920 Ramais 6922 ou 6923

[editora@academico.ufs.br](mailto:editora@academico.ufs.br)

[www.editora.ufs.br](http://www.editora.ufs.br) | [www.livraria.ufs.br](http://www.livraria.ufs.br)

João Paulo Gama Oliveira | Roselusia Teresa de Moraes Oliveira  
Rosemeire Marcedo Costa | (Orgs.)

# EDUCAÇÃO PRIMÁRIA

instituições e práticas educativas em Sergipe no início do século XX



São Cristóvão - SE | 2024

© Editora UFS, 2024.

Direitos para esta edição cedidos à Editora UFS. Qualquer parte desta publicação poderá ser utilizada e transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, desde que citada a fonte.

Obra selecionada e publicada com recursos públicos advindos do Edital 001/2021 do Programa Editorial da UFS.

Este livro segue as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, adotado no Brasil em 2009.

**PREPARAÇÃO E REVISÃO** | Vanessa Góes

**PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO** | Jeane de Santana

**ILUSTRAÇÃO** | Guilherme Kauark



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

B523t Educação primária: instituições e práticas educativas em Sergipe no início do século XX [recurso eletrônico] / João Paulo Gama Oliveira, Roselusia Teresa de Moraes Oliveira, Rosemeire Marcedo Costa (orgs.). \_ São Cristóvão, SE: Editora UFS 2024.

290 f.; il.

ISBN 978-85-7822-733-3

1. Educação pré-escolar - Sergipe. 2. Professores - Formação. 3. Educação - História. I. Oliveira, João Paulo Gama. II. Oliveira, Roselusia Teresa de Moraes. III. Costa, Rosemeire Macedo. IV. Título.

CDU 373.3(813.7)

Cristina de Assis Carvalho CRB 1666/6



Às professoras **Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas** e **Eva Maria Siqueira Alves** por nos inspirarem nos caminhos da História da Educação.

# SUMÁRIO

**Prefácio - 8**

**Apresentação - 14**

**PARTE 1 – GRUPOS ESCOLARES EM SERGIPE (1911–1926) - 23**

**Grupo Escolar modelo**

Simone Paixão Rodrigues - 24

**Grupo escolar General Siqueira: andanças por Aracaju**

Jállisson Santos de Araújo - 30

**Grupo Escolar Barão de Maruim**

Magno Francisco de Jesus Santos - 36

**Grupo Escolar General Valadão: uma escola centenária**

Shirley dos Santos Ferreira

Valéria Aparecida Bari - 41

**Grupo Escolar Coelho e Campos**

Andreza Santos Cruz Maynard - 46

**Primeira “Águia” educacional em Sergipe durante o governo de  
Graccho Cardoso: o Grupo Escolar Gumercindo Bessa**

Anne Emilie Souza de Almeida Cabral - 51

**Grupo Escolar Olympio Campos**

Elias Marciel Soares - 55

**Grupo Escolar Vigário Barroso – São Cristóvão-SE**

Rosemeire Marcedo Costa - 61

**Grupo Escolar Sílvio Romero – Lagarto-SE**

Claudefranklin Monteiro Santos - 65

**O Palácio Escolar: o majestoso Grupo Escolar Manoel Luíz**

Anne Emilie Souza de Almeida Cabral - 75

**O Grupo Escolar João Fernandes Brito:  
um espaço educacional na cidade Ribeirinha**

Anne Emilie Souza de Almeida Cabral - 79

**O Grupo Escolar Fausto Cardoso**

João Paulo Gama Oliveira

Roselusia Teresa de Moraes Oliveira - 84

**De Grupo Escolar a Colégio Estadual Severiano Cardoso**

Luzianne dos Santos

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto - 93

**Grupo Escolar José Augusto Ferraz– Aracaju-SE**

Vitória Carvalho Martins - 99



**PARTE 2 – EDUCAÇÃO PRIMÁRIA EM SERGIPE: DIÁLOGOS - 104**

**Para uma nova escola e sociedade, um novo professor (1911–1930)**

Crislane Barbosa Azevedo - 105

**Saber profissional do professor que ensinava aritmética em Grupos Escolares sergipanos (1911–1931)**

Ivanete Batista dos Santos - 127

**“Um Baluarte das Futuras Victórias do Nosso Espírito”: ensino de ginástica nos grupos escolares de Sergipe na Primeira República**

Magno Francisco de Jesus Santos - 147

**‘O Ideal’ Iluminará nossa inteligência no caminho do saber”: jornal do Grupo Escolar Fausto Cardoso (1934–1942)**

Simone Paixão Rodrigues

Rosemeire Marcedo Costa - 166

**Os Grupos Escolares na comemoração do primeiro centenário da Independência de Sergipe (1920): epidemias, doenças e as medidas de prevenção**

Degenal de Jesus da Silva - 188

**Comemorações Escolares em linhas e imagens do livro de leitura**

Patrícia Batista dos Santos

Cristiano Ferronato - 207

**Configurações da Escola Primária no centro e sul sergipano nas primeiras décadas do século**

Laísa Dias Santos

Rony Rei do Nascimento Silva - 223

**De frente para o rio, na vanguarda da educação primária sergipana**

Danielle Virginie Santos Guimarães Marinho - 244

**Patrimônio educativo a céu aberto: itinerários pelos Grupos Escolares em Aracaju (Sergipe)**

João Paulo Gama Oliveira

Roselusia Teresa de Moraes Oliveira - 261

**Sobre as autoras e os autores - 288**



# —▶ PREFÁCIO ◀—

Quem não se lembra dos tempos da escola? Das salas de aula, do pátio, do recreio, das aulas de educação física, das brincadeiras, dos deveres, exames, da autoridade da diretora, dos docentes, dos amigos...? A experiência da escolarização deixa marcas, é vivenciada de muitas maneiras pelos estudantes e pelos profissionais da educação e produz múltiplos sentidos. Por isso, pode-se afirmar que a memória da educação é constitutiva das sociedades modernas e a História da Educação cumpre um papel crucial na produção de conhecimento sobre o tema e para preservação dessa memória.

É nesse estimulante diálogo entre História e Memória que se situa a relevância deste livro. São muitos os méritos desta obra, mas gostaria de ressaltar três aspectos que me parecem fundamentais. O primeiro deles é a escolha do recorte temático. Incidindo sobre a educação primária, a primeira parte do livro reconstitui a história dos primeiros grupos escolares criados e instalados no estado de Sergipe. Trata-se, antes de mais nada, de uma celebração das escolas centenárias, um tributo às instituições responsáveis pela formação de milhares de estudantes ao longo do tempo.

O interesse dos historiadores da educação pela escola primária marca um deslocamento importante ocorrido nesse campo de pesquisa. Em reação aos estudos que privilegiavam as instituições consideradas mais importantes e representativas, geralmente os primeiros colégios e escolas normais criados em determinadas localidades, a redescoberta da escola primária significou uma mu-

dança paradigmática. Por um lado, por incidir sobre instituições voltadas para a escolarização da infância e das camadas populares; por outro lado, pautando-se nas novas abordagens instadas pela Nova História Cultural, a escola passa a ser concebida como produto de práticas e uma das instituições mediadoras a partir da qual se poderia investigar a pluralidade dos modelos culturais e seus usos.

No conjunto das escolas elementares, a atenção dos pesquisadores, não por acaso, recaiu, inicialmente, sobre os grupos escolares. Esse tipo de escola foi instituído no Brasil, na transição do século XIX para o século XX, no interior do processo de consolidação do regime republicano e de institucionalização da escola primária. Os republicanos reafirmaram a imprescindibilidade da educação popular, a educação do povo a ser ministrada nas escolas primárias propugnando o valor da educação para a solução dos problemas nacionais, a escola como meio de promoção do desenvolvimento econômico e social do país e como agência fundamental para a afirmação do novo regime político e para a construção da nacionalidade. Nesse contexto, as políticas educacionais levadas a termos pelos governos estaduais fundamentaram-se nas concepções de modernização do ensino em circulação na época. Era preciso difundir a escola primária, mas uma escola moderna e mais racional que pudesse atender às necessidades do ideal de universalização do ensino. A renovação ocorreu, portanto, pela adoção de novos métodos pedagógicos, especialmente, o Método Intuitivo ou Lições de Coisas, pela ampliação dos programas de ensino e pela adesão a novos modelos de organização da escola primária. Os grupos escolares foram considerados uma inovação potencial para as necessidades de expansão do ensino elementar, pois, configurados com base no modelo de organização das escolas graduadas, pressupunha o atendimento de um público maior de alunos de forma mais eficiente.



O historiador Antonio Viñao sintetizou com precisão a racionalidade que tornou a propagação desse tipo de escola legítima e demandada no ocidente, isto é, a confluência de dois aspectos fundamentais: o pedagógico e o arquitetônico:

O primeiro implicava a classificação dos alunos em grupos o mais homogêneos possível a fim de facilitar o ensino simultâneo, a fragmentação do currículo em graus e a especialização ou divisão do trabalho dos professores. O segundo era a construção dos edifícios ad hoc com várias salas de aula e a atribuição a cada professor de uma sala de aula independente sob a supervisão de um diretor (Viñao, 2002, p. 77)<sup>1</sup>.

Os grupos escolares foram instituídos no Brasil como escolas modelares, o que havia de melhor no ensino primário e o modelo a ser amplamente adotado na disseminação da educação popular. Contudo, é fato que a institucionalização e expansão dos grupos escolares foi lenta no país nas primeiras décadas do século XX, ocorrendo em ritmos diferenciados e desiguais nas várias regiões brasileiras. Consequentemente, fortaleceram as representações em torno da excelência dessa escola erigida como símbolo da modernização e progresso educacional. Reconstituir a história dos grupos escolares significa, portanto, interrogar os caminhos da educação pública no Brasil, os projetos de modernização e as questões atinentes às desigualdades educacionais e os processos de acesso e exclusão à escola. Implica, também, colocar em discussão a importância da escola para as comunidades locais e sua contribuição para o acesso das crianças à cultura escrita e a abertura de novos horizontes.

Um dos méritos desse livro é justamente o de avivar a memória acerca dos primeiros grupos escolares instalados na capital e no .....

1 Viñao, Antonio. **Sistemas Educativos, Culturas escolares y Reformas**. Madrid: Morata, 2006.



interior do estado de Sergipe, a partir de estudos históricos que põem em relevo as trajetórias institucionais desses estabelecimentos de ensino.

Instituições urbanas por excelência, pelo menos nas primeiras décadas do século XX, os primeiros grupos escolares marcaram a escola como espaço de responsabilidade do poder público. Muitos desses estabelecimentos funcionaram em prédios construídos especialmente para se tronarem escolas, compreendendo, portanto, projetos arquitetônicos monumentais alinhados ao gosto estético da época – como se viu, neoclássico e expressando o valor da escola pública.

Os quatorze estudos que compõem a primeira parte do livro constituem um mapeamento singular. Eles retratam o contexto e os dados de criação dos grupos escolares e as transformações da escola ao longo do tempo. Os textos nos informam sobre os patronos, os percursos diversos, as mudanças de denominação, de prédios, de bairro e de públicos escolares. Nas especificidades, as escolas se diferenciam ainda que fruto de políticas determinadas. O que chama a atenção no livro são os sentidos políticos e a dimensão pública das finalidades educacionais. O papel do poder público por meio de definição e execução de políticas deliberadas e estratégicas fica evidenciado na atuação de presidentes do estado de Sergipe, como José Rodrigues da Costa Dória e, particularmente, Graccho Cardoso. A atuação de Graccho privilegiou a criação de vários grupos escolares nas maiores cidades do interior do estado, estabelecendo como símbolo a estátua de uma águia içada no frontão dos edifícios, dando visibilidade aos empreendimentos do poder público. Alguns dos edifícios desses primeiros grupos escolares foram tombados pelo Patrimônio Histórico indicando o valor estético e cultural dessa arquitetura escolar. Os estudos também põem em destaque as mudanças institucionais



ocorridas em cada uma das escolas investigadas mostrando como elas acompanharam as transformações da sociedade e do sistema educacional brasileiro e do estado de Sergipe.

O segundo aspecto que chama a atenção no livro são os estudos reunidos na segunda parte da obra, os quais problematizam diversas características das práticas educativas relacionadas ao ensino primário. Desde a virada historiográfica operada pela Nova História Cultural, tornou-se imprescindível no estudo das instituições educativas a atenção para as culturas escolares e as práticas educativas. O olhar que se deslocou para o interior da escola descobriu novas possibilidades de análise e interpretação da vida escolar, assim como alargou muito o conhecimento sobre as instituições educativas. Dessa operação historiográfica decorreram duas consequências importantes: a desnaturalização da escola e a afirmação da originalidade das instituições e dos sujeitos educacionais na produção da cultura escolar. Nessa direção, os textos desta coletânea problematizam a formação de professores, o ensino de ginástica, os jornais infantis, as representações nos livros de leitura, as comemorações do centenário da independência de Sergipe, entre outros temas.

Por último, cabe assinalar a interessante discussão que um dos capítulos trás sobre o patrimônio educativo. O livro termina com um texto que, de certa forma, explicita as preocupações centrais que motivaram o projeto da coletânea. Para além de uma rigorosa e instigante discussão conceitual da temática, os autores propõem um roteiro pedagógico para visita dos itinerários dos grupos escolares em Aracaju. A belíssima descrição do percurso soma-se à percepção arguta sobre o significado das instituições escolares como patrimônio cultural a ser salvaguardado, mas principalmente, a ser apreciado e vivenciado como expressões da cultura e da vida social. Em realidade, todo o livro tem essa marca da valoriza-

ção do patrimônio educativo e, sem dúvida, essa é uma das contribuições mais valiosas dessa obra.

Como nos lembra o comovente poema de Cora Coralina, *Mestra Silvana*,<sup>2</sup> recordações da infância e da escola nos remete a sentimentos contraditórios.

Minha escola primária, fostes meu ponto de partida.  
dei voltas ao mundo.  
Criei meus mundos ...  
Minha escola primária.  
Minha memória reverencia minha velha mestra  
Nas minhas festivas noites de autógrafos, minhas colunas de jornais e livros, está sempre presente minha escola primária.  
Eu era menina do banco das mais atrasadas.



Ponto de partida e reverência. Este livro nos convida a refletir sobre a presença da escola em nossas vidas. O exercício da história suscita memórias eivadas de afetos e emoções. Só por essa razão, valeria ler este livro. Contudo, como busquei assinalar neste prefácio, há outras motivações igualmente válidas, entre elas o aprofundamento do conhecimento da história da educação sergipana e brasileira.

## Rosa Fátima de Souza - Chaloba

Araraquara, manhã ensolarada de junho, com as esperanças renovadas de dias melhores, sem a crise sanitária provocada pela pandemia da Covid -19 e sem ataques contínuos do governo à democracia, à ciência e à educação pública.

2 .....  
CORALINA, Cora. **Poema dos becos de Goiás e estórias mais**. 23ª ed. São Paulo: Global, 2014, p. 64.

# —→ APRESENTAÇÃO ←—

*Se pode olhar, vê. Se podes ver, repara.*

(Saramago)<sup>1</sup>

✻  
14  
✻

A obra é um convite para olhar, ver e reparar as instituições primárias e suas práticas educativas em Sergipe no início do século XX a partir de estudos que provocam a nossa imaginação, discutem diferentes aspectos sobre o prisma educacional e, assim, ampliam o nosso olhar sobre a História da Educação. Este livro nos desafia a ler as palavras e imagens demoradamente, instiga observações mais sensíveis e críticas sobre as escolas e seus sujeitos em diferentes temporalidades, a partir de diversos vestígios investigados pelos autores dos capítulos a seguir. Fotografias, jornais, periódicos estudantis, livros, arquitetura, discursos oficiais, atas, documentos escolares, depoimentos e decretos são alguns desses vestígios dos “tempos de escola”, vividos por milhares de pessoas ao longo das primeiras décadas do século XX, e, analisados no conjunto de trabalhos aqui reunidos.

Iniciamos nossa incursão com a mensagem de Graccho Cardoso (1922–1926) apresentada à Assembleia Legislativa de Sergipe em 1925, tratando das construções de grupo escolares. Vejamos:

.....  
1 SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a Cegueira**. Obras Completas, 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 13.

Tendo começado a minha gestão a 24 de Outubro de 1922, inaugurava em, Maio de 1923, o primeiro grupo escolar na cidade de Estância, sob o patronymico de Gumerindo Bessa. Essa obra durou de 1918 a fins de 1922, sendo pecuniariamente solvido o respectivo contracto na actual administração. Veio logo depois o Grupo Olympio Campos, em Villanova, iniciado também em 1917, para servir reuniões de escolas. Já encontrei acabada a construção desse edifício, que é péssima, limitando-me, simplesmente, a rematar o respectivo acabamento, quando de sua entrega á população. Em 1923, transformei ainda a sombria masmorra de São Christovam no Grupo Escolar Vigario Barroso, um dos que melhor entendem com aplicação dada, e erigir mais tarde o Grupo Escolar Silvio Romero em Lagarto, e o Grupo General Valladão, à rua da Victoria, nesta capital.

No entanto, em 1924, mais seis grupos se levantavam e passavam a servir á instrucção primaria: dois nesta capital, 'Dr. Manoel Luiz' e 'José Augusto Ferraz'; um na cidade de Annapolis 'Fausto Cardoso'; um em Propriá, 'Coronel João Fernandes'; uma reunião de escolas, em Santo Amaro, 'Espiridião Monteiro', outra em Boquim, 'Severiano Cardoso'.<sup>2</sup>

O discurso narra obras estruturais realizadas em sua gestão. Uma fala que aponta para projetos educacionais. Um período histórico de implantação de novas propostas para o ensino primário em Sergipe. As construções dos prédios escolares e a consolidação da República no estado, vislumbrada em prédios suntuosos e centrais de algumas poucas localidades. Um passado recente da história da educação e da história de várias cidades sergipanas. Para além dos grupos escolares citados em tom de grandiosidade pelo

.....  
2 SERGIPE. **Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa**, em 7 de setembro de 1925, ao instalar-se a 3ª Sessão Ordinária da 15ª Legislatura. Pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado. *online* Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720534&pagfis=2127>. Acesso em: 24 mai. 2022.

seu feito, faz-se necessário adentrarmos nos seus espaços, repensar suas finalidades e problematizarmos as práticas educativas ali vivenciadas e conhecer outras práticas educativas primárias realizadas para além dos prédios escolares.

Por ocasião do centenário do início da administração de Graccho Cardoso (1922-1926), marcada por, entre outras obras, a edificação de grupos escolares, coincidente com os 200 anos de Independência do Brasil celebrado em 2022 e somando-se os 200 anos de Independência de Sergipe, festejado em 2020, parece oportuno refletir sobre esses “passados presentes”<sup>3</sup>. Dentre as várias histórias que precisamos escrever e reescrever acerca desses “passados presentes” optamos por investigar a educação primária no início do século XX.



Mais do que celebrar efemérides, a intenção é problematizar tais marcos balizadores e questionar memórias reificadas. Nesse sentido, a proposta da obra surgiu da necessidade de um trabalho que aglutinasse o resultado de uma série de pesquisas sobre temáticas correlatas em um único livro e, ao mesmo tempo, trazer para o grande público — sobretudo, a comunidade que integrou, e ainda integra, as escolas centenárias — fragmentos das suas histórias. Trata-se de um conjunto de pesquisas de fôlego que trazem à baila resultados derivados de trabalhos na graduação e pós-graduação *stricto sensu*, como também trabalhos inéditos realizados exclusivamente para compor esta obra.

Acompanhando um fluxo nacional e internacional, os estudos sobre grupos escolares em Sergipe tiveram um impulso maior no início do século XXI, após a publicação de trabalhos clássicos no Brasil,

.....  
3 HUYSSSEN, A. **Seduzidos pela memória**. Arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano Editorial Museu de Arte Moderna, 2000.

como, por exemplo, as pesquisas de Luciano Mendes de Faria Filho<sup>4</sup> em Minas Gerais; Rosa Fátima de Souza<sup>5</sup>, com foco em São Paulo; Eliane Peres<sup>6</sup> sobre o Rio Grande do Sul e Antonio Carlos Ferreira Pinheiro<sup>7</sup> na Paraíba. No caso de Sergipe, Jorge Carvalho do Nascimento<sup>8</sup> ressalta que intelectuais se deslocaram para São Paulo capital com a finalidade de conhecer a nova organização do ensino primário. A ação foi realizada pelo governador Rodrigues Dória com vista à implantação da modernidade educacional. Tal constatação é reforçada ao lembrarmos que “Comissões de professores do ensino público de São Paulo foram convidados para participarem da reorganização da instrução pública em vários Estados nas primeiras décadas desse século: Santa Catarina, Goiás, Sergipe [...]”<sup>9</sup>



- .....
- 4 FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios:** cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. 1996. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo. 1996.
  - 5 SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização:** a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
  - 6 PERES, Eliane. **Aprendendo formas de ensinar, de pensar e de agir:** a escola como ofício da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares na escola pública primária gaúcha (1909-1959). 2000. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2000.
  - 7 PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos Grupos Escolares na Paraíba.** 2001. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2001.
  - 8 NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A escola no espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no Estado de Sergipe. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado das Letras, 2006, p. 153-171.
  - 9 SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização:** a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 61 (grifo nosso).

Nesse sentido, trabalhos sobre os grupos escolares como os de Jorge Carvalho do Nascimento<sup>10</sup> e Miguel André Berger<sup>11,12</sup> somaram-se às pesquisas sobre os grupos escolares verticalizadas em monografias, dissertações e teses, dentre as quais, destacamos: Crislane Azevedo<sup>13, 14</sup> ; Magno Santos<sup>15,16</sup> ; Anne Emilie Almeida<sup>17</sup>; Degenal Silva<sup>18</sup>, Luzianne dos Santos<sup>19</sup>, entre outras. Tais estudos desdobraram-se em uma série de livros e artigos publicados em

- .....
- 10 Nascimento, ref. 4.
- 11 BERGER, Miguel André. Grupo Escolar - o ingresso da instrução pública na era da modernidade. In: II Congresso Brasileiro de História da Educação - História e memória da educação brasileira, 2004, Uberlândia - Minas Gerais. **Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia - Minas Gerais: Editora da UFU, 2004. v. I. p. 1-10.
- 12 BERGER, Miguel André. Os grupos escolares e as festas para difusão da instrução e civilidade. **Revista do Mestrado em Educação**. Vol. 11. São Cristóvão: NPGED/UFES, 2005. p. 51-68.
- 13 AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Nos majestosos templos de sabedoria: a implantação dos grupos escolares em Aracaju**. 2003. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.
- 14 AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Grupos Escolares em Sergipe (1911-1930): cultura escolar e civilização**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2006.
- 15 SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Além do Silêncio: espaço, arquitetura e educação no Grupo Escolar Barão de Maroim**. 2005. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005.
- 16 SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos 1911-1926**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.
- 17 ALMEIDA, Anne Emilie Souza de. **A difusão do ideário escolanovista em grupos escolares sergipanos (1934-1961)**. 2009. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.
- 18 SILVA, Degenal de Jesus da. **Dionísio Republicano: as festas dos grupos escolares sergipanos e os outros olhares (1911-1930)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2015.
- 19 SANTOS, Luzianne dos. **De escolas reunidas a colégio estadual: a instituição educativa Severiano Cardoso (1924-2016)**. 2017. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tiradentes, Aracaju, 2017.

periódicos e anais de eventos e somam-se a trabalhos que trataram da educação primária, em uma perspectiva mais ampla, como a tese de Dilma Oliveira<sup>20</sup>, ou, a partir de elementos mais específicos como a dissertação de Simone Fonseca<sup>21</sup>, só para citar alguns.

Dos trabalhos arrolados até a organização da obra foi fundamental o contato com outros livros que partiram de diferentes perspectivas com foco nas escolas e suas histórias. No âmbito nacional duas obras em especial inspiraram a organização do livro. A primeira, escrita por Gladys Teive e Norberto Dallabrida<sup>22</sup>, intitulada *A Escola da República: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911–1918)*, com uma análise de imagens e textos dos grupos escolares em Santa Catarina no período da Reforma Orestes Guimarães. Esse último também foi inspirado na obra de António Nóvoa. A segunda, organizada por Ana Christina Mignot, Alexandra Lima da Silva e Marcelo Gomes da Silva<sup>23</sup>, com o sugestivo título *Outros tempos, outras escolas*, no qual se apresenta um inventário das escolas da rede Estadual da cidade do Rio de Janeiro.



- .....
- 20 OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade de. **Legislação e educação**: o ideário reformista do ensino primário em Sergipe na Primeira República (1889-1930). 2004. 245 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.
- 21 FONSECA, Simone Silva da. **Aproximações e distanciamentos sobre os saberes elementares geométricos no ensino primário entre Sergipe e São Paulo**. 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Matemática, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.
- 22 TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. **A Escola da República**: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918). Campinas/SP: Mercado de Letras, 2011.
- 23 MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; SILVA, Alexandra Lima da; SILVA, Marcelo Gomes da (Organizadores). **Outros tempos, outras escolas**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2014.

Em Sergipe, o trabalho pioneiro organizado por Teresa Cristina Cerqueira da Graça e Josefa Eliana Souza<sup>24</sup> no Catálogo das escolas municipais de Aracaju apresenta breves informações históricas sobre todas as instituições educacionais da capital que integravam a rede municipal naquele momento histórico. Trata-se de um levantamento amplo em obra com significativa qualidade tanto intelectual como em sua materialidade. Por outro lado, a Secretaria do Estado da Educação, na pessoa de Antonio Vieira de Araújo, organizou o Catálogo das Escolas Estaduais de Sergipe – Volume 1<sup>25</sup>, não tendo prosseguido com as demais edições. No primeiro volume, que integra as comemorações do cinquentenário da Secretaria, o foco são os patronos das escolas da rede em Aracaju, com breve descrição e pouca referência aos textos e documentos que embasaram tais escritos.



20



De maneira particular, a presente obra é fruto de um trabalho liderado pelos Grupos de Pesquisas História da Educação: sujeitos, patrimônio e práticas educativas (HESCOLAR/UFS/CNPq) e Relicário (UFS/CNPq) ambos vinculados à Universidade Federal de Sergipe, congregando pesquisadoras e pesquisadores de distintas instituições de ensino. Ao todo temos um conjunto de autoras e autores reunindo desde iniciantes na área da história da educação até referências no trato com os grupos escolares no Brasil. São docentes e alunos que integram a Secretaria do Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe (SEDUC/SE), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e a Universidade Tiradentes (UNIT). Da UFS, nasceu a proposta interligada aos Departamentos de Educação dos *campi* de .....

24 GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da; SOUZA, Josefa Eliana (Orgs). **Catálogo das Escolas municipais de Aracaju**. Aracaju: Sercore, 2000.

25 SERGIPE. **Catálogo das Escolas Estaduais de Sergipe**. Antonio Vieira de Araujo (Coordenador). Aracaju: Secretaria do Estado da Educação, 2014.

Itabaiana e São Cristóvão, aos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória), além de contarmos com autores do Colégio de Aplicação (CODAP) e dos Departamentos de História, Matemática e Ciências da Informação. Tais dados, por si só, apontam para a interdisciplinaridade dispensada à temática.

A obra está dividida em duas partes. A primeira é composta por textos voltados principalmente para a comunidade escolar contemporânea dos grupos escolares criados no início do século XX. São 14 grupos escolares erguidos entre os anos de 1911 e 1926, escrutinados de maneira simples e direta em um conjunto de escritos apresentados em ordem cronológica, de acordo com a inauguração de cada grupo. Abordam-se aspectos históricos da escola, seu patrono, arquitetura, fragmentos da cultura escolar até dados atuais sobre aquelas instituições que ainda estão em funcionamento. O propósito maior é sua divulgação com docentes, discentes, gestores e com a comunidade em geral, que tenha interesse em conhecer mais acerca da instituição educacional da qual fazem ou fizeram parte. Dessa forma, espera-se compor, coletivamente, um mosaico histórico de instituições centenárias.

Na segunda parte, contamos com um conjunto de artigos que elucidam uma série de questões relacionadas à educação primária nas décadas iniciais do século XX. Nos escritos, discute-se sobre os professores e suas práticas na implantação do novo ensino primário, como também acerca do docente que ensina aritmética e o seu saber profissional; as disciplinas, nesse caso de ginástica; alunos, via jornal estudantil; as comemorações, que são abordadas tanto centradas nos grupos escolares – a exemplo da Comemoração do Primeiro Centenário da Independência de Sergipe – assim como a partir das datas celebrativas sugeridas em livros escolares, mais especificamente na Série Pátria Brasileira; a arquitetura es-



colar com escopo no Grupo Escolar Barão de Maruim e o que ele comunica a partir da leitura semiótica de sua fachada; além de perspectivas mais regionalizadas da educação no Estado como as configurações da escola primária no centro sul sergipano. Por fim, encerra o livro, uma discussão sobre o patrimônio educativo com uma proposta de roteiro de cunho pedagógico pelos primeiros prédios que abrigaram os grupos escolares em Aracaju.

Oferecemos aos leitores e às leitoras esse conjunto de pesquisas com a intenção de popularização do conhecimento histórico educacional, ao mesmo tempo que almejamos suscitar novas questões, novas pesquisas acerca da educação primária e dos grupos escolares em Sergipe nessas efemérides sobre as quais precisamos repensar, tensionar, debater, empreender diferentes problematizações e (re) escritas. Esperamos que a obra possa aguçar o olhar, ver e rever outras nuances e assim auxiliar no questionamento dos “passados presentes” edificados em diferentes cidades de Sergipe, marcados nas memórias de gerações, confiantes que este livro possa lançar luz para novas possibilidades investigativas.

Desejamos uma excelente leitura!

Os organizadores  
Aracaju/SE  
Maio de 2022



# PARTE 1

## GRUPOS ESCOLARES EM SERGIPE (1911–1926)



# GRUPO ESCOLAR MODELO

Simone Paixão Rodrigues



Criado em 1910 e inaugurado em 1911, anexo à Escola Normal e situado à esquerda da Praça Olímpio Campos, no centro de Aracaju, o Grupo Escolar Modelo atendeu às reformas educacionais dos anos iniciais da República Brasileira. Segundo os estudos de Nascimento (2006), Azevedo (2009), e Santos (2009), a criação dessa instituição de ensino primário em Sergipe fez parte do projeto de modernização da instrução pública do país, iniciado nas décadas finais do século XIX, que visava ao combate ao analfabetismo e situava a escolarização da infância como o “alicerce” das colunas do desenvolvimento social e cultural do Brasil.

Antes mesmo da inauguração do Grupo Escolar Modelo, José Rodrigues da Costa Dória, então presidente de Sergipe, externou sua insatisfação com a situação da instrução pública sergipana através de uma mensagem enviada à Assembleia Legislativa, na qual dizia que a Escola Normal encontrava-se “desprovida de material necessário para o ensino prático e proveitoso [...] era de vantagem contractar fora do Estado pessoa competente que viesse remodelar o nosso ensino, atrasado em methods, o que inutiliza em grande parte os esforços dos dedicados” (Sergipe, 1910).

Meses depois, essa descrição da Escola Normal foi acompanhada pela precariedade das aulas primárias, que funcionavam em ins-

talações improvisadas, totalmente impróprias, carentes de mobiliário escolar e, principalmente, que não atendiam à demanda da população necessitada de escolarização. Preocupado com o alto índice de analfabetismo e com a formação de professores, José Rodrigues da Costa Dória criticava em suas mensagens à Assembleia Legislativa os gastos públicos improfícuos na transformação da realidade desastrosa que se encontrava a instrução pública sergipana. Dizia ele: “um ensino feito por métodos atrasados, e ministrado por docentes muitas vezes catados entre os protegidos e afilhados, sem se attender às aptidões e competências, e só com interesse de dar emprego” (Sergipe, 1911, p. 51).

Foi nesse contexto que o Grupo Escolar Modelo foi criado, impulsionado pelo desejo e entusiasmo político do estado que ansiava pelo desenvolvimento de seu povo. Nascimento (2006) explica que a referida instituição de ensino “foi pensada como campo de aplicação para as normalistas e deveria regular o funcionamento dos demais grupos escolares” (Nascimento, 2006, p. 159), ou seja, como o próprio nome do grupo escolar sugere, o Modelo além de ter sido espaço das aulas práticas das futuras professoras primárias, foi ainda espelho para os demais grupos escolares erguidos no território de Sergipe.

Também identificada como Escola Anexa, sua localização sempre causou algumas dúvidas. Santos (2009) explica que o fato de o termo “anexa” estar presente na sua identificação não garantia a ausência de dubiedade, pois “era difícil determinar se o Grupo teria ou não funcionado no mesmo edifício da imponente Escola Normal do parque Olímpio Campos” (Santos, 2009, p. 59). Para o pesquisador, uma fotografia pertencente ao acervo iconográfico Rosa Faria, no Memorial de Sergipe, e o relatório do governo de Graccho Cardoso, datado de 1925, comprovam que o Grupo Escolar Modelo foi, de fato, instalado anexo à Escola Normal.

Outro fato importante que corrobora ainda mais a localização do Grupo Escolar Modelo como anexo à Escola Normal é que as duas instituições foram inauguradas no mesmo dia. Para os pesquisadores Nascimento (2006) e Nunes (2008), naquela festividade de inauguração, a imponência da instituição de formação de professores primários acabou ofuscando o primeiro grupo escolar sergipano que, possivelmente, seguiu os padrões arquitetônicos da modernidade, sendo seu mobiliário, a exemplo das carteiras, importado dos Estados Unidos.

Assim, a primeira unidade escolar fundada dentro do projeto de modernização pedagógica, em atendimento às aspirações do ideal civilizatório da República Brasileira, como bem argumentou Santos (2009), o Grupo Escolar Modelo, ao longo das décadas de 10 e 20 do século XX, tornou-se o principal difusor da nova proposta de um ensino primário pautado nos preceitos da Pedagogia Moderna. O ano de sua fundação, 1911, “foi o intróito de uma reviravolta na educação primária de Sergipe” (Santos, 2009, p. 4), sendo o pontapé inicial da entrada sergipana na era dos grupos escolares, nas desejadas escolas graduadas.

De tal modo que o Decreto n.º 536, de 12 de agosto de 1911, assinado por José Rodrigues da Costa Dória, pode ser tomado como a certidão de nascimento do Grupo Escolar Modelo, bem como de uma nova fase da educação sergipana, pois não só determinou a inovação na organização do ensino, como também inaugurou uma nova modalidade de ensino primário, os grupos escolares, por meio do Regulamento do Ensino Primário de 1911.

Nesse sentido, Azevedo (2010) define os grupos escolares como instituições públicas de ensino primário graduado que incorporaram “as exigências da pedagogia moderna tais como: a existência de bibliotecas, oficinas, pátio para o recreio, bem como o uso de novos materiais e mobiliário escolar” (Azevedo, 2010, p. 137). A

pesquisadora destaca que o Grupo Escolar Modelo “possuía regulamentação própria e destinava-se à prática educativa” (Azevedo, 2010, p. 72) e que seu cotidiano era marcado por eventos cívicos e festas, dentre as quais se destacava o encerramento do ano letivo.

Naquelas festas, além do entusiasmo pela chegada das férias e conclusão de mais um ano de estudos, o nervosismo, a alegria e o orgulho eram sentimentos presentes, principalmente para aqueles alunos que após passarem por todo ritual de controle, rigidez e vigilância, comuns ao processo civilizatório da República, tinham seus trabalhos manuais expostos para a sociedade aracajuana que não hesitava em prestigiar tais festividades.

Esse cotidiano escolar, salvaguardado em um acervo documental materializado em jornais, relatórios, legislações diversas, fichas de matrículas, fotografias e outros, foi grandiosamente revelado e registrado nos trabalhos de Nascimento (2006), Azevedo (2009a; 2009b) e Santos (2009), e de demais pesquisadores que se debruçaram sobre a história da educação primária em Sergipe. Tais estudos nos permitem entender o Grupo Escolar Modelo como uma das mais importantes instituições de ensino primário, pois era *lócus* de formação para aluno e para professores.

Ainda sem o registro da materialidade de seu prédio e a definição da data do encerramento de suas atividades, o Grupo Escolar Modelo é compreendido como um patrimônio escolar, no qual, como bem nos ensina Benito (2017), observaram-se vários estratos, mediante escavações estratégicas, da cultura da educação. No contato com esses restos dessa instituição e na leitura que fizeram de seus vestígios, “estão precisamente as bases sobre as quais se sustenta a educação patrimonial” (Benito, 2017, p. 274), que precisa ser sentida e vivida como forma de diálogo entre a escola e a sociedade, de modo a combater o esquecimento e refletir sobre a memória preservada.

## Para saber mais

AZEVEDO, Crislane Barbosa. **Grupos Escolares em Sergipe (1911-1930):** cultura escolar, civilização e escolarização da infância. Natal/RG: EDUFRN, 2009a.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A Escola no Espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no estado de Sergipe. *In:* VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos Escolares:** cultura escolar primária e a escolarização da infância no Brasil (1892-1971). Campinas/SP: Mercado das Letras, 2006, p. 153-172.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecoss da modernidade:** a arquitetura dos grupos escolares sergipanos. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2009.



28



## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Crislane Barbosa. **O ideário modernizador do governo Graccho Cardoso (1922-26) e a reforma da instrução pública de 1924 em Sergipe.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN. 2009b. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14266>. Acesso em: 28 fev. 2022.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Rodrigues Dória, Carlos Silveira e a Reforma de Implantação dos Grupos Escolares em Sergipe. **Revista HISTEDBR On-line.** Campinas, n.37, mar.2010, p. 134-150. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639670/7238> . Acesso em: 28 fev. 2022.

BENITO, Agustín Escolano. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia.** Trad. Heloísa Pimenta Rocha e Vera Lúcia Gaspar da Silva. Campinas: Alínea. 2017.

ESTADO DE SERGIPE. Regulamento do Ensino Primário expedido pelo Exm. Snr. Dr. José Rodrigues da Costa Dória presidente do Estado por decreto n. 563 de 12 de agosto de 1911. Aracaju: Typ. Commercial, 1911.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2008.

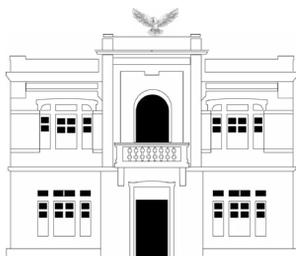
SERGIPE. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de setembro de 1910, na instalação da 2ª Sessão Ordinária da 10ª legislatura, pelo Presidente [...] Sr. Dr. José Rodrigues da Costa Doria. Aracaju: Typ. do “O Estado de Sergipe”, 1910.

SERGIPE. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de setembro de 1911, na instalação da 2ª Sessão Ordinária da 10ª legislatura, pelo Presidente [...] Sr. Dr. José Rodrigues da Costa Doria. Aracaju: Typ. do “O Estado de Sergipe”, 1911.



# GRUPO ESCOLAR GENERAL SIQUEIRA: andanças por Aracaju

Jállisson Santos de Araújo



O prédio do Grupo Escolar General Siquera (GEGS) foi inaugurado em 1914 pelo Presidente de Estado Antônio José de Siqueira Meneses. Porém, segundo Azevedo (2010), sua trajetória se inicia em 1911, no prédio do Atheneu Sergipense, localizado na praça Almirante Barroso, como Grupo Escolar Central. Devido às más instalações e o choque nos horários na grade do ensino primário com o ensino secundário surgiu a necessidade da construção de um prédio próprio para o grupo.

Dessa forma, em 1913, no governo de Siqueira de Meneses, através do Ofício nº. 14 de 31 de julho de 1913, solicitou um prédio escolar, concluído apenas no ano seguinte, que atendesse às necessidades da pedagogia moderna, seguindo a tendência dos grupos escolares já existentes de outros estados (Azevedo, 2010). Localizado no centro de Aracaju, na rua Itabaiana, n.º 336, o prédio que, naquela década, simbolizava a modernidade pedagógica em consonância com o processo de embelezamento da cidade, hoje continua a transmitir sua beleza e majestuosidade. O prédio do GEGS correspondia às expectativas acerca da tendência pedagógica e estrutura para a prática do ensino voltado ao patriotismo e à construção de valores do cidadão idealizados nas primeiras décadas do século XX.

Com a construção da nova sede e troca da nomenclatura de Grupo Escolar Central para GEGS, permaneceu localizado na rua Itabaiana de 1914 a 1925. Como reflexo do crescimento da população aracajuana e dada a disseminação dos grupos escolares (SANTOS, 2014) em 1925, no governo de Graccho Cardoso (1922 – 1926), o prédio passou a ser utilizado pelo Quartel da Polícia Militar do Estado de Sergipe (QPMES) e as turmas foram realocadas temporariamente “para o edifício do antigo prédio do Grupo General Valladolid, na época, Faculdade Livre de Direito Tobias Barretto.” (Sergipe, 1925, p.14). O QPMES permanece até hoje no mesmo local. No ano 2000, por meio do Decreto nº 18.775, de 02 de maio de 2000, o prédio foi tombado pelo governo de Sergipe como Patrimônio Histórico Estadual inscrito no Livro do Tombo Geral: Inscr. fls. 28, no dia 02 de maio de 2000.



31



Dois fatores contribuíram para a transferência do quartel para o edifício do GEGS, a similaridade dos prédios escolares com os quartéis defendida por Santos (2017), e a sua proximidade com os Grupos Escolares General Valladolid (GEGV) e Barão de Maruim (GEBM), como justifica Graccho Cardoso em sua Mensagem à Assembleia Legislativa de Sergipe em 7 de setembro de 1925:

Em razão de se acharem situados mui proximos um do outro, na distancia media talvez de menos de tresentos metros, os grupos escolares General Valladolid, Barão de Maroim e General Siqueira, é que foi feita a mudança do primeiro para o edificio construido, o anno transacto, á rua da Victoria. Tal circunstancia implicou ainda para que fosse localizado no edificio em que funcionava o grupo General Siqueira o Batalhão Policial, havendo para tal utilização recebido as adaptações imprescindiveis. Não tardará que o que lhe vae substituir se erga em logar conveniente (Sergipe, 1925, p. 14).

Segundo Santos (2017), além de possuir como característica a sua grandeza arquitetônica, uma vez que demonstram o poder e atribu-

tos dos presidentes de estados que os construíram, as edificações dos grupos escolares mostravam a possibilidade da dualidade de funções que as estruturas podiam desempenhar em virtude da sua similaridade com os quartéis da época. Isto é, embora tenham sido planejados para serem prédios escolares, também poderiam executar o papel de quartéis visto que eram “instituições para moldar corpos e formar a nação brasileira dentro dos cânones defendidos pela elite política nacional e regional, incluindo os valores de ordem e higiene” (Santos, 2017, p. 5), o que contribuiu significativamente para a realocação do grupo.

O governo de Graccho Cardoso foi marcado pelas mudanças de sedes e criação de novos espaços escolares e, com isso, alguns grupos acabaram dividindo o mesmo espaço físico. Dessa maneira, o GEGS acabou funcionando por muitos anos nas dependências do GEBM. Em 1937, por exemplo, o prédio do GEBM a cada turno funcionava um grupo escolar diferente, o que gerou uma série de impasses administrativos (Santos, 2005). Embora Graccho Cardoso mencione em sua Mensagem à Assembleia Legislativa de Sergipe em 1925 o contrato com “o constructor Hugo Bozzi, para a elevação de um novo prédio em substituição à aquelle, respeitada em absoluto a antiga denominação, em homenagem ao illustre ex-presidente do Estado.” (Sergipe, 1925, p.14), a pesquisa não encontrou evidências do local de funcionamento do GEGS nas décadas de 30 e 40. Porém, segundo Graça (2021, p. 14), durante esse período o GEGS esteve localizado no bairro Siqueira Campos, antes conhecido como Aribé. Para a autora, a sede do Grupo “Em 1925, foi transferida para o bairro e ganhou o nome do ex-presidente da província.”

Acerca do patrono do Grupo, Antônio José de Siqueira Meneses, trata-se de um militar, engenheiro e político que nasceu no dia 7 de dezembro de 1852, em São Cristóvão-SE e faleceu no dia 6 feve-

reiro de 1931 em Salvador-BA. Filho de Ana Maria de Siqueira e Manuel Tavares de Meneses Andrade, iniciou sua carreira militar aos 18 anos. Em 1878, concluiu o curso de engenharia militar tornando-se tenente. Pouco depois, em 1889, ingressou pela primeira vez na política, na qual se saiu vitorioso, porém, logo retornou às atividades militares. Foi promovido a tenente-coronel em 1892, assumindo o comando da escola militar do Ceará tornando-se chefe da comissão de engenharia na Guerra de Canudos (1896–1897), principal marco que contribuiu para homenageá-lo na denominação do GEGS. Em 1904, ele foi nomeado prefeito de Alto Purus a partir do decreto incorporado ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis em novembro de 1903, que organizava o território do Acre. No ano seguinte, tornou-se general no comando da Brigada Militar do Distrito Federal, onde encerrou sua carreira militar. Retornando à política, foi eleito presidente do estado de Sergipe de 1911 a 1914 e senador do estado a seguir, de 1915 a 1923 (Calasans, 1956).



Atualmente, o antigo GEGS, contemporaneamente denominado de Escola Estadual General Siqueira, ocupa uma área de 5.160 m<sup>2</sup> e está localizado na Rua Sergipe, s/n, no bairro Siqueira Campos. Com uma nova sede criada a partir do Decreto nº 231, de 06 de agosto de 1950, foi construído um novo prédio utilizando aproximadamente 44% do espaço do terreno. Hoje, com novas resoluções e nomenclatura, a Escola oferece o Ensino Fundamental Maior, o Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

O edifício possui 12 salas de aula; cozinha; secretaria; diretoria; um laboratório e uma quadra poliesportiva, dependências com acessibilidade e acesso à internet banda larga. De acordo com os dados disponibilizados pela Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (SEDUC), em 2021, a escola obteve 1.266 matrículas e sua organização administrativa dispõe de uma diretora; quatro coordenadores; e quarenta e sete docentes. Ao todo, são

setenta funcionários que trabalham em busca de uma educação de qualidade.

Coincidentemente ligados ao nome “Siqueira”, primeiramente herdado do seu patrono – General Siqueira – e posteriormente contendo referência também ao bairro que lhe abriga – Siqueira Campos – o Grupo Escolar General Siqueira, como um dos pioneiros espaços construídos para a instrução primária em Sergipe se tornou símbolo no processo da difusão de novas práticas educativas. Desde a sua criação, exerce um papel fundamental na formação de parcela da sociedade aracajuana.

### Para saber mais



34



SANTOS, Raul Baltasar Ribeiro dos; GRUNENVALDT, José Tarcísio; GRUNENVALDT, Ana Carrilho Romero. José de Siqueira Meneses, um governo e suas realizações na instrução pública em Sergipe (1911-1914). *In*: HISTEDBR – VIII SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, 2009. Disponível em: [https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario8/\\_files/JlgSw5IG.doc](https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/JlgSw5IG.doc). Acesso em: 08 fev. 2022.

### REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Crislane Barbosa. **Grupos Escolares em Sergipe (1911-1930)**: cultura escolar, civilização e escolarização da infância. Natal: EDUFRN, 2009.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Arquitetura e Grupos Escolares em Sergipe: uma relação entre espaço e educação na escola primária. **Outros Tempos**: Pesquisa em Foco-História, v. 7, n. 10, 2010.

CALASANS, José. **Euclides da Cunha e Siqueira Menezes**. Arquivos da Universidade da Bahia—Faculdade de Filosofia, v. 5, p. 49-58, 1956.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira. **Malinos, zudentos, andejos e sibites**: o Aribé nos anos 70 e 80/ Tereza Cristina Cerqueira da Graça. Aracaju: Códice, 2021.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. A Escola-Quartel: representações militares nos grupos escolares sergipanos. **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**, v. 10, n. 10, 2017.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Além do silêncio**: espaço, arquitetura e educação no Grupo Escolar Barão de Maruim. 2005. 94f. Monografia (Graduação em História). São Cristóvão: UFS, 2005.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da Modernidade: a** arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926). São Cristóvão: EDUFS, 2013.

SEDUC, Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura. **Escola Estadual General Siqueira**. Aracaju-SE. 2021. Disponível em: <https://www.seed.se.gov.br/redeestadual/escola.asp?cdestrutura=58>. Acesso em: 10 fev.2022.



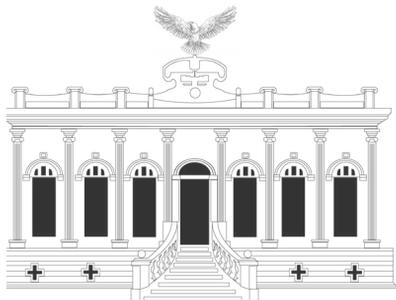
35



SERGIPE. **Mensagem do presidente do estado de Sergipe Maurício Graccho Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1925, ao instalar a 3a sessão Ordinária da 15a Legislatura**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1925. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 05, doc. 07, vol. 86.

# GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MARUIM

Magno Francisco de Jesus Santos



Oito de julho de 1917. Em Sergipe, os jornais anunciavam com entusiasmo a magnitude das festividades de celebração da Emancipação Política de Sergipe, com desfiles cívicos, conferências e inaugurações de obras públicas. Em Aracaju, o principal evento ocorreu às margens do Rio Sergipe, no antigo bairro Presidente Barbosa (atual São José). Era o dia da inauguração de um novo edifício escolar, imponente, cercado de jardins, com portas e janelões voltados para a brisa do rio, dotado de arquitetura eclética e de tendências neoclássicas. Com a presença de militares, lideranças políticas e do bispo diocesano, ao meio-dia, foi inaugurado o Grupo Escolar Barão de Maruim.



36



O Grupo Escolar Barão de Maruim foi construído sobre as ruínas do Asilo Nossa Senhora da Pureza, instituição educacional fundada no último quartel do oitocentos para atender meninas órfãs desvalidas, menores de 13 anos. A instituição de educação feminina foi criada por meio da Resolução n. 979, de 2 de maio de 1874, com o então presidente da província Antônio dos Passos Miranda. A escola teria sido idealizada por um grupo de homens da elite provincial que contribuíram financeiramente para a construção de uma instituição que atendesse à infância desvalida e o edifi-

cio da escola foi construído no terreno doado por João Gomes de Mello, o Barão de Maruim. Essa instituição, contudo, teve breve existência, sendo extinta por meio do Decreto n.º 02 de 13 de julho de 1891 (Santos, 2005, p. 30).

Duas décadas depois, Sergipe vivenciava o processo inicial da proliferação dos grupos escolares com a inauguração de instituições como o Grupo Modelo (1911) e o Grupo Central (1914). Com isso, nos idos de 1916, foram iniciadas as obras da construção do terceiro grupo escolar do estado. As obras tiveram como responsável o engenheiro Firmo Freire, que buscou aproveitar os alicerces do antigo asilo e projetou um prédio escolar que atendesse às demandas da moderna pedagogia, seguindo o modelo de grupos escolares já existentes em outros estados (Santos, 2013).



O edifício do Grupo Escolar Barão de Maruim possuía um longo corredor central, ladeado por seis salas de aula que homenageavam personalidades da vida intelectual sergipana, como professores, historiadores, juristas e funcionários públicos. Os patronos das salas eram Felisbelo Freire, Geminiano Paes, Oliveira Ribeiro, Monteiro de Almeida, Possidônia Bragança e Gumersindo Bessa. O grupo foi criado por meio do Decreto n.º. 653, de 3 de julho de 1917, pelo presidente do estado de Sergipe, o general Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão.

Apesar de ter sido inaugurado no terceiro decênio da Primeira República, o grupo escolar tinha como patrono um importante personagem da política imperial. No discurso de inauguração, o presidente do estado, Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão explicou que se tratava de uma homenagem ao doador do terreno, prática recorrente na escolha dos patronos das instituições escolares de ensino primário. Além disso, no intuito de manter os princípios da finalidade da antiga instituição, o Grupo Escolar Barão de Maruim seria destinado exclusivamente à educação de meninas órfãs des-

validas. Essa seria uma forma de manter vivos os propósitos dos homens que o construíram para a disseminação de escolas públicas em Sergipe. Entretanto, em decorrência do reduzido número de alunas matriculadas, essa finalidade inicial foi alterada pouco tempo depois e, em 1920, o ensino já era misto, com o atendimento de meninas e meninos.

O patrono do grupo escolar, João Gomes de Melo, nasceu no Engenho Santa Bárbara, município de Maruim, Sergipe, nos idos de 1809. Era filho de Teotônio Corrêa Dantas e dona Clara Angélica de Menezes. De acordo com o biógrafo Armindo Guaraná, ele adquiriu avultada fortuna através de suas atividades econômicas na agricultura e foi “nobilitado pelo governo imperial a 11 de outubro de 1848 com o título de barão com grandeza” (Guaraná, 1925, p. 256). Ao longo de sua trajetória, o Barão de Maruim ocupou inúmeros cargos, incluindo o de vice-presidente da província de Sergipe. Além disso, ele financiou a construção da imponente Igreja Matriz Bom Jesus dos Passos de Maruim. Faleceu no Rio de Janeiro em 1890.

Nos primeiros anos de funcionamento, a instituição tinha capacidade de atender mais de 350 alunos. Contudo, o número de alunos matriculados permaneceu muito abaixo da capacidade. Em 1920, por exemplo, a escola possuía apenas 100 alunos matriculados. O problema do reduzido número de alunos matriculados, no entender dos diretores da instrução pública, era decorrente da concentração dos grupos escolares na área central da cidade de Aracaju, enquanto os bairros periféricos permaneciam dotados exclusivamente de escolas isoladas.

Apesar das dificuldades iniciais, o Grupo Escolar Barão de Maruim passou a marcar a paisagem urbana da capital sergipana com seu imponente edifício cercado de jardins, que simbolizavam a modernidade pedagógica em confluência com o processo de embelezamento da cidade. Ao longo dos anos, o espaço escolar abrigou

diferentes instituições, transmutando-se em prisão no momento da revolta tenentista de 1924 ou abrigando diferentes escolas em outros turnos. Em 1937, por exemplo, o prédio abrigava no turno matutino o Grupo Escolar Barão de Maruim. No vespertino, funcionava provisoriamente como Grupo Escolar General Siqueira. No período noturno, abrigava duas escolas noturnas para adultos: uma estadual, da Liga contra o Analfabetismo, e outra federal, de Aperfeiçoamento de Sargentos Aviadores (Santos, 2005).

O Grupo Escolar foi extinto em 1950, por meio do Decreto n.º 204, de 14 de junho de 1950, em decorrência da criação da Faculdade de Direito de Sergipe, instalada no edifício planejado por Firmo Freire. Com isso, se no início do século XX o espaço escolar havia sido o palco do processo de disseminação do ensino primário, a partir de 1950, passou a testemunhar o processo de criação do ensino superior em Sergipe, como sede da Faculdade de Direito, entre 1950 e 1968, ano da criação da Universidade Federal de Sergipe.

Mesmo após a criação da Universidade Federal de Sergipe, o edifício continuou como sede do curso de Direito até o ano de 1980, quando ocorreu a transferência para o Campus de São Cristóvão, na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos. Com isso, a partir de 1981, o antigo espaço escolar tornou-se a sede do Centro de Cultura e Arte (Cultart) da Universidade Federal de Sergipe, abrigando as atividades artísticas e ações de extensão universitária. Ainda em 1981, por meio do Decreto n.º 4.989, de 23 de abril de 1981, o edifício foi tombado pelo governo de Sergipe como Patrimônio Histórico estadual, sendo inscrito no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 5 e 6, no dia 30 de abril de 1981 (Carvalho, 2006).

Além disso, o Cultart abrigou importantes acervos que salvaguardam a memória das práticas de extensão em Sergipe, como o Arquivo do Cultart, que preservava a documentação da Pró-Reitoria de Extensão



(PROEX) e o valioso acervo do Festival de Arte de São Cristóvão. Atualmente, o Cultart abriga a Galeria de Arte Florival Santos, a Pinacoteca Professor Luiz Alberto dos Santos e o Teatro Juca Barreto. O antigo grupo escolar tornou-se um importante palco da vida cultural sergipana, por meio de eventos como a Exposição dos altares de Santo Antônio e a Sexta D'Art. O imponente edifício constitui um valioso testemunho das práticas educacionais em Sergipe.

### Para saber mais

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da Modernidade**: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926). 2009, 228f. Dissertação (Mestrado em Educação). São Cristóvão, UFS, 2009. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4711>. Acesso em: 05 fev. 2024.



40



SANTOS, Magno Francisco de Jesus. O Grupo Escolar Barão de Maruim e a política educacional na primeira metade do século XX. **Revista Tempos e Espaços da Educação**. V. 2, n. 2, 2014, p. 1-14. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/2202>. Acesso em: 05 fev. 2024.

### REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Crislane Barbosa. **Grupos Escolares em Sergipe (1911-1930)**: cultura escolar, civilização e escolarização da infância. Natal: EDUFRN, 2009.

CARVALHO, Ana Conceição Sobral de; ROCHA, Rosina Fonseca (Org.). **Monumentos sergipanos**: bens protegidos por lei e tombados através de decretos do Governo do Estado. Aracaju: Sercore, 2006.

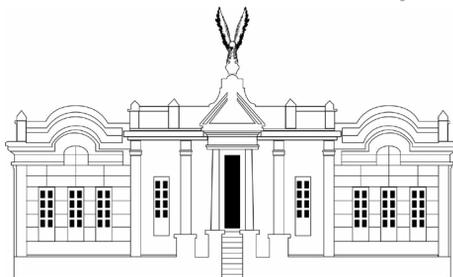
GUARANÁ, Armindo. **O Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1925.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Além do silêncio**: espaço, arquitetura e educação no Grupo Escolar Barão de Maruim. 94f. Monografia (Graduação em História). São Cristóvão: UFS, 2005.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da Modernidade**: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926). São Cristóvão: EDUFS, 2013.

# GRUPO ESCOLAR GENERAL VALADÃO: uma escola centenária

Shirley dos Santos Ferreira, Valéria Aparecida Bari



❁  
41  
❁

A Escola Estadual General Valadão, instituição de educação estadual de Sergipe, fundada em 1918, tornou-se centenária em plena atividade, no ano de 2018, ganhando uma maior importância nos efeitos sociais de suas ações educativas à comunidade sergipana, registrada no Ministério da Educação sob o Código INEP 28018672. Nasceu com o nome de Grupo Escolar General Valadão e foi criado pelo Decreto nº 675, de 26 de agosto de 1918. Seu primeiro endereço foi na atual Praça Tobias Barreto, 20, Bairro São José, Aracaju/SE. Pinheiro Machado era o nome original da praça à época da construção. Foi concebida como uma instituição escolar de característica urbana, voltada à formação de estudantes no Ensino Primário, atual Ensino Fundamental.

Sua construção foi uma iniciativa de sócios do extinto Comício Agrícola, uma associação de proprietários de terra, posteriormente sendo doada ao Governo do Estado de Sergipe, que se responsabilizou pela conclusão da obra. A referida doação se encontra descrita em artigo jornalístico, que expressa o montante financeiro arrecadado para a realização do projeto: na escritura pública de doação, as obras recebidas foram no valor de 15:938\$456 (Quinze contos, novecentos e trinta e oito Reis e quatrocentos e cinquenta

e seis centavos de Reis), tendo sido acrescentado o montante em dinheiro de 1:394\$444 (Um conto, trezentos e noventa e quatro Reis e quatrocentos e quarenta e quatro centavos de Reis).

A inauguração do prédio ocorreu em 01 de novembro de 1918. Devido à sua importância histórica, a edificação recebeu Resolução de Tombamento por meio do Decreto Estadual nº. 6.821, de 28 de janeiro de 1985. Sua denominação foi uma homenagem ao Presidente do Estado de Sergipe à época, Manoel Prisciliano de Oliveira Valadão (1849–1921). A sugestão do nome da escola surgiu com apoio do Jornal Correio de Aracaju, que também desenvolveu intensa campanha para obter fundos apropriados à construção do prédio, mobiliário e equipamentos.

A inauguração do prédio foi destacada na imprensa da época como indicador de progresso social e ampliador de oportunidades para os cidadãos do Estado de Sergipe. Especialistas da História da Educação em Sergipe apontam que o patrono, General Valadão, além de militar de carreira, foi cidadão ativamente interessado em modernizar a educação em Sergipe, segundo os paradigmas da recém-proclamada República. Sob seu ponto de vista, expresso em diversos documentos e discursos analisados pelos pesquisadores, existia uma tentativa de aproximar as vivências de dois ambientes sociais distintos, no processo civilizatório republicano: a escola e o quartel. Nasceu em Neópolis, em 4 de janeiro de 1849. Foi conhecido e citado como Oliveira Valadão, até atingir o posto de carreira de General. Foi presidente do Estado de Sergipe por dois mandatos, de 1894 a 1896 e de 1914 a 1918, além de senador de 1907 a 1914 e de 1919 a 1921. Faleceu em 10 de novembro de 1921.

Outro protagonista que demonstra os interesses e finalidades educativas do Colégio General Valadão em sua origem é seu primeiro diretor, o médico Alexandre de Oliveira Freire (1854–1932), que foi nomeado em 24 de agosto de 1918, também integrando

como membro efetivo o Conselho Superior do Ensino de Sergipe, até 1922. Em 1924, foi nomeado para servir à Diretoria Geral de Higiene e Saúde Pública de Sergipe.

No ano de 1924, o General Valadão foi transferido para a Rua da Vitória (atual Av. Carlos Burlamarqui) e o prédio antigo cedido à Faculdade Livre de Direito “Tobias Barreto”, criada naquele ano e fechada em 1926. Interessante mencionar que o Grupo Escolar General Valadão, na época que foi transferido para esse novo prédio, chegou a dividir seu espaço com outro Grupo Escolar, o General Siqueira, entre 1925 e 1927. De fato, a arquitetura do prédio original do General Siqueira era tão apropriada à rotina militar, que o mesmo foi desalojado para a instalação do quartel da polícia militar (Santos, 2011, p. 8).



43



Desde sua fundação até os dias atuais, essa unidade escolar centenária teve sua denominação mudada três vezes, na segunda mudança a escola passou a ser chamada de Escola de 1º Grau General Valadão, e na terceira passou a ser reconhecida como Escola Estadual General Valadão, permanecendo com esse nome até os dias atuais.

À época da construção desta importante unidade escolar, o Bairro São José era considerado importante zona de expansão residencial da Cidade de Aracaju, e essa obra ofereceu importante infraestrutura urbana. Quanto às finalidades apontadas para a abertura desta unidade escolar em Aracaju, elas eram mais ambiciosas do que um aumento de oferta de vagas para as crianças e adolescentes aracajuanos. Segundo os especialistas em História da Educação de Sergipe, o Grupo Escolar General Valadão possuía uma característica diferente de outro grupo contemporâneo, o Barão de Maruim, já que o primeiro destinou o ensino noturno para a educação de jovens e adultos, conforme os princípios da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo.

Quanto ao segundo prédio da Escola Estadual General Valadão, foi construído em região diferente da cidade de Aracaju, mais precisamente na zona central. Essa nova localização atendeu algumas finalidades originais da fundação, assim como outras novas demandas da educação sergipana. A centralidade geográfica do novo prédio foi essencial na continuidade das ações da Educação de Jovens e Adultos, iniciada por meio da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo. Da mesma forma, alunos do interior de Sergipe cujas cidades não possuíam unidades escolares, aproveitavam as condições de transporte para realizarem os seus estudos primários na capital e retornarem aos seus lares.

O novo projeto arquitetônico, localizado na Av. Carlos Burlamarqui, número 488, foi reformado em 1977, durante o governo estadual de José Rollemberg Leite (governador nomeado pela Ditadura Militar) e possuía também seu valor simbólico. Se a primeira construção fazia alusão à Modernidade, a segunda expressava uma representação do chamado “Milagre Econômico”. A estética buscada no passado foi superada pela priorização da eficiência, enfatizando a segurança e a detenção dos estudantes em seu interior. O prédio, em estilo neoclássico, recebeu um número representativo de muros e gradis, se assemelhando a uma unidade prisional.

Prosseguindo em suas atividades-fim, a Escola Estadual General Valadão foi perdendo seu protagonismo como importante escola do Ensino Fundamental devido à expansão comercial do Centro da Cidade e algumas dificuldades criadas pelo florescimento da criminalidade em suas cercanias. Seguindo em sua destinação a abrigar outras unidades escolares em seu prédio, esta unidade escolar tem acolhido alunados e comunidades de outras escolas, enquanto seus edifícios são reformados.

No presente ano letivo de 2022, a Escola Estadual General Valadão prossegue atuante, oferecendo vagas nos anos finais do



Ensino Fundamental, além de Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

### Para saber mais

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. 2003. "General Valladão": 85 anos de história em Aracaju. *In: Jornal da Cidade*. Aracaju, 11 de setembro. Caderno B – Cidades. B-6.

CARVALHO, Jorge. Grupo escolar e escola seriada. **Blog Educação e História**. 30 set. 2009. Disponível em: <http://jorge-educahist.blogspot.com/2009/09/grupo-escolar-e-escola-seriada.html?m=1>. Acesso em: 09 mar. 2022.

GUARANÁ, Armino. Dicionário Biobibliográfico Sergipano. Aracaju: Edição do Estado de Sergipe, 1925. Disponível em: [http://clientes.infonet.com.br/serigysite/ler.asp?id=297&titulo=biblioteca\\_virtual#:~:text=O%20Dicion%C3%A1rio%20Biobliogr%C3%A1fico%20Sergipano%2C%20de%20Armino%20Guaran%C3%A1%20%20C3%A9,-Cardoso%2C%20que%20autorizou%20os%20gatos%20com%20a%20publica%C3%A7%C3%A3o](http://clientes.infonet.com.br/serigysite/ler.asp?id=297&titulo=biblioteca_virtual#:~:text=O%20Dicion%C3%A1rio%20Biobliogr%C3%A1fico%20Sergipano%2C%20de%20Armino%20Guaran%C3%A1%20%20C3%A9,-Cardoso%2C%20que%20autorizou%20os%20gatos%20com%20a%20publica%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 09 mar. 2022.

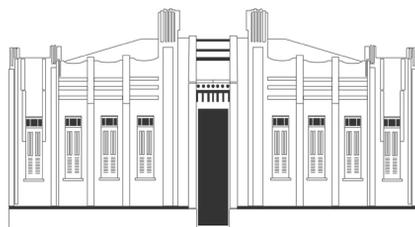
SANTOS, Magno Francisco de Jesus. O quartel infantil: representações dos grupos escolares sergipanos. **Scientia Plena**. Vol. 7, núm. 7, p. 1-12, 2011. Disponível em: <https://scientiaplena.emnuvens.com.br/sp/article/view/197/0>. Acesso em: 09 mar. 2022.

SOUTO, Alice. Patrimônio Sergipano: Grupo Escolar General Valadão. Site **Expressão Sergipana**. Disponível em: <https://expressaosergipana.com.br/patrimonio-sergipano-grupo-escolar-general-valadao/>. Acesso em: 09 mar. 2022.

SOUZA, Anderson Teixeira de. **A memória revelando práticas educativas: representações da configuração docente na cidade de Aracaju**: década de 1980. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tiradentes, Aracaju/SE, 2015.

# Grupo Escolar Coelho e Campos

Andreza Santos Cruz Maynard



Os primeiros grupos escolares sergipanos foram criados no início do Século XX. A disseminação desse tipo específico de instituição estava diretamente ligada à ideia de modernização republicana. Os grupos escolares iriam absorver as escolas isoladas e modificar a paisagem urbana em várias cidades.



46



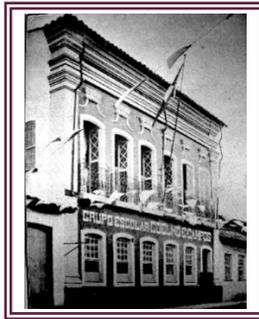
Durante a década de 1910 os sergipanos viram surgir cinco grupos escolares: Quatro foram criados em Aracaju: o Grupo Modelo (1911), o Grupo Central (1914), o Grupo Escolar Barão de Maroim (1917) e o Grupo Escolar General Valladão (1918). Apenas um deles estava fora da capital sergipana, o Grupo Escolar Coelho e Campos (1918), localizado na cidade de Capela. Este foi o primeiro grupo escolar aberto no interior de Sergipe.

O Grupo Escolar Coelho e Campos foi instituído quando Sergipe era governado pelo General Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, eleito em sufrágio universal para o mandato de 24/10/1914 a 24/10/1918. Já a cidade de Capela era administrada por Guilherme José Vieira Sobrinho, intendente nomeado pelo governo do estado para mandato de 01/01/1917 a 31/12/1922. Entretanto, o surgimento dessa instituição de ensino esteve relacionado mais intimamente ao então ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), José Luís Coelho e Campos (04/02/1843–13/10/1919), que doou um sobrado para a criação do grupo escolar que levaria o seu nome.

Coelho e Campos nasceu no Engenho Mata Verde, em Siriri. Ele foi um proprietário rural, também advogado, industrial, político e ministro. Estudou na Faculdade de Direito de Recife e após se tornar bacharel em 1862, iniciou sua carreira jurídica como promotor de Capela. Depois se tornou suplente do juiz municipal de órfãos. Foi eleito deputado federal pelo Partido Conservador e exerceu 4 mandatos. Em 1884, ele voltou para Capela e se dedicou à advocacia. Foi eleito para a Assembleia Geral em 1885 e permaneceu no cargo por um ano. Foi nomeado membro do Conselho da Intendência de Capela, onde residia e, mais tarde, senador da República por 3 mandatos, chegando a ser ministro do Supremo Tribunal Federal entre 01/11/1913 e 13/10/1919.

A seguir é possível observar uma fotografia do primeiro prédio que abrigou o Grupo Escolar Coelho e Campos, situado à Praça 15 de Novembro (atual Praça Manoel Cardoso de Souza). Ele funcionou nesse sobrado entre 1918 e 1926, quando teve sua sede transferida para outro edifício na mesma Praça.

**Figura 1** - Grupo Escolar Coelho e Campos



**Fonte:** SILVA, Clodomir. Album de Sergipe, 1820-1920. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1920, p. 18.

Os grupos escolares foram criados com base na ideia de que a escola enquanto espaço estava sendo renovada. O prédio escolar, até então pouco expressivo, deveria chamar a atenção e se distinguir na arquitetura urbana. Essa lógica funcionou, sobretudo, para

os grupos criados na capital, cujos prédios foram projetados para ser escola. Diferente dos grupos aracajuanos construídos pelo estado, o prédio do Grupo Escolar Coelho e Campos já existia e precisou de adaptações.

Era um sobrado com dois pavimentos, não possuía porão, nem jardim. Apesar de ter passado por algumas modificações para receber os alunos, o edifício foi alvo de críticas por não atender a requisitos básicos de segurança e higiene. Em setembro de 1924, o inspetor Ascendino X. Ferrão de Argollo pontuou que não havia o completo aparelhamento no serviço de higiene, e indicou também a necessidade de ofertar banheiros que atendessem às necessidades de cada gênero.

Durante algum tempo, o Grupo Escolar Coelho e Campos passou a funcionar apenas em um turno e na parte superior, pois o térreo havia sido cedido à Câmara de Vereadores. Atendendo a uma solicitação dos pais dos alunos, que temiam pela segurança dos seus filhos, Ariosvaldo Barreto (intendente nomeado pelo governador do estado e permaneceu no cargo entre 05/04/1925 e 12/02/1926) fez a permuta do prédio da intendência municipal com o edifício do Grupo Escolar Coelho e Campos. A seguir, é possível ver uma imagem do prédio em que a instituição de ensino passou a funcionar a partir de 1926.

**Figura 2** - Grupo Escolar Coelho e Campos



**Fonte:** Acervo Honorino Leal Iconográfico. Memorial de Sergipe. HLI 0027. Autor: Alberto Hohelfeld (Studio Nacional Photographico-Bahia).

O novo prédio atendia às necessidades de higiene, conforto e iluminação. Após realizar sua visita em 1927, o inspetor escolar Antonio Xavier de Assis destacou a boa localização, a ventilação e boa captação de luz de todas as salas, com exceção do gabinete da diretoria. A concentração no pavimento térreo oferecia maior segurança aos alunos, além de ter uma quantidade satisfatória de banheiros para atender aos estudantes.

A inauguração da nova sede do Grupo Escolar Coelho e Campos ocorreu durante a administração de Maurício Graccho Cardoso, que fora eleito em sufrágio universal para o mandato de 24/10/1922 a 21/10/1926, e transformou sua gestão em sinônimo de modernização. A instituição escolar seguiu em funcionamento ao longo dos anos no mesmo lugar.



49



**Figura 3** - Fotografia da fachada da Escola Estadual Coelho e Campos



**AUTORIA:** Edijan Santos Costa. Local: Capela-SE. Data: 20/07/2021.

A imagem acima apresenta a fachada da Escola Estadual Coelho e Campos, que sucedeu ao Grupo Escolar de mesmo nome. Após sucessivas reformas, optou-se por manter a inscrição original do prédio como “Grupo Escolar Coelho e Campos” e as janelas de ventilação do falso porão foram fechadas. O grupo escolar permanece localizado à Praça Manoel Cardoso de Souza, nº 99, Centro, Capela, Sergipe, Brasil.

A instituição funciona nos três turnos: pela manhã, turmas do 2º ao 5º ano (Ensino Fundamental I); à tarde funcionam turmas do 6º ao 9º ano (Ensino Fundamental II); e, à noite, Ensino de Jovens e Adultos (EJAEM). A infraestrutura da escola conta com 6 salas de aula, sala de diretoria, sala de professores, sala de secretaria, laboratório de informática, cozinha, biblioteca, banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, banheiro com chuveiro, despensa, almoxarifado e pátio coberto.

### Para saber mais

AZEVEDO, Crislane Barbosa. **Grupos escolares em Sergipe (1911-1930):** cultura escolar e civilização. Salvador. 253p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado da Bahia, 2006.

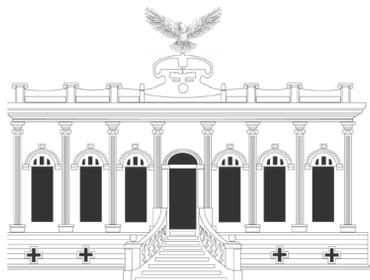
CRUZ, Maria Madalena da Silva Cruz. **A trajetória do Grupo Escolar Coelho e Campos (1918-1945).** 2002. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da Modernidade:** a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1922). São Cristóvão: EDUFS, 2013.

# A PRIMEIRA “ÁGUIA” EDUCACIONAL EM SERGIPE DURANTE O GOVERNO DE GRACCHO CARDOSO: O Grupo Escolar Gumercindo Bessa

Anne Emilie Souza de Almeida Cabral



❁  
51  
❁

Durante os anos de 1922 a 1926 esteve à frente de Sergipe o Sr. Graccho Cardoso, que desenvolveu diversos empreendimentos para reformar o Estado. Um desses empreendimentos foi a criação de grupos escolares nos interiores sergipanos, 10 no total, dois na capital e oito no interior. A cidade de Estância foi a primeira a ser contemplada com um grupo escolar durante o governo de Graccho Cardoso.

Graccho Cardoso buscou inaugurar grupos escolares nos lugares mais populosos de Sergipe. Segundo França e Graça (2000), Estância surgiu com a povoação de outra cidade, Santa Luzia, e sua primeira atividade econômica foi a pecuária, por isso o seu nome, que significa fazenda de gado. Em 1831, tornou-se o centro urbano mais comercial e mais populoso de Sergipe, juntamente à cidade de Laranjeiras. Por isso, a instalação de um grupo escolar nesse espaço territorial.

Cada grupo escolar criado durante o governo de Graccho Cardoso possuía uma estátua em forma de águia encimada em seus edifícios. O Grupo Escolar Gumercindo Bessa foi o primeiro criado nes-

se governo, construído na praça principal da cidade de Estância, ficando em outro lado, a Igreja Matriz. Era nos locais mais centrais de cada cidade que o governante tinha essa preocupação em construir as instituições educativas (Berger, 2006).

Vale destacar que as obras do prédio foram iniciadas no governo anterior, de Sr. José Joaquim Pereira Lobo (1918–1922), mas só seria inaugurado pelo Presidente Graccho Cardoso, no dia 9 de maio de 1923. Criado pelo decreto N° 802, de 19 de abril de 1923, o grupo funcionou em dois turnos: um pela manhã, para o gênero feminino, e outro no turno da tarde para o gênero masculino, uma vez que naquele período não havia se instalado o ensino misto (Berger, 2006).

O Grupo Escolar Gumercindo Bessa, inaugurado pelo Presidente Graccho Cardoso, no dia 9 de maio de 1923, e teve como primeiro diretor o Dr. Manoel José da França, porém a sua permanência na direção foi breve, já que em 13 de abril de 1925 ele passou exercer o cargo de diretor no Grupo Escolar General Valladão em Aracaju<sup>1</sup>. Em seguida assumiu a coordenação do grupo Escolar Jardelina Góes Fontes em abril de 1925.

No processo de inauguração do Grupo Escolar Gumercindo Bessa houve festividades para celebrar esse acontecimento. A programação das festividades de inauguração era noticiada nos principais jornais do Estado, dentre eles o *Diário Oficial* e *Correio de Aracaju*, tanto em datas anteriores e posteriores ao evento. Em abril e maio de 1923, o jornal *Correio de Aracaju* divulgou diversas reportagens sobre o primeiro grupo criado em Estância. Na sua edição de 8 de maio de 1923, na coluna “Presidência do Estado”, anunciava:

O Exmo. Sr. Dr. Graccho Cardoso seguirá hoje para Estância, em companhia de sua Exma. consorte, d. Joelina Cardoso, e algumas pessoas gradas, com o fim de inaugurar amanhã o Grupo Escolar Gumercindo Bessa”.<sup>2</sup>

.....  
1 Diário Oficial de Sergipe, 21 de abril de 1925, anno VI, n° 1566, p. 3 (141 anos).

2 Jornal Correio de Aracaju, 8 de maio de 1923, anno XVI, no. 3.664, p. 1.

Nos dias seguintes à inauguração, 9 e 11 de maio, a reportagem intitulada "A Excursão Presidencial" na coluna "Notas e Fatos" do jornal *Correio de Aracaju* destacava a manifestação carinhosa do povo estanciano ao governador.

É interessante que durante o ano de 1923 cada sala de aula presente no edifício carregava o nome de alguma pessoa ilustre. De acordo com o livro de relação de material do Grupo Escolar Gumerindo Bessa, os nomes eram os seguintes: 1º ano - sala Bispo Severino; 2º ano - Dr. Constantino Gomes de Souza; 3º ano - Dr. José Lourenço de Magalhães; e 4º ano - Professor Joaquim Mauricio Cardoso, além do Gabinete do diretor.

O nome do grupo refere-se ao jornalista e jurista de renome nacional nascido em Estância no ano de 1859. Gumerindo Bessa fez o curso primário e secundário na mesma cidade em que nasceu, depois estudou no Seminário Episcopal, porém não concluiu o curso. Em seguida, estudou na Faculdade de Direito de Recife, concluindo o curso em 1885. Exerceu as funções de promotor na cidade de São Cristóvão, foi jornalista no periódico *A Reforma*, advogado e chefe de polícia durante o governo de Manuel Valadão, e juiz de casamento, desembargador e Presidente do Tribunal de Apelação do Estado de Sergipe.

Destaca-se na trajetória de Gumerindo Bessa um momento de embate que ele teve com o então jurista brasileiro Rui Barbosa, referente ao território do Acre, sendo Bessa vitorioso nesse embate. No dia 24 de agosto de 1913, Gumerindo Bessa faleceu deixando um legado de conhecimentos jurídicos e jornalísticos em Sergipe.

No ano de 1961, a denominação do Grupo passou a ser Escola de 1º Grau Gumerindo Bessa devido à Lei de Diretrizes e Bases 4024, de 20 de dezembro de 1971. Com a LDB de 1996, o nome da escola muda para Escola Estadual Gumerindo Bessa. Em 1970, o grupo escolar passou a funcionar em um outro edifício, também

localizado na cidade Estância. Atualmente, no edifício do antigo grupo escolar funciona a Diretoria Regional da Secretaria Estadual da Educação.

É importante destacar que a comunidade estanciana poderá celebrar o centenário do antigo Grupo Escolar Gumercindo Bessa em 2023. Hoje, a atual Escola Estadual é uma referência para a história de Estância e, diante disso, pode ser considerada como patrimônio da localidade, sobre o qual as iniciativas públicas devem se atentar para a preservação de seu acervo escolar material e imaterial.

### Para saber mais

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Celebração do civismo e promoção da educação**: O cotidiano ritualizado dos Grupos Escolares de Sergipe no início do século XX. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/RP6qzwb6hVWdtjYYgtS9MsK/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 20212.

### REFERÊNCIAS

BERGER, Miguel André; ALMEIDA, Anne Emilie Souza de. As Festas de Inauguração dos Grupos Escolares como veículo de difusão da modernidade. **Caderno do Estudante (UFS)**, v. 5, p. 64-69, 2007.

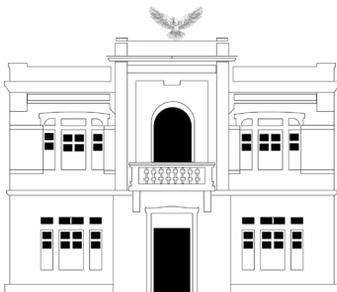
BERGER, Miguel André. A instrução pública em Sergipe na era da modernidade – Analisando a trajetória dos Grupos Escolares. **Relatório apresentada a FAP-SE**. São Cristóvão, 2006.

BESSA, Gumercindo. In: ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário de Verbetes na Primeira República**. São Paulo: FGV, 2015. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BESSA,%20Gumercindo.pdf>. Acesso em: 09 set. 2019.

FRANÇA, Vera Lúcia A.; GRAÇA, Rogério Freire. **Vamos conhecer Estância**. Prefeitura Municipal de Estância, 2000.

# GRUPO ESCOLAR OLYMPIO CAMPOS

Elias Marciel Soares



Os grupos escolares espalharam-se por Sergipe no governo de Graccho Cardoso (1922–1926), sendo inaugurados os seguintes grupos no interior sergipano: Gumercindo Bessa, em Estância (1923); Olímpio Campos, em Vila Nova, atual Neópolis (1923); Vígário Barroso, em São Cristóvão (1923); Sílvio Romero, em Lagarto (1923); Coronel João Fernandes, em Propriá (1924); Severiano Cardoso, em Boquim (1925); e Fausto Cardoso, em Anápolis (1925), atual Simão Dias (Azevedo, 2009, p.111).

Dentre os grupos escolares edificados, destacamos a construção do Grupo Escolar Olímpio Campos, na então cidade de Vila Nova, contemporaneamente denominada Neópolis. Mesmo sendo idealizado pelo presidente do estado, General Valladão (1914–1918), a inauguração do prédio só ocorreu no ano de 1923, na gestão de Graccho Cardoso que, em seu discurso, reforça o período de duração da obra:

Tendo começado a minha gestão a 24 de Outubro de 1922, inaugurava, em Maio de 1923, o primeiro grupo escolar na cidade de Estância, sob o patronímico de Gumersindo Bessa. Essa obra durou de 1918 aos fins de 1922, sendo pecuniariamente solvido o respectivo contracto na actual administração. Veio logo depois o Grupo Olympio Cam-



55



pos, em Villanova, iniciado também em 1917, para servir de reunião de escolas. Já encontrei acabada a construção desse edifício, que é péssima, limitando-me, simplesmente, a rematar o respectivo acabamento, quando de sua entrega à população (Sergipe, 1925, p. 14, grifos nossos).

Algumas alterações foram feitas no projeto do prédio, inserindo características que remetiam ao governo de Graccho Cardoso. Essa era uma forma de criticar a gestão anterior e reforçar a ideia de um presidente construtor, empreendedor e condutor da modernidade. A expansão dos Grupos Escolares em vários municípios significou também levar um ensino planejado e moderno para um número maior de crianças.

Conforme Azevedo (2009), a implantação dos grupos escolares em Sergipe no século XX desempenhou dupla função, a de monumento e a de promoção do embelezamento das cidades, concedendo à população novos hábitos para tornar os cidadãos escolarizados, promovendo princípios de uma sociedade desenvolvida intelectualmente, respeitando a ordem social. Essas instituições trouxeram inovações pedagógicas e dialogavam com a modernidade, arquitetura e modelo de escola inovadora.

Reis (2018) afirma que, por ser palco de uma das novidades nas terras sergipanas da época, as fábricas de tecido, Vila Nova necessitava de profissionais qualificados. É importante destacar que as obras do grupo escolar em Vila Nova foram contratadas pelo industrial Augusto César Antunes, reforçando o interesse da elite industrial na expansão dos grupos e frisando a ideia de que os grupos escolares também deveriam moldar os corpos para o trabalho fabril. A Fábrica de Fiação e Tecidos de Algodão, localizada em Vila Nova, contava com 580 operários.

Dessa forma, a implantação do Grupo Escolar Olímpio Campos tornou-se importante já que, por ser a primeira escola com uma

estrutura considerada adequada ao ensino, mudava o panorama educacional de Vila Nova. Reis (2018) aponta que o referido grupo funcionava no período noturno e destinava-se aos operários, contando com uma matrícula de 49 alunos entre rapazes e moças.

O nome da instituição foi uma homenagem ao Monsenhor Olímpio Campos que nasceu no Engenho Periquito, no município de Itabaianinha (SE), em 25 de junho de 1853. Deputado provincial pelo Partido Conservador em 1882 e 1884, destacou-se também na luta pelo retorno da educação religiosa nas escolas públicas de Sergipe. Pelos serviços prestados à Igreja Católica, em 1899, recebeu do Papa Leão XIII o título de Monsenhor. Foi eleito Presidente do Estado de Sergipe em 24 de outubro de 1889 e governou até 1902. Em 1906, foi assassinado.



57



No que diz respeito ao plano arquitetônico dos grupos escolares, era necessário chamar atenção da sociedade para a grandiosidade e perfeição dos seus prédios que, geralmente, eram construídos em locais estratégicos para ganhar mais visibilidade. Foram criados para serem vistos e admirados pela população, colocando-se na paisagem urbana das cidades sergipanas como prédios públicos modernos que iriam auxiliar no progresso educacional. Pensando nisso, o Grupo Escolar Olímpio Campos foi instalado na Praça General Valadão com a finalidade de propiciar a educação estética, pois a população poderia contemplar os prédios públicos símbolos da modernidade educacional.

Mesmo com os discursos de escolas modernas e inovadoras, o Grupo Escolar Olímpio Campos ficava à sombra do que diziam os governantes da época. Azevedo (2009) nos diz que no ano de 1926, o referido grupo vivenciou um problema que prejudicou a formação e a promoção dos alunos, quando a professora indicada para a cadeira tomou posse às vésperas do encerramento das aulas. O delegado regional Gomes Netto, ao examinar o Grupo Es-

colar Olímpio Campos, registrou problemas relacionados à falta de recursos didáticos e objetos escolares que deveriam auxiliar no trabalho da instituição.

Por ser uma instituição escolar importante para a educação primária sistematizada, o Grupo Escolar Olímpio Campos abrigou em seus salões a Escola Municipal 3 de Maio por mais de um ano. Dessa forma, o grupo auxiliou no combate ao analfabetismo da região.

No governo de José Rollemberg Leite (1947–1951), o Grupo Escolar Olímpio Campos passa por uma reforma concluída em 1950. No mesmo ano foi reinaugurado, recebendo a denominação de Grupo Escolar Marechal Pereira Lobo, em homenagem ao presidente do estado que contribuiu para a sua construção. Atualmente, o então Grupo Escolar Marechal Pereira Lobo, se chama Centro de Excelência Marechal Pereira Lobo (CEMPL) e fica localizado na cidade de Neópolis.

Em 2022, o Centro de Excelência Marechal Pereira Lobo conta com 139 discentes matriculados no 9º ano do ensino fundamental e nas três séries do ensino médio nos turnos matutino, vespertino e noturno. O corpo docente é composto por 24 professores somados a 22 funcionários que tratam das questões administrativas e pedagógicas. No que diz respeito às características arquitetônicas do CEMPL, a instituição possui 9 salas e fica localizada na Praça Monsenhor José Moreno de Santana, nº 139, no centro de Neópolis. O último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do CEMPL foi de 4,8 para o ensino fundamental, e de 4,0 para o ensino médio.

## Para saber mais

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Arquitetura e Grupos Escolares em Sergipe: uma relação entre espaço e educação na escola primária. **Outros Tempos: Pesquisa Em Foco** - História. Volume 7, número 10, dezembro de 2010. Dossiê História e Educação, p. 119-142. Disponível em: [https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros\\_tempos\\_uema/article/view/93](https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/93). Acesso em: 05 fev. 2024.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. **O ideário Modernizador do Governo Graccho Cardoso (1922-26) e a reforma da instrução pública de 1924 em Sergipe**. 2009. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas) - UFRGN. 2009. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN\\_82fe160702244485ff0a-baeaa9120544](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_82fe160702244485ff0a-baeaa9120544). Acesso em: 05 fev. 2024.



59



GUARANÁ, Armindo. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de janeiro: Pogetti &C. 1952. p.237. Disponível em: <http://arrow.latrobe.edu.au/store/3/4/3/8/0/public/B20396442ptL-Rpp193-251.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2024.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecoss da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)**. 2009, 228f. Dissertação (Mestrado em Educação). São Cristóvão, UFS, 2009. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4711>. Acesso em: 05 fev. 2024.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Crislane Barbosa. **Grupos Escolares em Sergipe (1911-1930): cultura escolar, civilização e escolarização da infância**. Natal: EDUFRN, 2009.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pogetti &C. 1952.

REIS, Wendel Mota dos. **História do Lugar, Ensino de História e Novas Tecnologias: Uma proposta para o trabalho docente no Ensino Médio**.

2018, 113f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). São Cristóvão, UFS. 2018.

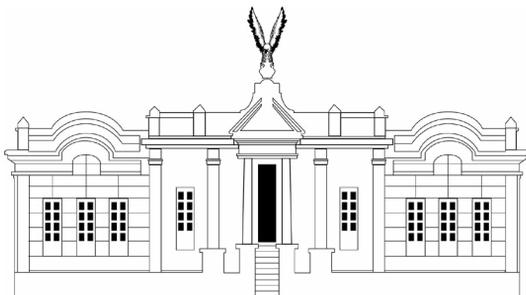
SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da Modernidade:** a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926). São Cristóvão: EDUFS, 2013.

SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1925, ao instalar-se a 3ª Sessão Ordinária da 15ª Legislatura. Pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado.** Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=720534&pagfis=2001>. Acesso em: 05 fev. 2024.



# GRUPO ESCOLAR VIGÁRIO BARROSO SÃO CRISTÓVÃO/SE

Rosemeire Marcedo Costa



Em 1923, o então governador de Sergipe, Maurício Graccho Cardoso, decretou que fosse transformada “[...] a sombria masmorra de São Christovam no Grupo Escolar Vigário Barroso [...]” (Sergipe, 1925, p. 14). Tal atitude mostra que havia razões públicas e motivos privados para desativar cadeias e criar grupos escolares. Isso fica evidente quando, por meio do Decreto nº 783, de 24 de fevereiro de 1923, Graccho Cardoso converteu em escolas oito cadeias públicas, incluída a de São Cristóvão, nas cidades de Estância, Lagarto, Itabaiana, Laranjeiras, Capela, Neópolis e Santo Amaro. Dentre os argumentos que justificaram a decisão destacou que “os edifícios que servem a essas prisões melhores vantagens trarão, aos destinos da colectividade, sendo transformados em escolas” (Cardoso, 1929, p. 79). Assim, as cadeias públicas deram lugar a escolas para melhor atender a população e garantir ao governante o *status* de defensor da preconizada modernidade pedagógica, nos idos da Primeira República.

A cadeia pública de São Cristóvão não sofreu substanciais mudanças em sua estrutura física para a instalação do Grupo Escolar Vigário Barroso. Conforme destaca Santos (2011) manteve seu tra-  
.....

1 Neste texto será preservada a grafia original dos documentos.



61

çado original, preservando as características do barroco colonial. Isso mostra o quanto a escola e o quartel tinham semelhanças. Assim, não era somente o quartel que poderia ser aproveitado como prédio escolar, de modo que um grupo escolar, por suas peculiaridades, estaria apto a abrigar um quartel, o inverso também poderia acontecer.

O edifício do Grupo Escolar Vigário Barroso não era dos mais suntuosos a exemplo do Grupo Escolar Silvio Romero, em Lagarto. Mas, como bem ressalta o pesquisador Magno Francisco “[...] a marca da monumentalidade estava presente na obra, pois o sobrado era um dos mais imponentes da cidade de São Cristóvão e a localização era altamente privilegiada, pois além de ficar na praça principal, estava situada defronte à igreja matriz” (Santos, 2011, p. 8).



62



O Grupo escolar Vigário Barroso foi inaugurado em setembro de 1923, mesmo ano em que chegou a luz elétrica na cidade de São Cristóvão. A ideia da criação de um grupo escolar na antiga capital de Sergipe foi gestada nos governos de Manuel Oliveira Valadão e de Pereira Lobo, antecessores de Graccho Cardoso. O projeto inicial era que o grupo escolar fosse fundado no Palácio Provincial<sup>2</sup> e recebesse a denominação de Grupo Escolar Barão de Estância. Mas, o que se viu foi a desativação da cadeia pública para ser instalada a escola que homenageou o “maior orador sacro de Sergipe”, o vigário Barroso. Evidentemente, a marcante influência política, educacional e religiosa de José Gonçalves Barroso<sup>3</sup> lhe rendeu o nome estampado no grupo escolar localizado no centro da cidade.

.....

- 2 Atualmente funciona o Museu Histórico de Sergipe. Propriedade do Estado. Localizado na Praça São Francisco, em São Cristóvão. Tombado sob o Decreto nº 22.148, de 08 de setembro de 2003. Consultar Carvalho (2006).
- 3 Nasceu na então vila de Laranjeiras a 21 de março de 1821 e faleceu na cidade de S. Cristóvão a 17 de setembro de 1882. Ocupou, dentre outros, os cargos de professor de Filosofia Racional e Moral em 1845 e de secretário e lente de Filosofia em 1846 do extinto Liceu de S. Cristóvão.

O homenageado constituiu seu nome em São Cristóvão na época imperial e “mesmo após a mudança da capital provincial, o vigário Barroso permanecia nutrido de capital político, como um agente que dialogava com lideranças vinculadas ao poder e angariava fundos para a manutenção do patrimônio religioso da cidade” (Santos, 2021, p. 357).

Nos anos 1960, o grupo escolar abrigou o ginásio São Cristóvão, que foi inaugurado em 24 de outubro daquele ano e vinculado à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG). O ginásio funcionava à noite.

Ao longo dos anos, o espaço que abrigou o Grupo Escolar Vigário Barroso sofreu modificações, funcionando ora como órgão da administração pública municipal, ora cedendo o espaço para receber alunos de outras instituições escolares, como no caso da Escola Estadual Senador Paulo Sarasate.

O grande projeto da Primeira República, criar grupos escolares símbolos da modernidade, como nos ensina Souza (1998), se consolidou na cidade de São Cristóvão, pois ali havia todo um ambiente favorável à instalação do edifício que chamava a atenção da população e marcava a paisagem urbana.



**Figura 4:** Fachada do Grupo Escolar Vigário Barroso



**Fonte:** acervo particular da autora (Fevereiro/2022).

Para saber mais

❁  
64  
❁

AZEVEDO, Crislane Barbosa. **Grupos escolares em Sergipe (1911-1930): cultura escolar e civilização**. Salvador. 2006. 253 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado da Bahia, 2006.

AZEVEDO, Crislane B. **A modernidade no governo Graccho Cardoso (1922-1926) e a reforma educacional de 1924 em Sergipe**. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2015.

SANTOS, Magno Francisco de J. "O quartel infantil: representações dos grupos escolares sergipanos". **Scientia Plena**, vol. 7, nº 7, 2011. Disponível em: [www.scientiaplena.org.br](http://www.scientiaplena.org.br). Acesso em: 14 fev. 2022.

## REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **História e teoria social**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CARVALHO, Ana Conceição Sobral de; ROCHA, Rosina Fonseca (Org.). **Monumentos sergipanos: bens protegidos por lei e tombados através de decretos do Governo do Estado**. Aracaju: Sercore, 2006.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações.**

Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988. 244 p.

SANTOS, Ane Luíse Silva Mecnas. “D’um abismo passamos a outro maior”: o patrimônio religioso da cidade de São Cristóvão (1835-1870). **Patrimônio e Memória**. Assis, SP, v.17, nº 2, p. 343-362, julho-dezembro de 2021.

SOUZA, Rosa Fátima de. **“Templos de civilização”**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.



# GRUPO ESCOLAR SÍLVIO ROMERO LAGARTO-SE

Claudefranklin Monteiro Santos



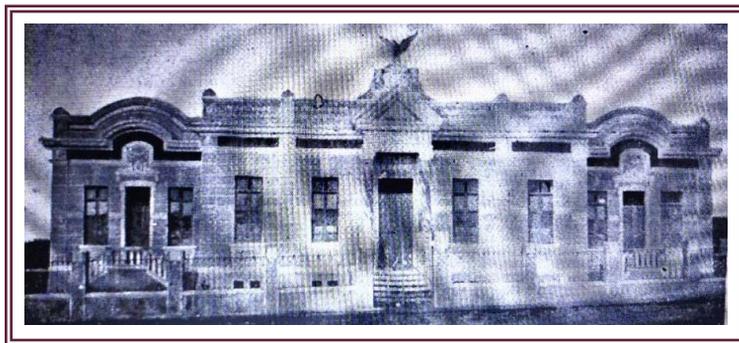
A sede da primeira escola pública de Lagarto, o Grupo Escolar Sílvio Romero<sup>1</sup>, localizado no Largo do Rosário (atual Praça Manoel Emílio de Carvalho), foi idealizada pelo engenheiro civil Adolpho Espinheira Freire de Carvalho. Sua construção foi concluída no dia 22 de julho de 1923, ocasião de sua inauguração na gestão do presidente do Estado de Sergipe, Maurício Graccho Cardoso (1922 – 1926). Segundo consta em seu livro de matrícula, as atividades escolares tiveram início no mês de setembro, com o registro de 79 alunos no primeiro ano; 49 no segundo e 26 no terceiro.

Adepto ao ideário escolanovista propagado pelo chamado grupo dos Pioneiros da Educação, liderado pelo intelectual Fernando de Azevedo, Graccho Cardoso encampou uma profunda reforma educacional e cultural em Sergipe nos anos 20. O Estado, nessa época, deu um salto de qualidade. Praticamente todo o território sergipano foi beneficiado por suas ações. Prova disso foi a queda substancial do índice de analfabetismo que beirava os 70% em 1920.

.....  
1 O local foi cadeia pública no final do século XIX. Em mensagem, Graccho Cardoso deu a saber que algumas prisões públicas eram inúteis e foram transformadas em escolas, mediante decreto de nº 783, de 24 de fevereiro de 1923. Além de Lagarto, foram também os casos de Itabaiana, Laranjeiras, Estância, Capela, Vila Nova, Santo Amaro e São Cristóvão.

A *Revista FON-FON*, de circulação nacional, do dia 29 de agosto de 1925, destacou esse investimento massivo e efetivo em educação na administração de Graccho Cardoso, com matéria ilustrada com fotografias dos grupos escolares da época, a exemplo do Grupo Escolar Sílvia Romero: “A instrução é uma verdade no Estado de Sergipe, pois está disseminada por todos os cantos, mesmo pelos mais longínquos...” (p. 56).

**Figura 5:** Grupo Sílvia Romero (Lagarto-SE)



**Fonte:** Revista FON-FON. Ano XIX, nº 35, Rio de Janeiro-RJ. 29.08.1925, p. 56.

De acordo com Miguel André Berger (2005), o Grupo Escolar Sílvia Romero foi planejado para atender não só a uma concepção pedagógica daqueles tempos, marcada pelo método intuitivo e pelo método analítico de ensino da leitura, mas também para enfatizar a feição monumentalizante da arquitetura de então.

No que diz respeito à sua estrutura, e a julgar pelo trabalho de Cristina Valença de Almeida (2005), o Grupo Sílvia Romero correspondia aos preceitos higiênicos da época. O prédio atendia à necessidade de se ter salas arejadas, com espaço para ventilação e para a luminosidade. São quatro vãos grandes, com janelas por todos os lados, um corredor no meio e um teto alto. Áreas abertas, arborizadas, cercadas por muros e um gradil na frente. Não foi sem razão que o primeiro diretor do estabelecimento era um farmacêutico, o sr. João Damasceno.

Outros detalhes estruturais do prédio, abordados por Thétis Nunes (2008), podem ser verificados no Grupo Sílvio Romero mesmo atualmente: “[...] identificados pela elegância e sobriedade das linhas arquitetônicas, lembrando o neoclássico, e encimados por uma águia” (p. 254).

Vale salientar também a presença da Igreja Católica nos destinos do lugar, apesar da separação entre Igreja e Estado com a Constituição de 1891. Nesse sentido, nota-se a atuação destacada do padre Possidônio Rocha à frente daquela instituição que o alçou mais tarde à condição de Diretor de Instrução Pública do Estado de Sergipe. Durante a gestão do sacerdote, conforme atesta pesquisa de Degenal de Jesus da Silva (2021), havia um empenho na realização de festas, notadamente cívico-patrióticas. Em que pese a boa administração de Rocha, relatórios de visita de inspeção pública já atestavam em tão pouco tempo (1927) a necessidade de intervenções no sentido de reparar algumas estruturas do lugar.

Sobre o patrono, trata-se de Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero, natural de Lagarto, aos 21 dias de abril de 1851, filho de André Ramos Romero e Maria Vasconcelos da Silveira Ramos. Viveu e estudou os primeiros anos de sua vida em terra natal, entre a casa no centro da cidade e o engenho dos avós na zona rural. A partir dos 12 anos, migra, primeiro para o Rio de Janeiro, onde fez as humanidades, e depois Recife, onde se diplomou em Direito em 1873. Na capital pernambucana, fez história com o conterrâneo sergipano Tobias Barreto, mais de perto na Escola do Recife. Retornando ao Rio de Janeiro, se fixou em definitivo consolidando uma carreira multifacetada e promissora, não somente no Direito, mas também no jornalismo e na crítica literária, com inúmeras publicações, alcançando reconhecimento nacional e internacional. Foi um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras. Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 18 de junho de 1914, com apenas 63 anos de idade.

Observou-se o esvaziamento educacional do Grupo Escolar Sílvio Romero durante os governos que sucederam o de Graccho, em especial até a primeira metade da década de 50, como eram adeptos do getulismo e, de praxe, tinham o afã de apagar a memória das ações administrativas de seus inimigos políticos. Entre os anos 60 e 80, especialmente com a construção da nova sede do Grupo Sílvio Romero (hoje Escola Estadual Sílvio Romero), mais moderno e mais amplo, na Av. Francisco Gracez, o prédio foi de tudo um pouco: Secretaria de Segurança Pública (4ª Ciretran); escritório regional da ANCARSE (EMATER); merenda escolar; curso de corte e costura e Escola Chapeuzinho Vermelho.

Em Carta ao Leitor de 20 de agosto de 1988 (capa do Jornal de Sergipe), o escritor Euclides Oliveira, ex-aluno da instituição, lamentava o estado de abandono do prédio e pedia que alguma coisa fosse feita o mais rápido possível. Na nota, faz memória aos professores Maria Catarina Mendes da Silveira, José Olinó de Andrade Lima e João Damasceno.

No dia 3 de maio de 1990, o presidente da Câmara Municipal de Lagarto, Manoel Messias dos Santos, encaminhou o ofício de nº 193/90 à secretária de Estado da Cultura e Meio Ambiente, professora Aglaé D'Ávila Fontes de Alencar, sugerindo o tombamento do antigo prédio do Grupo Escolar Sílvio Romero, em Lagarto-SE. A propositura foi do vereador José Dias dos Santos, que na Indicação 07/90 apresentou uma série de razões para o intento: lamentou o estado de precariedade do referido bem cultural, destacou a importância de seu valor arquitetônico, chamou a atenção para a urgência de uma reforma sob pena de ocorrer um desabamento e fez lembrar ao Governo de Sergipe do seu dever público de “impedir a destruição de bens de valor histórico, artístico-cultural”. Para tanto, fez a solicitação de tombamento amparado pela Constituição Estadual, em seu parágrafo 1º, inciso V, do artigo 226,

que versa sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural do Estado de Sergipe.

À época, tão logo tomou ciência da solicitação do vereador lagartense, a professora Aglaê deu encaminhamento ao processo, designando Ana Conceição Sobral de Carvalho, chefe do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico, responsável pelo levantamento de dados para posterior apreciação do pedido. Foram juntadas seguintes peças: biografia de Sívio Romero, assinada pela professora Nádia Maria Pimentel de Santana; relatório de inspeção do grupo, constando de dados como tipo de arquitetura, localização, histórico, proprietário (Governo de Sergipe), características arquitetônicas e sugestões de intervenção, além de fotografias do local (frontispício, laterais, fundos e terreno adjacente).



70



O processo tramitou por um ano, passando por alguns órgãos do Governo, tais como o Conselho Estadual de Cultura, sob a presidência da professora Maria Thétis Nunes; e a Câmara de Ciências e Patrimônio Histórico e Artístico, cujo relator foi o professor Fernando Lins de Carvalho que, em 21 de maio de 1991, apresentou parecer favorável ao tombamento do Grupo Escolar Sívio Romero, com ponderações importantes, ressaltando que a instituição foi responsável pela formação de várias gerações de lagartenses e sergipanos notáveis.

Para corroborar ainda mais o parecer favorável do professor Fernando Lins, o professor Luiz Antônio Barreto, que também fazia parte do Conselho de Cultura, apresentou ao órgão um adendo, no dia 28 de maio daquele ano, vislumbrando a reforma do lugar e seu tombamento para uso cultural e também para colaborar no fomento de uma política de educação patrimonial que fizesse memória à cultura lagartense e a alguns de seus intelectuais e artistas, a exemplo de Sívio Romero, Laudelino Freire, Aníbal Freire, Abelardo Romero, Enock Santiago, entre outros.

No mesmo dia, em sessão plenária, o Conselho Estadual de Cultura aprovou por unanimidade o pleito da Câmara de Vereadores de Lagarto, tombando o Grupo Escolar Sílvio Romero. Entre os conselheiros: Maria Thetis Nunes (presidente), Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, Ana Conceição Sobral de Carvalho, Ofenísia Soares Freire, Silene Lazário Alves, Aldeci Figueiredo Santos, Luiz Antônio Barreto, Fernando Lins de Carvalho, Antonio Ponciano Bezerra, João Alves do Nascimento e Emanuel Franco.

Na época do Tombamento do Grupo Escolar Sílvio Romero, maio de 1991, no Governo de João Alves Filho (1991– 1995), pela Lei nº. 2.960, de abril de 1991, transformou-se a Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia em Secretaria de Estado da Educação e Cultura, deixando a FUNDESC e a FUNDAP como órgãos ligados à mesma. A reforma do Grupo Escolar Sílvio Romero só se concretizou na gestão de Albano Franco (1995–2003), graças ao empenho de Luiz Antônio Barreto. Luiz transformou os antigos grupos escolares de Sergipe em memoriais, cada um de acordo com uma temática regional.

Na gestão do Secretário de Educação, o lagartense Luiz Antônio Barreto, o grupo foi reformado para funcionar o Memorial de Lagarto (extinto), cuja missão deveria ser “[...] estudar os ciclos econômicos, a formação da propriedade agrícola e pastoril, a ocupação da terra, os métodos e técnicas agrícolas, a presença dos elementos formadores da sociedade e da cultura brasileiras especialmente localizadas em Sergipe”, segundo Decreto nº 18.772, de 02 de maio de 2005.

Daquele ano até 2005, o espaço foi revitalizado em todos os sentidos e funcionou vivamente com atividades voltadas para a cultura e para a memória cultural: exposições permanentes de indumentárias folclóricas, fotografias e objetos antigos, exposições temporárias de artes plásticas, lançamentos de livros, saraus, voz e

violão, apresentações teatrais e folclóricas, palestras, projeções de filmes, e documentários, além de pesquisas e visitas de alunos de Lagarto e de várias partes do Estado.

Em parceria com o Poder Executivo Municipal, passou a funcionar no prédio a Biblioteca Municipal José Vicente de Carvalho. Graças à sua estada no local, o grupo permaneceu útil e preservado por anos. Em 2005, o Estado alegou falta de recursos e fechou os memoriais. Com a mudança da Biblioteca Municipal para espaços próprios ou alugados pela Prefeitura Municipal de Lagarto, o grupo foi fechado e paulatinamente, caiu no esquecimento.

Ícones da propaganda republicana no início do século XX, conforme afirma Magno Santos (2013, p. 29), grupos como o Sílvio Romero “[...] se tornaram os maiores símbolos do ensino primário, responsáveis diretos pela construção da identidade escolar e fortalecimento da imagem da escola”, suntuosos e modernos foram engolidos pelas modernidades de outros tempos, ficando alguns deles, a exemplo deste, num lamentável e triste estado de abandono, sobrevivendo e resistindo, inclusive a dois princípios de incêndio, precariedade que atravessou os governos de Marcelo Déda (2007– 2013) Jackson Barreto (2013–2018) e segue na gestão de Belivaldo Chagas (2018-2022).

Depois de seis anos de luta e reivindicações constantes de membros da Academia Lagartense de Letras (ALL), tendo o apoio da imprensa local e de parte considerável da sociedade lagartense, no dia 1 de junho de 2023, o governador Fábio Mittidieri assinou a ordem de serviço para a reforma do prédio, contando com emendas parlamentares do deputado federal Fábio Reis.

O lugar deve voltar a funcionar como Casa da Cultura Sílvio Romero e sede da Academia Lagartense de Letras entre 2024 e 2025.

**Figura 6** - Grupo Escolar Sílvio Romero



**Fonte:** Acervo: Claudefranklin Monteiro. imagem frontal registrada no dia 22.07.2021, por ocasião do segundo princípio de incêndio, evitado pelo Corpo de Bombeiros local.

### Para saber mais



73



AZEVEDO, Crislane de. Modernidade e educação em Aracaju: a instalação e o funcionamento dos grupos escolares (1911-1930). **Revista de Aracaju**. Prefeitura Municipal de Aracaju. Aracaju: FUNCAJU, 2005. Número 11, pp. 65-86.

Em Lagarto, prédio histórico do Grupo Escolar Sílvio Romero é atingido por incêndio. *In:* Redação do Portal A8SE. <https://a8se.com/noticias/sergipe/predio-historico-do-grupo-escolar-silvio-romero-e-atingido-por-incendio/> Publicado em 22 de julho de 2021. Acesso em: 06 dez. 2021.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. Grupo Escolar Sílvio Romero - Uma Trajetória de Descaso e de Abandono. **Revista Realce**, Lagarto-SE, p. 21 - 21, 20 jun. 2012.

### REFERÊNCIAS

BERGER, Miguel André. Os grupos escolares e as festas para difusão da instrução e da civilidade. **Revista do Mestrado em Educação**, UFS, v. 11, pp. 51-68, jul./dez. 2005.

Livro de matrícula do Grupo Escolar Sílvio Romero (1923-1939). Acervo do Colégio Estadual Sílvio Romero, Lagarto-SE.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 setembro de 1923, pelo Presidente do Estado. Maurício Graccho Cardoso. 1923. pp. 8-9.

NUNES, Maria Thétis. **História da Educação e Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

OLIVEIRA, Euclides. Carta do Leitor. Abandonado e Ferido. *In: Jornal de Sergipe*. Aracaju-SE, 20 de agosto de 1988. Capa.

Processo de Tombamento do prédio Sílvio Romero em Lagarto. CEC. 036. Governo de Sergipe, 1990.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da Modernidade**. A arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926). São Cristóvão: EDUFS, 2013.

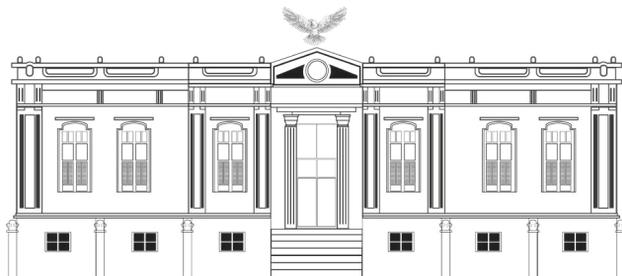
Sergipe sob os impulsos do progresso. *In: Revista FON-FON*. 29 de agosto de 1925. Rio de Janeiro. pp. 48-84.

SILVA, Degenal de Jesus da. **Dionísio Republicano**. As festas dos grupos escolares sergipanos e os outros olhares (1911-1930). Curitiba: CRV, 2021.

VALENÇA, Cristina de Almeida. Civilizar, regenerar e higienizar: a implantação das práticas higienistas na educação sergipana. **Revista de Aracaju**. Prefeitura Municipal de Aracaju. Aracaju: FUNCAJU, 2005. Número 11, pp. 45-64.

# O PALÁCIO ESCOLAR: o majestoso Grupo Escolar Manoel Luiz

Anne Emílie Souza de Almeida Cabral



O edifício do Grupo Escolar Manoel Luiz, localizado na Avenida Pedro Calazans, defronte a uma das principais praças da cidade –Praça da Bandeira – ainda chama atenção. O Grupo foi criado no dia 30 de janeiro de 1924, quando o Presidente do Estado e sua comitiva realizaram a solenidade de inauguração<sup>1</sup>. Compunham a comitiva diversas autoridades, dentre elas: o professor Abdias Bezerra, Dr. Hinaldo Cardoso, Freire de Carvalho, Lauro Andrade, Serzedello Mendes, Alfredo Aranha, Nello Selmi Dei e Edson Ribeiro, os coronéis Ceciliano Andrade, Guilhermino Rezende, Theophilo Dantas, Odilon Dantas e capitão Artur Sant’Anna foram para o estabelecimento.

Era comum pessoas consideradas ilustres acompanharem o Presidente do Estado, Graccho Cardoso, para a inauguração de um estabelecimento da instrução pública. No mês de fevereiro do ano de 1923, Graccho Cardoso nomeou as professoras Josepha Baptista de Sant’Anna, Esmeralda Baptista dos Santos, Maria Esther Santos e Maria Gomes da Silva. A primeira diretora do estabelecimento foi a professora Leonor Telles de Menezes<sup>2</sup>.

1 Essas informações foram extraídas do Jornal Correio de Aracaju, 31 de janeiro de 1924, n. 92, ano: XVII, p. 01.

2 Diário Oficial de Sergipe, Ato nº 16 do poder Executivo. 13 de fevereiro de 1924, ano V, n. 1234, p. 01.

A construção do edifício do Grupo Escolar Manoel Luiz ocorreu por meio do Decreto nº 834 de 19 de julho de 1923<sup>3</sup>, que declarou a necessidade pública da desapropriação de casas localizadas na Avenida Pedro Calazans. Em agosto de 1923, Graccho Cardoso determinou que o superintendente técnico das obras do Estado fiscalizasse a construção do edifício do Grupo Escolar Manuel Luís.<sup>4</sup>

Em 5 de fevereiro de 1924, por meio do Decreto de nº 824, decidiui que o pessoal da Escola Complementar e do Grupo Escolar Modelo (ambos localizados nos anexos da Escola Normal Ruy Barbosa) passasse a funcionar no Grupo Escolar Manoel Luiz.<sup>5</sup> Sendo o seu edifício majestoso, com a presença de janelas e salas amplas para melhor circular a ventilação, respeitando os preceitos higienistas defendidos no início do século XX. Cabe ressaltar que nesse grupo também funcionou a escola noturna Silvio Romero, com o objetivo de atender jovens e adultos.

**Figura 7** - Fachada do Grupo Escolar Manoel Luiz



**Fonte:** Acervo de Memorial de Sergipe-UNIT. Foto extraída no ano de 2003.

- 3 Diário Oficial de Sergipe, Decreto nº 834 de julho de 1923. 20 de Julho de 1923, ano IV, n. 1064, p.01
- 4 Correio de Aracaju, 08 de agosto de 1923, ano IV, nº 1080 p. 05
- 5 Diário Oficial da União. Decreto n. 864 de 5 de fevereiro de 1924. 6 de fevereiro de 1924, ano V, nº 1228, p. 01.

O nome do grupo faz referência a Manuel Luiz Azevedo d'Araújo (1838 – 1883), bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Recife. O patrono foi jornalista, deputado provincial e diretor da Instrução Pública (1870 – 1871), período em que fez o regulamento da Instrução Pública, aprovado em outubro de 1870. Uma das suas principais medidas foi a construção do edifício do Colégio Atheneu.

O Grupo Escolar Manoel Luiz era cartão de vistas das autoridades públicas e campo de estágio das normalistas (Berger, 2006). Além disso, era comum a presença de professoras mais experientes atuando no grupo, pois, devido à lei dos acessos, muitas delas só passavam a ensinar nesse estabelecimento quando já tinha passado por várias escolas. A referida lei determinava que, apenas depois de trabalhar em povoados, vilas e cidades do interior é que as professoras poderiam ensinar em um grupo da capital.



77



Durante os anos 1930 e 1940 o grupo escolar era fiscalizado por José Alencar Cardoso, tendo Acrísio Cruz como diretor do Grupo Escolar. Durante as fiscalizações, o inspetor elogiava as ações que eram desenvolvidas nesse espaço educacional. Em meados dos anos 1940, Acrísio Cruz passou a ser diretor do Departamento da Educação e Sebrão Sobrinho assumiu a fiscalização do estabelecimento, demonstrando que o grupo escolar buscava adotar os métodos das lições intuitivas<sup>6</sup> (Almeida, 2009).

Nos anos 1970, o Grupo Escolar Manoel Luiz passou a ser denominado Escola de 1º Grau Manoel Luiz. Atualmente é conhecido como Colégio Estadual Manoel Luiz, ofertando o ensino fundamental maior do 6º ao 9º ano. Vale destacar que em 2015 esse co-

.....  
6 “O método de ensino intuitivo é o caminho metódico para a educação dos sentidos e para a educação pelas coisas e pela experiência. Nele o conhecimento das coisas que nos rodeia é possível pelo fato de termos sentidos que fazem a ligação entre o objeto a ser conhecido e o sujeito que o conhece, criando ideias.” (Abreu, 2017, p. 04).

légio passou por uma reforma, tornando o edifício acessível para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Acessar os arquivos da atual Escola Estadual Manuel Luiz permite conhecer os mais de noventa anos de história e memória da educação do estabelecimento, e de Sergipe, principalmente ao focar no ensino de primeiras letras, nas transformações para o ensino fundamental e nos docentes, dentre outras temáticas. Por isso, além de pensar nesse espaço como patrimônio é importante desenvolver políticas de preservação do seu acervo escolar.

## REFERÊNCIAS

BERGER, Miguel André. O ingresso da instrução pública na modernidade: lendo os arquivos do Grupo Escolar Dr. Manoel Luis. In: **II Congresso Brasileiro de História da Educação** - História e memória da educação brasileira, 2002, Natal - Rio Grande do Norte. Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação. Natal: Editora da UFRN, 2002. v. 1, p. 1-10. Disponível em: <https://silو.tips/download/o-ingresso-da-instruao-publica-na-modernidade-lendo-os-arquivos-do-grupo-escolar>. Acesso em: 19 out. 2021.

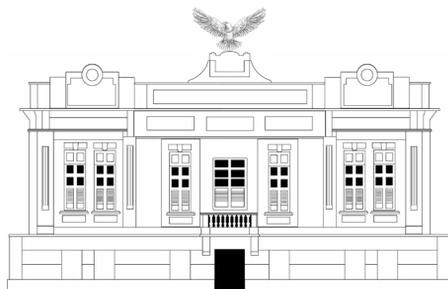
ABREU, Sandra Elaine Aries. O método intuitivo e as lições de coisas nos grupos escolares de goiás (1918/1937). In: Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão do CCSEH – III SEPE ÉTICA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO [Anais]. 2017.

ALMEIDA, Anne Emilie Souza de. **A difusão do ideário escolanovista em grupos escolares sergipanos (1934-1961)**. 2009. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

BERGER, Miguel A. **A instrução pública em Sergipe na era da modernidade** – Analisando a trajetória dos Grupos Escolares. Relatório apresentada a FAP-SE. São Cristóvão, 2006.

# O GRUPO ESCOLAR JOÃO FERNANDES BRITO: um espaço educacional na cidade ribeirinha

Anne Emilie Souza de Almeida Cabral



Em 1925, foi inaugurado um grupo escolar na cidade ribeirinha de Propriá, em Sergipe. A cidade fica localizada às margens do Rio São Francisco e, durante muitos anos, foi um grande centro comercial da Região Norte do Estado. Propriá surgiu a partir de uma sesmaria de Cristóvão de Barros, em seguida, seu filho herdou essas terras. Posteriormente, foram doadas ao Padre Abreu de Lima, que juntou outras terras e deu o nome de Urubu.

A fundação de Propriá, no princípio do século XVII, está ligada à instalação de uma missão jesuíta para catequizar os indígenas que já viviam naquela área. No ano de 1718, tornou-se freguesia, passando a denominar-se Santo Antônio de Urubu de Baixo. Em 1800, a freguesia representava um dos maiores centros comerciais do Baixo São Francisco e, com isso, em 1801 é promovida à vila, recebendo o nome de Comarca de Propriá. Em 1866 é elevada à categoria de cidade. Nos primeiros anos do século XX, Propriá tinha várias fábricas têxteis, usinas de arroz, rodovias e agências bancárias (Sergipe, 1982).

O grande desenvolvimento comercial e a densidade demográfica de Propriá motivaram a criação de um grupo escolar na região, visando atender a demanda educacional da cidade. Então, no dia 02 de abril

de 1925 foi inaugurado o Grupo Escolar João Fernandes de Brito, instalado na Praça Fausto Cardoso, uma das principais da cidade.

**Figura 8** - Edifício do Grupo Escolar João Fernandes de Brito



**Fonte:** Acervo particular de Miguel André Berger.

✻  
80  
✻

No dia 03 de abril de 1925, o jornal *Correio de Aracaju* noticiou os telegramas de inauguração do novo espaço escolar. O Presidente do Estado, Graccho Cardoso, não compareceu à solenidade de inauguração da instituição e incumbiu a tarefa ao intendente Hercílio de Brito. Esteve presente também o encarregado escolar, Etelvino Tavares. Foram esses os telegramas enviados para o presidente do Estado:

Cumprindo com satisfação, honrosa missão, com a qual vossencia quis me distinguir, acabo de inaugurar o Grupo Escolar João Fernandes. Povo propriaense, jubiloso, agradece, reconhecido, real melhoramento vossencia acaba datar esta cidade.

Saudações cordiaes- Hercilo Britto, intendente.

Na qualidade de encarregado escolar, compareci solenemente a inauguração do Grupo Escolar João Fernandes. A população sente-se satisfeita, não esquecendo o benefício que seu governo acaba de prestar a instrução pública. Propriá. Attenciosamente saudações- Etelvino Tavares (Correio de Aracaju, 1925).<sup>1</sup>

.....  
1           Correio de Aracaju, 03 de abril de 1925, ano VI, nº 1553, p. 03.

A escolha do nome é uma homenagem ao coronel João Fernandes, da região do baixo São Francisco. O homenageado nasceu no município de Porto da Folha, em 1855, e faleceu em Propriá em dezembro de 1916. Era um líder político, eleito duas vezes como deputado, uma no período Imperial e outra no período Republicano. A atribuição do nome foi um agradecimento de Graccho Cardoso ao Coronel Francisco Porfírio de Britto, parente de João Fernandes de Britto, que colaborou para sufocar a Revolta de 1924 (Berger, 2006).

O edifício do grupo atendia aos padrões higienistas da época, contando com salas e janelas amplas para ventilar o espaço. O estilo arquitetônico majestoso expressava a identidade escolar e a preocupação do governo Republicano com a instrução escolar.



Para o bom funcionamento do Grupo Escolar João Fernandes de Brito eram realizadas reuniões pedagógicas em que se discutiam as responsabilidades e compromissos dos professores. Alguns desses compromissos eram relacionados à questão de arrecadação de dinheiro dos alunos para a Caixa Escolar do grupo, mas também abordavam a pauta da aprovação ou reprovação dos discentes. De acordo com o diretor, caso a reprovação fosse necessária, era preferível que acontecesse entre a 1ª e a 3ª série, e não na última série do ensino primário (Almeida, 2009). Além disso, também havia a cobrança, por parte da diretoria, referente às disciplinas e horários dos professores, higiene precisa dos alunos e às festividades do grupo.

O grupo escolar se transformou em escola, e, atualmente, é denominado Escola Estadual Coronel João Fernandes de Brito. A escola funciona no mesmo edifício em que foi fundado o grupo escolar. As únicas mudanças realizadas foram a construção de um prédio atrás do que foi construído durante o governo de Graccho Cardoso, e a instalação de grades nas janelas. Foi ali também que, em

1951, funcionou a Escola Técnica de Propriá, fundada pelo Monseñor José Curvelo Soares. Em 1967, abrigou o Ginásio Santo Antônio e escola de alfabetização para adultos, que acontecia no turno da noite (Berger, 2006).

Nos anos iniciais do seu funcionamento, diferentes professoras atuaram no Grupo Escolar João Fernandes de Brito, dentre elas: D. Alda de Almeida, Floripes Oliveira Dórea, Emília Teles dos Santos, Nadir Sá, Creusa Matos Santiago, Zuliná Siqueira Sá, Odete Feitosa, Beatriz Monte Guimarães, Maria Figueiredo Guimarães, Helena Fonseca Vieira<sup>2</sup>. Os seus primeiros diretores foram: D. Guiomar Tavares, Antônio de Oliveira Chaves, Manoel Xavier de F. Montes, Dr. Aristίδes Santos Mendonça, Etelvino Menezes de Tavares, Cesário Siqueira<sup>3</sup>.

No ano de 2009, o edifício do Grupo Escolar foi tombado por meio do Decreto nº 26.423, de 02 de setembro de 2009, tornando-o patrimônio material. Por isso, destaca-se a relevância de preservar a memória da instituição e conhecer os aspectos que envolve a prática educativa desse lugar.



## REFERÊNCIAS

ANDRADE, André Augusto; OLIVEIRA FILHO, Augusto de Almeida.

**Vestígios das práticas corporais nos grupos escolares.** Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10183/90/164.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2021.

ALMEIDA, Anne Emilie Souza de. **A difusão do ideário escolanovista em grupos escolares sergipanos (1934-1961)**. 2009. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

- .....
- 2 É possível conferir o nome dos professores no Livro de Atas de Reunião Pedagógicas localizado no Atual Colégio Estadual João Fernandes de Brito.
  - 3 A lista dos diretores pode ser conferida no Livro de Ofícios do Presidente do Estado, localizado no Arquivo Público do estado de Sergipe, E1 108. E no Livro de Atas das Reuniões pedagógicas, localizado no atual Colégio Estadual João Fernandes de Brito.

BERGER, Miguel A. **A instrução pública em Sergipe na era da modernidade**: Analisando a trajetória dos Grupos Escolares. Relatório apresentada a FAP-SE. São Cristóvão, 2006.

SERGIPE. **História de Propriá**. Propriá: Prefeitura Municipal de Propriá, 1982.



# GRUPO ESCOLAR FAUSTO CARDOSO<sup>1</sup>

João Paulo Gama Oliveira  
Roselusia Teresa de Moraes Oliveira



## RECORDANDO

Lembro-me com saudade, do tempo feliz que passei no “Grupo Escolar Fausto Cardoso” recebendo salutares lições de tão abnegadas mestras: No meu último ano de estudo foi a professora Agnor Hora da Fonseca, que além de competente é devotada ao magistério de todo o coração. Na proximidade dos exames, ela desdobrava sua inteligente atividade no interesse vivo dos seus alunos serem aprovados, e o seu esforço teve feliz êxito. Todos receberam o almejado diploma, inclusive eu que era a mais fraca da turma. Hoje longe do bulício da cidade, no silêncio da vida rural, ouvindo apenas o gorgueio das aves nas fruteiras que circundam minha singela residência, recordo-me saudosa do Grupo Escolar “Fausto Cardoso”.

*JOSEFA CORREIA SANTOS (Jornal O Ideal, 1942, p. 2).*

1 O presente trabalho deriva dos resultados do Projeto A ‘cultural escolar’ na imprensa sergipana: vestígios das práticas escolares do Grupo Escolar Fausto Cardoso (1925-1960), que contou com o apoio por meio do EDITAL FAPITEC/SE/CNPq Nº 01/2015 - PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR – PIBIC Jr, contendo três bolsistas, a saber: Kelly Stephanny Freitas da Silva; Roberty Nascimento Matos Conceição e Tawane Oliveira Alves. Alunos da Escola Estadual Fausto Cardoso no período de execução da pesquisa, 2015–2016. O texto condensa algumas publicações derivadas da pesquisa, expostas nas referências.

O trecho acima, escrito por uma ex-aluna do Grupo Escolar Fausto Cardoso e publicado no jornal da instituição, denominado *O Ideal*, demonstra o saudosismo da discente, aponta o cotidiano da escola próximo dos exames e mesmo o almejado diploma do primário que ela, mesmo sendo “a mais fraca da turma”, alcançou. Trata ainda das “abnegadas mestras” e cita o nome de uma delas, a professora Agnor Hora da Fonseca, situando-a segundo a perspectiva da profissão docente como vocação e altruísmo, tão propalada na primeira metade do século XX.

Josefa Correia Lisboa recorda-se de práticas educativas do Grupo Escolar Fausto Cardoso (GEFC), inaugurado em 1925, na então cidade de Anápolis, *a posteriori*, Simão Dias.<sup>2</sup> Na tabela de despesas com obras públicas do ano de 1924, apresentada por Azevedo (2009), consta o nome do GEFC com um gasto de 85:970\$000, sendo 9:265\$800 de serviço de concertos no palácio. A planta do prédio foi aprovada em agosto de 1923 e concluída em junho de 1924, mas faltava ainda o mobiliário para a sua inauguração, que ocorreu somente em 2 de abril de 1925, no comando do governo de Maurício Graccho Cardoso (1922– 1926).

.....  
2 Segundo Barreto (2008), Simão Dias recebeu o nome de Anápolis entre 1912 e 1944, ele explica: “Argumentando contra o criador de gado ou vaqueiro Simão Dias Fontes, que juntamente com Cristóvão Dias e Agostinho da Costa requereu três léguas de terra, em quadro, Padre João Matos Freire de Carvalho apresentava como justo o nome de Anápolis, em homenagem a D. Ana Francisca Menezes, esposa de Manoel de Carvalho Carrascosa, doador de terras para a criação do Encapelado de Sant’Ana, já em 1784. Em 1912, através da Lei 621, sancionada em 25 de outubro, pelo presidente do Estado, general José de Siqueira Menezes, tendo como vice Pedro Freire de Carvalho, Simão Dias passou a ser denominada de Anápolis, topônimo que vigorou até o Decreto-Lei 533, de 7 de dezembro de 1944, que restaurou o antigo nome” (BARRETO, 2008, p. 24). Como explicitado na nota anterior, o presente texto foi inspirado nos resultados de um projeto referente aos anos de 1925 a 1960. Por isso, optou-se, junto ao público discente da Escola Estadual Fausto Cardoso, trabalhar com o nome de Simão Dias, que também denominou a cidade durante esses 35 anos.

Segundo Berger (2005), o projeto inicial para o GEFC versava sobre uma adaptação da cadeia pública da cidade para um prédio escolar. Contudo, após uma visita ao local realizada pelo engenheiro Freire de Carvalho e pelo chefe da Instrução Pública, Alencar Cardoso, foi constatado que existia um cemitério ao lado da cadeia, o que contrariava as diretrizes higiênicas. Assim, optou-se por construir o grupo na praça principal, Barão de Santa Rosa, mas, para isso, foram desapropriados os prédios de Cecília Tintim, José Rodrigues, Honória da Silva e de Júlio Vidal Barreto e irmãos.

Berger ainda afirma que pelo decreto de 23 de maio de 1923, o grupo escolar se chamaria “Grupo Escolar Simão Dias”. Contudo, o Ato de nº 8, de 10 de janeiro de 1925 trocou a denominação de “Simão Dias” para “Fausto Cardoso”, uma homenagem ao político sergipano, morto em praça pública em 1906<sup>3</sup>. Segundo Santos (2012) a mudança de nomenclatura de escolas para homenagear personagens da política local também ocorreu com outras instituições semelhantes, como o Grupo Escolar General Siqueira e o Grupo Escolar Olímpio Campos.

A então cidade de Anápolis concentrava uma série de escolas isoladas, que foram extintas em 1925, após a criação do GEFC (Azevedo, 2009). Com base em um relatório do Inspetor Florival de Oliveira de Itabaiana/SE, encaminhado ao professor Abdias Bezerra, Silva (2009) lista as escolas isoladas existentes naquela localidade até a fundação da instituição na cidade: Maria das Dores Barros; Maria Rosa Mendonça; Otaviana Odília da Silveira; Gregória do Prado Dantas e Maria Hermes de Carvalho; Povoado Bonfim, Maria Amélia Ribeiro; Povoado Apertado de Pedras, Edwiges Mendonça da Cruz; Povoado Carahybas, Josepha Maria de Lourdes; Povoado Jaqueira, Maria Luiza de Lemos; e Povoado Bom Sucesso, Maria dos Anjos Nery.

.....  
3 Jurista e político natural de Divina Pastora-SE. Nasceu em 1864 e faleceu em 1906, na chamada “Revolta de Fausto Cardoso”. Para saber mais, ler, entre outros, Terezinha Oliva de Souza (1985).

Assim, o nascimento do GEFC seria “[...] um novo marco na Educação simão-diense [...] marca também uma nova etapa na vida dessas profissionais de educação que tinha com a inserção nos grupos a possibilidade de crescimento profissional” (Silva, 2009, p. 35). A autora informa que a primeira diretora da instituição foi Otaviana Odília da Silveira. Conseguimos localizar ainda que o corpo docente do GEFC também contou com a professora Olda do Prado Dantas, entre tantas outras professoras que por lá passaram.

As práticas educativas do GEFC não ficavam restritas ao ambiente escolar. Assim como ocorria em diferentes locais do Brasil, os alunos dos grupos escolares faziam apresentações fora do prédio de forma a legitimar a instituição e mesmo o papel que a educação exercia na República brasileira. Nesse sentido, o jornal *A Semana*, periódico que contava com a direção de Francino Silveira Déda e José de Carvalho Déda, redigido e editado na própria cidade de Simão Dias, trouxe em uma das suas manchetes:

#### Festival de Arte

No palco do Cine-Ipiranga, realizou-se, na noite de quinta-feira um festival artístico infantil, promovido pelo professorado do “Grupo Escolar Fausto Cardoso”, em benefício da Caixa Escolar adstrita aquele estabelecimento. O espetáculo agradou muito, sobremaneira o número “A Bahiana” interpretado pela menina Maria Isabel Matos que demonstrou muita graça, naturalidade e vocação para a ribalta. Por três vezes, a platéia, entusiasmada, exigiu que a pequena “estrela” aparecesse em cena.

A casa estava repleta. Na próxima terça-feira, segundo informaram-nos, o espetáculo, com novos números, será reprisado em benefício da Lira Santana (JORNAL A SEMANA, 20.10.1946).

Em sua dissertação, Souza (2016) mostra como o periódico citado contribuiu para a visibilidade do GEFC: publicando acerca de suas festas, encerramento do ano letivo, a primeira distribuição de merenda e denúncias sobre a situação da escola, tendo, inclusive, ocupado a primeira página do jornal. Vale salientar a relação intrínseca entre Carvalho Déda, fundador, diretor e editor do veículo, com a instituição, tendo sido ex-aluno e também criador de um jornal estudantil, além de acumular a função de inspetor escolar.

Conforme mensagem do Presidente do Estado, Graccho Cardoso, datada de 1925, o palacete que abrigava o grupo recebeu o investimento de 85:970\$00. Um valor alto, comparado aos gastos com outros grupos escolares do interior do estado e mesmo da capital. Os grupos que concentraram o maior volume de recursos foram justamente aqueles inaugurados em 1925, a saber: João Fernandez, em Propriá, e Augusto Ferraz, em Aracaju. Na mesma mensagem, Graccho Cardoso acrescenta:

Foram construídos nesta capital os Grupos Escolares “General Valladão”, á rua da Victoria; “Dr. Manuel Luiz”, á Avenida Pedro de Calazans; “José Augusto Ferraz”, no Bairro Industrial; e mais os seguintes: “João Fernandes de Brito” em Propriá, e “Fausto Cardoso” em Annapólis. Todos comprehendem uma área coberta de 580m<sup>2</sup>, dispõem de quatro grandes salões para aula, varandas, pátio de recreio no verão, dependências sanitárias. O Grupo Escolar de Boquim “Severiano Cardoso” e as Escolas Reunidas “Esperidião Monteiro” de Santo Amaro, são também de 1924, com uma área coberta de 250m<sup>2</sup> o primeiro e de 150m<sup>2</sup> a segunda (Sergipe, 1925, p. 115, grifos nossos).

A descrição do Presidente do Estado fornece elementos fundamentais para o entendimento da localização e estrutura física dos espaços que concentraram as pioneiras práticas educativas em prédios escolares em Sergipe. Sua dimensão e disposição de salas,



o pátio e mesmo os banheiros são traços da arquitetura escolar própria do período que coaduna com diferentes outras partes do Brasil, dentro de um projeto mais amplo de modernização e civilidade sob os auspícios da educação.

No caso do GEFC, as características arquitetônicas na contemporaneidade mantêm-se próximas à sua criação e convergem com diferentes construções erguidas na mesma época em várias cidades de Sergipe, a exemplo da presença de uma “águia” na parte superior do prédio, também símbolo do governo de Graccho Cardoso (1922– 1926). Outro elemento destacado por Santos (2013) é a permanência da sineta do GEFC que tinha o objetivo de demarcar o tempo escolar, um vestígio da cultura material escolar que resistiu ao tempo.



Em 2022, o Colégio Estadual Fausto Cardoso conta com 470 discentes matriculados nas três séries do ensino médio, nos turnos matutino e vespertino. O corpo docente é composto por 21 professores somados a 28 funcionários que tratam das questões administrativas, pedagógicas e do prédio construído no início do século XX, tendo 6 salas em funcionamento.

O GEFC formou parcela da juventude escolarizada tanto de Simão Dias, como também das cidades circunvizinhas, constituindo-se como um polo irradiador de conhecimentos na região centro-sul de Sergipe. Situado na principal praça da cidade, ao lado da Igreja de Nossa Senhora Sant’Ana, o “Fausto Cardoso” integra um conjunto diversificado de edifícios centrais da cidade.

Um prédio que abrigou milhares de discentes, docentes e demais funcionários no cotidiano das suas práticas educativas. Uma instituição educacional com quase cem anos de marcas na formação da sociedade simão-diense e cidades vizinhas. Uma história viva e em construção no dia a dia do ir e vir de seus sujeitos. Uma escola, como tantas no Brasil, fundadas no início do século XX dentro de

um projeto mais amplo de civilidade e modernidade, nos auspícios de uma República em consolidação, mas que ainda precisa ser investigada para assim conhecermos os traços específicos do Grupo Escolar Fausto Cardoso, indo além do “Recordando” escrito pela aluna Josefa Correia Santos, exposto na epígrafe do presente texto.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Arquitetura e Grupos Escolares em Sergipe: uma relação entre espaço e educação na escola primária. **Outros Tempos: Pesquisa Em Foco** - História. Volume 7, número 10, dezembro de 2010. Dossiê História e Educação. p. 119-142. Disponível em: [https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros\\_tempos\\_uema/article/view/93](https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/93). Acesso em: 08 fev. 2024.



90



OLIVEIRA, João Paulo Gama; et al. O Grupo Escolar Fausto Cardoso nas páginas da imprensa de Sergipe. **Livro de resumos / VI Feira Científica de Sergipe: Cienart-SE e Popularização da Ciência**. MARCELO, Zélia Soares Macedo *et al.* (Orgs.). Aracaju: Cienartv. 2016 p. 104. Disponível em: <https://www.cienart-se.com.br/arquivos/e77f2e413faeb589a7a80a993b4d0ec5.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2024.

OLIVEIRA, Roselusia Teresa de Moraes. O grupo escolar Fausto Cardoso nas escritas dos seus alunos: Vestígios da ‘Cultura Escolar’ no Jornal Estudantil “O Ideal” (1942). **Anais do V Encontro Sergipano de História e V Encontro Estadual de História da ANPUH/SE**. O Brasil na Historiografia de Felisbelo Freire: reflexos na pesquisa e no ensino de história. Aracaju/SE: ANPUH e IHGSE, 2016. p. 1-13. Disponível em: [http://www.encontro2016.se.anpuh.org/resources/anais/53/1486582421\\_ARQUIVO\\_trabalhosimposioanpuh2016.pdf](http://www.encontro2016.se.anpuh.org/resources/anais/53/1486582421_ARQUIVO_trabalhosimposioanpuh2016.pdf). Acesso em: 08 fev. 2024.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. **O ideário modernizador do governo Graccho Cardoso (1922-26) e a reforma da instrução pública de 1924 em Sergipe**. 2009. 301 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal/RN. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14266>. Acesso em: 08 fev. 2024.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Celebração do civismo e promoção da educação: o cotidiano ritualizado dos Grupos Escolares de Sergipe no início do século XX. **Revista Brasileira de História**, vol. 31, n 62. 2011. p. 93-115.

BARRETO, Luís Antônio. Simão Dias: fragmentos de sua história. In: DÉDA, José de Carvalho. **Simão Dias**: fragmentos de sua História. Aracaju: J. Andrade, 2008.

BERGER, Miguel André. Os grupos escolares e as festas para difusão da instrução e civilidade. **Revista do Mestrado em Educação**. Vol. 11. São Cristóvão: NPGED/UFS, 2005. p. 51-68.

JORNAL A SEMANA, 20 de outubro de 1946, Simões/SE.

JORNAL O IDEAL, 1 de Outubro de 1942, Simão Dias/SE. p. 3.

OLIVEIRA, Roselusia Teresa de Moraes; OLIVEIRA, João Paulo Gama. O GRUPO ESCOLAR FAUSTO CARDOSO: IMAGENS DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA EM SERGIPE (1941-1963). **Anais XIII Congresso Iberoamericano de Historia de la Educacion Latinoamericana**. Políticas espacio público, y disputas & en la historia de la educación en América Latina. Montevideo, 2018. p. 1045.

SANTOS, Magno Francisco dos. **Ecos da Modernidade**: a arquitetura dos Grupos Escolares sergipanos (1911-1926). São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2013.

SANTOS, Magno Francisco dos. Difusão dos grupos escolares nas cidades industriais de Sergipe (1911-1926). **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.7, Jul./Dez.2012. p. 1-14.

SERGIPE. **Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1925, ao instalar-se a 3ª Sessão Ordinária da 15ª Legislatura. Pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720534&pagfis=2127>. Acesso em: 08 fev. 2024.

SOUZA, Vânia Batista de. **Carvalho Déda e o jornal "A Semana"**: visibilidade da educação (1946-1969). 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE. 2016.

SOUZA, Terezinha Oliva de. **Impasses no federalismo brasileiro:** Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: UFS, 1985.

SILVA, Verônica Cristina da Conceição. **Uma viagem pelas memórias do Grupo Escolar Fausto Cardoso.** 2009. Monografia (Licenciatura em História). Faculdade José Augusto Vieira, Lagarto/SE, 2009.



# DE GRUPO ESCOLAR A COLÉGIO ESTADUAL SEVERIANO CARDOSO

**Luzianne dos Santos**  
**Raylane Andreza Dias Navarro Barreto**



No ano de 1924, na cidade de Boquim, localizada na região sul do estado de Sergipe, foram criadas as Escolas Reunidas Severiano Cardoso (ERSC). O patrono escolhido para nomear a escola foi Severiano Maurício de Azevedo Cardoso (Estância, 1840 – Aracaju, 1907). Segundo Armindo Guaraná (1925, p. 259), “[...] na corporação do professorado sergipano nenhum outro o excedeu com competência e amor á instrução, nem houve quem melhor soubesse difundir o ensino no espírito dos seus jovens discípulos”. Tais características, somadas ao fato de Severiano ter sido jornalista, político e ter assumido a função de escriturário do Atheneu Sergipense, bem como ao parentesco com o governador Graccho Cardoso, foram as motivações para essa escolha.

As Escolas Reunidas no Brasil foram criadas para substituir as Escolas Isoladas. Estas, por sua vez, como já registrado por Faria Filho e Vidal (2000) constituem-se como um modelo que antecedeu a etapa de constituição dos grupos escolares. Tais escolas, por serem instituições pouco onerosas, tornaram-se o modelo viável à época. Para além do baixo custo, as Escolas Reunidas eram vantajosas para o governo, na medida em que, agrupando as escolas isoladas, proporcionavam maior controle do trabalho

docente e economia de aluguéis. Para o pesquisador Antônio Carlos Pinheiro (2001, p. 123),

[...] as escolas reunidas eram encaradas pelos administradores da instrução pública como uma organização escolar transitória, já que, paulatinamente, se transformariam em grupos escolares, à medida que aumentasse a demanda por escolas nas diversas localidades.

Tal tipo de escola, por se configurar como um modelo de instituição “transitória”, sendo conseqüentemente impulsionada pelos aspectos econômicos e políticos da época, acompanhou o movimento reformador da Instrução Pública na década de 1920. Por isso, em 1926, foi transformada em Grupo Escolar Severiano Cardoso (GESC) e funcionou nesta condição até o ano de 1977. A partir deste período, a instituição acompanhou as mudanças propostas pela legislação escolar brasileira, sendo elevada à Escola de 1º Grau (1977– 1991), Escola de 1º e 2º Graus Severiano Cardoso (1991 –2000) e Colégio Estadual Severiano Cardoso, permanecendo assim designada até os dias atuais.

Na condição de Escolas Reunidas, funcionou segundo o disposto no “Regulamento da Instrução Pública” de 1924, desdobramento da Lei nº 852 de 30 de outubro de 1923, e com o Programa para o Ensino Primário Elementar. Neste sentido, tal escola, atendendo ao disposto no artigo IX da referida lei, visava “[...] promover o desenvolvimento das faculdades moraes e intellectuaes da creança, cultivar-lhe a vontade livre, quanto preparar-lhe um physico sadio e assegurar-lhe os conhecimentos uteis à vida” (Sergipe, 1923, p. 30).

Nesse período, a instituição esteve sob a direção da professora Consuêlo Pinto. Um dos poucos registros referentes ao primeiro ano de funcionamento da ERSC é um comunicado de 1925, emitido por Consuêlo e adereçado do Diretor da Instrução Pública. Nele é revelado, ainda que de maneira velada, a estrutura da es-

cola: era pequena, composta por quatro salões. O documento, entretanto, não dispõe sobre as demais áreas — como banheiros, pátio e biblioteca. Contudo, a mesma Lei nº 852/1923 garantia, em seu artigo XV, que “em cada escola haverá uma biblioteca, a qual será formada com exemplares das obras didáticas aprovadas pelo Conselho Superior do Ensino e com os livros que forem oferecidos para esse fim, por autoridades e particulares” (Sergipe, 1923, p. 35). De acordo com os termos de visita de inspeção escolar dos anos de 1925 e de 1926, foram professoras das ERSC, para além de Consuêlo Pinto (1925–1926): Ester Regis (1925–1926), Maria de Carvalho (1925–1926), Eulalia Lourdes Macêdo (1926) e Regina dos Reis (1926). Esta última também fora diretora depois da saída de Consuêlo Pinto.



95



Sobre a transformação das Escolas Reunidas em Grupo Escolar em Sergipe, é necessário evocar, mais uma vez, o Regulamento da Instrução Pública de 1924, segundo o qual: “nas localidades em que se verifique existirem, no mínimo, 200 matriculados, poderá o governo criar um grupo escolar”. Assim, foi em 1926 que as ERSC assumiram a condição de grupo escolar, contando, tempos depois, com um prédio maior e mais condizente com os padrões da Pedagogia Moderna, espaço que foi inaugurado por meio do Decreto nº 968 de 20 de outubro de 1926. Tal decreto dispôs que o Presidente do Estado, segundo o Regulamento da Instrução Pública, resolveu “considerar Grupo Escolar as Escolas Reunidas Severiano Cardoso, da cidade de Buquim” (SERGIPE, 1926, p. 400). A partir daquela data, uma cultura escolar diferenciada passou a ser contemplada pelos alunos e professores que a compunham. Isso porque, como nos explica Silva (2005, p. 204), “[...] a cultura perpassa todas as ações do cotidiano escolar, seja na influência sobre os seus ritos ou sobre a sua linguagem, seja na determinação das suas formas de organização e de gestão, seja na constituição dos sistemas curriculares”.

Acerca da estrutura física do GESC, há que se ressaltar que se constituiu um prédio suntuoso para os padrões da cidade, característico dessas instituições, sobretudo porque reflete a mudança na esfera educacional. O edifício foi projetado e construído no governo de Maurício Graccho Cardoso, período em que todos os prédios edificadas estavam dentro de um estilo padronizado, sempre identificados por águias de cimento colocadas no frontão central dos prédios. O Decreto nº 867 de 1924, em seu art. 191, assegurava que os grupos deveriam ser criados nas sedes de municípios cujas intendências oferecessem “prédio adaptado para o seu regular funcionamento” ou contribuíssem “quer pecuniariamente, quer com doação de terreno ou materiais, para construção do edifício escolar” (Sergipe, 1924, p. 36). Obedecendo ao prescrito pela legislação, o prédio do GESC foi construído em um terreno de esquina, situado na sede do município de Boquim.



96

Dentre os documentos encontrados, somente o Boletim de Inspeção de 17 de junho de 1953 traz as características do prédio. Segundo o boletim, o grupo possuía “prédio próprio à rua Joaquim Macêdo, n 2, frente para o poente”. O prédio era constituído por “quatro salas de aula, uma diretoria, quatro banheiros, um quarto arquivo e pátio para recreio”. Em relação ao tamanho das salas de aula, o mesmo documento revela que duas apresentavam “7,10mx4,55m”, e as outras duas, “8mx5m”.

O prédio do GESC foi responsável não só por embelezar a cidade de Boquim, mas sobretudo por representar a cidade. De acordo com depoimentos de personagens que lá estudaram em suas distintas fases, todos revelaram algo sobre a suntuosidade do prédio, o nível de ensino ofertado e como isso incidiu em seus respectivos destinos.

No ano de 1977, acompanhando as mudanças advindas da legislação educacional brasileira, o então GESC foi elevado à categoria

de Escola de 1º Grau, e assim funcionou por 14 anos oferecendo o ensino de 1ª a 8ª série. Em decorrência do crescimento do número de alunos que terminavam o 1º grau e não tinham condições de se deslocar para outras cidades do estado e dar continuidade aos estudos, a diretora da época, Arlinda Almeida Menezes junto com sua equipe de professores encabeçou um movimento para cobrar da Secretaria de Estado da Educação o 2º Grau no “Severiano Cardoso”, o que ocorreu em 1991, quando foi implementado o ensino de 2º grau com habilitação para o magistério.

A instituição funcionou com este nome durante nove anos até que em 2000, por meio da Resolução Estadual nº 145/2000, em adequação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996), foi autorizada a mudança de denominação das instituições educativas pertencentes à rede pública estadual. As que ofereciam ensino de 2º grau passaram a ser chamadas de Colégio Estadual, por isso a escola enfocada foi intitulada Colégio Estadual Severiano Cardoso – denominação que permanece até hoje – e oferece Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano e Ensino Médio do 1º ao 3º ano.

## REFERÊNCIAS

SANTOS, Luzianne dos. **De escolas reunidas a colégio estadual: a instituição educativa Severiano Cardoso (1924-2016)**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2021. Disponível em: <https://www.livraria.ufs.br/produto/de-escolas-reunidas-a-colegio-estadual-a-instituicao-educativa-severiano-cardoso-1924-2016/>. Acesso em: 08 fev. 2024.

SANTOS, Luzianne dos; BARRETO, Raylane Andreza D. N. Uma Escola em cinco fases: o que as memórias revelam sobre a Instituição Educativa Severiano Cardoso. **Revista Tempos e Espaços em Educação** [on-line], v. 12, n. 29, p. 81-102, 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/issue/view/795>. Acesso em: 08 fev. 2024.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, Ago. 2000.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Ponjeti, 1925.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. São Paulo: Editora Autores Associados. 2002.

SERGIPE. Compilação das Leis, Decretos e Regulamentos. **Leis e Decretos do Estado de Sergipe de 1923-1924**. Lei n.º 852 de 30 de outubro de 1923. Aracaju: Imprensa Oficial, 1923.

SERGIPE. Decreto n. 968 de 20 de outubro de 1926 – Transforma em Grupo Escolar as Escolas Reunidas Severiano Cardoso. *In*: **Decretos-Leis do Estado de Sergipe de 1926**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1926.

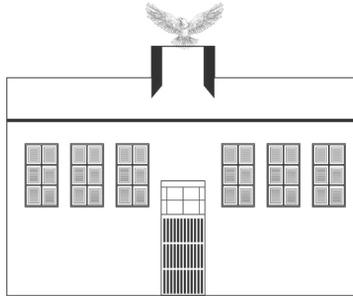
SERGIPE. **Termo de visita e Inspeção Escolar do Grupo Escolar Severiano Cardoso**. 1953. Disponível no Arquivo Público do Estado de Sergipe.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Cultura Escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 201-216, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a13n28.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.



# Grupo Escolar José Augusto Ferraz – Aracaju/SE

Vitória Carvalho Martins



Em onze de abril de 1925, ocorreu a inauguração de mais uma instituição escolar símbolo de modernidade em Aracaju-SE, o Grupo Escolar José Augusto Ferraz (GEJAF). A instituição educacional insere-se nas medidas modernizadoras do governo Graccho Cardoso (1922-1926), que teve como metas o desenvolvimento do progresso, da civilidade, da modernidade, da instrução popular e da prosperidade social, por meio, também, da difusão dos grupos escolares pelo estado.



Nesse sentido, o Grupo Escolar José Augusto Ferraz foi, então, o intermediador das práticas civilizatórias para a comunidade do Bairro Industrial e mais um indicador da modernidade na capital de Sergipe. Construído na locação da antiga fábrica Sergipe Industrial, o doador do terreno, Dr. Thales Ferraz, solicitou que a instituição fosse denominada de José Augusto Ferraz, em homenagem ao seu pai.

Localizado em umas das principais avenidas de Aracaju, a Avenida João Rodrigues, local de grande movimentação de pessoas que se constituiu como ponto estratégico, conferindo visibilidade e evidenciando as mudanças nas edificações educacionais. Conforme afirma Cristiane Azevedo, “Durante as primeiras décadas da

República, tais estabelecimentos escolares, ao lado da Igreja Matriz, praça central e principais prédios públicos como o Palácio de Governo, convertiam-se em lugar de referência para as cidades e passavam a ser tomados como ‘modelo.’” (Azevedo, 2010, p. 121).

Os grupos escolares apresentavam uma arquitetura singular no cenário sergipano daquela época, alguns princípios demarcavam as linhas das edificações. Como constata Amorim e Lapa (2019), a estrutura do prédio do Grupo Escolar José Augusto Ferraz, seguiu os padrões arquitetônicos instituídos aos grupos escolares, o seu edifício dispôs de arquitetura imponente, no estilo eclético, com janelões em sua fachada, o pátio da sua estrutura foi uma das poucas instituições a não receber o formato em “U”, destarte, suas características são próprias de um palacete. A infraestrutura interna da escola, integrou um número maior de salas de aulas, quantitativo além do habitual entre os ambientes educacionais da época. Foram construídos também sala de professores, cantina, pátio, secretaria, diretoria, biblioteca e banheiros. Já no espaço externo da instituição, à águia alada, ao topo da estrutura, corrobora o Grupo Escolar José Augusto Ferraz como projeto edificado pelo Governo Graccho Cardoso (1922-1926), perpetuando na história educacional sergipana, solidificado através do seu símbolo, as construções decorrentes do governo.

Na passagem de aulas ministradas em espaços improvisados, para ambientes grandiosos, adequados para a educação escolarizada, grupos escolares como o CEJAF, foram segundo Magno Santos (2009, p. 6) “os maiores ícones da propaganda republicana no decorrer dos primeiros decênios do século XX. Eles se tornaram o espelho de uma exacerbada pela modernidade [...]”. À vista disso, a capital sergipana acomodou o maior número dos grupos escolares sergipanos, localizados, sobretudo, nas áreas ao sul da cidade, como o centro e os bairros vizinhos. O Grupo Escolar José Augusto



Ferraz foi exceção desse aglomerado de instituições, localizando-se no Bairro Industrial, ao norte de Aracaju, apresentou-se como único grupo escolar dessa região a fornecer o ensino primário.

A cargo da primeira direção do CEJAF estava a professora Maria Amélia Fontes que junto ao corpo docente e colaboradores e alunos iniciaram as atividades educacionais. Os cuidados com higiene dos alunos, o uso do uniforme e manter cuidados pessoais, configuraram-se com ações básicas para adequação aos novos parâmetros higienistas. Junto a outros grupos escolares, o Grupo Escolar José Augusto Ferraz teve papel indispensável na instrução sobre as novas condutas e demandas modernistas, como o movimento higienista na propagação dos cuidados pessoais básicos entre a população.



Conforme informações da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura, a instituição escolar ainda permanece ativa no mesmo prédio e com a nomenclatura, de Escola Estadual José Augusto Ferraz. Funciona nos três turnos com a oferta de turmas de ensino fundamental do (2º ao 6º ano), turmas especiais, nos turnos matutino e vespertino, além de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no turno noturno. O corpo docente conta com 561 alunos matriculados, além de 29 docentes. Vale salientar, que apesar dos seus vários anos de funcionamento, a estrutura original do grupo escolar foi relativamente mantida nas reformas pelas quais passou, entre elas a que foi finalizada em 2012.

Os prédios que acomodaram os grupos escolares em algumas cidades sergipanas representam a instauração não apenas de construções para atender, especificamente, a práticas educativas, como também de novas metodologias de ensino e aprendizagem que estavam sendo difundidas em diferentes partes do mundo. Desse modo, o Grupo Escolar José Augusto Ferraz, um palacete escolar, símbolo da modernidade, difusor das novas normas edu-

cionais e instrutor de práticas higienistas, constituiu-se como personagem célebre do cenário inovador para educação sergipana, personagem que ainda carece de mais investigações acerca da sua história.

### Para saber mais

ALMEIDA, Anne Emilie Santos de. A história da educação em Sergipe: Os estudos sobre os grupos escolares. **IV Congresso Sergipano de história e IV Encontro Estadual de ensino de história da ANPUH/ SE**. Aracaju, 21- 24 de out. 2014.

AMORIM, Simone Silveira; LAPA, Deyse Araujo. O Encontro das linhas: cidade de Aracaju e grupos escolares (1914-1925). **Revista História da Educação (online)**. Rio Grande do Sul, v.24, p. 1-35. 2020

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Modernidade e Educação em Sergipe no início do: A implantação dos grupos escolares. *In: VIII SEMOC*. Salvador, p.1-8, 17 a 21 de out. 2005

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Difusão dos grupos escolares nas cidades industriais de Sergipe. **Revista Memória em rede**. Pelotas, v.2, n.7, jul./dez.2012

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Anne Emilie S. **A difusão para o ideário escolanovista em grupos escolares sergipanos (1964- 1961)**. 2009. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **O ideário modernizador do governo Graccho Cardoso (1922-26) e a reforma de instrução pública de 1924 em Sergipe**. 2009. 301 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Rio Grande do Norte. Natal, 2009.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Celebração de civismo e promoção da Educação: O cotidiano ritualizado dos grupos escolares de Sergipe no

início do século XX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, no 62, p. 93-115 – 2011

AZAVEDO, Crislane Barbosa de. **Arquitetura e grupos escolares em Sergipe, Dossiê História e Educação**. V 7, n.10, p.119-142, dez. 2011.

MARCOS, Ítalo. **SEED Portal da Educação**. 2012. Disponível em: <https://www.seed.se.gov.br/noticia.asp?cdnoticia=6977>. Acesso em: 10 jan. 2022.

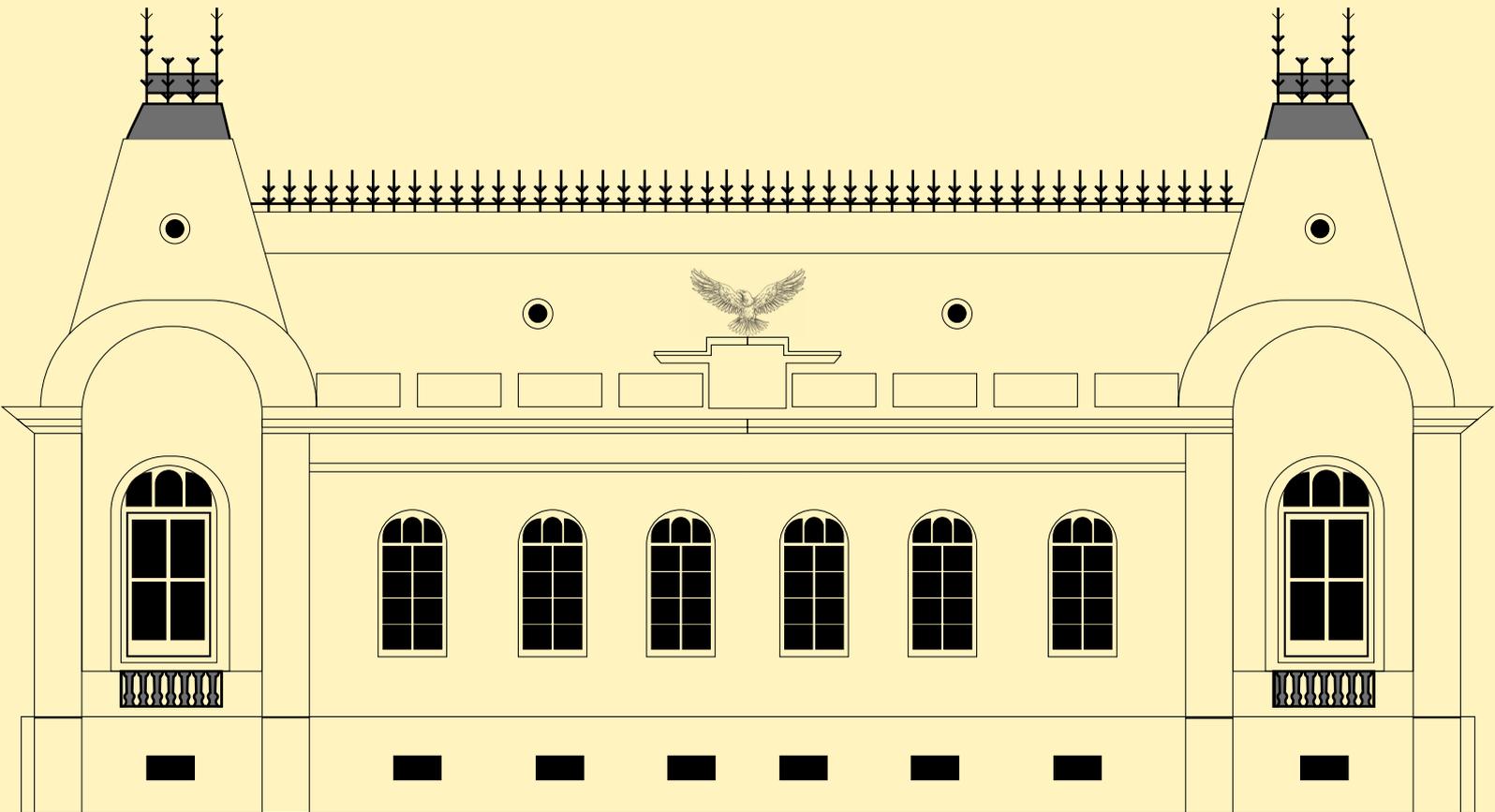
SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Retratos da modernidade: os grupos escolares em Sergipe como ícones da modernidade. **Revista Eletrônica Cadernos de História**. vol. VIII, ano 4, n.2, p. 68-83, dezembro de 2009.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **“Ecos da modernidade”**: arquitetura dos grupos escolares Sergipanos (1911-1926). 2009. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2009.



## PARTE 2

# EDUCAÇÃO PRIMÁRIA EM SERGIPE: DIÁLOGOS



# PARA UMA NOVA ESCOLA E SOCIEDADE, UM NOVO PROFESSOR (1911–1930)

**Crislane Barbosa Azevedo**

Em que pese diversas províncias do Império terem investido em instrução pública (Beisiegel, 1974; Schueler, 1999), foi mesmo na República, sobretudo a partir das primeiras décadas do século XX, que debates sobre a educação foram intensificados. Desses resultaram normas e ações visando à implantação ou reorganização da estrutura escolar nos (e pelos) estados em função do ordenamento legal da época, que preceituava a descentralização da organização do ensino primário, destacado no período como promotor da formação do novo cidadão.

Assim foi que, a exemplo de outros estados, em Sergipe viveu-se o empenho para reformar a instrução pública, o que resultou na remodelação de suas instituições. O maior exemplo foi os grupos escolares. A partir desses o que se viu foram alterações quanto ao papel do educador, à natureza do currículo, aos métodos e às técnicas de ensinar-aprender, à noção e uso de materiais didáticos, portanto, à noção mesmo de aprendizagem.

À luz da pedagogia moderna, como as escolas graduadas, os grupos escolares deveriam ser compostos por salas de aula destinadas a diferentes graus/séries de ensino, correspondendo cada uma delas a um agrupamento de crianças de determinada idade. Provocava-se o rompimento com a escola isolada multisseriada que funcionava sem prédio próprio e específico para a sua finalidade. Assim, deveriam ser compostos por bibliotecas, espaços para oficinas, pátio para o recreio, e novos materiais e mobiliário escolar.

Inaugurado no final do século XIX em São Paulo, o modelo das escolas denominadas grupo escolar difundiu-se pelo país no início do século XX. A edificação de espaços próprios para a escola é pautada em princípios científicos de higiene – portanto, da medicina e da engenharia – e tornou-se algo a ser celebrado pelos administradores públicos do período. Os grupos tornavam-se retrato de progresso, desenvolvimento e modernidade enquanto suportavam símbolos políticos e sociais (bandeira, hino, escudo, sino, quadro de horários) e referendavam a República e a cultura urbana.

Em Sergipe, a partir de 1911, os grupos escolares marcaram o início de um novo tratamento para o ensino primário, apresentado pelo seu reformador, presidente Rodrigues Dória como sendo: “um ensino feito por métodos atrasados, e ministrado por docentes muitas vezes catados entre os protegidos e afilhados, sem se attender ás aptidões e competência, e só com interesse de dar emprego” (Sergipe, 1911, p. 51). Por isso que, ao lado da defesa da disseminação do ensino primário em novos moldes (grupos escolares), o governante defendia a formação do professor (Dória, 1916, p. 213–250). Para uma nova escola, tomada como requisito para a construção de uma nova sociedade, fazia-se necessário o trabalho com novos professores, docentes com formação adequada e contratados através de processos idôneos.

Não se pode compreender o impacto da operação histórica dos grupos escolares em Sergipe sem a verificação de condicionantes econômicos e sociais, mas essa compreensão torna-se mais completa e consistente ao considerarmos o papel e as ações dos professores. Diante disso, discorre-se neste texto sobre os agentes implicados mais diretamente na difusão do novo ensino primário via grupos escolares em Sergipe no início do século XX — os professores e suas práticas. Busca-se, assim, responder: quem eram os professores dos grupos escolares sergipanos? Onde e como se



formavam? Como se davam as suas atividades em sala de aula? Quais eram os seus direitos e suas responsabilidades? Quais relações estabeleceram com o Estado, através de toda uma rede burocrática construída mediante regulamentos, programas, portarias, diretores, inspetores, etc.?

### Ser docente nos grupos escolares

Para ser docente nos grupos implantados em Sergipe em 1911 era necessário diploma de normalista. A reforma responsável pela implantação dos grupos (Decreto nº 536, de 12.08.1911) também teve como objeto a Escola Normal da capital. Embora já existisse desde o século XIX, o acesso às mulheres ocorreu, oficialmente, apenas no século XX<sup>1</sup>. Inicialmente servindo à formação de mulheres órfãs e de honestidade reconhecida, no decorrer dos anos passou a atender “moças de classe média”, que buscavam a formação de normalista por diferentes razões: “boa reputação da instituição, tendo em vista seus professores catedráticos; aos conselhos familiares; ao desejo acalentado na infância em ser professor, entre outros” (Freitas, 2003, p. 41).

Em termos profissionais, diferente de atividades no comércio ou na indústria têxtil em desenvolvimento em Sergipe, na década de 1920, por exemplo, considerava-se o trabalho no magistério mais



1 No Colégio Atheneu de 1870 dois cursos eram oferecidos: o de Humanidades (4 anos) e o curso normal (2 anos). Quatro anos depois, foi criada uma Escola Normal independente do Atheneu, direcionada apenas ao sexo masculino. Nunes (1984) sugeria que a baixa remuneração do magistério primário não motivava os jovens, além do favoritismo político que podia transformar qualquer pessoa em professor. A instituição foi extinta indiretamente pela Resolução nº 1.326, de 17 de maio de 1888, do governo Olímpio Campos, ao determinar que seriam suspensas as aulas que não tivessem a frequência de pelo menos 10 alunos. Freitas (2003) mostra que só em 1877 foi criada, pelo então Presidente João Pereira de Araújo Pinto, a Escola Normal para moças, que iniciou seu funcionamento no Asilo Nossa Senhora da Pureza, em Aracaju. Além de poder oferecer uma profissão às jovens órfãs que não se casavam, o curso oportunizou a ampliação de estudos para jovens não internas.

indicado para as jovens de classe média que tinham nele um campo socialmente reconhecido e de rápido ingresso na atividade profissional. Além disso, ser normalista representava um distintivo em relação às demais jovens de mesma idade.

Uma vez possuindo a idade exigida (14 a 16 anos), a candidata a normalista submetia-se a um exame de admissão cujo rigor era responsável pela alta seletividade do processo, aspecto ressaltado por ex-normalistas (Freitas, 2003) como sendo uma das garantias do alto nível educacional existente na formação.

Conforme Reforma de 1911, o curso normal possuía duração de quatro anos. Em 1925, o curso sofreu alteração (Decreto de 04/05/1925) passando à duração de cinco anos. As alterações em termos curriculares podem ser observadas no Quadro 1.

**Quadro 1** - Disciplinas – Escola Normal

1911	1925
Português, Aritmética e elementos de Álgebra e Geometria, Geografia Geral e História especialmente do Brasil, Pedagogia, Pedologia e noções de Higiene Escolar, noções de Física, Química e História Natural, com aplicações à Agricultura e Zootecnia. Trabalhos Manuais, Ginástica, Música e Caligrafia.	Português, Aritmética, Álgebra e Geometria, Agricultura, Desenho, Geografia Geral, Cosmografia e Corografia do Brasil e de Sergipe, Francês, Inglês, Educação Moral e Cívica, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica.

**Fonte dos dados:** Nunes, 1984, p. 218 e 249.

Com foco no trabalho específico com crianças, o currículo de 1911 apresentava apenas três disciplinas – Pedagogia, Pedologia e Noções de Higiene. O currículo de 1925, entre outras mudanças, extingue as três disciplinas. De acordo com ex-normalistas entrevistadas pela pesquisadora Freitas:

[...] nas décadas de 20 e 30, a falta de recursos pedagógicos, a necessidade de decorar os conceitos e a falta de com-

preensão de alguns conteúdos, dificultavam o processo de aprendizagem. A avaliação aparece sempre como um processo rigoroso, viabilizado através de múltiplas provas e exames. O medo explicitado das notas baixas permite visualizar que estas eram usadas de forma classificatória e muitas vezes punitiva (Freitas, 2003, p. 94).

No contexto da criação dos grupos escolares (1911–1930), o curso de formação para seus professores possuía ainda um forte caráter teórico e memorizador, aspecto ressaltado não apenas por ex-normalistas, mas também pelo próprio Presidente de Sergipe, Manuel Dantas (1927 – 1930). Segundo ele, o ensino normal seguia com um problema: “o desprezo do methodo activo”, do qual resultava a sobrecarga da memorização e o enfraquecimento da capacidade de raciocínio dos alunos.

Para combater essa tendencia viciosa, recorreu-se ao extremo do methodo intuitivo, isto é, do mais constante contacto da intelligencia com a natureza, com as coisas, observando-as comparando-as, deduzindo dellas o conhecimento seguro (Sergipe, 07/09/1928, p. 34).

Segundo o presidente Rodrigues Dória (Sergipe, 07/09/1910, p. 7-8) acesso ao cargo de docente deveria ser através de concurso uma vez que, segundo ele, o diploma de normalista não garantia a habilitação necessária. Além disso, também era comum o apadrinhamento político de professoras pertencentes às camadas sociais mais privilegiadas. Contudo, consoante à reforma de 1911, foi determinado que o provimento dos cargos se daria pelo aproveitamento dos profissionais das escolas absorvidas pelo grupo escolar criado (art. 9). O concurso para professores ocorria apenas para as cadeiras de 1ª classe (cadeiras isoladas de povoados). As cadeiras de 2.ª classe (de vilas), 3.ª classe (de cidades) e de 4.ª classe (da capital) deveriam ser providas por acesso, na razão de metade por merecimento e metade por antiguidade (art. 16, 19 e 50) (Sergipe, 1911).

Concursos foram realizados somente anos depois na capital, como atestam registros de 1918 e 1919 relativos a seleções feitas para o Grupo Escolar Barão de Maroim e para o Grupo Escolar General Siqueira (Of. 28/02/1919 e Of. Nº 635, 29/04/1918). Em 1926, porém, Helvécio de Andrade (1926, p. 7), diretor da Instrução Pública, relatava problemas em relação aos concursos, a exemplo da sua raridade ao declarar que: “supponho que não houve mais de dois concursos, o primeiro por mim presidido”.

### Professor para novas experiências escolares

Como escolas que se pretendiam modernas, os grupos materializaram uma nova cultura escolar para o ensino primário público. Para o êxito desse intento, necessitava-se de professores com adequada formação e atentos às orientações da administração central; no caso de Sergipe, da Diretoria da Instrução Pública. As normas direcionavam-se tanto para conhecimentos a ensinar quanto para a disseminação de práticas voltadas para a apropriação de comportamentos, a exemplo das festas escolares e de caráter cívico.

Fazia parte das orientações às professoras a realização dessa categoria de evento, que representava em momento caro no projeto de educação do início do século XX. As festas consistiam em veículos de difusão social do novo ideário escolar, visto que, por meio delas os grupos se abriam para toda a comunidade. Em abril de 1914, Helvécio de Andrade (diretor da Instrução Pública) dirigiu às professoras públicas de Sergipe uma circular (04/1914) determinando que elas deveriam celebrar os dias de festa nacional com a reunião dos alunos, canto de hinos e preleção docente sobre a data comemorada. Até que ponto as determinações eram concretizadas? Só se é possível compreender normas e práticas relativas à educação quando se analisam os professores, os agentes responsáveis pela sua efetivação.



De posse de uma credencial profissional (diploma de normalista), o investido no cargo de professor submetia-se a um conjunto de orientações e determinações, como as questões disciplinares em sala de aula. Conforme Regulamento da Instrução de 1911, mais do que manter a ordem, a disciplina escolar deveria desenvolver a ideia de justiça, a consciência do dever moral e do sentimento da dignidade humana. Assim, os professores eram proibidos de aplicar castigos físicos, devendo a disciplina ligar-se basicamente nos cuidados do professor para com seus alunos, que, por sua vez, deveriam dirigir-se não pelo medo, mas pelos conselhos e pela persuasão amistosa (Sergipe, 1911, p. 10).

Diariamente, durante as aulas, o professor deveria realizar a chamada dos alunos e proceder à completa escrituração das atividades, apurando tanto as médias diárias quanto mensais de frequência e ausência, a fim de subsidiar a construção das declarações e mapas mensais de frequência (Sergipe, 1911, p. 11). Ações como essas se pautavam na racionalização do trabalho docente e seguiam o intuito de, gradualmente, suplantar o sistema de ensino fragmentado característico das escolas isoladas, que comprometia o projeto republicano de construção de um povo brasileiro com características homogêneas, voltadas para o amor à pátria, ao trabalho, à ordem e ao civismo.

Os sujeitos escolares viviam ritualisticamente o cotidiano nos grupos. Cumpria-se um plano formativo a partir do trabalho dos professores normalistas. Logo ao chegar, os alunos alinhavam-se para o canto de hinos acompanhados das suas respectivas professoras e do diretor. Assim como outras, essa prática era regulamentada e chegou até a possuir obra própria produzida pelo Prof. Balthazar Gois (1913), que inicialmente dirigiu os dois primeiros grupos da capital. O ritual de início dos trabalhos era seguido, em geral, pelo pronunciamento do diretor às crianças presentes, como lembra



Araújo (2003), ex-aluna do Grupo Escolar General Siqueira, segundo a qual: “fazia fila, na ordem, e aí cantava um hino, depois o diretor falava, dizia umas palavras, aí entravam nas classes. Todos os dias, tinha a formatura dos alunos e canto; na saída cantava também, saía cantando”.

A multiplicidade de rituais que marcavam o cotidiano nos grupos escolares era composta ainda de “exames escolares”; homogeneizando conhecimentos e comportamentos, promovendo a qualificação de uns e a exclusão de outros, e servindo à fiscalização e controle sobre o trabalho dos professores; “festas escolares e cívicas” permeadas por discursos, poesias, músicas, recitativos, representações, homenagens e entrega de prêmios aos alunos, seguidas de uma “exposição de seus trabalhos escolares”, inclusive para autoridades locais, em rituais públicos ocorridos tanto nos grupos da capital quanto do interior do estado, consolidando o papel do grupo como lugar de reunião social. Além disso, ocorriam também as “visitas” de autoridades à instituição, por vezes objetivando fiscalizar o trabalho docente. A maioria desses eventos consistia em momentos de legitimação dos grupos perante a sociedade. Sobretudo, as cerimônias festivas consistiam em espetáculos simbólicos a favor da República e seus agentes pelos quais se criava uma tradição ao reforçar sentidos culturais partilhados com as novas gerações.

Vê-se assim que, uma vez admitidas, as professoras submetiam-se a diversas exigências. Isso poderia ser um problema para a maioria, o que talvez explicasse o grande número de licenças solicitadas e deferidas por motivos relativos, principalmente, à saúde delas. A rotatividade do corpo docente foi um problema dos anos iniciais de funcionamento dos grupos, em especial daqueles localizados no interior do estado. Certamente, o êxito dos programas, dos regulamentos, dos horários e de outras determinações da Diretoria da Instrução poderia ser comprometido.



Construída a partir de diferentes referenciais civilizatórios, a sociedade brasileira via fortalecer-se na República um projeto de nação que se pretendia moderna e civilizada, mas adotava como padrão normativo apenas um desses referenciais, o europeu identificado como moderno e progressista. Assim, o modelo de escola graduada, originário de países europeus, revestia-se de orientações que determinavam tempos e espaços para todos os sujeitos escolares, o que tornou possível o trabalho simultâneo de todos e o controle sobre cada um. A racionalidade do trabalho docente otimizava os tempos de aprendizagem e fazia daquela escola uma instância de formação, fiscalização, hierarquização e recompensa ao mérito individual, celebrado nas exposições de trabalho dos alunos e festas de encerramento do ano letivo.



### Novo tempo para as mulheres e a profissão docente



Para além de mudanças escolares, a reestruturação do ensino primário nos moldes de grupos escolares provocou mudanças também na esfera social. Constituiu-se um novo olhar sobre a mulher e sobre a profissão docente. Nos quadros de Sergipe predominavam mulheres que chegavam a ocupar, inclusive, os cargos de direção. Como exemplo, podem ser citadas as professoras Leonor Teles de Menezes e Rosa Fontes Ribeiro. A primeira ocupou o cargo de diretora do Grupo Escolar Manoel Luiz em 1924. A segunda assumiu a direção interina do Grupo General Siqueira no ano de 1925 por mais de uma vez, quando do afastamento do diretor, Dr. Mecenas Peixoto, para desenvolver atividades na Assembleia Legislativa Estadual. Rosa F. Ribeiro ocupou também o cargo de direção no Grupo Manoel Luiz em substituição a Leonor T. de Menezes.

Havia também o movimento contrário de funções: diretoras viraram professoras, como ocorreu no Grupo Escolar Sílvio Romero (Lagarto). A primeira diretora desse grupo foi a professora Idalice Carvalho (Of. de 02/03/1925), que deixou o cargo em abril de 1925

(Of. de 13/04/1925) ao ser promovida para o Grupo Escolar General Valladão (Aracaju), ficando como diretora interina a professora Alzira Regis. O fato é que ser professora ou diretora de um grupo escolar era, sem dúvidas, assumir o campo profissional mais “respeitável” para os padrões de segregação de gênero da época.

A predominância de professoras nos grupos era uma consequência da procura pelo curso Normal por parte das jovens sergipanas que, a partir de 1901, já ocupavam todo o corpo discente. Pode-se dizer que escolas normais do início do século XX desempenharam papel fundamental tanto na formação profissional das mulheres quanto na sua elevação cultural e ressignificação social. Em decorrência disso, em médio prazo se tem uma associação entre a docência feminina e o ensino para crianças, como se o trabalho docente da mulher consistisse em uma espécie de prolongamento do trabalho materno.



14



Além disso, por parte do Estado, havia simpatia pelas mulheres no exercício da docência, sobretudo por motivos financeiros. Em 1908, o Presidente do Estado, Guilherme de Souza Campos, ao se referir ao magistério público, deixava isso claro ao declarar:

Sem querer, como outros preconizar os dotes que a mulher tem para ser mestra, acho justificável a preferência que se lhe dá: porque o Estado não dispõe de grandes recursos, e a educação das crianças por ella é um meio mais econômico, porquanto ella se contenta com exíguos vencimentos que não poderiam satisfazer um professor. (Sergipe, 07/09/1908, p. 7).

O magistério era tratado pelas autoridades, em certa medida, como uma extensão do trabalho doméstico. E, não sendo, de modo geral, a mulher do período considerada a chefe da família ou pessoa independente, a renda da profissional poderia ser uma espécie de complemento da renda do pai ou do marido. Sem dú-

vidas, um problema que, em longo prazo, pode ter contribuído para o crescente empobrecimento da categoria.

Até que ponto as professoras contentavam-se com os vencimentos mais baixos e não reivindicavam mudanças? Eram constantes os pedidos de licença à Diretoria de Instrução Pública. Poderiam ser considerados como uma reação e, logo, ainda que de forma indireta e individual, uma tomada de posição reivindicadora por melhorias no trabalho? Apesar disso, pode-se afirmar que, embora a questão salarial possa ter sido um fator negativo no início da trajetória profissional das docentes dos grupos escolares, isso não retira o mérito do processo de formação e ingresso das docentes no ensino, por isso, a desvalorização social e profissional da mulher sergipana no período.



Como ressalta Souza (1998, p. 62), ser professora de um grupo escolar, “para algumas mulheres, indubitavelmente significou uma nova maneira de ser no mundo e novas possibilidades de inserção social”. Apesar de terem contribuído para a formação de uma identidade profissional para os docentes do ensino primário, os grupos escolares sergipanos viveram seus anos iniciais com limitações relativas à formação de seus quadros permanentes, sobretudo aqueles localizados no interior do estado. O crescimento constante das matrículas requeria um número maior de professoras, o que nem sempre era possível.

O crescimento de matrículas somado a muitas solicitações de licença contribuía para a falta frequente de professoras. Semelhante ao registrado pela direção de grupos escolares de outros municípios, assim se pronunciou, em abril de 1925, a direção do Grupo Escolar Coelho e Campos (Capela):

Conforme vos communiquei em meu officio sob n.º. 154, de 10 de Março, proximo findo, D. Hiralina Almeida, a quem convidei por vossa ordem, começou, n’esse dia, a substituir a professora do 3.º. anno d’este Grupo escolar, sob

minha direcção. D. Maria da Gloria Motta Cabral, que se acha licenciada para tratamento de saúde, [...]. / No "Diario Official" vi que a professora D. Amelia de Aguiar Britto está tambem licenciada por 3 mezes: n'estas circunstancias, quem a deverá substituir? Provisoriamente reuni o 4º. ao 3º. anno; porem, a professora não póde, absolutamente, desempenhar-se bem, por ser uma tarefa pesadissima. / Espero, com urgencia, que a vossa sabia solução me orientará n'este caso (Of. 158, de 24/04/1925 do GECC).

A falta de professoras nos grupos era uma constante e, decerto, foi um complicador para o sucesso da modernização pedagógica pretendida pelo Estado. A reunião de séries, ainda que provisória, quebrava o sentido e a dinâmica do ensino graduado e poderia limitar o cumprimento de horários, regulamentos e programas de ensino, bem como os efeitos do ensino intuitivo. O vultoso número de alunos nas turmas reunidas sobrecarregava a professora responsável. A graduação do ensino (cada ano uma série, cada série uma classe razoavelmente homogênea em termos de idade e desenvolvimento dos alunos) substituída, em alguns momentos pela multisseriação do processo escolar, era um golpe nos planos de um ensino renovado.

As professoras eram elementos essenciais para a constituição da nova cultura escolar. Sem elas, o projeto racional, científico e moderno para o ensino primário não avançava. Durante todo o ano de 1925 e parte do seguinte, o Grupo Coelho e Campos sofreu com as licenças de professoras, falta de adjuntas para substituições e a consequente reunião de séries de ensino (Ver: Of. 156, 28/03/1925 e Of. 186 de abril/1926 do GECC). Outros também se manifestavam. O diretor do Grupo Escolar Sívio Romero (Lagarto) reclamava em 1927, que, apesar das várias atribuições de diretor,

encontrava-se em sala de aula devido à remoção de uma professora e à inexistência de substituta<sup>2</sup>.

Os professores públicos primários, segundo a Reforma de 1911, passaram a contar com uma nova regulamentação de seus direitos e deveres. Povoavam o campo dos direitos as remoções, as licenças, a vitaliciedade e a jubilação. Os deveres eram muitos, seguidos por alguns descontos e penas aplicáveis quando não cumpridas as devidas obrigações (Sergipe, 1911). Claramente, o grau de exigência nos trabalhos a realizar de modo a concretizar a nova cultura escolar era alto. Se os alunos estavam em formação, pode-se dizer que as professoras também o estavam e, em simultâneo, tinham que dar conta de um processo exitoso de mudança escolar e social.

Onde estava a opinião das professoras diante das muitas exigências e uma baixa remuneração? Apesar da ausência da voz das docentes na maior parte da documentação produzida no período e disponível para pesquisa hoje, é possível supor que as profissionais reagissem. As licenças certamente eram exemplos dessa reação.

No entanto, as primeiras professoras dos grupos escolares de Sergipe certamente gozavam de um lugar social especial em consequência da sua formação na Escola Normal, uma instituição específica e respeitável, e do reconhecimento profissional pela atuação nos grupos. Esse não decorria apenas da docência, mas também, pela possibilidade de ocupar o cargo de direção dos grupos.

### Novos métodos, condições de trabalho e relação com a administração central

Mudanças consistentes em uma escola implicam em alterações nos métodos de ensino. Os grupos escolares tinham isso bem definido

.....

2 A professora Alzira Regis foi removida pelo presidente do Estado para o Grupo Escolar Vigário Barroso, na cidade de São Cristóvão. Ver: Of. de 02/06/1927 do GESR para a Diretoria da Instrução Pública.



pela adoção do método de ensino intuitivo que começou a ser divulgado no Brasil no final do século XIX. O método intuitivo apontava o trato com os sentidos como a mais eficaz via para se obter os melhores resultados em termos de aprendizagem. Em decorrência disso, tornava-se necessária a existência de muitos e variados recursos didáticos, bem como práticas de observação e experimentação, tendo em vista uma aprendizagem concreta pautada no exercício de abstração e construção de conhecimentos pelos alunos.

Seu êxito dependia de exigências ao trabalho docente. Por isso, as professoras e seu trabalho passaram a ser mais observados e orientados, levando em consideração o sucesso do projeto formativo: a construção do cidadão republicano. Apesar da fiscalização sobre essas instituições e possível pressão sobre o trabalho docente para atender à modernidade pedagógica que elas representavam, os grupos eram as instituições preferidas pelas docentes do ensino primário. Eram estabelecimentos modelo, a novidade educacional para onde convergiam os olhares do Estado, configurando-se, logo, como sinal de prestígio para as profissionais que neles atuavam, prerrogativa que estas faziam o possível para alcançar.

A preferência pelos grupos era acompanhada por outra, a Capital, como lugar de atuação. O presidente Manoel Dantas registrava esse feito em mensagem à Assembleia Legislativa (Sergipe, 07/09/1927, p. 6). Segundo o presidente do Estado, a postura das professoras era responsável pelo desenvolvimento do “urbanismo, em prejuízo das populações do interior do Estado” (Sergipe, 07/09/1928, 30). Sem dúvidas, formadas na Escola Normal da capital, em sua maioria, residentes em Aracaju e contando com possíveis dificuldades de transporte e moradia no interior do estado, a tendência seria que houvesse preferência pela atuação na capital.

As professoras eram consideradas ora com elogios aos trabalhos desenvolvidos, como o faziam os Presidentes Pedro Freire de

Carvalho (Sergipe, 07/09/1914, p. 16) e General Valladão (Estado de Sergipe, 10/07/1917), ora com críticas. Graccho Cardoso, por exemplo, afirmava, em 1925, que, apesar das grandes medidas tomadas pelo seu Governo em prol da educação, a exemplo da criação, em 1924, de seis grupos escolares:

[...] infelizmente, porem, a excellencia de taes medidas não collima á acção dos responsáveis directos pela eficiencia do ensino. Continúa a desídia a lavar entre elles, com a falta de assiduidade e applicação, de alguns, procurando outros interpretar o regulamento a seu talante, empregar methodos de ensino já condemnados, falsear os programas e horários, que não executam, deixando de leccionar em certos dias, propositadamente, de cumplicidade com os alumnos, a quem, de certo, agradam estes feriados extraordinários (Sergipe, 07/09/1925, p. 14).



119



Professores normalistas, formados nas Escolas Normais destinadas a modelar almas e corpos “normais”. O indivíduo normal era aquele adaptado às normas que o afetavam ao corpo e mente, de modo a disciplinar os seus comportamentos. À professora normal(ista) cabia guiar os alunos nos caminhos da instrução. Aparentemente simples, a função requerida no período pelo Estado republicano referia-se não apenas à escolarização, mas também à formação geral do indivíduo. Além do trabalho com várias disciplinas curriculares, as professoras contavam com um ritmo de trabalho marcado pela fragmentação e rigidez de horários.

O trabalho docente realizado em ritmo marcado pelo toque do relógio deveria promover orientações gerais, inculcar nos alunos exemplos de comportamentos desejáveis para o mundo urbano e industrial que se estruturava. Esses eram norteados por um processo disciplinador, dulcificador, normatizador de corpos e mentes. A função não era simples, dado que as professoras também passavam, no período, pelo processo normatizador. A formação

era para todos. Diante dos obstáculos presentes no processo, as reações das professoras, naturalmente, fizeram-se presentes. O recurso das licenças pode ser considerado um exemplo disso.

O que se verifica é demonstrativo de choques entre a cultura dos professores e a cultura dos reformadores. Para a compreensão da cultura escolar de determinada instituição, é preciso que se verifique o papel e atuação de seus diferentes agentes (Julia, 1995). Os professores, por exemplo, apesar de formação profissional, são seres detentores de crenças, hábitos e práticas provenientes da experiência cotidiana. Isso pode ir contra a cultura dos reformadores que possuem tendência à uniformidade e ao centralismo, pouca sensibilidade aos contextos escolares e concepção mecanicista dos professores (Viñao, 2007). Os reformadores, atentos às diferenças de posturas docentes adotadas diante das normas estabelecidas, definiam-se como instância orientadora, interessados em garantir a uniformidade do ensino. O projeto dos grupos escolares atendia a esse propósito.

Além de sugestões de como trabalhar os conteúdos escolares, as professoras recebiam outras recomendações. É importante ver como, por exemplo, em 1915, o Diretor da Instrução Pública, Helvécio de Andrade, dirigia-se aos docentes de grupos e escolas isoladas:

1ª / Nos grupos ás Adjuntas e nas escolas aos Professores, cabe corrigir as formaturas de entrada e sahida, assim como as attitudes durante as aulas, de modo a obterem silencio perfeito e compostura correcta. [...] 4ª / Nas formaturas os Professores estarão na frente das classes, enquanto as Adjuntas percorrerão as fileiras no cumprimento de seu dever. / 5ª / Nas formaturas verificarão as Adjuntas o asseio das alumnas para o que não há mister tempo especial. [...] / 9ª Recommenda-se, finalmente a todos os Professores a observancia rigorosa dos passos do programma afim de que haja uniformidade no ensino. (O Estado de Sergipe, 07/09/1915, n. 4721, p. 1/2)

Nova escola, novas exigências, velhos vencimentos. A exigência sobre a professora não era compensada por bons salários. Quando no governo do Estado, Oliveira Valladão reconheceu a deficiência salarial, ao afirmar: “De justiça é o aumento dos vencimentos dos professores primários, pois vim ainda encontrá-los com os que lhes fixei há mais de vinte annos, pelo Decreto n. 161 de 17 de janeiro de 1896 [...]” (Sergipe, 07/09/1916, p. 10).

Conforme o Regulamento da Instrução de 1911, os professores dos grupos escolares deveriam conservar a categoria da classe a que pertenciam e receberiam a gratificação extraordinária de quantia igual a que recebiam para o aluguel da casa. Ainda assim, verifica-se que o professor de 4.<sup>a</sup> classe, ou seja, da capital, por exemplo, recebia um salário (1:344\$000) inferior ao de um amanuense-arquivista (1:400\$000) e apenas um pouco maior ao de um porteiro-contínuo (1:120\$000).



Além disso, as condições de trabalho estavam longe do ideal. No final da década de 1920, o Presidente Manoel Dantas apontava as carências. Ao lado do preparo profissional de professores e melhoria da inspeção escolar, figuravam-se melhorias no mobiliário e na higiene dos prédios (Sergipe, 07/09/1927, p. 5).

É importante destacar, por exemplo, o Grupo Manoel Luiz (Aracaju) que, após um ano de inauguração, já sofria com o problema de grandes goteiras responsáveis por estragar paredes, portas das salas de aula, quadros murais e carteiras. Esse problema foi detectado no início do ano letivo de 1925 e até o mês de setembro não fora solucionado, apesar das solicitações da diretoria do Grupo (Ofício n. 10, n. 16, n. 25, n. 44 - *Livro ... Grupo Escolar Manoel Luiz – 1924-1927*, p. 22, 23v, 25v e 30v).

Por representarem a modernização pedagógica para o ensino primário público, os grupos escolares serviram também de escola prática para as professoras sergipanas. Foram identificadas como

professoras desses estabelecimentos de ensino em Sergipe 301 profissionais, das quais 45 lecionaram em mais de um grupo. Os números são significativos quando se considera que, durante o período de 1911 a 1930, Sergipe contou com 14 escolas graduadas, das quais nove implantadas somente entre 1923 e 1925. Desse número, pode-se dizer ainda que 207 professoras passaram pela prática do magistério nos grupos da capital e 94 nos grupos do interior do estado. Assim era que docentes solicitavam à Diretoria da Instrução Pública um período de prática em tais instituições, como o fez a professora da cidade de Campos em 1919:

A infra assignada, professora publica do ensino primário da 2ª. cadeira do sexo masculino da cidade de Campos, requer a V.Exa. ser admittida a praticar 30 dias no grupo escolar General Siqueira, a contar do dia 15 do corrente mez, na conformidade do regulamento em vigor, para o que // Pa. V.Exa. de deferimento (Of. de 11/03/1919, da professora Rachel Cesar de Lima Amado).

Assim, os grupos sergipanos educaram simultaneamente crianças e adultos, alunos e professoras, todas submetidas a um conjunto de normas e regulamentos, ao olhar fiscalizador das autoridades e ao controle, pela comunidade, dos seus procedimentos e condutas. O corpo docente dos grupos escolares deveria ser formado por normalistas diplomadas, mas inicialmente as instituições foram providas com as docentes transferidas das extintas escolas isoladas. Posteriormente o provimento deveria ser feito através de concurso público, processo para o qual a própria Diretoria da Instrução reconheceu (Andrade, 1926) a existência de problemas, a começar pela quantidade insignificante.

Professoras e diretoras eram mulheres do início do século XX. A inconstância ou rotatividade dessas profissionais pode ser indício de dificuldade de conciliação da disciplina para o trabalho fora de casa com as tarefas domésticas então, inerentes a elas. Como,



diante disso, a formação normal e as normas legais não eram suficientes para as mudanças esperadas para o ensino, a Diretoria da Instrução seguia publicando orientações diversas para o trabalho docente, mas, também, pondo em funcionamento toda uma rede de controle e fiscalização do trabalho docente, constituída via exames escolares, boletins mensais das aulas e do frequente acompanhamento da direção dos grupos e dos delegados do ensino e inspetores escolares.

### Conclusão

Falar em corpo docente dos primeiros grupos escolares é falar de mulheres. Essas, no período, além de contarem com uma nova representação para o seu papel na sociedade, construíram o caminho da profissionalização para o docente do ensino primário. Esse, a partir de então, passava a possuir formação, local de trabalho e uma identificação profissional específica, digna, sobretudo, ainda que lhe faltassem as condições ideais de trabalho.

Em sua atuação, a professora deveria aparecer sempre como aquela que incentivava e orientava os alunos em suas atividades, e não aquela que determinava. Às professoras foi atribuída uma grande tarefa: a de encaminhar, por meio da instrução, os futuros cidadãos republicanos à modernidade. Foram elas transmissoras de uma “sociedade de costumes”, materializada em rituais que candelavam o cotidiano de seus alunos mediante suas aulas, em que noções de ordem e asseio sobre corpo e materiais escolares deveriam estar presentes; mas também, dos exames escolares, da preparação e da participação nas festas e, de modo geral, através das várias orientações que deveriam imprimir no seu dia a dia escolar, ao buscar falar junto aos alunos sempre de temas relativos à Família, Trabalho, Pátria, Justiça e etc.

As professoras integraram a base para o sucesso da nova cultura escolar. A modernização pedagógica, entendida como ensino pautado no método intuitivo, que deveria ser trabalhado de forma prática, revelava-se desenvolvida em sala de aula ou em outros ambientes, como o das festas escolares, das quais pessoas externas aos grupos escolares poderiam participar. Assim é que as professoras dos primeiros grupos escolares de Sergipe podem ser consideradas não apenas como professoras de crianças, mas como formadoras de toda uma sociedade.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Helvécio de. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Cyro de Azevedo, D. Presidente do Estado, em Novembro de 1926** –

Instrução Publica: Necessidade de uma regulamentação definitiva dos ensinios primário e normal. Aracaju: Typ. Do Sergipe Jornal, 1926.

ARAÚJO, Nórmelia M. de. **Entrevista** [ago. 2003]. Entrevistadora Crislane Barbosa de Azevedo. Aracaju, 2003. 1 fita MC-60. Entrevista concedida à pesquisa sobre a os grupos escolares em Aracaju na Primeira República.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e educação popular**. São Paulo, Pioneira, 1974.

DÓRIA, Rodrigues. Conferência lida no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, v. 3, n. 1-4, p. 213-250, 1916.

**Estado de Sergipe**, de 10/07/1917.

FREITAS, Anamaria G. B. de. **“Vestidas de azul e branco”** - um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920/1950). São Cristóvão: GEPHE/NPGED-UFS, 2003.

GÓES, Balthazar. **Hymnario dos Grupos Escolares e Escolas Singulares do Estado de Sergipe**: complemento do Regimento Interno. Sergipe: Imprensa Nacional, 1913.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Tradição de Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n. 1, jan./jun.2001.

NUNES, Maria Thétis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: SEED/UFS, 1984.

**O Estado de Sergipe**. 07/09/1915, n. 4721, p. 1/2.

SCHUELER, Alessandra F. M. de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. **Revista Brasileira de História**. v. 19, n. 37, São Paulo, p. 59-84, 1999.

SERGIPE – GESR. **Livro para correspondência oficial do Grupo Escolar Sílvio Romero** – (1925-1927). Ofício de 02/03/25, Ofício de 13/04/25, Ofício de 02/06/27 [Para a Diretoria da Instrução Pública]. Acervo: Arquivo Público do Estado de Sergipe.

SERGIPE – GECC. **Livro para correspondência oficial do Grupo Escolar Coelho e Campos** – (1921-1925). Of de 12/03/1921, Of. 158 de 24/04/25, Of. 156, 28/03/925, Of. 186 de abril/1926 e Of. 312 de 05/03/930 [Para a Diretoria da Instrução Pública]

SERGIPE – GEML. **Livro para correspondência oficial do Grupo Escolar Manoel Luiz** – (1924-1927). Ofício n. 10 de 30/03/1925, Ofício nº 16 de 16/04/1925, Ofício n. 25, de 12/06/1925 e Ofício n. 44, de 09/09/1925, p. 22, 23v, 25v e 30v.

SERGIPE. **Circular de 04/1914** (à professora publica do Estado enviada pelo Dr. Helvécio Andrade ao Grupo Escolar Modelo). Aracaju: Arquivo Público do Estado de Sergipe.

SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléa pelo presidente do Estado de Sergipe** [...] 07/09/1908; 07/09/1910; 07/09/1914; 07/09/1916; 07/09/1919; 07/09/1925; 07/09/1927; 07/09/1928.

SERGIPE. **Ofício de 11/03/1919**, da Professora Rachel Cesar de Lima Amado para a Diretoria da Instrução Pública. Aracaju: Arquivo Público do Estado de Sergipe.

SERGIPE. **Ofício de 28/02/1919**, da Professora Sirena do Prado e Silva para a Diretoria da Instrução Pública. Acervo: Arquivo Público do Estado de Sergipe.

SERGIPE. **Ofício nº 635, de 29/04/1918**, da Secretaria Geral do Estado de Sergipe para a Diretoria da Instrução Pública sobre a aprovação em 1º lugar da Professora Dulce da Motta Rabelo. Acervo: Arquivo Público do Estado de Sergipe.

SERGIPE. **Regulamento do Ensino Primário expedido pelo Exm. Sr. Dr. José Rodrigues da Costa Dória presidente do Estado por decreto n. 563 de 12 de agosto de 1911**. Aracaju: Typ. Commercial, 1911.

SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Ed. Unesp, 1998.



VIÑAO, Antonio. Culturas escolares y reformas (sobre la naturaleza histórica de los sistemas e instituciones educativas). **Revista Teias**, v. 1, n. 2, p. 01-25, ago. 2007.

# SABER PROFISSIONAL DO PROFESSOR QUE EN- SINAVA ARITMÉTICA EM GRUPOS ESCOLARES SERGIPANOS (1911 – 1931)

Ivanete Batista dos Santos

Para caracterizar o saber profissional do professor que ensinava aritmética nos grupos escolares sergipanos nas primeiras décadas do século XX, é necessário destacar que no caso de Sergipe, assim como em outros estados da federação, há indicação explícita do grupo escolar da época como um símbolo da modernidade.



127



O ano era 1911. A cidade de Aracaju era o cenário da trama que teria início naquele dia. A cidade celebrou o seu ingresso educacional nas searas da modernidade com a festa de inauguração do novo prédio da escola Normal. Ele tornou-se marco da trajetória educacional de Sergipe, pois introduziu no estado os novos pressupostos do ensino, com a difusão de metodologia moderna e principalmente com sua visibilidade. A educação passava para o palco da trama histórica republicana, tornando-se alvo de discursos, em campanhas eleitorais. Foi com a Escola Normal que teve início a caminhada sergipana em busca da disseminação do mais inovador modelo de escola primária vigente no Brasil: os grupos escolares (Santos, 2013, p. 28).

Constata-se que há na citação de Santos (2013) um indicativo de mudanças na cidade de Aracaju, atrelada a inauguração de um prédio novo para a Escola Normal e um modelo inovador para a escola primária: o grupo escolar. Tais instituições, nos idos de 1911, são apontadas como lócus da difusão de uma metodolo-

gia moderna. Aqui vale destacar que em trabalhos já publicados com temáticas relacionadas aos grupos escolares, a exemplo de Santos (2013), com o título de “Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)”;<sup>1</sup> e o de Azevedo (2009) em “Grupos escolares em Sergipe (1911-1930): cultura escolar, civilização e escolarização da infância”, é possível identificar essa categoria de instituição como parte do projeto político para a educação sergipana pautada no ano de 1911, apontados como um símbolo de modernização para o desenvolvimento do ensino primário em Sergipe.

E é a partir desse indicativo de uma proposta atrelada à modernização, que neste texto há uma tentativa explícita de responder a perguntas em relação à aritmética: como caracterizar o saber profissional dos professores que ensinavam aritmética nos grupos escolares sergipanos de 1911 a 1931? Quais são os saberes aritméticos presentes nos primeiros grupos escolares sergipanos nas primeiras décadas de 1911 a 1931? Como eram ou deveriam ser abordados os saberes aritméticos nesse recorte desses vinte anos da história educacional sergipana? Quais as orientações que os professores recebiam para ministrar aulas de aritmética em grupos escolares nesse período?

Para responder a essas indagações, neste texto a opção adotada foi efetuar um exercício em fontes como decretos, regulamentos e programas de ensino examinadas à luz de um entendimento diferenciado em relação ao significado de saber profissional utilizado como lente para a produção de uma representação a partir da matéria/disciplina<sup>1</sup> aritmética. Para isso, foi definido como objetivo caracterizar saberes profissionais do professor que ensinava aritmética em grupos escolares sergipanas de 1911 a 1931. Vale

.....  
1 A opção adotada para nos referirmos à Aritmética como matéria ou disciplina foi tomada seguindo a denominação presente na fonte examinada.

ressaltar que o marco cronológico foi definido a partir das fontes escolhidas, sendo 1911, o ano de implantação dos grupos escolares e 1931, ano em que há uma proposta de mudança notória baseada em princípios da escola nova.

Para alcançar o objetivo proposto, o texto está organizado em três tópicos. No primeiro são apresentados os argumentos sobre saberes profissionais a partir de Valente (2019), que acaba por fornecer um referencial teórico metodológico em relação aos procedimentos adotados para exame das fontes. No segundo tópico é efetuada uma caracterização do saber profissional do professor que ensinava aritmética nas primeiras décadas do século XX, a partir de fontes como Decretos e Regulamentos da Instrução Pública primária, Programas de Ensino de Sergipe.

### Um entendimento sobre saber profissional

O que significa saber profissional? O entendimento de saber profissional adotado neste texto é uma apropriação efetuada a partir de sistematizações desenvolvidas por pesquisadores vinculados ao Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática no Brasil (GHEMAT – Brasil) em textos como: “Novos aportes teórico-metodológicos sobre saberes profissionais na formação de professores que ensinam Matemática” (Valente *et al.*, 2017), “O saber profissional do professor que ensina Matemática: o futuro do passado” (Valente, 2018) e Programas de ensino e manuais escolares como fontes para estudo da constituição da Matemática para ensinar” (Valente, 2019). Em textos como esses, pesquisadores ghematianos mobilizam categorias teóricas estabelecidas em sistematização efetuadas por especialistas da Equipe de Pesquisa em História das Ciências da Educação (ERHISE) da Universidade de Genebra-Suíça, em relação a dois tipos de saberes.

Um primeiro tipo caracterizado como ‘saberes a ensinar’. Tais saberes têm referências nas disciplinas científicas e dizem respeito ao objeto de ensino da docência. De outra parte, há aos ‘saberes para ensinar’. Neste caso, tem-se um rol de saberes próprios do ofício docente, constituindo as suas ferramentas de trabalho na tarefa que têm os professores de formar pessoas (Valente, 2019, p. 53).

A partir de entendimentos como esse, Valente (2019, p. 52) passa a trabalhar com uma hipótese teórica que adota a expressão matemática a ensinar como aquela aprendida na formação e a matemática para ensinar “[...] como um saber profissional, uma matemática para o exercício da docência, uma ferramenta de trabalho do professor para ensinar matemática tendo em conta uma matemática a ensinar”.



A matemática para ensinar, também fruto do processo de elaboração histórica, não constitui um saber de cultura geral. Trata-se de um saber específico, de cultura profissional, próprio à formação do futuro docente. De outra parte, é preciso ressaltar, que a admissão da existência da matemática para ensinar não implica em sua autonomia. Sendo um saber específico, um saber do profissional da docência, uma ferramenta do ofício de ser professor, articula-se tal ferramenta com o objeto de ensino, a matemática a ensinar. Cabe somente à profissão docente a posse de um saber para ensinar, uma matemática para ensinar. Elaborada historicamente em articulação com a matemática a ensinar [...] será esse saber específico dos professores, um dos elementos que caracterizam a profissão docente (Valente, 2019, p. 54).

Constata-se a partir da citação que o saber profissional do docente que ensinava matemática era, e é, uma articulação entre uma matemática para ensinar com a matemática a ensinar. E para que se torne possível a construção de tal enredo, Valente chama atenção para

aspectos relacionados aos conteúdos, e ao uso do tempo escolar em pesquisas que envolvam documentação oficial, a exemplo de programas, deve atentar para a graduação do ensino. E a

[...] graduação está diretamente ligada à organização do saber para ensinar e enseja as finalidades do ensino, as metodologias, as concepções de ensino e de aprendizagem, o modo como deverá se dar a relação professor-aluno, o emprego do tempo escolar enfim, representa um saber organizado para ensinar, uma ferramenta do professor, uma matemática para ensinar (Valente, 2019, p. 57).

A partir desses entendimentos pinçados pelo autor, foram realizadas apropriações para a caracterização do saber profissional do professor que ensinava a disciplina aritmética nas primeiras décadas do século XX. Dito de outra forma, aqui é efetuada uma apropriação para utilizar como hipótese teórica uma “aritmética a ensinar” e uma “aritmética para ensinar” como parte do saber profissional do professor que ensinava aritmética nos grupos escolares sergipanos de 1911 a 1931.

*Uma caracterização de orientações para o saber profissional do professor que ensinava aritmética em Sergipe a partir de fontes como decretos e programas*

Para iniciar a caracterização, é necessário apresentar um esclarecimento em relação ao que neste texto é denominado de “saberes aritméticos”. Pesquisadores vinculados ao GHEMAT, em particular Valente, esclarecem que não caberia a rubrica Matemática,

Afinal, essa não é nem mesmo a nomenclatura encontrada nos documentos oficiais [...] Mas, há ensinamentos de matemática nos primeiros anos escolares... E como, nas pesquisas, está sendo considerado o primeiro nível escolar, o mais elementar [...] Existem rubricas as mais variadas que contêm saberes matemáticos. Pode-se citar, por exemplo: Cálculo,



Aritmética, Desenho, Trabalhos Manuais, Geometria, Modelagem, Cartografia etc., a depender do contexto local e das reformas estabelecidas para reger a escola primária em diferentes pontos do país (Valente, 2015, p. 17-18).

Ciente desse esclarecimento e com a indagação de quais são os saberes aritméticos presentes nos primeiros grupos escolares sergipanos de 1911 a 1931? Tal indagação já foi respondida através dos argumentos de uma pesquisadora sergipana, a definição de saberes aritméticos como aqueles

[...] propostos para os primeiros anos do ensino primário a fim de tratar sobre números, sua representação, a arte de calcular por meio de algarismos de forma prática com as quatro operações, frações e sistemas de unidades de medidas, proporção, regra de três, porcentagem e desconto (Rocha, 2016, p. 47).



Entende-se que, por saberes aritméticos, como aqueles propostos para a rubrica em algumas fontes denominadas como matéria Aritmética e em outras disciplinas aritméticas propostas para serem ministradas em grupos escolares sergipanos. Entretanto, neste texto, esse termo “saberes aritméticos” é entendido como parte de uma aritmética a ensinar e uma aritmética para ensinar, e que ambas compõem o saber profissional dos professores dos grupos escolares. Saber esse que será identificado a partir de fontes como: decretos, regulamentos e programas. Tendo em vista que parte desse tipo fonte já foi utilizada por Rocha (2016), optou-se por apresentar uma compilação a partir da sistematização efetuada pela autora.

**Quadro 02** – Regulamentos no período de 1911 a 1931

<b>Data</b>	<b>Fonte</b>	<b>Matérias/disciplinas</b>
12-08-1911	Decreto n.º 563. Da nova organização ao Ensino do Estado, mandando que sejam observados os Regulamentos que com este baixam.	Aritmética até regra de três.
19-10-1912	Decreto n.º 571. Expede Regulamento para a Instrução Pública primária, normal e secundária do Estado de Sergipe.	Aritmética até regra de três.
09-01-1915	Decreto n.º 587. Expede Regulamento para o serviço da Instrução Pública do Estado de Sergipe.	Aritmética até Sistema Métrico com todas as operações.
29-10-1921	Decreto n.º 724. Dá novo regulamento à Instrução Pública.	Cálculo aritmético sobre números inteiros e frações; Sistema métrico decimal.
11-03-1924	Decreto n.º 867. Dá novo regulamento à Instrução Pública.	No ensino elementar Aritmética, compreendidas as quatro operações fundamentais e o sistema métrico decimal e no ensino superior Aritmética elementar.
03-02-1931	Decreto n.º 25. Dá novo regulamento à Instrução Primária do Estado.	Aritmética, até sistema métrico, inclusive cálculo.

**Fonte:** Quadro compilado de Rocha (2016).

Constata-se pelo conteúdo do quadro 02 que desde o Decreto nº 563, datado de 12 de agosto de 1911<sup>2</sup>, há uma orientação que o gestor da época, José Rodrigues da Costa Doria, decretou uma .....

2 As fontes examinadas para a produção deste texto estão disponíveis no Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769>.

nova organização para o ensino no Estado e, no caso do ensino primário, identifica-se uma proposta para romper com o modelo vigente a época, “[...] ainda ministrado por métodos obsoletos e condenados pela moderna Pedagogia” (Sergipe, 1911, p.13). Por meio desse decreto identifica-se uma recomendação para que o ensino público primário passasse a ser ministrado em prédios do Estado, com as adequadas acomodações e as necessárias condições pedagógicas.

Para atuar no curso primário o professor deveria cursar o ensino normal, e em 1911, o Curso Normal passou a ter duração de quatro anos. As matérias/disciplinas “Aritmética e Elementos da Álgebra e Desenho” são citadas no referido decreto. A partir dos argumentos de Valente (2019), entende-se que a Aritmética abordada na formação do Curso Normal, em um primeiro momento fornecia os saberes parte da dita aritmética a ensinar.



134



Ainda a partir das informações identificadas no quadro 02, é possível constatar que em quase todos os decretos há uma indicação de mudanças, com uma nova organização e um novo regulamento. Também é possível ver a inserção de Aritmética até Sistema Métrico, e especificação dos tópicos, como: número, quatro operações, cálculo aritmético sobre números inteiros, frações, sistema métrico decimal. Segundo Rocha (2016), esses saberes aritméticos não eram apresentados da mesma forma nos programas. Para efetuar tal afirmação, a autora optou por examinar de forma separada o saber número, operações e frações – opção aqui também adotada a partir do Programa de 1912.

No caso do saber número, no Programa de 1912, encontram-se orientações como as apresentadas a seguir:

- Secção 1ª.** - a) Suscitar e desenvolver a idéia de numero, sem o nome do numero, comparando porções de cousas.  
b) contar objectos, seguidamente, até 10, 20, 30 e etc. até

99; depois começar de qualquer numero, 2 a 2, 3 a 3 etc. até o mesmo limite. c) sommar e diminuir sobre cousas.

**Secção 2ª.** --- a) Ler e copiar as cartas de Parker, comparando o resultado das operações com objectos. b) Problema sobre o aprendido nessas cartas. c) escrever e ler os numeros simples e compostos de dous algarismos até 99.

d) Algarismos romanos--- i, v, x, l e sua combinação até 99; onde se empregam (o mostrador de relógios, o calado dos navios) (Sergipe, 1912).

Verifica-se no recorte do Programa de 1912 que mais do que os conteúdos próprios da aritmética a ensinar, é possível identificar orientações que indicam o uso de coisas, objetos, cartas de Parker e mostrador de relógio para abordar tais conteúdos. E esses objetos podem ser classificados como materiais didáticos, identificando que



A definição e a classificação desses objetos consistem em desafios a serem enfrentados pelos pesquisadores dedicados ao estudo da cultura material da escola. É necessária a construção de uma genealogia dos termos. Por exemplo, na documentação da instrução pública do estado de São Paulo referente ao final do século XIX e início do século XX é frequente o uso dos termos material, instrumentos de ensino e objetos escolares para designar livros, mapas, quadros, lousas, tinta, canetas, entre outros objetos empregados no ensino das matérias do curso primário. A referência a termos como materiais didáticos, recursos auxiliares do ensino, materiais pedagógicos, meios materiais, entre outros, tornou-se mais comum em meados do século XX, submetidos, ao que tudo indica, a uma tematização do campo pedagógico, especialmente da Didática (SOUZA, 2013, p. 105).

Aqueles a partir de então denominados materiais didáticos são, sem dúvida, aspectos de uma aritmética para ensinar que ultrapassa o limite da aritmética a ensinar. Dito de outra forma, a aná-

lise do Programa de 1912 permite identificar as orientações sobre como deveriam ser abordados os saberes aritméticos nas primeiras décadas do século XX. Vale ressaltar que no Artigo 86 do Regulamento de 1912 há a orientação de que o ensino deve seguir o processo intuitivo para a sua estabilização o “[...] ensino deve ser feito o mais praticamente possível e pelo processo intuitivo”. E na parte em que trata do programa do ensino, há afirmação que estabelece favoráveis da boa distribuição do tempo e do trabalho, do que depende grandemente o resultado do ensino. Para ter êxito nesse assunto, o professor deve atender principalmente às regras apresentadas a seguir:

1º Os alunos estarão ocupados durante o tempo escolar.

2º O horário será maior para as disciplinas mais importantes e mais difíceis;

3º serão poupados o mais possível, os esforços dos alunos, pelo que o professor alternará os exercícios, de modo que, depois de um oral, seguia-se um escrito; depois de um prolongado, um breve, etc. (Sergipe, 1912).

O Regulamento de 1912 exhibe uma proposta de horário, no anexo, em que é possível identificar que para o 1º ano do grupo modelo havia, para o dia de segunda-feira, dois momentos de 30 minutos cada, divididos em duas seções, em que, na primeira rodada, o professor deveria “contar coisas” e, na segunda, desenvolver exercícios de Parker<sup>3</sup>. Já no segundo momento, previsto para ocorrer

.....  
3 Sobre Cartas de Parker Portela (2014), lê-se a seguinte: “As orientações designadas pelas Cartas de Parker propunham um ensino gradual, que iniciava com a apresentação dos números com gravuras, e se estendia até a realização dos cálculos, tendo sempre um pré-requisito, pois sugeria um disciplinamento da parte do professor e do aluno no raciocínio e na execução das atividades, uma forma de garantir o aprendizado. Caberia ao professor observar constantemente o avanço da aprendizagem do aluno” (Portela, 2014, p. 11).

das 12h45 às 13h05, a ordem era invertida – primeiro, exercícios de Parker, depois contar coisas. Ou seja, aos poucos o professor recebia orientações para a constituição de uma aritmética para ensinar. A imbricação entre a aritmética a ensinar e a aritmética para ensinar pode ser identificada novamente no programa de 1915.

Idêa do numero antes do algarismo.

Antes do professor levar o menino à carta de Parker, ao contador mecanico e de entregar-lhe o caderno de Ramon Roca, muna-se de colleções de objectos iguaes (melhores os colloridos): Sementes, palitos de phosphoros em anilua vermelha, botões moedas, pedrinhas, etc.

Primeiro passo—Fevereiro e Março.

Disponha o mestre na mesa deante da classe alguns objectos da mesma especie dos acima indicados, enfileirando-se assim:

-  
--  
---

(Na falta servirão traços de giz no quadro negro)

Diga o mestre, apontando o 1º objecto ou signal, um, e toda classe attenta responda—um.

Passando a 2ª linha: um, dois, e toda classe attenta respondam um, dois.

Depois a 3ª linha um, dois, trez.

Sabendo a creança contar até 3, aummente o professor o numero de linhas até 6, na mesma ordem.

E do mesmo modo ensine-lhes a contar até 6. Depois, do mesmo modo até 9.

Sabendo a creança contar bem até 9, disponha o mestre objectos diversos em fila; 1ª fila—1 lápis; 2ª fila—2 canetas; 3ª fila—3 botões; 4ª fila—4 palitos, e assim por deante até 9.

Isto feito, pergunte:

João, quantos lápis na 1ª fila? José, quantos palitos na 4ª fila? [...] (Sergipe, 1915).



Constata-se, mais uma vez, que o professor era orientado a utilizar materiais didáticos como: sementes, palitos de fósforo, botões, moedas, pedrinhas, além das Carta de Parker, o contador mecânico e o caderno de Ramon Roca.

No Regulamento de 1916, há a seguinte recomendação em relação aos saberes aritméticos:

As lições de aritmética serão exclusivamente práticas e o ensino dos números e da tabuada deve ser absolutamente concreto, dando o professor a idéia de quantidade para fazer despertar no aluno a idéia de número (Sergipe, 1916, p. 42).

Vale destacar que no Regulamento de 1916 há várias orientações em relação à condução das disciplinas conforme está apresentado a seguir:



138

- » No primeiro período, deverão ser de preferência colocadas as lições e exercícios que reclamam esforço e atenção.
- » As lições de qualquer matéria sobre qualquer serão cingidas ao programa e serão práticas, concretas e essencialmente empíricas e com a exclusão completa de regras abstratas.

Ao que parece, nesse Regulamento de 1916, há uma preocupação com o desenvolvimento das faculdades mentais, fato que pode ser constatado com a inserção de um parágrafo único expresso da seguinte forma:

As faculdades da criança serão desenvolvidas gradual e harmonicamente por meio de processos intuitivos, tendo o professor sempre em vista desenvolver a observação (Sergipe, 1916).

Já no Programa de 1931, as orientações são mais sucintas:

Conta pausinhos, caroços, de 1 a 5, a 10, a 20, até 100.

Contagem por unidades, por 2, 4, 6,  
8, 10, até 20; e inversamente, depois até 100, etc.

Contagem por dezenas.

Leitura e escrita de números simples.

Algarismos romanos signaes, depois as combinações. O relógio. (Sergipe, 1931).

Entretanto, ainda é possível identificar os materiais didáticos sendo recomendados. A partir do exame das fontes, é possível afirmar que o saber número é abordado a partir de uma contagem que vai até 999 (novecentos e noventa e nove) ou 1000 (um mil), bem como a numeração decimal, com leitura e escrita, pares e ímpares, valor absoluto e relativo, além os números primos. Esses tópicos são tratados como parte da disciplina aritmética e esse tratamento está diretamente relacionado à aritmética para ensinar. Tal ligação entre essas aritméticas como parte do saber pode ser constatada entre outros saberes aritméticos, como é o caso das operações aritméticas e frações.

Nos programas examinados, identifica-se que as operações aritméticas deveriam ser abordadas pelo professor na seguinte ordem: no 1º ano, as quatro operações até 100 (cem); no 2º ano, até 1000. No Programa de 1917, encontram-se as seguintes orientações:

Sommando dirá: dois e nenhum; são dois; dois e dois - quatro; dois e dois e dois - seis, etc. Multiplicando: um e dois - são dois; dois e dois são \_ quatro; tres e dois são - seis, etc. Subtraindo: de dois tirando dois, fica *nenhum*, de quatro tirando dois ficam dois, etc. (Sergipe,1917).

Nesse caso, as orientações estavam vinculadas à aritmética a ensinar, tendo em vista que já não era possível identificar outra orientação a não ser o uso da oralidade para tratar de operar com a soma, multiplicação e subtração, com quantidades de 2 em 2.

No que concerne frações e operações, que foram iniciadas a partir do 2º ano na maioria dos Programas – em 1912, no 3º e 4º anos, e em 1931, apenas no 3º – identifica-se no 3º ano um olhar mais apurado ao estudo das frações propriamente dito, enquanto no 2º ano eram dadas as noções iniciais. Conforme as indicações previstas para o 3º ano de 1917:

2º Semestre. — Frações ordinarias, numerador e denominador; proprias e improprias; numeros mixtos. Redução dos mixtos a fracções. Redução a expressão mais simples. Frações decimaes. —Transformação em ordinarias e vice-versa. Quatro operações sobre ordinarias e decimaes (Sergipe, 1917).

Neste recorte de 1917, identifica-se uma parte significativa do saber fração, principalmente aspectos relacionados à aritmética a ensinar. Vale ressaltar que no Programa de 1915 a orientação era semelhante, todavia, em 1917 há uma recomendação diferente para o 2º ano:

Multiplicar e dividir frações (primeiro conhecimento). Divisão da unidade  $\frac{1}{2}$ ,  $\frac{1}{3}$ ,  $\frac{1}{4}$  etc (Parker). problemas fáceis no quadro sob a direção do professor. As correções deverão interessar a toda classe. Na falta de Parker toma o professor o palito e, dividindo em e, 3, 4 partes dê aos alunos a ideia de unidade, meios, terços, etc. (Sergipe, 1917).

Verifica-se nesse caso uma orientação explícita em relação à aritmética para ensinar. Mas na maioria dos Programas, são identificados novos elementos da aritmética a ensinar em relação às frações, uma vez que são elencados tópicos como: frações homogêneas, frações heterogêneas e o mínimo denominador comum, números mistos e frações decimais.

Um tópico que merece destaque é a regra de três, que desde o Decreto de 1911 foi apontado como o limite da Aritmética. Nos

programas examinados não foi possível identificar elementos de uma aritmética para ensinar em relação a orientações para a sua abordagem em sala de aula.

Outros saberes aritméticos identificados nos programas, não regulares ao período examinado, foram: divisibilidade, razão, proporção, regra de três, juros e porcentagem. Já o sistema métrico é mencionado nos programas de 1912 a 1931 como “Systema metrico, conhecimento pratico de pesos e medidas” (Sergipe, 1912), sem maiores detalhes de como deveria ser ensinado.

Portanto, com base na documentação examinada, os indícios explícitos da aritmética a ensinar.

E, apesar de não ter sido destacado, Rocha (2014) identifica um elemento importante para caracterizar a aritmética para ensinar: o método intuitivo. E, que uma mudança em relação ao método só é posta em 1931 do Programa, que era o de 1931, comparando-o em relação aos Programas anteriores e ao método de ensino que possivelmente passou a ser adotado em Sergipe.

a) É o programma mínimo da Escola Nova – que dá liberdade e autonomia ao professor para, dentro das linhas geraes no methodo intuitivo-analytico, adaptar, crear mesmo processos mais naturaes e eficientes, e aos alunos ensejos francos de expandir suas atividades e predileções [...] (Sergipe, 1931).

Segundo Rocha (2014), explicitamente uma tendência de mudança no ensino primário sergipano seria anunciada a partir de um novo método que deveria ser adotado, e logo não seria mais baseado apenas no método intuitivo. Pelo menos, isso era o que estava prescrito nos documentos.

No exame dos artigos baixados pelo interventor, havia indicações semelhantes às que foram publicadas em artigos anteriores, toda-



via, o método intuitivo ainda era sugerido desde que desenvolvesse a razão pela observação dos fatos da vida comum. Para a execução dos Programas de Ensino, as professoras deveriam obedecer a princípios que estavam ligados à intuição, que por via, era a base do método e o objeto que seria totalmente analisado, desde as suas partes, propriedades e aplicações, e depois a regra e definições.

Pelo exposto até aqui, constata-se que a partir de 1931 deveria ser construído uma alteração na aritmética para ensinar com a orientação explícita para mudança em relação ao método de ensino.

### Conclusão

Para caracterizar o saber profissional do professor que ensinava aritmética nos grupos escolares sergipanos no período de 1911 a 1931, foram tomadas fontes de pesquisa como: decretos, regulamentos e programas das primeiras décadas do século XX, e efetuado dois movimentos. Para caracterizar o saber profissional do professor que ensinava aritmética nos grupos escolares sergipanos no período de 1911 a 1931, foram tomadas como fontes de pesquisa: decretos, regulamentos e programas relacionados as primeiras décadas do século XX. E para o exame das referidas fontes foi efetuada uma apropriação do entendimento para saber profissional do professor que ensinava aritmética, como composto por uma aritmética a ensinar e uma aritmética para ensinar.

E foi em busca dessas aritméticas, que realizamos o segundo movimento a partir do exame do Decreto de 1911 – ano da implantação dos grupos escolares em Sergipe –, tornando possível identificar elementos diretamente relacionados à “aritmética a ensinar”, que de pronto estabelecia Aritmética até a regra de três. Mas, em decretos posteriores os tópicos foram detalhados e ampliados, possibilitando estabelecer-se em combinação com informações apresentadas em Programas de Ensino de 1912, 1915, 1917, 1924

e 1931 a seguinte sequência: números, operações, frações, sistema de medidas e regra de três. Destaca-se aqui que esses são elementos próprios da aritmética a ensinar, mas foi a partir deles que se tornou possível identificar uma articulação com a aritmética para ensinar e constatar orientações próprias da rotina que deveriam ser executadas em sala de aula, e por certo, passariam a fazer parte de um saber próprio da docência caracterizando elementos da aritmética para ensinar.

Em outras palavras, a partir de fontes como programas, torna-se complexo dissociar a aritmética a ensinar da aritmética para ensinar, principalmente quando para cada temática é colocada uma orientação de como ela deveria ser abordada. Por exemplo, para trabalhar o número, a sugestão era para que as primeiras noções sobre as quantidades fossem conduzidas por meio de materiais didáticos como pedrinhas e posteriormente com as Cartas de Parker e o contador mecânico alinhado a princípios do método intuitivo – orientação que só foi alterada em 1931, com a indicação de princípios da Escola Nova.

E é a partir do exame efetuado nas fontes que é possível afirmar que o saber profissional do professor que ensinava aritmética nos grupos escolares sergipanos de 1911 a 1931 era composto por uma aritmética a ensinar oriunda do Curso Normal e norteadas por Decretos, Regulamentos e Programas de Ensino que forneciam orientações sobre o uso de material didáticos e recomendações próprias do método intuitivo, mesmo que apresentada de forma implícita nos Programas.

Por fim, vale ressaltar que é a combinação de informações que estão postas em diferentes fontes – principalmente em Decretos e Programas de Ensino – que permitem caracterizar um saber profissional dos professores que ensinavam nos grupos escolares sergipanos de 1911 a 1931.



## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Grupos escolares em Sergipe** (1911-1930): cultura escolar, civilização e escolarização da infância. Natal - RN: Editora da UFRN, 2009.

PORTELA, Mariliza. Simonete. **As Cartas de Parker na Matemática da Escola Primária Paranaense na primeira metade do século XX:** circulação e apropriação de um dispositivo didático pedagógico. Tese. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2014.

ROCHA, Wilma Fernandes. **Saberes elementares aritméticos no ensino primário em Sergipe (1890 a 1944). Dissertação (Mestrado em Educação).** Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecossistemas da modernidade:** a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926). São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

SERGIPE. Coleção de Leis e Decretos de 1911. Decreto n. 563, de 12 de agosto de 1911. Aracaju: Typ. d' O Estado de Sergipe, 1911. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/124888>. Acesso em: 12 fev. 2022.

SERGIPE. Coleção de Leis e Decretos de 1912. Lei n. 605, de 24 de setembro de 1912. Decreto N. 571, de 19 de Outubro de 1912. Aracaju: Typ. d' O Estado de Sergipe, 1912. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/124889>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SERGIPE. Coleção de Leis e Decretos de 1915. Decreto n. 587, de 09 de janeiro de 1915. Aracaju: Typ. d' O Estado de Sergipe, 1915. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104706>. Acesso em: 12 mar. 2022.

SERGIPE. Coleção de Leis e Decretos de 1916. Decreto n. 630, de 24 de abril de 1916. Aracaju: Typ. d' O Estado de Sergipe, 1916. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104705>. Acesso em: 12 mar. 2022.

SERGIPE. Programa das Cadeiras da Escola Normal e do Curso Complementar de Sergipe Aracaju. Aracaju: Imprensa Oficial, 1917. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/116814>. Acesso em: 12 mar. 2022.

SERGIPE. Compilação de Leis e Decretos do Estado de Sergipe. Lei N. 852, de 30 de Outubro de 1923. Aracaju: Typ. d’O Estado de Sergipe, 1923. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104704>. Acesso em: 12 mar. 2022.

SERGIPE. Compilação de Leis e Decretos do Estado de Sergipe. Lei N. 867, de 11 de Março de 1924. Aracaju: Typ. d’O Estado de Sergipe, 1924. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104709>. Acesso em: 12 mar. 2022.

SERGIPE. Regulamento Decreto nº 25 de 3 de fevereiro de 1931. Aracaju: Typ. d’O Estado de Sergipe. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/124885>. Acesso em: 12 mar. 2022.

SERGIPE. Programa de 13 de janeiro de 1938. Aracaju: Typ. d’O Estado de Sergipe. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/116815>. Acesso em: 12 mar. 2022.

SOUZA, Rosa Fatima. Objetos de ensino: a renovação pedagógica e material da escola primária no Brasil, no século XX. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 49, p. 103-120, jul/set. 2013. Editora. UFPR.

VALENTE, Wagner Rodrigues. **Elementar**. VALENTE, W. R. [Org.]. Programas de Ensino – Cadernos de Trabalho. Vol. 1. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.

VALENTE, Wagner Rodrigues. Processos de investigação histórica da constituição do saber profissional do professor que ensina matemática. **Revista Acta Scientiae**, v. 20, p. 377-385, 2018.

VALENTE, Wagner Rodrigues. Programas de ensino e manuais escolares como fontes para estudo da constituição da Matemática para ensinar. **Alexandria** – Revista de educação em Ciências e Tecnologia. v. 12 p. 1-63, 2019.

VALENTE, Wagner Rodrigues; BERTINI, Luciane de Fátima, MORAIS, Rosilda dos Santos. Novos aportes teóricos - metodológicos os sobre saberes profissionais na formação de professores que ensinam matemática. **Revista Acta Scientiae**, v. 19, p. 224-235, 2017.



## “UM BALUARTE DAS FUTURAS VICTÓRIAS DO NOSSO ESPÍRITO”: ensino de ginástica nos grupos escolares de Sergipe na Primeira República

**Magno Francisco de Jesus Santos**

O início do século XX foi marcado pela emergência de preocupações atinentes ao processo de modernização do ensino público brasileiro, especialmente, no tocante à educação da infância. Era necessário promover o aumento do número de crianças na escola e combater as elevadas taxas de analfabetismo no país, pois tais cifras elucidavam as fragilidades do sistema político republicano, com a ineficiência na consolidação dos valores democráticos (Santos, 2013; Santos, 2020).

Para Rosa Fátima de Souza, um dos caminhos encontrados pelos intelectuais e políticos republicanos foi a disseminação do modelo de escola primária graduada, como ícone imagético do espaço escolar, tido como civilizado. Nesse modelo de escola, os prédios deveriam ser grandiosos e expressar os princípios da pedagogia moderna, por meio do método intuitivo (Souza, 1998). Tanto a questão arquitetônica, como o método de ensino expressavam as inquietações no âmbito das políticas públicas de educação ao longo da Primeira República como um problema nacional.

Com isso, é possível entender os programas de ensino elaborados por intelectuais da educação ao longo dos primeiros decênios do século XX como projetos que elucidaram encaminhamentos referentes à constituição de uma cultura política educacional republicana, ou seja, dispunham de narrativas que denotavam uma leitu-



ra comum de passado e expressavam um projeto compartilhado de futuro da nação substanciados pela educação (Santos, 2019). A nação era alvo de disputas, tracejadas através de narrativas, inclusive, as disseminadas no espaço escolar.

Essa política ocorria por meio das propostas atreladas aos diferentes componentes curriculares, de forma direta, no tocante à leitura da nação, como em História, Geografia, Corografia ou Instrução Moral e Cívica; de forma indireta e prática, em componentes como Música/Canto Orfeônico e Ginástica. Ressalta-se que a invenção de uma nacionalidade e de uma sociedade patriótica, no âmbito dos grupos escolares de Sergipe, iniciou-se em um contexto marcado pela dimensão bélica, com a Primeira Guerra Mundial. Nesse sentido, torna-se salutar pensar o papel atribuído ao ensino de ginástica nas proposições dos programas de ensino.



148



Imbuído desta questão, neste capítulo tenho como escopo discutir as propostas de ensino de ginástica nos grupos escolares de Sergipe no período de 1912 a 1924, por meio dos programas de ensino produzidos ao longo da Primeira República e que tinham como foco o ensino primário dos grupos escolares. Para empreender essa proposta, aciono como fonte os documentos elaborados por diferentes intelectuais da Educação que investiram na reelaboração dos programas, como Balthazar Góes (Santos, 2019), Etelvina Siqueira, Helvécio de Andrade e Abdias Bezerra. Busquei operacionalizar esses vestígios com o intuito de entender o lugar atribuído às aulas de ginástica na formação do cidadão brasileiro republicano. Além disso, mobilizei registros fotográficos como fontes de cotejo, por serem testemunhos que elucidam a formação do espaço escolar como palco de preparação dos corpos, por vezes, pautado em fundamentos militares, principalmente, no decorrer do segundo decênio do século XX, marcado pelos governos militares.

A questão de pensar o espaço escolar como um elemento constituinte do currículo é relevante, pois os grupos escolares foram instituições projetadas para serem escolas, em que a arquitetura também emergia como um programa de ensino. No caso sergipano, o primeiro grupo escolar foi fundado nos idos de 1911, como um espaço anexo ao novo edifício da Escola Normal (Santos, 2013). Todavia, antes mesmo da fundação dessa instituição, já era perceptível a atuação de intelectuais vinculados ao campo da Educação em defesa da reformulação do ensino. Um caso elucidativo é a do professor Baltazar Góes, em 1905, quando publicou suas "Apostillas pedagógicas", nas quais se apropriou do método de ensino de grandes mestres da educação (Góes, 1905).



Uma das preocupações centrais dos intelectuais sergipanos era atinente ao processo de modernização do ensino, pois esse era visto como o percurso necessário à inserção do Brasil no rol das nações civilizadas, bem como, o caminho para a legitimação do regime republicano por meio do aumento de eleitores. A escola passava a ser entendida como o espaço da redenção, de construção da civilização brasileira. Essa concepção era compartilhada por diferentes intelectuais envolvidos no âmbito da instrução pública em Sergipe e estava presente nos programas de ensino estabelecidos para o estado. No programa de 1912, elaborado por Baltazar Góes, há uma defesa da relação entre a escola e a edificação dos valores civilizados:

Cumpramos avançarmos na estrada da civilização. Civilizar é dar expansão às faculdades naturais do homem; é a festa perenne em que elle celebra a Verdade, o Bello, O Bem, ideal imorredouro, seguindo o qual nos encaminhamos para a perfectibilidade. A civilização é obra da Educação (Góes, 1912, p. 8).

Os registros documentais da educação sergipana instituíram uma concepção atinente ao projeto civilizador. Conforme a premissa

defendida por um dos pioneiros no processo de reformulação do ensino intuitivo em Sergipe, a civilização é compreendida como uma marcha, uma estrada a ser trilhada. Era um destino a ser alcançado pelos diferentes povos. Todavia, o guia nesse caminhar era a educação. A escola tornava-se o centro irradiador dos valores que norteariam uma sociedade patriótica e “perfeita”.

Apesar de ter sido um dos mais ativos entusiastas do republicanismo em Sergipe, ao longo das últimas décadas s do século XIX,<sup>1</sup> Baltazar Góes é um intelectual com notável atuação no campo educacional, exercendo cargos de professor em instituições como a Escola Normal, Atheneu Sergipense e diretor do Grupo Escolar Modelo de Aracaju. Portanto, era um dos mais renomados pensadores da Educação no Estado, no alvorecer do século XX e, no final de sua vida, teve como uma de suas preocupações a educação da infância. Além disso, ao atuar como diretor da Escola Normal, ele se tornou o primeiro diretor de um grupo escolar em Sergipe e suas prerrogativas moldaram os primeiros projetos educacionais direcionados ao ensino primário na escola graduada.

De acordo com Baltazar Góes, o ensino primário deveria ser respaldado no método intuitivo, partindo do simples para o complexo, do concreto para o abstrato, da experiência para a teoria. Essas questões estão presentes no seu programa de ensino. Mais do que enunciar os conteúdos concernentes a cada disciplina, o professor defende algumas propostas de exposição dos conteúdos, revelando a preocupação com a aprendizagem. Isso ocorre, por exemplo, na apresentação dos conteúdos das aulas de música:

Música.

Hymnos patrióticos: o nacional, o da independência, o da República, o sergipano, etc. Escolares: o do começo

.....  
1 De acordo com Armino Guaraná, Baltazar Góes participou do primeiro triunvirato que governou provisoriamente o Estado de Sergipe em 1889 (Guaraná, 1925, p. 84).

e encerramento na classe. De recreio e de trabalho (no recreio): o ferreiro, o remador, o marceneiro, o lavrador, o serrador; pequenos cânticos em movimento de marcha militar. Este programma é de todas as classes. A música escolar é aprendida de outiva na aula (Góes, 1912, p. 8).

Na acepção de Baltazar Góes, os cânticos escolares deveriam ser vistos como instrumentos no processo de formação de um modelo de cidadão, com a disseminação de valores que norteariam o futuro do trabalhador e do patriotismo. Em relação aos hinos patrióticos, chama-se atenção à definição de cânticos que elucidavam uma das práticas centrais dos grupos escolares no processo de fortalecimento dos valores patrióticos: as festas cívicas com seus desfiles (Silva, 2021). As aulas de música se tornaram uma ocasião de preparação dos alunos para o vasto calendário permeado por desfiles pelas ruas e ensaios nos pátios dos grupos (Silva, 2011).

Além disso, também era notória a constituição de uma concepção federalista de pátria, pois o amplo repertório era constituído por hinos nacionais e estaduais, com uma elucidação da perspectiva voltada para uma dimensão estadual no ensino primário que perdurou por praticamente toda a Primeira República. O hino sergipano deveria ser ensinado como um recurso no processo de invenção de uma identidade estadual, ou seja, a construção de um sentido para o espaço que era inventado pelo âmbito do ensino da geografia e da história escolares. Nessa perspectiva, o hino sergipano se tornava um instrumento de disseminação do sentimento patriótico que transitava entre o nacional e o estadual. Essa era a faceta da pátria, com o Brasil pensado a partir de uma unidade da federação.

Outra questão relevante na assertiva é atinente ao método de ensino. A aprendizagem deveria ocorrer em sala de aula por meio da oitiva. A audição dos cânticos nas aulas se tornava o mecanismo



de aprendizagem, com a valorização da experiência do professor. Baltazar de Araújo Góes defendia a ideia que o professor aprendia a ensinar por meio da experiência prática, ou seja, ensinando com prazer. Com isso, "para um mestre inteligente é o bastante. Ensinae com gosto e aprenderéis a ensinar" (Góes, 1905, p. 92).

Diante disso, pode-se afirmar que o programa de ensino dos grupos escolares, em 1912, revelava uma concepção em que a instrução apresentava-se em diálogo com as demandas da vida prática. Para as aulas de trabalhos manuais eram especificados os conteúdos para meninos e meninas, buscando atender às futuras demandas do trabalhador. Os corpos dos discentes e das discentes deveriam ser preparados para as atividades laborais. Nesse sentido, os trabalhos manuais eram pensados para a formação dos gêneros, com atividades distintas para meninos e meninas, conforme pode ser observado no programa de 1912:

#### TRABALHOS MANUAES

Para meninas: costuras, bordados, tecidos, crochets, todos os trabalhos uteis, próprios do sexo. Para meninos e meninas: cartonagem, embrulhos, pacotes, nós, laçadas, tranças, dobragem, construcções, tudo o que for útil às futuras ocupações na vida comum (Góes, 1912, p. 8).

O programa de ensino para os grupos escolares sergipanos, publicado em 1912, elucidava uma conotação que atrelava o ensino à demanda da vida prática de um trabalhador urbano. Revela-se a formação de crianças com uma preocupação para os trabalhos domésticos (formação de meninas) e públicos do mundo urbano do alvorecer do século XX. Essa proposta de ensino é reveladora acerca do público predominante dos grupos escolares sergipanos no segundo decênio do século XX, com a reunião de filhos das camadas populares, de trabalhadores da capital sergipana. Essa concepção também é revelada na concepção acerca da aula de ginástica:

## GYMNÁSTICA

Marchas, carreiras, saltos, brinquedos próprios da idade, praticados nos galpões e nos pateos, segundo as comodidades da escola, com o fim de provocar e desenvolver alegremente, a agilidade e a força, educar os órgãos de locomoção e trabalho; aliás, são exercícios callisthéricos (Góes, 1912, p. 8).

As aulas de ginástica deveriam cumprir com o desígnio de desenvolver nas crianças as habilidades de agilidade e força, bem como "educar os órgãos de locomoção e trabalho". Mais uma vez, percebe-se uma conotação prática atinente ao ensino. Os grupos escolares deveriam apresentar um processo educacional que priorizasse a formação do trabalhador, tornando-o apto para cumprir as suas funções no mundo urbano que se estruturava. No tocante ao método de ensino, a proposta consistia na valorização do corpo da criança como o elemento desencadeador das atividades físicas, com o uso do próprio peso. Essa proposta reverberava a concepção defendida pelo próprio Baltazar Góes, nos idos de 1905, ao afirmar que "nas escolas primárias a prática é o elemento essencial de todos os processos de ensinar" (Góes, 1905, p. 6). A aprendizagem centralizava-se na perspectiva prática.

O programa enfatizava também os espaços onde deveria ocorrer o ensino. No caso das aulas de ginástica, o espaço estabelecido era o dos galpões e dos pátios. Certamente, nos edifícios construídos para os grupos escolares, a presença de pátios era tida como uma das principais inovações, atendendo às premissas de ensino da pedagogia moderna com o estabelecimento de espaços e períodos no âmbito da cultura escolar destinados ao recreio, ensaios de hinos patrióticos e aulas de ginástica sueca. Como bem elucidou António Viñao Frago, o espaço escolar era pensado pelos engenheiros como um programa, ou seja, constituía uma relação

indissociável entre o espaço escolar e as práticas pedagógicas (Viñao Frago, 2002).

No âmbito dos grupos escolares sergipanos edificados ao longo dos últimos dois decênios da Primeira República, os edifícios eram dotados de um pátio central, ladeado pelas alas destinadas respectivamente às turmas masculinas e femininas. Eram nesses pátios que ocorriam as aulas de ginástica. Essas atividades, que privilegiavam a ginástica sueca, tornaram momentos de forte apelo visual, chegando, inclusive, a serem mobilizadas como cartões postais. Um dos registros mais emblemáticos das aulas de ginásticas nos grupos escolares integra o acervo Rosa Faria, com a aula de ginástica das turmas de meninas do Grupo Escolar General Valladão de Aracaju em 1918. Observe a Figura 9:

**Figura 9** - Aula de Ginástica para meninas do Grupo Escolar General Valladão (1918)



**Fonte:** Sessão feminina do Grupo Escolar General Valladão, em Aracaju, em 1918. Acervo Rosa Faria Iconográfico. Memorial de Sergipe (RF12704).

O registro fotográfico expressa, inicialmente, a amplitude do espaço, circundado por alas destinadas ao ensino dos demais componentes curriculares. O pátio, além de ser o espaço destinado para as atividades de lazer, como o recreio, também era aproveitado como sala de aula de ginástica. O registro do acervo Rosa Faria



revela uma aula destinada às meninas, sendo todas dotadas de fardamento e providas de movimentos sincronizados.

De alguma forma, o registro elucidava uma prática alentada no programa escolar elaborado pela professora Etelvina Siqueira, nos idos de 1915, em que preconizava que as aulas de ginástica deveriam constar de "marchas na sala de aula acompanhadas de pequenos cânticos, conforme o horário. Exercícios preliminares para a formatura de gymnastica sueca. Jogos infantis ao ar livre" (Siqueira, 1915, p. 14).

Para as turmas de meninos, as aulas seguiam um modelo similar, também pautado nos movimentos da ginástica sueca e efetivada no mesmo espaço. Os alunos foram dispostos em duas filas indianas, também com movimentos sincronizados, que expressavam o controle dos corpos e a formação de um renovado perfil de cidadão. Esses elementos podem ser observados por meio da Figura 10:

**Figura 10** - Sessão masculina do Grupo Escolar General Valladão, em Aracaju, em 1918



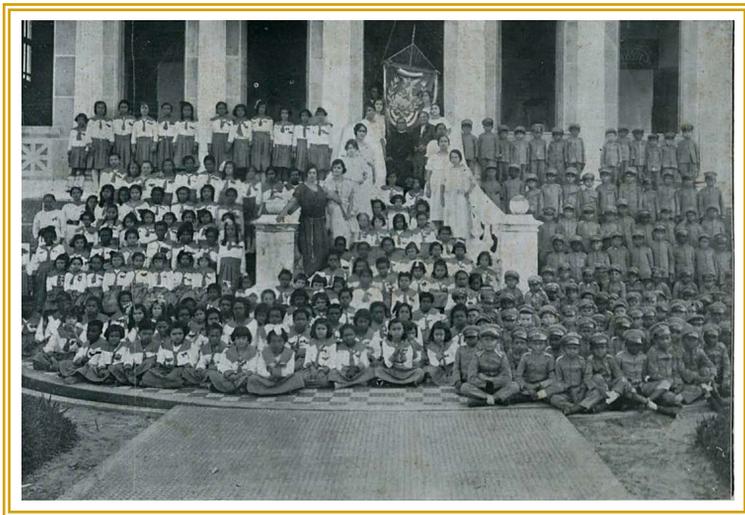
**Fonte:** Acervo Rosa Faria Iconográfico. Memorial de Sergipe (RF12703).

Um aspecto que diferencia os dois registros entre os gêneros é o menor número de meninos matriculados, fato que propiciou a disposição em apenas duas filas, enquanto as meninas ficaram dispostas em cinco. No espaço urbano aracajuano a inserção de mulheres matriculadas no ensino primário sinalizava para a construção de uma mudança cultural, com maior apelo para o fomento de uma cultura letrada, em que as meninas eram formadas para atuarem como guias da ilustração familiar (no espaço doméstico) ou como futuras professoras na formação das crianças.

Outro elemento diferenciador entre o registro das turmas de meninas e meninos é no tocante ao fardamento. A turma masculina apresentava um fardamento similar à dimensão militar. Essa é uma questão relevante no âmbito dos grupos escolares sergipanos criados durante a década de 10 do século XX, momento em que o estado foi governado pela tríade militar, com os generais Siqueira, Valladão e o coronel Pereira Lobo. Além disso, a presença de uniformes militarizados também denota para um dos elementos centrais na constituição de uma cultura escolar cívica, centrada na formação de possíveis soldados que teriam predisposição para defender e lutar pela pátria. Tratava-se de um contexto tecido pela malha angustiante de um conflito bélico de teor de dimensão mundial. Observável na Figura 11:



**Figura 11** - Grupo Escolar General Barão de Maruim, em Aracaju, nas festas do centenário da Independência do Brasil em 1922



**Fonte:** Revista O Malho, 1922.



157



Essa premissa militarizada do corpo discente dos grupos escolares pode ser observada no registro fotográfico dos alunos, professoras e diretor do Grupo Escolar Barão de Maruim, na Revista O Malho de 1922. O registro elucida, inicialmente, uma dimensão hierarquizada do espaço escolar, com o diretor, o padre Florêncio Cardoso sentado ao centro do degrau mais elevado da escadaria. A escadaria encontrava-se ladeada pelas docentes do grupo escolar, com posturas firmes e sisudas. Em cada lado, encontravam-se os discentes, separados entre meninos e meninas. Além disso, ressalta-se o fato de os meninos estarem com o fardamento militar, o que elucida a continuidade de uma cultura escolar pautada no civismo e de uma formação que ainda preconizava a preparação para novos conflitos bélicos.

O programa para o curso primário nos grupos escolares de 1917, elaborado por Helvécio de Andrade, preconiza pela intervenção do professor na definição do espaço escolar a partir do nível de conhecimento dos alunos. Conforme as instruções gerais o ensino deveria ocorrer por meio do "methodo objetivo". No primeiro ano,

Nos grupos cada classe consistirá um anno e será dividida em duas secções, pelo menos, conforme o adeantamento dos alumnos.

Na primeira secção da classe ou anno, os analphabetos, ou como taes considerados; na segunda, os que tiverem princípio de leitura, etc.

Juntamente com o horário observar-se-á:

a) As licções serão dadas e tomadas de pé, o professor em frente a classe ou ao quadro negro;

b) Terá o professor o cuidado de não dar as costas à classe afim de que os alumnos não desviem a atenção do assumpto da licção, podendo utilizar-se de uma flecha para apontar o quadro negro;

c) Evitará o quanto possível as perguntas individuaes. O alumno interrogado, não tendo respondido satisfactoriamente, o professor appellará para a secção ou classe, que corrigirá, se errar;

d) Nenhuma licção de coisas ou de leitura complementar será dada senão sobre objecto muito conhecido dos alumnos e que possa ser mostrado em natureza ou desenho (Andrade, 1917, p. 1).

Nos grupos escolares, o ensino primário era serial, com uma sala e professor disponíveis para cada série. Essa pode ser vista como uma das principais inovações desse modelo de instituição, com a constituição de um modelo de ensino respaldado pela divisão dos alunos de acordo com a série (Santos, 2013). No programa elaborado pela professora primária Etelvina Siqueira, "nos grupos, cada classe ou anno será dividida em duas secções, pelo menos, conforme o adiantamento dos alumnos" (Siqueira, 1915, p. 2). De modo similar, o programa de ensino elaborado por Helvécio de Andrade defendia a intervenção do professor para promover a separação dos alunos em pelo menos mais dois grupos, segundo os seus conhecimentos do alunado.

A proposta de ensino para os grupos escolares era permeada pela sistematização das ações de professores e alunos, em que o tempo escolar deveria ser controlado para a efetivação da aprendizagem. Isso exigia também a observação de um dos princípios básicos do método intuitivo, com o ensino que deveria ter como ponto de partida os elementos já conhecidos pelos alunos. No caso do programa elaborado por Etelvina Siqueira, os conteúdos dos componentes curriculares foram dispostos de forma cronológica, mês a mês, como uma forma de ordenar o trabalho docente e de manter o controle, com o acompanhamento da prática docente das professoras primárias.

Todavia, há outra questão que necessita ser observada. Os programas de ensino promoveram mudanças significativas na distribuição das disciplinas escolares, com a inclusão, supressão e retorno delas, consoante às propostas pensadas pelos respectivos diretores da instrução pública. Essas diferenças entre os programas de ensino reverberam a dinâmica acerca das políticas públicas de educação ao longo da Primeira República, bem como reforçam os pressupostos acerca do processo de constituição das identidades das disciplinas escolares, ou seja, "como os conteúdos são concebidos como entidades *sui generis*, próprios da classe escolar, independentes, numa certa medida, de toda realidade exterior a escola" (Chervel, 1990, p. 180). Nesse sentido, torna-se salutar observar a distribuição das disciplinas nos quatro programas elaborados por Baltazar Góes, Etelvina Siqueira, Helvécio de Andrade e Abdias Bezerra, respectivamente em 1912, 1915, 1917 e 1924. Observe o Quadro:



**Quadro 3 - Distribuição de disciplinas**

Série	Programas			
	1912	1915	1917	1924
1ª	Língua Materna	Leitura	Leitura e caligrafia	Português
	Aritmética	Lições Oraís	Aritmética	Aritmética
	Geografia	Aritmética	Desenho	Geografia
	História	Desenho	Trabalhos Manuais	História
	Desenho	Música	Música	Instrução Moral e Cívica
	Música	Ginástica	Ginástica	Lições de Coisas
	Ginástica	Trabalhos Manuais	-	Desenho
	Trabalhos Manuais		-	Trabalhos Manuais
	Lições Gerais		-	-
2ª	Língua Materna	Caligrafia e Composição	Leitura, Caligrafia e Composição	Português
	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética
	Geografia	Lições orais	Geografia	Geografia
	História	História	História	História
	Desenho	Música	Desenho	Instrução Moral e Cívica
	Música	Trabalhos Manuais	Música	Lições de Coisas
	Ginástica	Ginástica	Ginástica	Desenho
	Trabalhos Manuais		Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais
	Lições Gerais		Ciências Físicas, Naturais e Educação	-
3ª	Língua Materna	Leitura	Leitura, Caligrafia e Composição	Português
	Aritmética	Caligrafia	Aritmética	Aritmética
	Geografia	Aritmética	Geografia	Geografia
	História	Desenho	História	História
	Desenho	Geografia	Desenho	Instrução Moral e Cívica
	Música	História	Música	Lições de Coisas
	Ginástica	História Natural (Physica)	Ginástica	Desenho
	Trabalhos Manuais	Educação Moral e Cívica	Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais
	Lições Gerais	Música	Ciências Físicas, Naturais e Educação	-
	-	Trabalhos	-	-
	-	Ginástica	-	-
4ª	Língua Materna	Leitura, Linguagem oral e linguagem escrita	Leitura, Caligrafia e Composição	Português
	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética
	Geografia	Desenho	Geografia	Geografia
	História	Geografia	História	História
	Desenho	História	Desenho	Instrução Moral e Cívica
	Música	História Natural	Música	Ciências Físicas e Naturais
	Ginástica	Educação	Ginástica	Desenho
	Trabalhos Manuais	Caligrafia	Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais
	Lições Gerais	Ginástica	Ciências Físicas, Naturais e Educação	-
5ª	Educação Moral e Cívica	Trabalhos		-
	-	-	-	Português
	-	-	-	Aritmética
	-	-	-	Geografia
	-	-	-	História
	-	-	-	Instrução Moral e Cívica
	-	-	-	Economia Doméstica
	-	-	-	Ciências Físicas e Naturais
	-	-	-	Desenho
-	-	-	Trabalhos Manuais	
6ª	-	-	-	Português
	-	-	-	Aritmética
	-	-	-	Geografia
	-	-	-	História do Brasil
	-	-	-	História Geral
	-	-	-	Instrução Moral e Cívica
	-	-	-	Economia Doméstica
	-	-	-	Ciências Físicas e Naturais
	-	-	-	Desenho
	-	-	-	Trabalhos Manuais
	-	-	-	Ginástica
	-	-	-	Declamação
	-	-	-	Canto Orfeônico
-	-	-	Religião	

**Fonte:** Trata-se de uma adaptação e ampliação do quadro publicado por Santos (2018). Nele consta distribuição das disciplinas nos programas de 1912, 1915, 1917 e 1924. Fontes: Góes, 1912; Siqueira, 1915; Andrade, 1917; Bezerra, 1924.

Partindo da concepção em que as disciplinas escolares “como modos de transmissão cultural que se dirigem aos alunos” (Chervel, 1990, p. 186), torna-se possível compreender os programas de ensino dos grupos escolares sergipanos como um indício acerca da constituição da identidade disciplinar, bem como a oscilação dos conteúdos entre diferentes campos. A distribuição das disciplinas escolares revela concepções divergentes acerca do ensino, assim como as mudanças ocorridas no âmbito das políticas públicas de educação. Dentre essas mudanças, ressalta-se a reestruturação do ensino primário em 1924, com a divisão em dois níveis: o elementar (1.<sup>a</sup> a 3.<sup>a</sup> série) e o superior (4.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> série). A inclusão de dois anos no ensino primário possibilitou uma melhor distribuição das disciplinas, assim como uma maior ênfase acerca da aprendizagem da leitura e escrita nos anos iniciais da vida escolar.



161



A comparação entre os quatro programas de ensino possibilita a compreensão acerca das continuidades de algumas disciplinas escolares como Aritmética, Desenho e Trabalhos Manuais com a presença em todas as séries dos quatro programas, sem alterações significativas no conteúdo e na nomenclatura. Em relação aos conteúdos de escrita e leitura, percebe-se uma continuidade dos conteúdos e da presença em todas as séries, mas com pequenas alterações na nomenclatura da disciplina, como Língua Materna, Leitura e Caligrafia e Português. Algo similar ocorreu em relação ao ensino das ciências naturais, especialmente nas últimas séries do curso primário, através de disciplinas como Lições Gerais, Lições de Coisas e Ciências Físicas e Naturais, além de História Natural (Física), no programa de 1915.

Outras disciplinas se destacaram pela perda de espaço na estrutura curricular dos grupos escolares. São os casos das aulas de Música e Ginástica, que nos programas de 1912 e 1915 estavam inseridas em todas as séries e no de 1924 apareceram apenas na

6.<sup>a</sup> série, sendo que a Música passava a ser designada como Canto Orfeônico. Em perspectiva inversa, outras disciplinas apresentaram um significativo aumento de sua relevância no currículo. Trata-se da Instrução Moral e Cívica, que no programa de 1912 aparecia apenas na última série e, no de 1924, tornou-se disciplina presente em todas as séries.

Nesse sentido, os programas escolares referendam uma importante dimensão de um projeto de nação político que buscava forjar um modelo compartilhado de futuro a ser moldado nos bancos escolares e nas aulas de ginástica. A pátria deveria ser cultuada por meio das narrativas biográficas, das historietas sobre os episódios do passado, a admiração das belezas e riquezas do território e na formação cívica. Mas também esse processo de patriotismo se sedimentava nas atividades práticas gestadas nos pátios dos grupos escolares, com as aulas de ginástica. Por meio do uso da ginástica sueca, moldavam-se os corpos dos jovens para habilitá-los para a labuta no âmbito da classe trabalhadora urbana e, a depender das demandas, lutar em defesa da honra pátria.



## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Helvécio de. **Programma para o curso primário nos grupos escolares e escolas isoladas do Estado**. Aracaju: Estado de Sergipe, 1917.
- BARROSO, Cristina de Almeida Valença Cunha. **Reformas educacionais e a pedagogia moderna: mudanças no pensar e fazer pedagógico da Escola Normal (1911-1931)**. Salvador, BA. Tese (Doutorado em Educação), UFBA, 2011.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.
- BEZERRA, Abdias. **Programma para o curso primário elementar e superior de 1924**. Aracaju: Estado de Sergipe, 1924.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**. N. 2, 1990, p. 177-229.

FREIRE, Laudelino. **História de Sergipe: resumo didático para uso das escolas públicas primárias**. Aracaju: Typographia Estado de Sergipe, 1898.

FREIRE, Laudelino. **História do Brasil**: resumo didático especialmente destinado à 3ª série do curso de adoção do colégio militar. In: *Revista Didáctica*. Janeiro a outubro. Rio de Janeiro, 1903.

FREITAS, Itamar. **Histórias do Ensino de História no Brasil**. Vol. 2. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2010.

FREITAS, Itamar. **Histórias do Ensino de História no Brasil**. Vol. 1. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2006.

GÓES, Baltazar de Araújo. **Apostilas de Pedagogia**: precedidas de noções de Psicologia colhida de bons mestres. Rio de Janeiro: Orosco, 1905.

GÓES, Baltazar de Araújo. **Programa para o Ensino Primário, especialmente os grupos escolares**. Aracaju: Estado de Sergipe, 1912.

GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca; GOMES, Ângela de Castro. **Culturas Políticas e leituras do passado**: historiografia e ensino de História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 43-64.

HARTOG, François. **Memória de Ulisses**: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.



MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 135-152.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como indício da cultura escolar. **Revista História da Educação**. Vol. 20, n. 50, 2016, p. 119-138.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "Um conto moral que sirva de espelho da vida": Bathazar Goes, um intelectual pensando o ensino de História. **Interfaces Científica: Educação**. Vol. 7, nº 2, 2019, p. 23-34.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares de Sergipe (1911-1926)**. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2013.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Aos pés da águia alada: os grupos escolares e a infância sergipana nos tempos de Graccho Cardoso (1922-1926). **Interfaces Científicas: Educação**. Vol. 2, nº 3, 2014, p. 59-70.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Ensino de História, espaços e cultura política bandeirante: José Scarameli e a escrita de livros escolares para crianças. **Revista História, Histórias**, v. 5, n. 9, p. 104-126, 2017a.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "Scenas da História do Brasil": Esmeralda Masson de Azevedo e a escrita de livros escolares de História para crianças. **Revista História Hoje**, v. 6, n. 12, 2017b, p. 204-230.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "Simples, atrahente e comovente": o ensino de História nos programas dos grupos escolares sergipanos (1912-1924). **História & Ensino**, v. 24, n. 1, 2018, p. 165-197.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "Assim se faz história, assim deve ser ensinada": Manoel Bomfim e a instrução histórica no ensino primário (1899-1930). **Anos 90**. 28, 2021, p. 1-21.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "Aos que tivessem avidez de saber das cousas pátrias": Américo Braziliense, a escrita da história escolar e a invenção do espaço paulista (1873-1879). In: J. P. G., OLIVEIRA; L. S., MANKE; M. F. J.; SANTOS (Orgs). **Histórias do Ensino de História: proje-**



tos de nação, materiais didáticos e trajetórias docentes. Recife, Universidade de Pernambuco, 2020, p. 45-72.

SILVA, Degenal de Jesus. **Dionísio Republicano**: as festas dos grupos escolares sergipanos e os outros olhares (1911-1930). Curitiba: CRV, 2021.

SIQUEIRA, Etelvina Amália. **Programma para o curso primário nos grupos escolares e escolas primárias do Estado de Sergipe**. Aracaju: Governo de Sergipe, 1915.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1889-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

VIÑAO FRAGO, António. 2002. Do espaço escolar e da escolar como lugar: propostas e questões. *In*: **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Trad. Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 151.



# "O IDEAL ILUMINARÁ NOSSA INTELIGÊNCIA NO CAMINHO DO SABER"<sup>1</sup> – JORNAL DO GRUPO ESCOLAR FAUSTO CARDOSO (1934–1942)

**Simone Paixão Rodrigues  
Rosemeire Marcedo Costa**

## Introdução

No alvorecer da República brasileira a educação foi uma das suas principais bandeiras e representava a certeza da retirada da nação do obscurantismo do analfabetismo com a escolarização do povo e assim atender o preceito da obrigatoriedade escolar. Nesse contexto, a ampliação da escola primária foi calorosamente debatida e defendida e os grupos escolares serviram como verdadeiros “alicerces da pátria”, como bem definiu Souza (2009). Segundo a pesquisadora, eles “tiveram um papel preponderante na expansão do ensino primário em São Paulo” e em pouco tempo se “tornaram o tipo predominante de escola primária, sobrepujando a matrícula das escolas isoladas” (Souza, 2009, p. 125).

A implantação dos grupos escolares significou a modernidade pedagógica, que alavancou a disseminação dos novos pressupostos metodológicos e transformações no tempo e espaços escolares. A racionalidade e a uniformidade permeavam todos os aspectos da ordenação escolar, desde o agrupamento homogêneo dos alunos em turmas mediante a classificação pelo grau de conhecimento, ao estabelecimento de programas de ensino, atribuição de pro-

1 .....  
1 O Ideal, nº 27, 1º set., 1941, p. 3.

fessores e adoção de uma estrutura burocrática e hierarquizada (Souza, 2009, p. 125).

Essa modernidade pedagógica, presente naqueles estabelecimentos de ensino graduado, configurou-se com a introdução dos princípios da Escola Nova, dentre as quais se destacaram: a valorização da experiência, da observação, o desenvolvimento de trabalhos manuais e cooperativos, a reformulação dos programas de ensino, além da nova arquitetura escolar, que atendia as orientações higienistas.

Excursões escolares, caixas escolares, museus, bibliotecas, teatro, cinema, jornais, clubes e associações literárias, culturais e cívicas fizeram parte da cultura escolar das instituições educativas visando o desenvolvimento de um ensino ativo que garantisse uma aprendizagem pela experiência, observação e investigação.

Dentre essas práticas de ensino, destacamos o jornal produzido pelos alunos, disseminado como impresso estudantil, que tinha entre as várias finalidades o desenvolvimento da socialização das atividades dos alunos. De acordo com Rodrigues (2015), o jornal estudantil é um periódico educacional produzido por alunos, a partir das suas apropriações dos saberes escolares e das concepções de mundo adquiridas em seu ambiente social. Eles são espelhos da cultura escolar, pois refletem as práticas, os valores, os ritos, as crenças, as normas e os símbolos presentes no cotidiano das instituições de ensino.

Os materiais impressos por estudantes, independentemente do nível de ensino, configuram-se como importantes documentos para analisar tanto a "cultura escolar", quanto as práticas. Desse modo, o presente texto visa analisar o jornal *O Ideal*, do Grupo Escolar Fausto Cardoso, como um impresso estudantil que atendia os preceitos da Escola Nova e serviu de instrumento de comunicação e socialização da escola com a sociedade.



Neste estudo, tomamos o jornal *O Ideal* como objeto de estudo e fonte, considerando a Cultura Escolar como categoria de análise fundamental para o entendimento dos jornais estudantis como parte do conjunto de normas, modos e objetos da escola. Nesse sentido, a compreendemos como sendo "toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objectos y conductas, modos de pensar, decir y hacer" (Frago, 1995, p. 69). Assim, os impressos estudantis são importantes elementos para a compreensão da cultura escolar, pois são veículos de comunicação do aluno com a escola e a sociedade e divulgam a produção escrita e parte do cotidiano dos espaços escolares.

### História do Grupo Escolar Fausto Cardoso



"O 'Grupo Escolar Fausto Cardoso', pela sua grande remodelação, hoje é o melhor grupo do Estado" (O Ideal, n. 1, 14 out., 1934, p. 3). Quase uma década depois da sua criação, assim era descrita essa instituição de ensino primário, que no seu projeto inicial recebeu o nome de Grupo Escolar de Simão Dias, fundada em 2 de abril de 1925, na cidade de Anápolis, atual Simão Dias. Podemos dizer que aquela sociedade a via como verdadeiro "templo de civilização", fruto do projeto de implantação de grupos escolares no interior sergipano, impulsionado pelo Relatório da Inspeção Pública, datado de 23 de julho de 1913, em que se registrou a urgência da criação de grupos escolares, em algumas cidades do estado, para atender a demanda da escolarização.

Segundo os estudos de Azevedo (2009), em novembro de 1918, foi fundado na cidade de Capela o Grupo Escolar Coelho e Campos, dando início a expansão dos grupos escolares pelo interior do estado. A autora explica que:

Depois da implantação do Grupo Escolar Coelho e Campos, restariam ainda cinco anos de espera para que novos gru-

pos fossem implantados no interior sergipano. A justificativa para tanto por parte das autoridades competentes seria sempre a deficiência de recursos financeiros. [...] só no governo de Graccho Cardoso foram inaugurados os seguintes Grupos no interior sergipano: "Gumerindo Bessa" em Estância (1923); "Olympio Campos" em Neópolis (1923); "Vigário Barroso" em São Cristóvão (1923); "Silvo Romero" em Lagarto (1923); "Coronel João Fernandes" em Própria (1924); "Severiano Cardoso" em Boquim (1925) e "Fausto Cardoso" em Simão Dias (1925) (Azevedo, 2009, p. 111).

A implantação desses grupos escolares em Sergipe, sobretudo nas cidades do interior, faz parte das ações de modernização da instrução pública brasileira, ocorridas no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Nesse período, anos iniciais da República, o ensino primário expandia-se pelo Brasil afora, atendendo ao projeto de combate ao analfabetismo por meio da escolarização da infância.

Souza (2009), ao estudar sobre escola primária paulista, destaca o papel preponderante dos grupos escolares na expansão e garantia da democratização do ensino. Para a pesquisadora:

A inovação representada pelos grupos escolares significou uma transformação importante na organização e constituição dos sistemas estaduais de ensino público no país. Esse tipo de escola exigia altos investimentos, pois supunha a edificação ou arrendamento de espaços próprios e adequados, professores habilitados, mobiliário moderno e abundante material didático. A racionalidade e uniformidade permeavam todos os aspectos da ordenação escolar, desde o agrupamento homogêneo das crianças (alunos) em turmas mediante a classificação pelo grau de conhecimento de programas de ensino (distribuição ordenadas das atividades e saberes escolares), a atribuição de cada classe a um professor, a adoção de uma estrutura burocrática hierarquizada – uma rede de poderes, de vigilância

e de controle envolvendo professores, alunos, porteiros, serventes, inspetores, delegados, inspetores e diretores do ensino. Perpassava também a ordem disciplinar impingida aos alunos – asseio, ordem, obediência, prêmios e castigos (Souza, 2009, p. 125).

Assim, os grupos escolares na história da educação brasileira representam a modernidade pedagógica que alterava desde os modos de ensinar até os espaços e tempos escolares.

Em Sergipe, a modernização do ensino primário, por meio da criação dessas instituições de ensino, modificou, também, os espaços urbanos. Os prédios dos grupos escolares destacavam-se no conjunto arquitetônico da capital e das cidades do interior. De acordo com Santos (2009):

Os primeiros grupos edificados em Sergipe seguiram a tendência arquitetônica dos grupos paulistas, criando-se uma discrepância no cenário urbano das cidades em que eram construídos. A modernidade arquitetônica deveria ser acompanhada pela adequação pedagógica, incrementada pelas mestras oriundas da Escola Normal e pelo uso de novos recursos pedagógicos, muitos dos quais importados dos Estados Unidos e da Europa. Esse era o palco almejado pelas lideranças políticas e intelectuais para promover o espetáculo da educação republicana (Santos, 2009, p. 58).

Assim, a construção de um grupo escolar em terras sergipanas, sobretudo no interior de seu território, ainda que causasse “uma discrepância no cenário urbano das cidades em que eram construídos”, como bem argumenta Santos (2009), atendia ao projeto educacional republicano que precisa ser visto. Para tanto, o prédio do grupo escolar tinha uma função e atendia a uma lógica e a uma hierarquia. Era um “lugar específico, com características determinadas, aonde se vai, onde se permanece umas certas horas de certos dias, e de onde se vem” (Frago, 2005, p. 17).



Inclusive, tais espaços escolares estavam localizados nos pontos mais centrais das cidades, e/ou próxima a eles. É o caso do Grupo Escolar Fausto Cardoso, construído no endereço mais central e elitizado da cidade de Simão Dias.

Situado à esquerda da Praça Barão de Santa Rosa, também conhecida como Praça da Igreja Matriz Senhora Santana, e à direita com a casa dos Fraga Mattos, o Grupo Escolar Fausto Cardoso se destacava na arquitetura de uma cidade interiorana, marcada pela economia, baseada principalmente na agricultura e pecuária. Era impossível não ver a suntuosidade da fachada do prédio que seguia os mesmos parâmetros dos outros grupos escolares erguidos no governo de Maurício Graccho Cardoso, que demarcava sempre suas construções colocando no ponto mais alto dos prédios uma águia de asas abertas.



**Figura 12-** Fachada do Grupo Escolar Fausto Cardoso em 1925



**Fonte:** Revista Fon-Fon, 1925. Acervo da Biblioteca Pública Epiphânio Dorea.

**Figura 13** – Fachada do Grupo Escolar Fausto Cardoso em 2015



**Fonte:** <https://outraversao.blog.br/>. Acesso em: 21 fev. 2022.



172



Construído no estilo neoclássico, em formato de “U”, com um vasto pátio interno e descoberto no centro, o prédio possuía janelas elevadas com vidros, corredores laterais e escadarias que davam acesso aos pavilhões distribuídos em salas de aula, secretaria, quatro salões, um terraço, banheiros e cantina. O pavilhão onde ficava o corpo administrativo tinha a vista panorâmica do pátio, podendo, assim, vigiar os alunos.

As salas estavam sob um imenso porão com respiradouros, nos corredores internos possuíam grandes portas de madeira com acesso a elas, cada uma com janelas de madeira envidraçadas e arco pleno superior. “As torres erigidas na largura da linha horizontal do prédio, tinha em suas extremidades um gradil de ferro, muito bem elaborado e simetricamente distribuído acima do sótão mansarda” (Bastos, 2022, no prelo).

Naquele espaço escolar dirigido inicialmente pela professora Octaviana Odília da Silveira, substituída meses depois pelo farmacêutico Marcos Ferreira de Jesus, os alunos tinham aulas das mais diversas disciplinas que compunham o currículo do ensino

primário. As aulas eram marcadas por uma série de atividades que atendia os preceitos do ideário do escolanovismo, a exemplo das aulas da professora Agnor Hora da Fonseca, como descreveu a aluna Aristia Santos:

O programa do 4º ano faz qualquer aluno temer. Mesmo assim tem sido desempenhado com extraordinário esmero pela professora Agnor Hora da Fonseca. Felizmente os alunos têm compensado o seu esforço. Todos trabalham com o feito de melhor elevar o nome do Grupo Fausto Cardoso (O Ideal, nº 1, 2 maio, 1938, p. 3).

A referida professora tão elogiada, junto a seus alunos do 4º ano criou, em outubro de 1934, *O Ideal*, um jornal estudantil que seguia os parâmetros das práticas metodológicas da Escola Nova e que se inspirou no método de Jornal Escolar, defendido pelo pedagogo francês Célestin Freinet (1974).

O jornal *O Ideal* era de publicação mensal, dirigido e redigido por alunos, sendo sua organização supervisionada pelos docentes e tinha como finalidade primordial ser "porta-voz das atividades dos alunos". As suas páginas, divididas em colunas e seções, serviram de vitrines da cultura escolar do Grupo Escolar Fausto Cardoso e da sociedade. Nelas, os alunos registravam suas descobertas, seus encantos, sonhos e aprendizados com uma escrita simples, desenvolvida sob os olhares de correção e incentivo dos seus professores.

**Figura 14** – Primeiro número do jornal *O Ideal* – 1934



**Fonte:** Acervo da Biblioteca Pública Epiphânio Dorea.

A publicação e circulação desse impresso representava a concre-  
tude do aprendizado alcançado pelos preceitos da Escola Nova.  
Era um ícone da Pedagogia Moderna e a certeza de um ensino  
mais ativo e produtivo, e configurava, efetivamente, a proposta  
educacional renovada da República brasileira que desejava apa-  
gar o passado monárquico, onde havia reinado o analfabetismo.

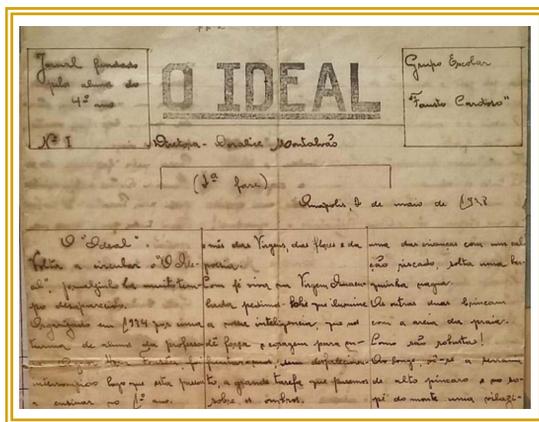
### *O IDEAL: um jornal estudantil do Grupo Escolar Fausto Cardoso*

Intitulado órgão mensal do Grupo Escolar Fausto Cardoso, o Jor-  
nal *O Ideal* constituiu-se como importante atividade pedagógica  
do curso primário, sendo sua periodicidade de publicação mensal.  
Em que pese o jornal ter sua primeira publicação em 1934, con-  
forme indicam os redatores, naquele mesmo ano a circulação do  
impresso foi interrompida. Há indícios de que a professora, por  
passar a lecionar na classe de 1º ano, teria deixado a equipe dire-  
tiva do jornal, os alunos de 4º ano, sem possibilidade de realizar a  
impressão e a conseqüente circulação do impresso estudantil.

Na edição de 2 de maio de 1938, foi notificado que a professora  
voltou a lecionar na classe de 4º ano e, com isso, também voltou a  
circular, ainda que manuscrito, "*O Ideal*, Jornalzinho há muito tem-  
po desaparecido" (*O Ideal*, nº 1, 2 maio, 1938, p. 1), sob a direção da  
aluna Doralice Montalvão.



Figura 15 – Edição manuscrita do jornal *O Ideal* – 1938



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Epiphânio Dorea.



A produção do jornal em manuscrito instigou a professora Maria José, segundo notícia publicada na edição de 30 de junho de 1939, a procurar ajuda em outros municípios sergipanos para que a impressão voltasse a ser feita. Ela manteve contato com uma tipografia de Laranjeiras, que passou a cuidar da tiragem do jornal. Com isso, na edição de 1 de setembro de 1941, os redatores externaram os agradecimentos ao tabelião laranjeirense, pelo auxílio no jornal e colocaram as colunas à disposição dele. A gratidão dos estudantes foi expressa em toda a primeira página, sendo concluída na quarta página da edição de 1 de outubro de 1941, com uma homenagem ao pintor laranjeirense Horácio Hora. “Queremos prestar neste lindo mês de outubro nossa sincera homenagem ao ilustre filho da Atenas sergipana – Laranjeiras, o grande pintor – Horácio Hora” (O Ideal, nº 28, 1.º out., 1941, p. 1).

A análise dos 15 exemplares do periódico estudantil permitiu a construção do quadro 4, composto pelas edições e as equipes diretivas:

**Quadro 4** – Relação dos diretores e secretários do Jornal *O Ideal*

DATA	DIRETOR(A)	SECRETÁRIO(A)	ESPECIFICAÇÃO
14/10/1934	Jeferson Macedo Soares	-----	1ª fase – Jornal do 3º ano do Grupo Fausto Cardoso
02/05/1938	Doralice Montalvão	-----	1ª fase – Jornal fundado pelos alunos do 4º ano em 1934.
31/05/1939	Doralice Montalvão	-----	2ª fase – Ano VI, nº 3. Jornal fundado pelos alunos do 4º ano.
30/06/1939	Romeu Barreto Fontes	Lauro Ferreira Nascimento	2ª fase – Ano VI, nº 12.
30/08/1939	Romeu Barreto Fontes	Lauro Ferreira Nascimento	2ª fase – Ano VI, nº 14.
30/09/1939	Romeu Barreto Fontes	Lauro Ferreira Nascimento	2ª fase – Ano VI, nº 15.
01/05/1940	Geonice Carvalho Déda	Josefina Daltro Tavares.	2ª fase – Ano VI, nº 18.
01/09/1941	José Rosa Montalvão	Marieta Dortas	2ª fase – Ano VIII. nº 27.
01/10/1941	José Rosa Montalvão	Marieta Dortas	2ª fase – Ano VIII. Nº28.
01/11/1941	José Rosa Montalvão	Marieta Dortas	2ª fase – Ano VIII. Nº 29.
01/04/1942	José Rosa Montalvão (Reeleito).	José Matias Neto	2ª fase – Ano VIII. Nº 30.
01/05/1942	José Rosa Montalvão	José Matias Neto	2ª fase – Ano VIII. Nº 31.
01/07/1942	José Rosa Montalvão	José Matias Neto	2ª fase – Ano VIII. Nº 33.
01/08/1942	José Rosa Montalvão	José Matias Neto	2ª fase – Ano VIII. Nº 34.
01/10/1942	José Rosa Montalvão	José Matias Neto	2ª fase – Ano VIII. Nº 36.

**Fonte:** Quadro elaborado pelas autoras com base no Jornal *O Ideal*.

Os exemplares analisados neste estudo foram disponibilizados por meio digital. Os impressos estão localizados na Biblioteca Pública Epifânio Dória, mas diante do cenário da pandemia de COVID-19, não foi possível o acesso aos documentos impressos, o que dificultou apresentar alguns elementos da materialidade, como: tipo, espessura, tamanho e cor do papel.

Mesmo diante da dificuldade de descrever a materialidade do impresso, foi possível identificar o expediente do jornal expresso no cabeçalho das primeiras páginas, nas quais eram apresentados o local, o ano da publicação, os editores responsáveis, o número do exemplar e a equipe diretiva do jornal. Assim, observa-se que havia uma preocupação com o roteiro de identificação do periódico.

Por meio das informações contidas nos expedientes das edições do *O Ideal*, percebe-se a inconstância da periodicidade. Em termos da circulação e sua repercussão, tanto na escola quanto na cidade, percebemos que havia uma preocupação com a tiragem, visto que ressaltavam a importância de aumentar o número de exemplares.

Na edição de 1 de maio de 1940, há registros de que o jornal era vendido, distribuído entre seus assinantes e do quantitativo de tiragem: "fala-se aqui no Grupo que foram impressos 150 exemplares de *O Ideal* e não deram para satisfazer as assinaturas. É necessária uma tiragem de 200 exemplares" (*O Ideal*, n. 18, 1º maio, 1940, p. 1).

Até a edição de 1 de setembro de 1941, no cabeçalho apareciam apenas as figuras administrativas de diretor e secretário do jornal, mas a partir daquele número surgiu o cargo de tesoureiro. José Saturnino de Santana ocupou a tesouraria em 1941, sucedido por Alexandre Cardoso da Silva, nas edições de 1942. A ocupação dos cargos da equipe diretiva do jornal ocorria através de eleições que eram dirigidas pelo diretor e professores do Grupo Escolar, podendo ser reeleita.



Nesta operação historiográfica, entendemos que a produção de um jornal representa uma efetiva ação educativa que se estabelece além dos muros da instituição escolar. O que nos revela a análise é que os estudantes tinham um importante e ativo papel, demonstrando assim a sociabilidade deles, no âmbito das publicações.

A produção do jornal escolar *O Ideal*, diante das características apresentadas, configurou-se como um importante recurso didático e divulgou a cultura escolar do Grupo Escolar Fausto Cardoso. Observamos que o impresso contribuiu para o desenvolvimento de um trabalho diversificado, proporcionando aos estudantes um despertar para a pesquisa, para a criticidade e outras habilidades que a escrita e sua publicação podem proporcionar.

### AS PUBLICAÇÕES DO *O IDEAL*



178



Dos quinze números do *O Ideal* analisados nesta pesquisa, percebemos que esse impresso se constituiu como um veículo de comunicação, em que o diálogo entre a escola e a sociedade ocorreu por meio dos escritos do corpo discente. Os textos publicados em suas páginas eram de autoria dos alunos matriculados nas turmas dos quatro primeiros anos do ensino primário do Grupo Escolar Fausto Cardoso. Mesmo inicialmente ocorrendo uma exclusividade das autorias dos textos publicados serem alunos do quarto ano, ao longo dos anos a diretoria do jornal incentivou publicações, cujos autores fossem qualquer aluno do grupo escolar, pois *O Ideal* não era "só do 4º ano do Grupo Escolar Fausto Cardoso. Portanto, todos os alunos devem concorrer com um trabalho qualquer. A meninada quer ver o seu nome estampado no jornal" (*O Ideal*, nº 33, 1º jul., 1942, p. 1).

No tocante aos temas abordados nas publicações, era nítida a preocupação para que as produções textuais que, de algum modo, estivessem relacionadas com as práticas e o cotidiano es-

colar, em especial com os conteúdos das disciplinas escolares. Os textos publicados na coluna Descrição, uma das mais recorrentes em todas as fases do *O Ideal*, tinham o objetivo claro de incentivar a escrita de textos descritivos nos quais os alunos autores apresentavam uma pintura de um quadro, do mar, de um passeio, de uma festa, de um dia qualquer, ou até mesmo de um dos espaços do Grupo Escolar Fausto Cardoso, como pode ser observado no texto da aluna do 2º ano, Antônia do Espírito Santo, em que descreveu, de forma breve, o jardim da escola.

#### DESCRIÇÃO

##### O Jardim Fausto Cardoso

O Jardim Fausto Cardoso fica situado na praça Barão de Santa Rosa; é o melhor ponto de diversão da cidade anapolitana. No centro localiza-se a matriz de Senhora Santana, a qual foi erigida pelo Barão de Santa Rosa.

O jardim tem lindos canteiros, flores perfumadas etc. No palanque a música executa no domingo e quinta-feira lindas peças. Ergue-se também o busto do ilustre Dr. Pedro Barreto, anapolitano que muito honrou a sua terra (O Ideal, nº 28, 1º out., 1942, p. 3).

Chama atenção nesse texto o fato de o nome da autora estar seguido com o de sua professora, Laura Brito Dortas, o que demonstra que as publicações do jornal passavam pela correção atenta do corpo docente; alguns deles possuíam não só o nome, como também o registro do visto, conforme demonstra a Figura 16.

Figura 16 – Publicação Corrigida pela Professora - 1940



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Epiphânio Dorea.

Percebe-se que as páginas dos jornais, além de serem vitrines da cultura escolar, também eram, principalmente, uma extensão das práticas de ensino. Outro ponto que se destaca no texto da aluna Antônia do Espírito Santo é o fato dela classificar a Praça Barão de Santa Rosa como sendo parte da estrutura física da escola, identificando-a como o jardim do Fausto Cardoso.

Além do registro do visto da professora nas publicações do aluno comprovar que as páginas desse impresso estudantil, eles serviram não só como vitrines da escola para a sociedade, mas também de espaço de aprendizado dos conteúdos das disciplinas de História, Geografia e Português. Nas várias colunas do *O Ideal*, foram frequentes os conteúdos como: substantivo, adjetivo, conjunção, advérbio, acróstico, silabação, gêneros textuais, vultos de Sergipe, descobrimento do Brasil, Guerra do Paraguai, datas comemorativas, rios e relevos de Sergipe. Tais conteúdos eram trabalhados nos textos descritivos e dissertativos e nas seções de charadas e adivinhações.

Advinhas

Qual é?

O rio santo que banha Sergipe?

A serra de Anapólis e que simboliza a fé?

O casal que não pode está unido. Quando o marido chega, a mulher sai. Quando ela entra ele desaparece?

O país que mais dá cana?

(O Ideal, nº 18, 8º out., 1941, p. 3).

O Grupo Escolar Fausto Cardoso também era tema para publicação, em boa parte dos textos há uma predominância de elogios ao diretor da escola e ao corpo docente. Tais textos não pertenciam a uma coluna específica, mas sempre publicados na primeira página, na coluna Descrição ou na coluna de Notícias. Já no primeiro número do jornal, o Grupo Escolar foi tema de um texto descritivo de autoria de João Conceição Filho que não poupou elogios à instituição, ao diretor e aos professores. Dizia o texto:

O Grupo Escolar "Fausto Cardoso" pela sua grande remodelação, hoje é o melhor grupo do Estado. O diretor do nosso estabelecimento é o Ill. dr. Marcos Ferreira que até hoje tem sido muito distinto conosco. A nova diretoria e dois pavilhões que pertencem aos meninos, merecem a admiração dos que nos visitam. Todos os dias tem exercício, quem nos ensina é o tenente Sobral, que hoje veio com um apito de chamar nambú porque perdeu o outro. No terceiro ano tem uma bôa professora há muitos. A matrícula é de 36 alunos (O Ideal, nº 2, 14 out., 1934, p. 1).

Em outro texto, o aluno José Rosa Montalvão destaca o brilhantismo dos seus colegas e como eles eram bem cuidados pela direção e corpo docente. Segundo o autor, do Grupo Escolar Fausto Cardoso saiam os grandes nomes do Brasil, pois os alunos viviam "decentes diariamente e estudam com coragem [...] Aqui levamos uma vida agradável. Brincamos e muito no recreio" (O Ideal, nº 33, 1º jul., 1942, p. 1). Ainda, nesse mesmo texto, o autor destaca os trabalhos ma-

nuais, as exposições e os exames dos alunos, revelando assim com o jornal *O Ideal*, mesmo sendo um impresso estudantil, a sua principal finalidade não era dar espaços aos alunos para expor suas opiniões de forma livre e reivindicar seus direitos, mas divulgar as práticas educativas, de modo que comprovassem com êxito a modernidade pedagógica presentes nos grupos escolares.

Mas para além dessa finalidade, o jornal *O Ideal* também serviu como mensageiro de recados para alunos e ex-alunos. Em texto curto, com uma característica de bilhete, os alunos davam recados, externavam as saudades e faziam recomendações.

Levi amigo:

Como vai passando aí na capital? Tem tomado gosto pelo estudo?

Eu contínuo na mesma vidinha... Este ano os nossos pontos são mais extensos. Calcule o meu sacrifício. Ansioso aguardo notícias.

Recomenda-me a d. Mandoca, a quem sou reconhecido.

Abraça-o seu ex-colega

Valdemar Silva Alves – 2º ano (O Ideal, nº 31, 1º maio, 1942, p. 2).

\*\*\*

Marquinhos:

Não venha nesse tempo porque Siça anda botando as caretas dentro de casa.

Luciano Sá Ferreira – Aluno do 1º ano (O Ideal, nº 2, 14 out., 1934, p. 2).

Além dos recados, as cartas também marcaram presença nas páginas desse impresso estudantil já no primeiro número do jornal *O Ideal*. Essas, por sua vez, possuíam uma coluna identificada como Epístolas, Trabalho Epistolar, Serviço Epistolar e Vida Epistolar, nas quais eram publicadas cartas de alunos, que tinham os mesmos objetivos dos recados. Dentre as publicações analisadas, destacamos a carta de Célia Ferreira Nascimento, aluna do 4º ano, que

em resposta à "Colega Ana" escreveu, após as saudações iniciais e externar a saudade da colega, que estava morando e estudando em Aracaju, solicitou o envio de algum texto para ser publicado no jornal *O Ideal*. E finaliza escrevendo: "Quando me responder manda a colaboração dentro do envelope. Desculpa ainda não ter escrito. Lembranças aos teus. Sem mais, abraça-te a colega amiga" (*O Ideal*, n. 2, 1º set., 1942, p. 3). A solicitação indica que o jornal *O Ideal* passou a publicar textos de alunos de outras escolas, até mesmo de outras cidades.

Outra publicação na coluna de Epístola que destacamos é o cartão de pêsames escrito pelo aluno identificado apenas com o primeiro nome, Alexandre, lamentando a morte da mãe de uma colega. Escreveu ele:

Colega Nenáquia

Faço-te este cartão, dando os meus pêsames. Avalio as saudades que tens da tua boa mãe! Nenáquia, mãe é um tesouro da nossa vida.

Peço a Deus que a ponha ao reino dos céus e também que dê o consolo e resignificação.

Abraça-te com sentimento.

Alexandre

As cartas, recados e cartão publicados no jornal *O Ideal*, podem ser compreendidos como sendo mais uma demonstração das atividades aplicadas nas aulas, ratificando esse impresso estudantil como um porta-voz das práticas da Pedagogia Moderna presentes nos grupos escolares.

## Conclusão

É certo que historicamente as escolas brasileiras de ensino primário e secundário registraram a circulação de impressos estudantis criados e produzidos por seu corpo discente. A investigação sobre esses impressos estudantis é um terreno fértil para ampliação dos



estudos no campo da História da Educação, sobretudo a partir da percepção do aluno. Investigar os escritos publicados nas páginas dos jornais criados e produzidos por aluno e para aluno é fundamental para compreender como as práticas escolares e o cotidiano do aluno se misturavam e como os alunos constituíam suas visões de mundo e valores sociais, políticos e culturais.

A investigação do jornal *O Ideal*, órgão oficial do Grupo Escolar Fausto Cardoso, o revelou como uma categoria de impresso estudantil era produzido por alunos do ensino primário sob a coordenação e vigilância de seus professores. A participação dos alunos, que mesmo compondo a equipe diretiva do jornal, era notadamente controlada pelos professores que possivelmente não só corrigiam os textos como, também, indicavam as temáticas e selecionavam as produções que deveriam ser publicadas.



Diante das evidências levantadas nos 15 números do *O Ideal*, aqui investigados, é perceptível que se trata de um jornal organizado pelos professores e produzido pelos alunos, especialmente do 4º ano do ensino primário. A autoria da produção dos alunos se dava por meio das publicações de seus textos que, na maioria das vezes, tinha o cotidiano escolar como “pano de fundo” das temáticas discutidas.

Desse modo, declaramos que o jornal *O Ideal* era um impresso estudantil, devido às publicações serem exclusivamente de autoria dos alunos, mas supervisionadas e organizadas pelos professores. Tal característica revela que esse impresso não se configurou como uma produção livre que exercitava, efetivamente, a autonomia do aluno. A leitura e análise dos escritos publicados no jornal permitiram perceber que a sua concepção e elaboração fundamentou-se no ideário escolanovista, bem como referendou elementos da cultura escolar presentes no Grupo Escolar Fausto Cardoso.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Giana Lange. Os impressos estudantis em investigações da cultura escolar nas pesquisas histórico-institucionais. **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, abril de 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30602>. Acesso em: 12 fev. 2022.

AMARAL, Giana Lange. Reflexões sobre a produção de jornais estudantis em escolas de ensino secundário (1930-1960): a contribuição da obra Jornais escolares de Guerino Casasanta. **VII Congresso Brasileiro de História da Educação**. Cuiabá: UFMT, 2013. v.1. p.1-11.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. **Grupos Escolares em Sergipe (1911-1930): cultura escolar, civilização e escolarização da infância**. Natal/RG: EDUFRN, 2009.

BASTOS, Jorge Luíz Souza. **O Grupo Escolar Fausto Cardoso**. No prelo.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Escritas estudantis em periódicos escolares. **Revista Educação**, Porto Alegre, v.10, n. 40, p.7-10, 2013.

CASASSANTA, Guerino. **Jornais Escolares**. Série 3ª: Atualidades Pedagógicas. Vol. 32. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

FRAGO, Antonio Viñao. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. *In*: BENCOSTA, Marcus Levy Albino (Org.). **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 15-47.

FRAGO, Antonio Viñao. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, n. 0, set./out./nov./dez., 1995. Disponível em: [http://anped.tempsite.ws/novo\\_portal/rbe/rbedigital/RBDE0/RBDE0\\_06\\_ANTONIO%20VINA0\\_FRAGO.pdf](http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE0/RBDE0_06_ANTONIO%20VINA0_FRAGO.pdf). Acesso em: 15 dez 2021.

FREINET, Celestin. **O jornal escolar**. Tradução de Filomena Quadros Branco. S/L, Editorial Estampa, 1974. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5941882/mod\\_resource/content/1/103273811-o-Jornal-Escolar-Freinet-07042011.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5941882/mod_resource/content/1/103273811-o-Jornal-Escolar-Freinet-07042011.pdf). Acesso em: 12 dez. 2021.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 111-153.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A Escola no Espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no estado de Sergipe. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e a escolarização da infância no Brasil (1892-1971). Campinas/SP: Mercado das Letras, 2006, p. 153-172.

O IDEAL. Anapólis: ano 1, n. 2, 14 out., 1934.

O IDEAL. Anapólis: ano 1, n. 2, 15 maio, 1938.

O IDEAL. Anapólis: ano 6, n. 3, 31 maio, 1939.

O IDEAL. Anapólis: ano 6, n. 12, 30 jun., 1939.

O IDEAL. Anapólis: ano 6, n. 14, 30 ago., 1939.

O IDEAL. Anapólis: ano 6, n. 15, 30 set., 1939.

O IDEAL. Anapólis: ano 6, n. 18, 01 maio, 1940.

O IDEAL. Anapólis: ano 8, n. 27, 01 set., 1941.

O IDEAL. Anapólis: ano 8, n. 28, 01 out., 1941.

O IDEAL. Anapólis: ano 8, n. 29, 01 nov., 1941.

O IDEAL. Anapólis: ano 8, n. 30, 01 abr., 1942.

O IDEAL. Anapólis: ano 8, n. 31, 01 maio, 1942.

O IDEAL. Anapólis: ano 8, n. 33, 01 jul., 1942.

O IDEAL. Anapólis: ano 8, n. 34, 01 ago., 1942.

O IDEAL. Anapólis: ano 8, n. 36, 01 out., 1942.

RABELO, Giani. O jornal escolar O Estudante Orleanense (Santa Catarina, 1949-1973). **Revista História da Educação** [online], [s.l.], v. 17, n. 40, p. 197-219, ago. 2013.

REVISTA FON-FON. Grupo Escolar em Simão Dias. Rio de Janeiro: 1925.



SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da modernidade**: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da pátria**: História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas: Mercado das Letras, 2009.



# OS GRUPOS ESCOLARES NA COMEMORAÇÃO DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DE SERGIPE (1920): epidemias, doenças e as medidas de prevenção

Degenal de Jesus da Silva

Os eventos que antecederam ao Centenário da Independência de Sergipe em 1920, não foram dos mais animadores. O cenário sergipano foi acometido de diversas moléstias infectocontagiosas. O medo de ser o próximo a experimentar o abraço gélido da morte fazia com que as pessoas se deslocassem para outras cidades.

Tal situação ocorreu quando a epidemia de varíola alastrou-se sobre vários municípios sergipanos. A crise tomou proporções tão sérias, que o Presidente de Sergipe, o coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo (1864-1933), informava que

O Estado Comporta 36 commisões censitárias, sendo 34 municipaes, nas sedes dos munucipios, e nos 2 districtos de Gerú e Canidé, achando-se todas ellas instaladas, com excessão da de Riachuelo, devido á terrível epidemia de varíola que irrompeu nessa cidade determinando o exodo das principaes auctoridades (Estado De Sergipe, 1920, p. 57, grifo nosso).

Entretanto, a população pobre não encontrava meios de se proteger, de forma eficiente, contra as epidemias. Em vista disso, o governo de Sergipe tomou uma série de medidas com o intuito de conter o avanço de doenças: calçamento das ruas, drenagens e aterramen-

tos de lagos que se formavam após as chuvas, confecção de cartilhas educativas de combate às epidemias, entre outras<sup>1</sup>.

Dentre alguns momentos importantes do surgimento de epidemias, encontramos: 1911-1912, em o Estado sofreu com um forte surto de varíola, tendo de ser reduzidas algumas atividades econômicas, e em casos, paralisadas. Temos também a posse do Presidente Pereira Lobo, que em outubro de 1918, foi realizada em meio a uma violenta epidemia de gripe espanhola (Santana, 2005, p. 53-57).

Não é uma novidade do século XXI o surgimento de isolamentos, redução, paralisação ou suspensão de atividades econômicas e educacionais, inclusive o cancelamento de determinadas comemorações cívicas. Na Primeira República, em Sergipe, os surtos epidêmicos eram constantes no território. Isso, se deve à precária situação de saneamento básico nos municípios.

O enfrentamento das epidemias ocorria no imprevisto, e com gastos muito elevados ao erário. Segundo Samarone (2001, p. 158), “[...] pelo menos até o ano de 1919, não tinha como enfrentar as epidemias. As ações eram improvisadas. Nesse caso da gripe espanhola, toda rede escolar foi fechada, como várias outras instituições coletivas”. Nesse caso, estamos nos referindo a um decreto expedido pelo chefe do executivo estadual, autorizando o fechamento de instituições públicas e privadas.

Como corolário, podemos afirmar que, a iniciativa em relação à comunidade escolar, nem sempre, partiu de um órgão oficial do governo. Os pais dos alunos, muitas das vezes, em meio ao medo difundido na localidade, antecipavam-se ou se posicionavam de forma contrária à legislação emanada por tais órgãos públicos.

.....  
1 Cf.: ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1919, ao Instalar-se a 3ª Sessão Ordinária da 13ª Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do “Estado de Sergipe”, 1919, p. 54.

Assim, por exemplo, a diminuição da frequência dos alunos nos grupos escolares era afetada pela proliferação de doenças infectocontagiosas no Estado. Uma realidade educacional difícil de ser contornada devido à letalidade dos vírus, principalmente relacionada às crianças em idade escolar. Segundo o Presidente de Sergipe, Pereira Lobo,

A medida de comparência, ou frequência, é também animadora, tanto mais quanto se deve levar em consideração que motivo muito de vulto veio perturbar, durante o anno lectivo, o regular funcionamento das escolas. Refiro-me á epidemia variólica, irrompente aqui e ali, em vários pontos do Estado, trazendo vários embaraços á administração (Estado de Sergipe, 1920, p. 26).

Poderemos mensurar sua afirmação obtendo a diferença da quantidade de matrículas dos anos de 1916-1920, subtraindo sua frequência. Dessa forma, em 1916, matricularam-se 438, com uma frequência de 382, uma diferença de 56 alunos nos grupos e escolas complementares; em 1917, a matrícula aumentou para 721 alunos, com uma frequência de 590, uma diferença de 131<sup>2</sup>; em 1919, havia 940 alunos matriculados nos grupos escolares, mas para esse ano não foi encontrada a frequência; em 1920, havia 969 matriculados nos grupos escolares, com uma frequência de 727 alunos, ou seja, uma diferença de 242<sup>3</sup>.

Levando em consideração que em alguns momentos as fontes nos fornecem a frequência dos grupos e escolas complementares conjuntamente, e em outros, somente a dos grupos escola-

2 ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1919, ao Instalar-se a 1ª Sessão Ordinária da 13ª Legislatura, pelo General Manuel P. de Oliveira Valladão, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1919, p. 10.

3 ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1920, ao Instalar-se a 1ª Sessão Ordinária da 14ª Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1920, p. 25.

res, podemos perceber, portanto, que no período de 1916-1920, pelo cruzamento das informações, houve uma diminuição da frequência dos discentes nas aulas. Deve-se observar, entretanto, a existência de maior oferta de matrículas referente à criação de grupos escolares, o que, em tese, proporcionaria a diminuição da frequência nas aulas. Também nesse rol, deveria ser considerado o abandono escolar devido à rotatividade de certas famílias à procura de trabalho<sup>4</sup>, bem como aquele ocasionado pelas epidemias.

Assim, ao olharmos para o contexto mais amplo da situação da frequência escolar no Estado, o discurso de Pereira Lobo apresenta consonância com os dados apresentados nesta pesquisa. As fontes indicam que não houve um prejuízo significativo no ano letivo em estudo. Sendo assim, o cotidiano dos grupos escolares não foi muito afetado, mas outros critérios devem ser analisados, por exemplo, os conteúdos e as avaliações.

Compreendemos, portanto, que os alunos das escolas sergipanas foram prejudicados em seu processo de aprendizagem. Os conteúdos e avaliações sofriam com as intempéries epidêmicas. Consequentemente, com o intuito de resguardar a saúde e a vida desses futuros cidadãos, a qualidade na educação se restringia ao que era possível naquele momento.

As estratégias de legitimação do que era ensinado na sala de aula, como os exames finais e as comemorações cívico-escolares e escolares<sup>5</sup>, também seriam atingidas pela redução ou suspensão das atividades de ensino. Doravante, as festas são uma dimensão relevante para serem pensadas em um cenário epidêmico. Afinal,

4 Relatório Enviado ao Diretor Geral da Instrução Pública, o Sr. Franco Freire, pelo Diretor do Grupo Escolar Olympio Campos, o Padre Arthur Alfredo Passos. Vilanova/SE. 23 de junho de 1928. p. 27.

5 Sobre a categoria de festas cívico-escolares e escolares, conferir: SILVA, Degenal de Jesus da. **Dionísio Republicano**: As Festas dos Grupos Escolares Sergipanos e os outros Olhares (1911-1930). Curitiba, CRV, 2021.

o que representa festejar em um contexto epidêmico? O que se quer transmitir ao público? São interrogações nada fáceis de serem respondidas, mas que devem considerar a intenção dos organizadores e o contexto em que o evento está inserido.

## Comemorações e epidemias na Primeira República

No ano anterior à comemoração do centenário da Independência de Sergipe, a festa da bandeira, que seria realizada em 19 de novembro de 1919, foi suspensa devido a uma epidemia que assolava alguns estados brasileiros. Essa medida tinha a intenção de impedir que ela se espalhasse pelo território sergipano (Correio de Aracaju, 1919, p. 15).

Os presidentes de Sergipe lutavam contra a falta de estrutura no Estado. Das estratégias para barrar a epidemia estava a obrigação dos pais apresentarem o atestado de vacinação no ato de matrícula, com o propósito de combater o contágio de doenças infectocontagiosas pelos alunos dos grupos escolares<sup>6</sup>.

Por vezes, essa norma era burlada. Assim, a diretora do Grupo Escolar José Augusto Ferraz buscou justificar que, por muitos pais procurarem matricular seus filhos sem possuir o devido documento legal, ela se limitava a receber as declarações verbais dos progenitores ou responsáveis. Sua atitude a levou a ter que enviar um ofício a Diretoria de Instrução Pública pedindo desculpas pela falta que cometeu, pois tinha sido “[...] forçada pelas dificuldades que surgia [...]” (Fontes, 1927, p.1). Solicitou, também, orientação do que deveria fazer quanto aos alunos que já frequentavam irregularmente as aulas.

A obrigatoriedade do atestado de vacina nas primeiras décadas deveu-se à proliferação de epidemias em Sergipe. Assim, a Refor-

.....  
6 Cf.: O ESTADO DE SERGIPE. Anno XIII, n.º 3.506, Aracaju. 5 de março de 1911, p. 1.

ma da Instrução Pública de 1911, determinou o limite máximo e mínimo a ser exigido àqueles que aspiravam frequentar uma instituição de ensino. O Art. 27 descreve quais as condições para serem efetuadas as matrículas. Primeiro, ter o mínimo de 7 anos no ato da matrícula e o máximo de 14; segundo, ser vacinado e não apresentar moléstia contagiosa (Estado de Sergipe, 1911, p. 19).

Assim, a quantidade de adultos e crianças que não frequentavam uma escola e alunos dos grupos escolares próximos um dos outros, era motivo de preocupações dos pais e das autoridades públicas. Assim, não há que se estranhar a decretação da suspensão de festas nas ruas pelo poder público, visto que as comemorações na urbe são os primeiros eventos a serem afetados em momentos em que há perigo epidêmico para a sociedade. Por isso, a Festa da Bandeira de 1919 foi cancelada.



193



Havia, entretanto, a preocupação de que não fosse suspensa, pois, era um processo importante de legitimação dos conteúdos ensinados nas salas de aula. Mais do que espetáculos, os festejos impunham, aos alunos entre os muros dos grupos escolares ou as festas realizadas nas ruas de Sergipe, uma ritualística, conceitos a serem apreendidos, símbolos pátrios, um repertório de heróis locais ou nacionais que serviam como modelo de inspiração para os futuros cidadãos civilizados republicanos.

Pela ausência dessa festividade, o Jornal Correio de Aracaju (1919, p. 15) ponderava: “Dest’arte ninguém levará á conta de impatriotismo uma disposição de interesse geral, como é a saude da população”. Embora essa justificativa fosse aceitável, ela escondia a preocupação do governo sergipano com os minguados recursos disponíveis para combater as doenças infectocontagiosas (Samarone, 2001, p. 150-155).

Em contrapartida, os festejos realizados em lugares fechados eram permitidos. Ou seja, retiravam-se das ruas – lugar público, de fácil acesso a uma quantidade maior de indivíduos – para confiná-los em um espaço controlado, vigiado e com um público seleto (Damatta, 1997, p. 18-19). Posteriormente, essa estratégia seria implementada, de forma corriqueira, para os grupos escolares no governo de Manoel Correa Dantas, em 1927 (Silva, 2021, p. 159).

Essa situação é constatada pelo mesmo jornal que publicou a informação sobre a suspensão da festa da bandeira, e anunciava, em 30 de outubro de 1919, “A festa da estudantada bahiana”, em Aracaju/Se, a ser realizada no dia seguinte à publicação da matéria. Ela estava marcada para acontecer às 19h30, em prol da Associação das Senhoras de Caridade. “Além da focalização dum film escolhido, vindo da Bahia, haverá meia hora literária e distribuição de flores e doces”. O evento contava com o auxílio das altas autoridades civis e religiosas, e do “patrocínio da exma. sra. Thereza Lobo” (Correio de Aracaju, 1919, p.15).

Segundo Mona Ozouf (1976, p. 224), as festas seriam como uma dócil maquinaria, pronta para ser montada e desmontada “[...] num abrir e fechar de olhos, tendo em vista as necessidades da causa”. Assim, quantos eram os propósitos políticos, tantos eram as festas a serem organizadas. Para a autora, nem todas seriam iguais. Havia uma tipologia: festas revolucionárias, contestatórias, de desregramento, entre outros. E mesmo semelhantes, poderiam esboçar intenções antagônicas de seus organizadores.

Discordamos veementemente dessa afirmativa de Ozouf. Como pudemos analisar, o contexto em Sergipe não era dos melhores. Havia carência de recursos públicos para investir em saneamento básico e na saúde, além de estar sob o perigo de uma epidemia no Estado. Um cenário pouco animador para se realizar uma comemoração. A suspensão, em 1919, da festa da bandeira foi o re-



sultado desses elementos desfavoráveis. Assim, compreendemos que a festa não é uma dócil maquinaria pronta para ser montada e desmontada, com o intuito de servir aos organizadores, como pensou Mona Ozouf. Ao contrário, sua realização é fruto de uma multiplicidade de fatores favoráveis.

Entretanto, em algumas situações as festas escolares não eram suspensas. Os alunos que contraíssem doenças que não fossem letais deveriam ficar em casa. É o que rezava o regulamento da instrução pública em seu “art. 195. Os alumnos que contrahirem moléstias contagiosas e repugnantes, deverão ser retirados da escola, até que desapareçam as causas que determinem tal medida” (Sergipe, 1916, p. 242).

Os grupos escolares eram um espaço de aprendizagem de práticas civilizadas. Ao professor cabia ensinar aos alunos como manter a higiene. Assim, eram ensinadas determinadas ações: não colocar o lápis na boca, lavar as mãos, não cuspir em quaisquer partes das dependências do prédio, entre outros. Seria uma forma de prevenir a proliferação de doenças entre os discentes, produzindo, portanto, um discurso de exorcização, por meio das práticas aprendidas, das moléstias infectocontagiosas no ambiente escolar (Dantas, 2004, p. 37). Destarte, o Decreto n.º 630, de 24 de abril de 1916, já alertava que “O ensino primário será ministrado em prédios higienicos e pedagogicamente adequados, fornecidos pelo Estado” (Sergipe, 1916, p. 228). Desse modo, como podemos perceber, a profilaxia era a forma mais indicada e praticada entre os muros escolares, com o intuito de manter a continuidade das aulas.

### Os preparativos para o Centenário da Independência de Sergipe

Devido à grandiosidade dos festejos, o presidente de Sergipe, Pereira Lobo, em 4 de agosto de 1920, dentre as providências, resolveu

formar uma Comissão Central, composta pelos bacharéis Antonio Baptista Bittencourt e Hunald Santoflor Cardoso, e o engenheiro civil, José Sobral da Silva Moraes (Estado de Sergipe, 1920, p. 8).

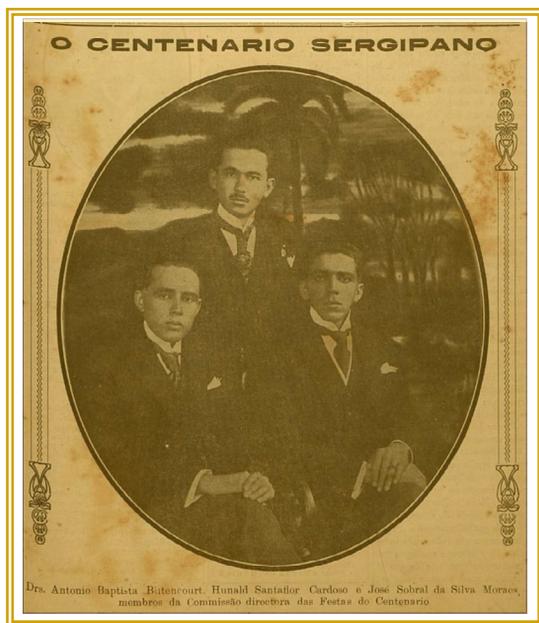
No mesmo ano, Pereira Lobo, decide aproveitar a celebração da festa do Centenário para fazer uma demonstração da capacidade econômica sergipana. Para isso, tomou providências para que fosse realizada, em Aracaju, a exposição dos produtos que constituíam a riqueza do Estado, com uma secção anexa de pecuária, onde poderiam ser vistas as espécies que Sergipe já possuía (Estado de Sergipe, 1920, p. 8).

Com essa finalidade, espalhou pelos municípios representantes da comemoração para que conseguissem apoio. Pereira Lobo enviou circulares a pessoas de prestígio, residentes no município, constituindo em cada uma delas comissões angariadoras de produtos para a aludida exposição do Centenário de Sergipe.

As notícias que chegavam a Aracaju mostravam-se favoráveis para que a celebração do Centenário da Emancipação Política de Sergipe ocorresse. O Coronel Calazans Silva, delegado da Comissão Central das Festas do Centenário da Independência de Sergipe, telegrafou informando:

Porto da Folha 28 – Exma. Sr. Baptista Bitencourt, intendente — Aracaju. — Vivamente suerphendido e ao mesmo tempo contentíssimo, sinto grande prazer scientificar illustre Comissão Central das Festas do Centenario que os municípios da margem do S. Francisco, vibrando intimo entusiasmo, trabalham com denodo, afim de representarem coadiguamente ao lado dos demais municípios, no firme interesse do engrandecimento da extremecida pátria. Sigo para trabalhar em Villa Nova. Saudações, — (a) Calasans Silva (Correio de Aracaju, 1920, p. 2).

Figura 17 - Comissão Central do Centenário Sergipano



Fonte: A NAÇÃO. Anno II, nº 52. Rio de Janeiro, 04 de outubro de 1920, p.15.

O empreendimento de Pereira Lobo parecia surtir efeitos, segundo as informações de Calazans. A festa do Primeiro Centenário da Independência de Sergipe encontrava amparo dos grandes produtores e fazendeiros da região da margem do São Francisco. Tanto foi assim, que o Sr. Almirante Amynthas Jorge, membro da Comissão Angariadora de Produtos e Organizadora de Mostruários da Exposição-Feira, recebeu dois telegramas: um do senhor Calazans Silva e o outro de Luiz Faria. O primeiro dizia:

Porto da Folha, 23. — Exmo. almirante Amynthas Jorge — Aracajú. — causa-me prazer intimo pedir illustre amigo e membro da distincta Commissão de Ornamentação a fineza especial de reservar local suficiente, afim de que possam figurar juntos os pavilhões dos municípios que me foram confiados especialmente. Para a Exposição, será enviada linda coleção de mármorees em taboas, tecidos,

cortumes, indústria cerâmica e demais produtos. Estou surpreso e contente com tanta riqueza, infelizmente incógnita, do meu querido Sergipe. Saudações. — (a) Calazans Silva (Correio de Aracaju, 1920, p. 2).

Como podemos perceber, o projeto era expor na festa do centenário os animais e produtos comercializados em Sergipe. A quantidade de objetos que seria exposta, foi muito diversificada. Nota-se, entretanto, que a expectativa dos organizadores foi superada, visto que o senhor Calazans solicitou mais espaço nos pavilhões para os municípios confiados a ele.

A presteza dos criadores e produtores sergipanos e a demanda por mais espaço nos pavilhões, não causa estranheza, visto que a festa do Centenário seria um momento importante para exporem seus nomes, a qualidade de seus animais e produtos. Tal situação é constatada, também, no segundo telegrama enviado por Luiz Faria: “— Porto da Folha, 23. — Rogo fineza reservar lugar exposição para uma coleção de mármore de nossa propriedade” (Correio de Aracaju, 1920, p. 2).

Esse cenário demonstra qual era a intenção de Pereira Lobo? Seu próprio discurso, junto à Assembleia Legislativa do Estado, torna inteligível que ele tinha o propósito de aproveitar a festa do Centenário para demonstrar a capacidade econômica de Sergipe (Estado de Sergipe, 1920, p. 8; Nunes, 2008, p. 239).

Essa não era a única finalidade da Festa do Centenário, pois ela, em termo de intento, comporta uma pluralização em seu conceito — *festas*. Como já nos alertou Mikhail Bakhtin (2013, p. 8), o ritual festivo não se realiza se não houver a existência de ideais. Desse modo, podemos observar esse projeto mais amplo no *Album de Sergipe 1820-1920*, de Clodomir de Souza e Silva.

As ilustrações que contêm o álbum foram do fotógrafo Leone Ossoviggi, que por algum tempo já vinha trabalhando, por conta do Estado, para a obtenção de imagens de todos os municípios do interior e de Aracaju. A redação do *Album de Sergipe 1820-1920* ficou a cargo do professor Clodomir Silva. Ele reuniu vários documentos à procura de substanciar sua pesquisa. Depois de pronto, Pereira Lobo confiou-lhe à impressão nas oficinas gráficas do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Confeccionar álbuns não foi uma realidade somente sergipana, outros Estados também, nesse período, estavam produzindo os seus. Eles eram instrumentos para marcar a trajetória e desenvolvimento dos entes federativos. Por isso que não encontramos, em suas páginas, descrições de situações desfavoráveis — epidemias ou crise financeira — sobre o seu contexto histórico. Foram elaborados com intenções panegíricas.

✻  
199

✻

O discurso construído por Clodomir Silva (2019, p. 328), portanto, foi muito além de demonstrar o desenvolvimento econômico do Estado, como pretendido por Pereira Lobo. Os temas giraram em torno da evolução histórica, o clima, a hidrografia, os limites (fronteiras) de Sergipe, criação e ações da “Diretoria de Hygiene”, o avanço na área educacional, com o surgimento dos grupos escolares, entre outros.

Tamanha façanha exigiu a formação de uma comissão que elaborasse, com antecedência, a programação dos festejos do Centenário. Haja vista a celebração se estender por cinco dias seguidos, começando no dia 23, com a exposição dos produtos sergipanos, e terminando no dia 27 de outubro, com um *Soirrée chic*, no Recreio Club, às 21h (Correio de Aracaju, 1920, p. 3).

## Os grupos escolares na Festa do Primeiro Centenário da Independência de Sergipe

Por ser um evento importante para a administração de Pereira Lobo e para os sergipanos, os festejos revestiram-se de toda pompa e monumentalidade de uma grande festa.

Por ocasião das festas do Primeiro Centenário de nossa Independência Política, fizeram-se representar nas solenidades levadas a efeito, os exms. srs. dr. Epitácio Pessoa, presidente da república; dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello, Ministro da Justiça e negócios interiores; os exms. srs. Governadores de Pernambuco e Alagoas, outras autoridades, associações científicas e literárias e diversos órgãos da imprensa do sul e norte do País. Às mesmas festas compareceu pessoalmente o ilustre governador da Bahia, dr. J.J. Seabra, acompanhado de brilhante comitiva, tendo o povo sergipano ocasião de testemunhar ao digno administrador do estado vizinho a sua admiração e agradecimento por essa prova de consideração que lhe era tributada. Também assistiu pessoalmente às nossas festas o ilustre general Napoleão Aché, então comandante da 5ª região militar (Estado de Sergipe, 1921, p. 8).



O capital simbólico advindo da presença de pessoas ilustres, representantes do governo federal e dos Estados, além da imprensa do sul e norte do país, atestam a importância do Primeiro Centenário da emancipação política de Sergipe. Por isso que não foram medidos esforços financeiros para que a comemoração fosse realizada.

Com o propósito de manter a ordem nos dias 23 a 27 de outubro de 1920, por meio da força policial foram retirados das ruas: o jogo ilegal, as “prostitutas”, os “pivetes”, os “mendigos”, entre outros. Portanto, uma efeméride dessa dimensão não deveria ser maculada por práticas não aceitas pela sociedade.

Esse aparato de prevenção, ao afastar indivíduos, considerados perigosos pela sociedade, do centro da cidade, idealizava mostrar um Estado em que a ordem e a segurança de seus cidadãos eram reinantes. A representação da “civilização” nesses momentos festivos, dessa forma, escrevia uma história do povo sergipano. Mas isso somente seria possível se certos sujeitos e práticas fossem marginalizados, excluídos do processo de rememoração da evolução histórica de Sergipe.

Entretanto, nem tudo é possível supervisionar, pois quando há um evento com um grau de complexidade alto, como foi o Centenário da Independência de Sergipe, torna-se difícil controlar o acaso. Afinal, ele é uma realidade que pode surgir e colocar todo o empreendimento a baile, mesmo com todo o aparato disponível ao governo do Estado (Marcelino, 2015, p.11-21).



201



Na mensagem dirigida à Assembleia Legislativa de Sergipe, em 1920, Pereira Lobo admitia que “Normalmente, a ordem pública não tem sofrido a menor alteração” durante a realização das festas no Estado (Estado de Sergipe, 1920, p. 54). Mas cogitou a possibilidade de ocorrerem imprevistos.

A festa do Centenario da nossa Emancipação Política, que attrahiram a esta capital numero incalculavel de pessoas de diversos Estados e do interior, correram, não obstante essa circumstancia, sem a menor alteração, fato esse que foi lisonjeiramente comentado por quantos se dignaram de visitar a nossa capital, naquele momento. Por ocasião de outras festas omesmo tem sido observado, como um atestado altamente honroso para todos nós, da índole pacifica do nosso povo (Estado de Sergipe, 1921, p. 54).

A comemoração do Primeiro Centenário da Emancipação Política de Sergipe atraiu muitas pessoas dos municípios sergipanos e de outros Estados. Nesses dias, as ruas de Aracaju apresentavam uma movimentação que não lhe era usual: as ruas repletas de bandeiras

ras e iluminadas; os bondes carregavam de um lado para o outro o público; assim, o alvoroço, o vai e vem de veículos e pessoas tomava conta de Aracaju, o frenesi reinava entre os sergipanos (Pacotilha, 1920b, p.17).

A ocasião foi aproveitada para remeter os restos mortais de Tobias Barretos de Recife-PE a Aracaju-SE. Acompanharam a transladação, os senhores Rodolfo Penante e José Bastos, que ao chegar na capital sergipana, foram recebidos pelo secretário do prefeito, que o entregou ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Lá ficou até o momento em que foi levada, no dia 24 de outubro, por Pereira Lobo e demais autoridades para ser depositada no pedestal da estátua de Tobias Barreto. Uma romaria formou-se entre o IHGSE e o seu monumento, inclusive a escola que leva o nome do homenageado participou dessa solenidade (Pacotilha, 1920a, p. 3).



2020

A participação da igreja católica nesses eventos cívicos fez parte dos rituais sergipanos. Por exemplo, entre o trajeto do IHGSE e a estátua, foi celebrada uma missa na catedral diante dos restos mortais de Tobias Barreto. Ela contribuía para legitimar o discurso que estava sendo construído em Sergipe: progresso e civilização. A pregação do padre João de Barros, que teve como tema “o presente e o futuro de Sergipe”, era um indício fortíssimo da colaboração dos clérigos nas comemorações do Estado (Pacotilha, 1920a, p. 5).

No dia 25 de outubro de 1920, o professor Artur Fortes discursou, para os grupos escolares e demais ouvintes, sobre a bandeira de Sergipe e do Brasil. Ao término de sua oratória disse: “[...] as bandeiras são, como as mulheres, dóceis, vaidosas, endeantes, caprichosas, mas caritativas” (Pacotilha, 1920b, p.17). Sua fala pode parecer para os indivíduos do séc. XXI uma afirmativa machista, mas estamos pesquisando pessoas com outra mentalidade, que pertenciam a outra época, outra realidade.

Os alunos dos grupos escolares não tinham muito o que fazer em relação ao discurso proferido pelo professor Fortes. Afinal, nesses eventos, os indivíduos que são responsáveis por proferir algumas palavras são proprietários de certo prestígio, capital simbólico na sociedade. Por isso, esses sujeitos ilustres eram utilizados para reforçar, nas comemorações cívicas, o que a escola ensinava.

Posteriormente, houve uma parada militar na praça Fausto Cardoso, com desfile das forças públicas, em continência ao Presidente de Sergipe, Pereira Lobo. Entretanto, o que mais chamou a atenção do Presidente da Bahia, J.J. Seabra, foi uma passeata organizada pelos grupos escolares e demais escolas públicas. Nela, cantaram o hino sergipano e canções patrióticas.

Como podemos perceber, havia uma forte carga simbólica que estava sendo trabalhada. A bandeira, os hinos, os heróis, os discursos, as personalidades ilustres, os produtos da terra, entre outros, fortaleciam a ideia de pertencimento a Sergipe e ao Brasil. Ao mesmo tempo, justificavam, para os alunos, por que estes deveriam adotar determinadas práticas em contraposição a outras (Souza, 1998, p. 241).

## Conclusão

As epidemias em Sergipe causavam prejuízos para o erário. Mesmo em situações favoráveis financeiramente, seria um gasto a mais a ser despendido. O que acabava abocanhando uma considerável quantidade de recursos do Estado.

As medidas de profilaxia eram adotadas como uma forma de reduzir os gastos com as epidemias, pois, quando já havia a sua ocorrência, tornava-se muito oneroso e de difícil eliminação os focos de contaminação. Por isso que as primeiras práticas de combate se iniciavam nos grupos escolares. Assim, cabia ao professor zelar e ensinar modos de higiene a serem aprendidos pelos alunos.

Quando as estratégias de combate não funcionavam, como a drenagem da água, calçamento das ruas, distribuição de cartilha para as escolas, entre outros, eram tomadas as seguintes ações: primeiro, se a doença infectocontagiosa não causava grandes males, o discente não poderia permanecer na escola; segundo, caso a epidemia tomasse proporções alarmantes, eram suspensas as aulas e as festas.

Nesse caso, primeiramente, eram suspensas as festas realizadas nas ruas, como as passeatas cívicas realizadas pelas escolas. Seria uma forma de reduzir o contato dos alunos em um ambiente que não havia o controle de quem podia assistir. Em contrapartida, a aglomeração de pessoas era permitida em espaços fechados, como associações, igrejas e escolas. Caso a epidemia se tornasse mais severa, ambas as situações não seriam autorizadas.



Nos anos anteriores ao Centenário, Sergipe passou por vários surtos de epidemias, inclusive em 1920, em que as autoridades tiveram que fugir dos seus municípios devido ao alto grau de contaminação e mortalidade do flagelo. Então por que realizar uma festa em um contexto não muito propício para aglomeração de pessoas nas ruas? Seria a falta de planejamento e capacidade de projeção da *Diretoria de Higiene* e irresponsabilidade de Pereira Lobo? Acreditamos que não. Pelos indícios, a epidemia tornou-se alarmante posteriormente as celebrações da emancipação política de Sergipe.

Jean Delumeau (2009, p.180) ilumina parte dessa questão. Segundo ele, “No curso habitual das Coisas, dá-se um jeito de camuflar o aspecto horrível da morte graças a um cenário e à cerimônia, que são uma espécie de maquiagem”. Claro que a pesquisa sobre o tema deve analisar o sentido e utilização da comemoração em um determinado contexto histórico em que está sendo realizada.

Desse modo, a festa do Primeiro Centenário de Sergipe exorcizaria e selecionaria as lembranças a serem guardadas na administração de Pereira Lobo. Pois, quando se tenta legitimar determinadas ideias, heróis e símbolos, outros tendem a ser marginalizados. A seleção do que é colocado no cenário da festa é sempre intencional. Por isso, não encontramos nenhum discurso, no momento das comemorações, sobre as epidemias no Estado.

Os únicos mortos a serem ressuscitados nas celebrações serão aqueles que corroboraram na trajetória de desenvolvimento histórico de Sergipe. Seus exemplos devem iluminar os futuros cidadãos que estavam sendo preparados nos grupos escolares. Potencializando, dessa forma, o que era ensinado na sala de aula.

## Referências



205

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. 8 ed. Tradução: Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2013.

CORREIO DE ARACAJU. Anno, XIII, n.º 2725, Aracaju/SE. 30 de outubro de 1919. p. 15.

CORREIO DE ARACAJU. **Correio de Aracaju**. Anno XIII, n.º 2853, Aracaju/SE. 16 de abril de 1920.

DaMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANTAS, José Ibarê. **História de Sergipe República (1889- 2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DELUMEAU, Jean; **História do Medo no Ocidente (1300-1800)**: Uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ESTADO DE SERGIPE. **Collecção de Leis e Decretos de 1911**. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, p. 19.

ESTADO DE SERGIPE. **Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1921, ao Installar-se a 1º Sessão Ordinária da 14º Legislatura, pelo Dr. Coronel José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do “Estado de Sergipe”, 1920, p. 8.

MARCELINO, Douglas Attila. **O Corpo da Nova República:** funerais presidenciais, representação histórica e imaginário político. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

Ofício Enviado ao Diretor da Instrução Pública pela diretora do Grupos Escolar José Augusto Ferraz, Maria Amelia Fontes. Aracaju/SE. 28 de abril de 1927. p. 1.



OZOUF, Mona. “A Festa Sob a Revolução Francesa”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História:** novos objetos. Tradução: Terezinha Marinho; revisão técnica: Gadiel Perruci. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976, p. 216-232.

PACOTILHA. **Pacotilha.** Anno XL, n.º 254, S. Luiz/MA. 26 de outubro de 1920a.

PACOTILHA. **Pacotilha.** Anno XL, n.º 254, S. Luiz/MA. 27 de outubro de 1920b.

SANTANA. Antônio Samarone. **As Febres do Aracaju:** dos miasmas aos micróbios. Aracaju, Sergipe: O Autor, 2001.

SERGIPE. **Collecção de Leis e Decretos de 1916.** Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 242.

SILVA, Degenal de Jesus da. **Dionísio Republicano:** As Festas dos Grupos Escolares Sergipanos e os outros Olhares (1911-1930). Curitiba, CRV, 2021.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização:** a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

# COMEMORAÇÕES ESCOLARES EM LINHAS E IMAGENS DO LIVRO DE LEITURA

Patrícia Batista dos Santos  
Cristiano Ferronato

## Introdução

O presente texto tem por objetivo apresentar as comemorações escolares em Sergipe, na primeira metade do século XX, a partir das datas celebrativas sugeridas em livros escolares, especificamente na Série Pátria Brasileira<sup>1</sup>. Nossa busca foi compreender as festas, enquanto ritos educacionais, orientados para a infância. A institucionalização do processo de escolarização no Brasil, como um marco para a construção de um projeto de homem civilizado que teve início no século XIX, idealizado por intelectuais e pelas políticas vigentes até o momento, consolidou-se nas primeiras décadas do século passado. Nesse contexto, alguns direcionamentos são perceptíveis, entre eles: a construção de novos espaços para as escolas, um olhar mais atento para a formação do professor, além da definição dos componentes curriculares e materiais impressos a serem utilizados.

No Brasil, com a organização da instrução pública, nota-se um movimento de escolarização das práticas de leitura e escrita, a partir

.....  
1 A obra é resultado de um projeto pedagógico republicano voltado à formação cidadã. Não se trata de uma proposta isolada, é antes parte de uma produção voltada à construção do civismo, utilizando-se de manuais didáticos dirigidos aos Estudos Sociais e a Educação Moral e Cívica presentes nos grupos escolares durante as primeiras décadas do século XX.

de então, a busca de métodos para a instrução dos escolarizados é notória. Dessa feita, a escrita de um texto pode corresponder a diferentes funções sociais. Tais características decorrem de um percurso determinado na busca e na apreciação de temáticas, a época de quem as escreveu, e que se concretizaram no tempo, podendo tornar-se clássicos de um segmento literário. Assim,

A utilização do livro escolar como fonte de pesquisa em história da educação é um assunto que merece ser retomado. Testemunhos de conteúdos de naturezas diversas no que tange a valores morais, éticos, sociais, Cívicos e patrióticos, os livros escolares que serviam de guia para professores e alunos ainda têm muito a ser desvendado (Corrêa, 2000, p.11).

✻  
208  
✻

A partir de então, os impressos de leitura, denominados cartilhas, vão se materializando como um instrumento de concretização dos objetivos propostos para a educação e instrução pública. Entre eles: modelos de alfabetização, leitura e escrita, além disso, valores e hábitos a serem inculcados nos anos de escolarização. “O livro didático e a educação formal não estão deslocados do contexto político e cultural e das relações de dominação, sendo, muitas vezes, instrumentos na legitimação de sistemas de poder, além de representativos de universos culturais específicos.” (Fonseca, 1999, p. 204).

Há de se levar em conta, que a eternidade de uma obra é marcada por sua capacidade de se perpetuar no tempo e sob uma conjuntura da qual se torna referência para formação de toda uma geração. Então, o livro de leitura tornou-se uma escolha entre textos que lutam uns com os outros pela permanência. Que se interprete a escolha, como sendo feita por grupos sociais dominantes ou instituições de educação.

Desse modo, a perpetuação da literatura acontece devido à originalidade do autor, da seleção da obra realizada por grupos sociais dominantes e pela contínua revisão de crítica, imposta por diferentes pesquisadores em espaço e tempo variáveis, indicando um contínuo fluxo de sensibilizações e ideais presentes naqueles que as apreciam, ora por concordar com o que é posto, ora por dele discordar. Mas cada obra é resultado de um tempo, o tempo da sua escrita, e da sociedade que a produziu.

Em Sergipe, entre os impressos para fins didáticos, o Grupo Escolar Manoel Barroso, no município de São Cristóvão, utilizando-se da Série Pátria Brasileira, instruiu seus alunos no aprendizado dos temas cívicos a serem comemorados. Assim, foi possível identificar como o tema das comemorações escolares foram aparecendo nas cenas dos conteúdos das cartilhas escolares, quais lições eles ensinavam e como estavam ligadas às tradições e aos ritos. Por esses caminhos, as instituições de ensino organizaram suas celebrações e as atrelavam aos conteúdos curriculares apresentados à sociedade, como uma forma de “educar” a infância.

Dessa forma, os livros, pontuam as principais datas a serem comemoradas e enaltecem as características dos elementos de conteúdos transcorridos nas comemorações, apresentando o processo de ritualização. Tais como: as festas das férias, a festa da árvore, as visitas ilustres e o culto à pátria. Os calendários foram sendo erguidos e as circunstâncias estabelecidas, o ritual de organização das festas, os espaços para os acontecimentos e os atores devidamente posicionados. Segundo Veiga (2003):

Foi no contexto de apreensões de toda a ordem que se instaurou o debate educacional voltado para a necessidade da formação de um novo homem, para a definição do que deveria ser o cidadão. Nas constituições republicanas colocava-se um difícil problema a ser equacionado – “todos são iguais perante a lei”. Na abstração dos sujeitos

sociais esteve apenas uma resolução parcial do problema, entretanto foi necessário enfrentar concretamente as diferenças. Dentre as várias estratégias constituídas para isso esteve a difusão da educação estética das populações presente nos conteúdos escolares, na organização do espaço urbano e escolar e na rotinização de acontecimentos provedores de emoção estética, as festas escolares e as festas dos escolares na cidade, presentes nas primeiras décadas republicanas. O objetivo era dar visibilidade à modernidade, concretizar no espaço urbano novas atitudes e valores – a elegância, os bons costumes, o patriotismo, a civilidade [...] (Veiga, 2003, p. 400).

Portanto, tomamos como fonte para este trabalho o livro de leitura *Série Pátria Brasileira Livro II*<sup>2</sup>. Entendendo os livros escolares como artefatos da cultura material escolar considerados como um relevante testemunho para a pesquisa em história da educação, o estudo destes possibilitam a compreensão dos valores, conteúdos e conceitos que se desejou fossem transmitidos num determinado período, como também é sinalizador dos projetos políticos voltados a nação por meio da educação escolar.

### Ritos Comemorativos em Livros Escolares

As reformas implantadas em Sergipe, no que se refere à construção dos primeiros Grupos Escolares no início do século XX, inspiraram-se a partir do estado de São Paulo, dando ânimo aos intelectuais da educação e algumas autoridades. No entanto, os principais movimentos não abarcaram inicialmente todo o território do estado, concentraram-se na Capital e nos centros urbanos como São Cristóvão, Lagarto, Capela e Estância. Segundo Nascimento (2006):

2 .....  
 Esse impresso é fruto das pesquisas em arquivos particulares de Heliane Freire Cabral e a escolha se deu em razão de ter sido utilizado em Grupos Escolares de Sergipe.

Ainda em 1909, o presidente do Estado, Rodrigues Dória, trouxe de São Paulo o professor Carlos da Silveira, diretor do Grupo Escolar da Avenida Paulista, para reorganizar a instrução pública. Este propôs um plano que previa a construção de grupos escolares, a organização do serviço de inspeção escolar, a adoção dos novos métodos de ensino e a remodelação dos ensinos normal e secundário (Nascimento, 2006, p. 153).

Tais inovações contribuíram para a implantação de um novo tempo na esfera educacional de Sergipe. As celebrações firmadas nos calendários escolares solidificaram ritos, construindo bases, que estruturam crenças e hábitos sociais. A respeito dos ritos, Boto (2014) afirma que “os ritos, desse modo, traduzir-se-ão como uma forma específica de se lidar com o tempo e com o espaço. É como se, pela liturgia da escolarização, houvesse interrupção do contínuo do tempo para se engendrar o lugar de um novo tempo, aquele do transcurso do ritual.” (Boto, 2014, p.110).

As comemorações escolares no estado de Sergipe no século XX aconteciam no âmbito dos prédios das escolas e, além deles, em diferentes instituições de ensino, públicas ou particulares. Contavam, por vezes, com visitas de autoridades da época, fossem elas civis ou religiosas, e tinham nos impressos da época um divulgador para publicação das suas atividades, o que gerava credibilidade frente à sociedade.

A partir delas percebem-se elementos que alicerçaram as estruturas sociais e a formação do cidadão urbano e letrado, sendo perceptível a existência de festas para significação pedagógica de conteúdo, apontando as finalidades de algumas práticas educativas para os escolares, por exemplo: as exposições de trabalhos manuais existentes nos grupos escolares. Os temas são recorrentes nas diferentes escolas, no entanto, alguns aspectos particulares são perceptíveis, como os que ocorriam nas instituições



confessionais que abordam a valorização das festas do dia do padroeiro da escola e apresentações para benfeitores.

Azevedo (2009) aponta os Grupos Escolares enquanto chave importante para a compreensão do projeto educacional em Sergipe, a saber:

A implantação dos grupos escolares fez parte de um processo modernizador e civilizatório ocorrido em Sergipe no início da República. Nesse Estado, um projeto de autonomia e modernização estivera presente desde os idos dos oitocentos com a luta pela emancipação política (1820) e a construção da sua capital planejada (1855) Pela via da educação escolar, porém, esse processo ganha força no regime republicano (Azevedo, 2009, p. 30).



Com vistas à formação do “novo homem”, a educação republicana construiu suas bases na representação da cultura da escola ao se universalizar nas sociedades letradas e ditas como democráticas. Desse modo, os ritos comemorativos escolares passaram a auxiliar no processo de apresentação da escola como um espaço de sociabilidade cidadã. A partir dos eventos festivos dentro das escolas, rituais são criados permitindo a construção de temas e novas maneiras de celebrar. A escola não é um lugar apenas físico, mas um lugar de representação e apropriações. Assim,

A cultura se constituiu numa espécie de agregado coerente de condutas, normas e valores, que dava coesão à vida social, tanto no plano coletivo como no das subjetividades. Isso era particularmente visível na ordem das estruturas, se se examinava do ponto de vista comunitário; e dos hábitos garantiam, desse modo, réplica e a previsibilidade dos padrões configuradores de toda a cultura. Se esses parâmetros se transformam para além de seu pragmatismo imediato em conteúdo de uma tradição – mediante a permanência no tempo das formas e dos comportamentos –, seus elementos constituintes passavam a fazer parte da

memória cultural de um coletivo e dos sujeitos que nele se inseriam (Escolano, 2017, p. 110).

Entre as fontes utilizadas para essa compreensão, destacamos os livros escolares, por entender que esses apresentam representações pontuais e relevantes das escolhas dos temas, a serem celebrados nas escolas em um determinado momento. Os textos impressos, os exercícios propostos e as imagens aparentes, são testemunhas ímpares da cultura material escolar e estimuladores na construção de novas memórias.

No Brasil, tendeu-se a concretizar os princípios da escola moderna, o que justifica a aplicação de reformas educacionais e a implantação de um sistema público, laico e democrático de ensino. Veiga (2003) afirma:

Foi no contexto de apreensões de toda a ordem que se instaurou o debate educacional voltado para a necessidade da formação de um novo homem, para a definição do que deveria ser o cidadão. Nas constituições republicanas colocava-se um difícil problema a ser equacionado – “todos são iguais perante a lei”. Na abstração dos sujeitos sociais esteve apenas uma resolução parcial do problema, entretanto foi necessário enfrentar concretamente as diferenças. Dentre as várias estratégias constituídas para isso esteve a difusão da educação estética das populações presente nos conteúdos escolares, na organização do espaço urbano e escolar e na rotinização de acontecimentos provedores de emoção estética, as festas escolares e as festas dos escolares na cidade, presentes nas primeiras décadas republicanas. O objetivo era dar visibilidade à modernidade, concretizar no espaço urbano novas atitudes e valores – a elegância, os bons costumes, o patriotismo, a civilidade [...] (Veiga, 2003, p. 400).

Portanto, os compêndios escolares constituíram-se, como uma obra das ações que se tornaram corpóreas a instituição escolar,

ao mesmo tempo em que produziram essa realidade, pois foram veículos através dos quais os saberes sustentadores desse modelo circularam e para os quais foram elaborados.

Para Escolano (2017):

Os manuais de pedagogia usados entre os fins do século XIX aludiam à cultura empírica da escola, encarnada, nesse caso, no *habitus* dos educadores, lançando mão do construto denominado de “tato”, uma espécie de competência pedagógica transversal, de caráter prático, que os docentes deveriam usar para se valer da cultura da profissão, como também traduzir e adaptar as recomendações educativas teóricas ou administrativas à realidade (Escolano, 2017, p. 152).

Entre os impressos para fins didáticos que auxiliaram na análise dos temas relacionados às comemorações escolares e os currículos ensinados a partir dos conteúdos diários, em Sergipe, temos o Grupo Escolar Manoel Barroso.

Inaugurado em 1923, na cidade de São Cristóvão, fazendo parte do projeto dos estabelecimentos de novas instituições para o ensino rumo a cidades além da capital, Aracaju. A Festa de inauguração foi amplamente divulgada nos noticiários locais. No cronograma das festividades, constavam: evento religioso (missa e benção do prédio escolar), presença de políticos e intelectuais, presença dos estudantes e banda de música. O Diário Oficial do Estado (1923) registrou o seguinte:

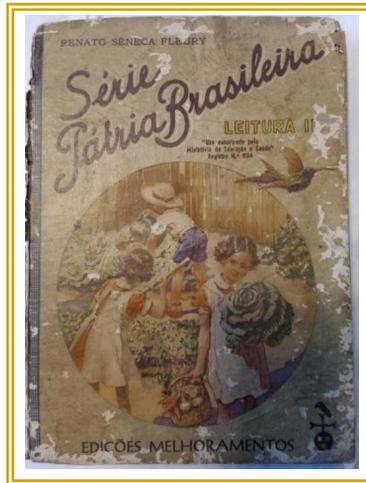
Realizar-se hoje, em São Chistovam, a inauguração do Grupo Escolar Barroso, mandado levantar pelo atual governo, quando decretou a transformação de cadeias públicas do interior em escolas. Para assistirem ao acto inaugural, bem como aos festejos que, por esse motivo, se realizam naquella cidade, irão de Aracaju diversas pessoas num trem especial, que sai da estação da estrada de ferro às 7 horas da manhã. O alludio

comboio partirá de São Christovam, de regresso, às 12 horas da noite (Diário Oficial de Sergipe, 1923, p. 04).<sup>3</sup>

Tal qual as construções e as reformas de prédios escolares e a organização dos aspectos pedagógicos para a instrução do período aqui tratado, o livro de leitura foi considerado prioridade para a formação moral dos estudantes, sempre com a preocupação de fixar valores e hábitos relativos à execução do dever.

Arelados às festas, em especial aos temas comemorativos referentes ao patriotismo, os livros de leitura associavam efemérides ao modo operante de festejar e, assim, fundamentar os conteúdos necessários para a formação da juventude brasileira. Na sequência, vamos analisar a materialidade, os conteúdos e as imagens de temas comemorativos do livro de leitura da Série Pátria Brasileira.

**Figura 18** – Capa do livro Série Pátria Brasileira



**Fonte:** Acervo particular de Heliane Freire Cabral.

O livro tem o formato de 20cm (altura) por 13cm (largura), sendo composto de 170 páginas, bem ilustradas, mesclando textos com

.....  
3 Fonte cedida pela pesquisadora Anne Emíle de Almeida Cabral.

conteúdo, músicas e sugestões de atividades. No que diz respeito ao papel da impressão, é legível. A imagem trazida na capa já apresenta a relação das crianças com a natureza ao fazer e experimentar, numa imagem colorida.

A apreciação material do livro e das preposições de conteúdos e atividades leva-nos a pensar na proposta pedagógica do Método Intuitivo. Após cada lição, são propostos fazeres para execução dos alunos, sob a tutela do docente.

Ao dedicar-se aos estudos de um livro didático, o pesquisador também é lançado para diferentes cenas que estão atreladas ao cenário escolar. O contexto em que o manual foi editado, o currículo, as disciplinas disponibilizadas e sua relação com as práticas pedagógicas. Em nosso caso, a apreciação deste livro possibilita-nos compreender como os conteúdos alusivos às festas escolares foram apresentados aos estudantes por meio dos conteúdos curriculares. Entre os temas, foi possível observar três eixos:

1. Valorização da Pátria, com a exaltação a festa da árvore, datas dedicadas aos heróis brasileiros.
2. Temas das festas culturais, comemorações das festas juninas e natal.
3. Comemorações do cotidiano, como a visita dos pais à escola e as férias.

Nele, os conteúdos em forma de leituras de textos e de imagem percorrem os temas a serem inculcados nos infantes. Vamos a um trecho do livro a respeito da festa da árvore:

Agora vai haver a festa das árvores. Todos os alunos vão escrever uma composição sobre as plantas úteis de nossa pátria. O Brasil é tão rico em vegetais, que todos nós muito teremos a escrever. O melhor da festa vai ser a inauguração da horta, do jardim e do pequeno pomar, que estamos fazendo na escola (Série Pátria Brasileira, 1947, p. 130).

De fato, a Festa da Árvore, foi um tema bastante articulado, nas comemorações escolares, como se vê na Ata da terceira reunião preparatória do Congresso dos Professores Primários de Sergipe, organizado pela Diretoria Geral da Instrução de quatro de setembro de 1925, na secção terceira, que definia práticas pedagógicas, noções de higiene e educação escolar, apresenta o seguinte ponto para o debate: “Da utilidade de ser aplicado o modo das festas escolares aos animais e vegetes.” (Ata da Instrução Pública de Sergipe, Anno VI, 1925, p. 02).

Ainda a respeito das atividades em comemoração ao dia da árvore é notícia no Diário Oficial de 1925. “Em todos os grupos escolares da capital solenizaram-se o dia 21 de setembro, ouvindo-se encantadoras poesias, pelas alunas dos grupos e discurso por professoras” (Diário Oficial de 23 de setembro de 1925).



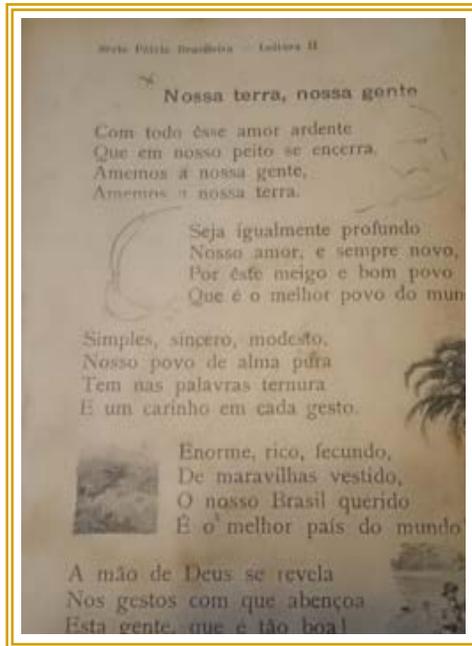
217



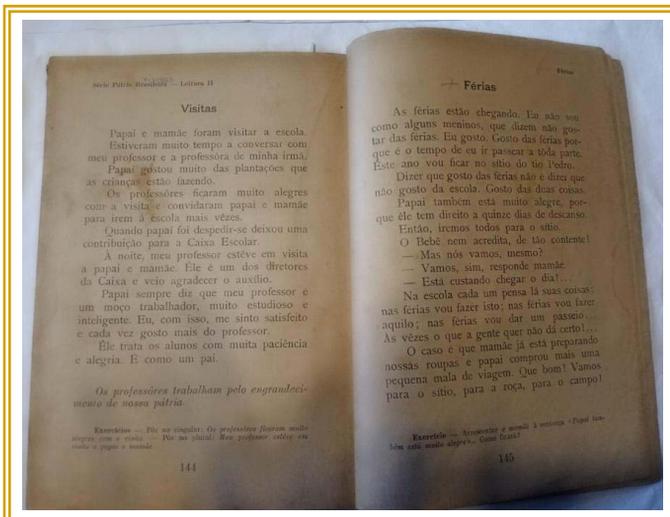
Percebemos que as celebrações alusivas ao Dia da Árvore eram amplamente divulgadas, e envolviam o empenho da Instrução Pública do Estado de Sergipe, bem como dos docentes e discentes.

Outro elemento presente nas práticas educativas são os conteúdos cívicos, mediados por temas comemorativos, a partir das datas estabelecidas, as comemorações aos feitos e heróis forjados pela Pátria brasileira.

Podemos considerar a construção de uma imagem de louvor à Pátria como um elemento preparatório para as comemorações cívicas, pois tais temas encaminham a sentimentos de pertencimento e zelo com o Brasil. Como também, induzem os alunos a memorização de rimas e orações que eram recitadas nos eventos para os escolares. Conforme podemos observar na imagem abaixo:

**Figura 19-** Livro Série Pátria Brasileira -Tema Amor à Pátria

**Fonte:** Acervo particular de Heliane Freire Cabral.

**Figura 20 –** Livro Série Pátria Brasileira - Temas do Cotidiano

**Fonte:** Acervo particular de Heliane Freire Cabral.

Os temas trabalhados fazem pontes com elementos do cotidiano da escola e do contexto em que estava inserida. No texto da imagem acima, é possível perceber o indicativo publicitário do mecanismo da caixa escolar para a manutenção da escola, como também a construção da imagem do docente enquanto um pai que trabalha para formar o cidadão a serviço da construção da Pátria.

O texto fortalece a importância dos pais presenciarem a escola, apresentando a figura paterna como um sujeito generoso, colaborador para o progresso brasileiro. Dessa feita, o pai ganha confiança nos espaços escolares para instruírem seus filhos. As férias, também era um tema associado entre a leitura de orientação e os ritos finais do ano letivo, associado às avaliações finais como também ao período de folga para os estudantes. Para além do que era dito na lição, utilizava-se da propositura de exercícios para reforçar o conteúdo ministrado.



## Conclusão

Considerando o objetivo inicial de apresentar temas das comemorações escolares presentes no livro de leitura utilizado em Sergipe na primeira metade do século XX, percebemos o texto impresso enquanto elemento da cultura material. Apontamos questões salutaras para a compreensão do tema, a saber: os temas das leituras, pontos para a educação moral, cívica e valores inculcados na instrução pública de Sergipe, como elementos chave para a construção dos ritos das festividades escolares.

Dessa feita, foi possível pontuar as comemorações escolares como ritos consolidados nas práticas educativas para estudantes em Sergipe no século XX. Analisando, o livro de leitura como fonte para a pesquisa em história da Educação, e a sua atribuição como um mediador para a relação entre escola, família e sociedade.

Portanto, a organização da educação a partir dos novos modos republicanos, associada à utilização dos impressos, estimula a prática das comemorações e do patriotismo almejado. Assim, a função social das festas escolares, a partir do olhar do livro de leitura *Série Pátria Brasileira*, é um testemunho documental de traços dos temas comemorativos contidos nos textos e imagens, favorecendo a prática do patriotismo nacional, dentro e fora do espaço de aprendizagem dos escolares.

É certo que as comemorações foram favorecidas e incentivadas no início da República, e que a escola, enquanto espaço institucional e formativo de sociabilidade, exerceu o seu papel cívico de forjar o sujeito idealizado pelo Estado, tendo por recurso didático, o livro de leitura. Voltado ao ensino, este último constitui uma fonte histórica, aqui consultada, que possui inúmeras outras possibilidades de análise e entendimento.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Anne Emílie Souza; BERGUER, Miguel André. **As Festas de Inauguração dos Grupos Escolares como Veículo de Difusão da Modernidade na Instrução Pública**. Caderno do Estudante UFS. V. 1 n. 1. São Cristóvão: editora UFS. 1984, p. 64-70.

ATA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE SERGIPE, Anno VI, 1925, p. 02.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Celebrações do civismo e promoção da educação: o cotidiano dos grupos escolares de Sergipe no início do Século XX. **Revista Brasileira de História**, v. 31, n° 62, p. 93-115, 2011.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Grupos escolares em Sergipe (1911-1930): cultura escolar, civilização e escolarização da infância**. Natal: editora da UFRN, 2009.

BOTO, Carlota. A liturgia da escola moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos. **Revista História da Educação**. 2014, vol.18, n. 44, pp. 99-127.

BURKE, Peter. **Testemunho Ocular**: história e imagem como evidência histórica. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. **A máquina de festejar**: seus usos e configurações nas escolas primárias brasileiras e portuguesas (1890-1930). 2012. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, USP. São Paulo, 2012.

CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Diefel, 1989.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teorias e Educação**, nº 2, 1990, p.177-229.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação**. Cadernos CEDES Cultura escolar: história, práticas e representações, nº52, 2000, p.11-24.

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, 1923.

ESCOLANO, Augustin. **A escola como cultura**: experiência, memória e arqueologia. Campinas: editora Alínea, 2007.

FLEURY, Renato Sêneca. **Série Pátria Brasileira**, 10ª ed. São Paulo: Melhoramento, 1945.

FONSECA, Thaís Nívia. **Livro didático de História**: Lugar de memória e formador de Identidades. ANAIS do XX ANPUH, v. I. São Paulo, 1999, p. 203- 212.

JULIA, D. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista/SP. Editora Universitária São Francisco, 2004.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A Escola no Espelho: São Paulo e a implantação dos Grupos Escolares no Estado de Sergipe. *In*: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado das Letras, 2006. p. 153-172.

OZOUF, Mona. A Festa: Sob a Revolução Francesa. *In*: **História**: Novos objetos. Direção de Jacques Le Gof e Pierre Nora. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

PINHEIRO, Antônio Ferreira. **Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos grupos escolares na Paraíba**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas. Campinas, 2001.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação Estética para o povo. *In*: LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia Greive (organizadores). **500 Anos De Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 399- 422.



# CONFIGURAÇÕES DA ESCOLA PRIMÁRIA NO CENTRO E SUL SERGIPANO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX<sup>1</sup>

Laísa Dias Santos  
Rony Rei do Nascimento Silva

## Introdução

✻  
223  
✻

Este artigo trata da expansão e configuração da escola primária nas regiões do centro e sul de Sergipe nas primeiras décadas do século XX. Tem por objeto de estudo os tipos de escolas primárias existentes no cronotopo delimitado, tais quais: grupos escolares, escolas isoladas, escolas municipais, colégios particulares, escolas da fazenda, escolas reunidas e bancas escolares.

O processo de construção e expansão da escola primária nas décadas iniciais do século XX, que envolvia a arquitetura, a materialidade, os métodos de ensino e quadro de funcionários, estava envolto em um discurso político que percebia as reformas educacionais como necessárias, sobretudo no que tange à construção de escolas mais modernas, a exemplo dos grupos escolares. Contudo, a revelia de discursos políticos/pedagógicos inovadores, escolas por vezes precárias, fizeram parte da história da educação sergipana.

.....  
1 O artigo apresentado é fruto de pesquisas relacionadas às dissertações de mestrado dos autores, intituladas: “Por uma história vista de baixo: as escolas primárias dos territórios centro e sul do estado de Sergipe (1930-1960)” e “Memórias caleidoscópicas: configurações da escola primária rural em Sergipe (1947-1951)”. Ambas, foram defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes-PPED, no ano de 2016.

Partindo desse pressuposto, foram eleitas como fonte de pesquisa 30 narrativas de história de vida de professores aposentados que estudaram e atuaram no cenário educacional das regiões centro e sul do estado de Sergipe, bem como mensagens de governadores, relatórios de diretores da instrução pública e lista de escolas primárias emitidas pelo Departamento de educação de Sergipe.

Foi por meio da abordagem da história vista de baixo, somada à metodologia da História Oral e à possibilidade de narrativas de sujeitos simples que seguintes questionamentos foram perseguidos: que tipos de escolas primárias existiram no estado de Sergipe? Como se delineou este processo de expansão? A implantação das escolas primárias condizia aos discursos oficiais apresentados? A partir de quais critérios foram implantadas as escolas graduadas em cidades do interior do estado? Quais foram os sentidos atribuídos à expansão das escolas primárias pelos sujeitos das distintas escolas? Ou seja, como se caracterizaram as escolas primárias existentes no tempo e espaço delimitado?



### Tipos de escolas primárias no centro e sul sergipano

Por serem considerados categorias ideais de escolas, os grupos escolares estiveram no centro dos discursos políticos. Os grupos implantados no país significaram, segundo Souza e Faria Filho (2006),

[...] profundas transformações na organização e na constituição dos sistemas estaduais de ensino público no país. O novo modelo de escola exigia altos investimentos, pois pressupunha a edificação de espaços próprios e adequados para o funcionamento das escolas, professores habilitados, mobiliário moderno e abundante material didático. A racionalidade e a uniformidade perpassavam todos os aspectos da ordenação escolar, desde o agrupamento homogêneo das crianças (alunos) em turmas mediante

a classificação pelo grau de conhecimento consolidando a noção de classe e série, o estabelecimento de programas de ensino (distribuição ordenada das atividades e dos saberes escolares), a atribuição de cada classe a um professor, a doção de uma estrutura burocrática hierarquizada – uma rede de poderes, de vigilância e de controle envolvendo professores, diretores, porteiros, serventes, inspetores, delegados e diretores do ensino. Perpassavam também a ordem disciplinar impingida aos alunos – asseio, ordem, obediência, prêmios e castigos (Souza; Faria Filho, 2006, p. 28).

A primeira escola desta natureza a funcionar no estado de Sergipe foi Grupo Escolar Modelo, inaugurado em 1911 na capital Aracaju (Santos, 2013), considerado o padrão ideal para a propagação das primeiras letras, pois, para além de menos dispendiosos (se comparados às escolas isoladas), reuniam métodos eficazes, professores qualificados, espaço apropriado e material didático condizente às necessidades de aprendizagem do aluno. Esse pode ter sido um dos motivos que deu aos grupos escolares presentes no estado de Sergipe, um destaque nas mensagens de governadores analisadas.

No período entre 1911 a 1960, que pode ser considerado como momento de maior construção das escolas graduadas no estado, foram construídos/inaugurados os seguintes grupos escolares sergipanos:

**Quadro 5** – Grupos escolares construídos e/ou em funcionamento entre os anos de 1911 e 1960

MUNICÍPIOS	DENOMINAÇÃO	ANO DE INAUGURAÇÃO OU CONSTRUÇÃO
Aracaju	Grupo Escolar General Siqueira	Em funcionamento (mensagem de 1930)
Aracaju	Grupo Escolar Barão de Maruim	Em funcionamento (mensagem de 1930)
Aracaju	Grupo Escolar Dr. Manuel Luiz	Em funcionamento (mensagem de 1930)
Aracaju	Grupo Escolar General Valadão	Em funcionamento (mensagem de 1930)
Aracaju	Grupo Escolar José Augusto Ferraz	Em funcionamento (mensagem de 1930)
Aracaju	Grupo Escolar Rural Ivo do Prado	Em funcionamento (mensagem de 1953)
Araúá	<b>Grupo Escolar Rural Manoel Bonfim</b>	<b>Em construção (mensagem 1951)</b> <b>Em funcionamento (mensagem de 1953)</b>
Barra dos Coqueiros	Grupo Escolar (não nomeado na mensagem analisada)	Entregue (mensagem de 1960)
Boquim	<b>Grupo Escolar Severiano Cardoso</b>	<b>Em funcionamento (mensagem de 1930)</b>
Campo do Brito	Grupo Escolar Rural Guilherme Campos	Construído (mensagem de 1951) Em funcionamento (mensagem de 1953)
Capela	Grupo Escolar Coelho e Campos	Em funcionamento (mensagem de 1930)
Carira	Grupo Escolar Artur Fortes	Construído (mensagem de 1958)
Cumbe	Grupo Escolar Alcebiades Paes	Construído (mensagem de 1958)
Darcilena (Cedro de São João)	Grupo Escolar Rural Manoel Dantas	Em construção (mensagem de 1951) Em funcionamento (mensagem de 1953)
Divina Pastora	Grupo Escolar (não nomeado na mensagem analisada)	Entregue (mensagem de 1960)
Estância	<b>Grupo Escolar Gumersindo Bessa</b>	<b>Em funcionamento (mensagem de 1930)</b>
Frei Paulo	Grupo Escolar Rural Martinho Garcez	Construído (mensagem de 1950) Em funcionamento (mensagem de 1953)
Gararu	Grupo Escolar Monsenhor Rangel	Em funcionamento (mensagem de 1954)
Itabaiana	Grupo Escolar Guilhermino Bezerra	Aparece na mensagem de 1936
Itabaianinha	<b>Grupo Escolar Rural Olímpio Campos</b>	<b>Construído (mensagem de 1950)</b> <b>Em funcionamento (mensagem de 1953)</b>
Itaporanga D'Ajuda	Grupo Escolar Rural Felisbelo Freire	Construído (mensagem de 1951) Em funcionamento (mensagem de 1953)
Japaratuba	Grupo Escolar Senador Gonçalo Rollemberg	Em funcionamento (Departamento de Inspeção Escolar- década de 1940)

MUNICÍPIOS	DENOMINAÇÃO	ANO DE INAUGURAÇÃO OU CONSTRUÇÃO
Japoatã	Grupo Escolar Rural Josino Menezes	Construído (mensagem de 1950) Em funcionamento (mensagem de 1953)
Lagarto	<b>Grupo Escolar Sylvio Romero</b>	<b>Em funcionamento (mensagem de 1930)</b>
Laranjeiras	Grupo Escolar João Ribeiro	Aparece na mensagem de 1936
Maruim	Grupo Escolar Padre Dantas	Em funcionamento em 1940 (narrativa da professora Sônia de Souza Maynart)
Muribeca	Grupo Escolar Rural (não nomeado na mensagem analisada)	Em fase de conclusão (mensagem de 1953)
Nossa Senhora das Dores	Grupo Escolar Rural General Calasans	Construído (mensagem de 1950) Em funcionamento (mensagem de 1953)
Nossa Senhora da Glória	Grupo Escolar (não nomeado na mensagem analisada)	Em funcionamento (mensagem de 1954)
Neópolis	Grupo Escolar Olympio Campos	Em funcionamento (mensagem de 1930)
Propriá	Grupo Escolar João Fernandes de Brito	Em funcionamento (mensagem de 1930)
Propriá	Grupo Escolar Rural Graccho Cardoso	Em construção (mensagem de 1951) Em funcionamento (mensagem de 1953)
Riachão do Dantas	<b>Grupo Escolar Rural Lorival Fontes</b>	<b>Em construção (mensagem de 1954)</b>
Riachuelo	Grupo Escolar Francisco Leite	Aparece na mensagem de 1936
Ribeirópolis	Grupo Escolar Rural Abdias Bezerra	Em construção (mensagem de 1951) Em funcionamento (mensagem de 1953)
Rosário do Catete	Grupo Escolar Leandro Maciel	Obras públicas (mensagem de 1952)
Salgado	<b>Grupo Escolar Rural Alencar Cardoso</b>	<b>Em funcionamento (mensagem de 1954)</b>
Santa Luzia do Itanhy	<b>Grupo Escolar Rural Comendador Calazans</b>	<b>Em fase de conclusão (mensagem de 1953)</b>
Santa Rosa de Lima	Grupo Escolar Dr. Eldézio Vieira de Melo	Entregue (mensagem de 1959)
São Cristóvão	Grupo Escolar Vigário Barroso	Em funcionamento (mensagem de 1930)
Simão Dias	<b>Grupo Escolar Fausto Cardoso</b>	<b>Em funcionamento (mensagem de 1930)</b>
Siriri	Grupo Escolar José Joaquim Barbosa	Em funcionamento (mensagem de 1954)
Tobias Barreto	<b>Grupo Escolar Tobias Barreto</b>	Construído (Relatório da Instrução Pública, 1943)

**Fonte:** Quadro elaborado a partir das Mensagens de governadores do Estado de Sergipe emitidas entre os anos de 1930-1960.

O quadro anterior reúne os grupos escolares relacionados às mensagens de governadores, relatórios de diretores da instrução pública, lista de escolas primárias emitidas pelo Departamento de educação e narrativas de professores tomadas neste trabalho como fontes de pesquisa. A partir de tais documentos, encontramos 43 grupos escolares “construídos” por todo estado de Sergipe entre os anos de 1930 e 1960. Dentre eles, quatro grupos escolares fizeram parte da região do centro-sul e seis grupos no território do sul. Os grupos escolares que fizeram parte das regiões analisadas, de acordo com as fontes estudadas foram:

**Quadro 6** – Grupos escolares que foram construídos nas regiões do centro e sul sergipano (1930-1960)

NOME DO GRUPO ESCOLAR	DATA DE CRIAÇÃO	CIDADE ONDE SE LOCALIZOU	GOVERNO QUE FOI CONSTRUÍDO	SITUAÇÃO ATUAL DO PRÉDIO
Grupo Escolar Fausto Cardoso	Construído em 1924	Simão Dias	Maurício Graccho Cardoso (1922-1926)	Atualmente funciona como Escola Estadual Fausto Cardoso
Grupo Escolar Sylvio Romero	1924	Lagarto	Maurício Graccho Cardoso (1922-1926)	O prédio ainda existe, mas está inativo
Grupo Escolar Tobias Barreto	1943	Tobias Barreto	Augusto Maynard Gomes (1942-1945)	Atualmente funciona como Escola Estadual Tobias Barreto
Grupo Escolar Lourival Fontes	1953	Riachão do Dantas	<u>Arnaldo Rollemberg Garcez</u> (1951-1955)	Atualmente funciona como Escola Estadual Lourival Fontes
Grupo Escolar Olympio Campos	1950	Itabaianinha	José Rollemberg Leite (1947-1951)	Atualmente funciona como Colégio Estadual Olympio Campos
Grupo Escolar Manuel Bonfim	1953	Araúá	<u>Arnaldo Rollemberg Garcez</u> (1951-1955)	Atualmente funciona como Colégio Estadual Manuel Bonfim
Grupo Escolar Severiano Cardoso	1926	Boquim	Maurício Graccho Cardoso (1922-1926)	Atualmente funciona como Colégio Estadual Severiano Cardoso
Grupo Escolar Comendador Calazans	1953	Santa Luzia do Itanhy	<u>Arnaldo Rollemberg Garcez</u> (1951-1955)	Atualmente funciona como Colégio Estadual Comendador Calazans
Grupo Escolar Gumersindo Bessa	1923	Estância	Maurício Graccho Cardoso (1922-1926)	O prédio funciona como sede da Diretoria Regional de Educação – DRE’01
Grupo Escolar Alencar Cardoso	1953	Salgado	<u>Arnaldo Rollemberg Garcez</u> (1951-1955)	Atualmente funciona como Colégio Estadual Alencar Cardoso

**Fonte:** Quadro elaborado a partir dos dados disponíveis na Inspeção escolar do estado de Sergipe.

Dos dez grupos escolares encontrados em documentos oficiais, apenas os Grupo Escolares Sylvio Romero, Manoel Bonfim, Severiano Cardoso, Fausto Cardoso e Tobias Barreto, foram rememorados pelos professores entrevistados. Fossem como alunos ou professores, alguns dos sujeitos narraram sobre estes grupos escolares, rememorando suas arquiteturas suntuosas e por muitas vezes simples; seus objetos escolares; o corpo docente; os alunos que dele fizeram parte; os livros utilizados; as disciplinas ministradas; as brincadeiras no recreio; o tempo escolar e os métodos de ensino.

Por motivos econômicos, políticos ou, como estratégias de distribuição para melhor atender às demandas do estado, há que se considerar que a presença dos grupos escolares em cidades do interior atribuía ao local um destaque diante dos outros municípios, pois a presença da escola graduada simbolizava e evidenciava que ali deveriam ser disseminados os ideais republicanos. Esse destaque foi capaz, segundo o presidente do estado Manoel Correia Dantas, de atrair para o Grupo Escolar Gumersindo Bessa, localizado na cidade de Estância no ano de 1930, o qual tinha “[...] 157 alunos, enquanto uma escola particular possuía apenas 19” (Sergipe, 1930).

Entretanto, há evidências, como a narrativa da professora Josefa Santana da Silva, de 84 anos de idade, que revelam a necessidade de outros tipos de escolas para que a demanda da cidade de Lagarto na década de 1930 fosse atendida. De acordo com a entrevistada, apesar do “Grupo ser de graça e uma escola tradicional [...] para se ter uma vaga naquela época era um ‘serviço’”. Por isso, na década de 1930 existiram, em consonância com o Grupo Escolar Sylvio Romero, outros tipos de escolas, que muitas vezes eram bem mais acessíveis e próximas da população. Ela explica que esse “serviço” era por conta da dificuldade que os alunos enfrentavam para encontrar vagas no grupo escolar, não restando alternativa, a não ser, estudar em escolas particulares, como as de

“dona Filomena, dona Cecília e Seu Cazuzá”, que eram irmãos, ou das “professoras Josefa e Elvira”, estas últimas onde a professora estudou o primeiro e segundo ano primário.

A forma como foi apresentada a necessidade de expansão e melhoria dos grupos escolares, bem como o aumento do número geral de matrículas, sugere que há uma relação intrínseca e mútua entre as escolas graduadas e a demanda atingida. Isso porque os grupos escolares foram escolas que abrigaram um contingente superior de alunos que as escolas isoladas e, mesmo que não atingissem a demanda, funcionaram como mecanismo de expansão de vagas. Entretanto, há que se considerar que a presença significativa de outros tipos de escolas, como as isoladas e de iniciativa particulares, também contribuiu, senão foi essencial, para expandir o ensino, como as apresentadas no quadro abaixo:



**Quadro 7** – Nomes dos professores entrevistados e as escolas primárias onde estudaram e ensinaram

NOME DO ENTREVISTADO (A)	NOME DE ESCOLA PRIMÁRIA ONDE ESTUDOU	MODALIDADE DE ESCOLA	PERÍODO EM QUE ESTUDOU
ACINETE ALMEIDA BISPO	Escola da professora Carmita Moreira / Salgado	Escola Pública Municipal	1940...
	Escola Estadual Rural em Água Fria / Salgado	Escola Pública Estadual	... 1950
AMARILES GOMES MOURA <sup>1</sup>	Escola Particular da professora Lurdes Souza / Arauá	Escola Pública Municipal	1950 – 1955
	Grupo Escolar Manoel Bonfim / Arauá	Escola Pública Estadual	1950 – 1955
ANA RODRIGUES DE MENEZES	Escola Municipal Doutor Josias Machado / Lagarto	Escola Pública Municipal	1934 – 1935
	Grupo Escolar Sylvio Romero / Lagarto	Escola Pública Estadual	1936 – 1937
	Escola Municipal Doutor Josias Machado / Lagarto	Escola Pública Municipal	... 1963 <sup>2</sup>
ANTÔNIO BARROS VASCONCELOS <sup>3</sup>	Escola da “Aviação Férrea Federal Leste Brasileira” / Boquim	?	1950 – 1955
CORDÉLIA DO NASCIMENTO COSTA	Colégio Sagrado Coração de Jesus / Estância	Escola Particular	1937 – 1946
	Colégio Estadual Gumersindo Bessa / Estância	Escola Pública Estadual	1951 – 1990
ELEONORA LEITE PEREIRA	Colégio Sagrado Coração de Jesus / Estância	Escola Particular	1937 – 1947
	Escola Municipal Dom Quirino / Estância	Escola Pública Municipal	1948 – 1996 <sup>4</sup>
ELIENALDA SOUZA REIS	Escola Municipal da Professora Zena Alves da Costa/Indiaroba	Escola Pública Municipal	1935 – 1937
	“Escola Rural” / Indiaroba	?	1955 – 1985

1 Sua carreira docente teve início no Grupo Escolar Severiano Cardoso a partir da década de 1960.

2 A entrevistada não se lembra de nenhuma data específica, contudo foi possível perceber, a partir de seus diplomas, que ela começou a ensinar na Escola Municipal Doutor Josias Machado muitos anos antes de 1963.

3 O período na docência do professor, ainda atuante, Antônio Barros Vasconcelos, que dentre outros espaços ensinou no Grupo Escolar Severiano Cardoso, não corresponde ao período da pesquisa.

4 A entrevistada ensinou em outras escolas tanto estaduais como particulares, contudo não condizem ao recorte cronológico dessa pesquisa.

NOME DO ENTREVISTADO (A)	NOME DE ESCOLA PRIMÁRIA ONDE ESTUDOU	MODALIDADE DE ESCOLA	PERÍODO EM QUE ESTUDOU
JANICE SANTOS SILVA	Escola Isolada Nº 1 / Arauá	Escola Pública Estadual	1942 – 1945
	Banca Escolar/Arauá	Escola Particular	1946
JANETE AGUIAR DE SOUZA CRUZ <sup>5</sup>	Escola Isolada da professora Galdino Silva	Escola Pública Municipal	1946 – 1948
JOSÉ WALTER LEONIDIO DA SILVA <sup>6</sup>	Escola Municipal Maria Cotia Sales / Tomar do Geru	Escola Pública Municipal	1937 – 1941
JOSEFA DE ANDRADE FONTES	Grêmio Escolar Serrano / Itabaianinha	Escola Particular	1929 – 1933
	Escola da Fazenda Riacho do Boi / Itabaianinha	Escola Pública Municipal	?
	Escola Rural do povoado Botequim / Santa Luzia do Itanhy	Escola Pública Estadual	1953 – 1967
JOSEFA MARIA DA CONCEIÇÃO	Escola Municipal da Professora Zena Alves da Costa / Indiaroba	Escola Pública Municipal	1935 – 1942
	Instituto Estanciano de Ensino Professor Azarias Alves dos Santos / Estância	Escola Particular	1935 – 1942
	Escola Rural Povoado de Terra Caída / Indiaroba	Escola Pública Estadual	1959 – 1984
JOSEFA SANTANA DA SILVA	Escola Particular/Lagarto	Escola Particular	1943
	?	Escola pública Estadual	1944 – 1948
	Escola Estadual do povoado Várzea dos Cágados / Lagarto	Escola Pública Estadual	1947...
JOSEFINA BATISTA HORA	Escola Isolada Soldadinho de Chumbo / Umbaúba	Escola Pública Municipal	1935...
	Escola Rural/Umbaúba	Escola Pública Estadual	1955

5 A entrevistada cursou o terceiro ano primário no Colégio São Francisco de Assis, em Salvador, Estado da Bahia. Em seguida, concluiu o ensino primário como aluna semi-interna no Colégio Angelorum, no Rio de Janeiro.

6 O professor José Walter Leonidio dos Santos começou sua carreira como professor na Escola Municipal Lopes, no ano de 1969.

NOME DO ENTREVISTADO (A)	NOME DE ESCOLA PRIMÁRIA ONDE ESTUDOU	MODALIDADE DE ESCOLA	PERÍODO EM QUE ESTUDOU
LAUDICÉIA RODRIGUES CERQUEIRA	Escola Isolada Nº 1 / Arauá	Escola Pública Municipal	1942 – 1946
	Escola da Fazenda Lagoa de Dentro / Arauá	Escola Pública Municipal	1948 – 1950
	Grupo Escolar Manoel Bonfim / Arauá	Escola Pública Estadual	1951...
LINDINALVA OLIVEIRA DE SANTANA	Escola Pública Nº 3 / Tomar do Geru	Escola Pública Estadual	1947 – 1952
	Escola Isolada / Tomar do Geru	Escola Pública Municipal	1957 – 1992
LUZIA HONÓRIA DOS SANTOS <sup>7</sup>	Escola Isolada Joaquim Cardoso de Araújo / Salgado	Escola Pública Municipal	1942 – 1964
MARIA AUXILIADORA DE OLIVEIRA <sup>8</sup>	Grupo Escolar Tobias Barreto	Escola Pública Estadual	1949 – 1953
	Colégio Patrocínio de São José	Escola Particular	1958 – 1962
MARIA COSTA GÓIZ <sup>9</sup>	Grêmio Escolar Serrano / Itabaianinha	Escola Particular	1934 – 1939
MARIA DO CARMO FONTES SILVA	Grêmio Escolar Serrano / Itabaianinha	Escola Particular	1944
	Escola Rural do Povoado Carnaíba / Riachão do Dantas	Escola Pública Estadual	1955 – 1964
MARIA DOS SANTOS SANTANA	Escola da Fazenda Flor do Rio / Pedrinhas	Escola Particular	1945
	Escola Municipal Padre Arnaldo da Conceição / Pedrinhas	Escola Pública Municipal	1956...
MARIA EURIDES DA SILVA	Escola Pública Nº 1 / Itabaianinha	Escola Pública Municipal	1938 – 1941
	Banca Escolar / Itabaianinha	Escola Particular	1945 – 2002

7 A professora Luzia Honória dos Santos ingressou na Escola Rua da Bahia, onde cursou o primário entre 1925 e 1929.

8 A professora Maria Auxiliadora começou sua carreira como professora no ano de 1963 no Grupo Escolar Tobias Barreto, onde estudou o primário.

9 A professora Maria Costa Góiz, ensinou no Jardim de Infância Santa Joana, entre os anos de 1977-2002.

10 Maria Isabel dos Santos ingressou na escola isolada da professora "Alice", aos sete anos de idade, no município de Altamira, Estado da Bahia.

11 A professora Olda do Prado Dantas iniciou o primário no ano de 1919, na Escola Isolada Monsenhor Dalton. No ano de 1925, inicia o curso normal Instituto Ponte Nova, no estado da Bahia, retornando à sua cidade natal em 1934.

NOME DO ENTREVISTADO (A)	NOME DE ESCOLA PRIMÁRIA ONDE ESTUDOU	MODALIDADE DE ESCOLA	PERÍODO EM QUE ESTUDOU
MARIA ISABEL DOS SANTOS <sup>10</sup>	Escola da Fazenda Curvelo / Umbaúba	Escola Pública Municipal	1942...
MARIA LITA SILVEIRA	Escola da Fazenda Paiaí / Cristinápolis	Escola Particular	1948 – 1950
	Escola da Fazenda Major / Umbaúba	Escola Pública Municipal	1958...
MAURA FONTES HORA	Escola Isolada da Professora Maurita / Cristinápolis	Escola Pública Municipal	1942 – 1946
	Escola Isolada / Umbaúba	Escola Pública Municipal	1947 – 1977
OLDA DO PRADO DANTAS <sup>11</sup>	Escolas Reunidas Augusto Maynard / Simão Dias	Escola Pública Estadual	1934
	Grupo Escolar Fausto Cardoso / Simão Dias	Escola Pública Estadual	1938 – 1960
RAIMUNDA ALVES DOS SANTOS	Escola Particular Nossa Senhora da Conceição/Poço Verde	Escola Particular	1936 – 1940
	Escola Particular / Simão Dias	Escola Particular	1941...
	Escola Particular / Poço Verde	Escola Particular	1947
	“Escola Rural do Cruzeiro” / Poço Verde	Escola Pública Estadual	1960 – 1987
RAIMUNDA MARIA DE JESUS	Escola Municipal Baixa da Jurubeba / Tobias Barreto	Escola Pública Municipal	1936 – 1941
	Escola Municipal Pedro Garipal / Tobias Barreto	Escola Pública Municipal	1947...
RISONEUMA SOARES FEITOSA <sup>12</sup>	Grupo Escolar Severiano Cardoso / Boquim	Escola Pública Estadual	1955 – 1959
	Ginásio Santa Terezinha / Umbaúba	Escola Particular	1960 – 1964
RIVANDA ALVES DE OLIVEIRA CABRAL	Grêmio Escolar Serrano / Itabaianinha	Escola Particular	1944 – 1951
	Grêmio Escolar Serrano / Itabaianinha	Escola Particular	1951 – até os dias atuais

12 A professora Risoneuma Soares Feitosa ensinou no Grupo Escolar Antônio Garcia Filho em 1976.

As escolas primárias presentes nas lembranças dos professores entrevistados suscitam desdobramentos diferentes dos revelados, principalmente, pelas mensagens de governadores do estado. Isso porque é “por meio da memória do entrevistado que se pode trazer à tona a presença do passado, esse que será analisado conforme o concebido por quem viveu, a recuperação do vivido conforme a apropriação ou os significados atribuídos por quem o vivenciou” (Alberti, 2004, p. 35).

Foi por meio das vivências dos entrevistados, como observamos no quadro acima, que foram evidenciados tipos de escolas não destacadas nos discursos políticos, haja vista sua precariedade física e material, seu funcionamento em dois turnos, envolvendo uma única professora, e suas turmas lotadas de alunos. Tais escolas criticadas, mas presentes nos territórios e necessárias – pois atendiam a um número significativo de alunos – compuseram o cenário revelando uma coexistência de modelos de instituições educativas primárias que divergiam do conceito de escola presente no projeto republicano de educação.

Sobre a existência das escolas isoladas, escolas reunidas e dos grupos escolares, a professora Olda do Prado Dantas, lembrou do tempo em que foi aluna e professora nesses tipos de escolas, presentes na cidade de Simão Dias, desde a década de 1920. Com 103 anos, a professora Olda ainda rememora que foi na sua própria casa, que funcionava como uma escola isolada do município, e tendo sua mãe como professora, que aprendeu as primeiras letras. Terminado o primário, ingressou no ano de 1925 no curso normal do Instituto Ponte Nova no estado da Bahia<sup>2</sup>, retornando à sua cidade natal em 1934. Logo que terminou o curso normal, “o doutor Marcos Ferreira reuniu as escolas das casas e botou em um prédio só”. Essa escola chamou-se recebeu o nome de Escolas Reunidas Augusto Maynard, onde a professora Olda passou a lecionar

2 O Instituto Ponte Nova, localizado na cidade de Wagner/BA, está situado a 529 km de distância da cidade de Simão Dias.

a partir do ano de 1934. Quatro anos depois, passou a ser professora no Grupo Escolar Fausto Cardoso, na cidade de Simão Dias, onde permaneceu até a sua aposentadoria na década de 1960.

Assim como o Grupo Escolar Fausto Cardoso, onde a entrevistada Olda do Prado Dantas ensinou, as escolas particulares também foram consideradas estabelecimentos de ensino primário oficial, essas, constantemente ressaltadas nas mensagens de governadores do estado e nas listas de escolas primárias emitidas pelo departamento de educação. Segundo o Decreto-Lei nº 1.058, de 31 de agosto de 1946, para que os estabelecimentos particulares de ensino primário pudessem funcionar seria necessário:

[...] registro prévio, mediante o preenchimento das seguintes condições: a) prova de ser o estabelecimento dirigido por brasileiro nato; b) prova de saúde e de idoneidade moral, social e técnica das pessoas encarregadas da administração e do ensino; c) prova de que as instalações de ensino atendem às exigências higiênicas e pedagógicas, para os cursos que pretendem ministrar; d) adoção do plano de estudos e organização didática estabelecida no regulamento estadual do ensino primário (Brasil, 1946).

Diferente das escolas particulares, que à época deveriam atender à Lei 1.058/1946, as bancas escolares e escolas das fazendas (ambas de iniciativas particulares), eram espaços precários onde o ensino do ler, escrever e contar se fazia por meio de planos de aulas organizados a partir dos saberes do professor. Segundo Santos e Silva (2012), a partir de estudos já ressaltados, as bancas escolares podem ser entendidas como “uma educação doméstica, de iniciativa particular, sem qualquer vínculo com o poder público e que usava como mobiliário e espaço escolar os móveis e a casa da professora” (Santos; Silva; 2012). A banca escolar da professora Janice, na cidade de Arauá, por exemplo, tinha o papel de reforçar os assuntos aprendidos na escola primária “oficial”, onde o aluno estudava em turno contrário ao da banca escolar. Já a banca esco-

lar da professora Maria Eurides da Silva, na cidade de Itabaianinha, era considerada pela professora como “uma escola”, pois o “aluno entrava no Abc e saía na terceira, quarta série. Só iam para o Grupo tirar o diploma”.

As escolas da fazenda também podem ser consideradas de iniciativa particular se levarmos em consideração que cobrar uma quantia para, em sua própria residência, ofertar o ensino primário, seria uma estratégia que viabilizava o ensino. Na Escola da Fazenda Flor do Rio, por exemplo, onde a professora Maria Santos Santana cursou parte do ensino primário, era necessário pagar uma quantia de “cinco mil reis” para estudar. Na Escola da Fazenda Lagoa de Dentro, onde a professora Laudicéia Rodrigues Cerqueira começou a sua carreira como docente, seus alunos “eram os filhos dos fazendeiros”. Havia uma relação estreita entre ela, enquanto professora, e os pais dos alunos, pois, como lembra, “o dono da fazenda me arranhou umas cadeiras [...] e a esposa dele, a dona da fazenda, comprou livros para os filhos e comprou para os que não eram filhos”. Esse incentivo material dado pelos fazendeiros pode evidenciar o que Vidal e Faria Filho (2000) consideram como escolas particulares e/ou domésticas. Para os autores, tais escolas,

[...] utilizavam-se de espaços cedidos e organizados pelos pais das crianças e jovens aos quais os professores deveriam ensinar. Não raramente, ao lado dos filhos e/ou filhas dos contratantes vamos encontrar seus vizinhos e parentes. O pagamento do professor era de responsabilidade do chefe de família que o contratava, em geral um fazendeiro (Faria Filho; Vidal, 2000, p. 21).

Sejam escolas da fazenda, escolas domésticas ou bancas escolares, o que chamou a atenção foram as diferentes configurações com que a iniciativa particular, presente em todas elas, se caracterizou. Seja partindo dos pais dos alunos, ou de um fazendeiro. O que se pode considerar é que há evidências de que no centro

e sul do estado de Sergipe existiam escolas primárias de iniciativas particulares sediadas em prédios impróprios, com professores não formados e com ausência de fiscalização governamental, sem observar os requisitos que por lei deveriam ser cumpridos. Assim, por estarem à revelia dos critérios estabelecidos por atos normativos, tais escolas de iniciativa particular funcionavam, mas não faziam parte das redes de ensino particulares apresentadas nas listas de escolas primárias de todo o estado.

Seja qual for a modalidade, o fato é que, segundo as narrativas, havia possibilidades para que as escolas de iniciativa pessoal pudessem se tornar públicas. Sobre isso, a professora Lindinalva Oliveira de Santana, residente na cidade de Tomar do Geru, lembra que o município realizou esforços para incluir a sua escola doméstica, a princípio criada e mantida pela professora e pelos pais dos alunos em sua residência, no quadro de escolas públicas. A entrevistada lembra que, por volta do ano de 1957, os pais dos alunos foram à sua casa pedir para que ela abrisse uma escola. Assustada com o pedido, ela lembra que se indagou: “como vou abrir essa escola se não tem colégio [espaço] aqui?” Os pais então sugeriram que ela usasse o “salãozinho” que tinha na sua casa. Depois de “falar com seu esposo”, decidiu aceitar. Com a ajuda dos pais dos alunos, ela começou a materializar sua escola. O primeiro passo foi procurar um “carpinteiro” para que com “os pedacinhos de pau [madeira] que ele tivesse, pudessem ser feitos os acentos e as tábuas para os alunos colocarem no colo e fazerem uma banquinha para escrever”. Após três anos “ensinando dessa forma”, a professora Lindinalva realizou um “teste” para ingressar no quadro de professoras primárias do município. Logo que foi aprovada, ela lembra que:

Na segunda-feira minha filha, agora aí encheu a casa! As mães inventaram assim, vai entrar o mês de maio, nós vamos fazer novenas com leilões para arrumar alguma quantia pra nós comprar bancos, mesas, tudo que for necessário. Aí as mães se juntaram, se reuniram pra com-

prar cadeiras, bancos, mesa, mandou fazer quadros que a prefeitura não disponibilizava. Depois chegou a merenda, aí eu tinha que ser professora e merendeira. E vinha pegar aqui ainda [sede da cidade de Tomar do Geru], nem mandar pra lá não vinha não. Nesse tempo quem era a coordenadora, a supervisora, diretora eram as de Estância. Quando a gente pensava que não, olhava um jipe! Era de jipe que elas vinham para assistir na hora da merenda se aquela merenda estava competente para as crianças. Eu digo, olha ali vem a fiscalização. Na hora que ela chegar aqui vocês levantem e saúdem elas. Mesmo ensinando pelo município eu dava aulas dentro de casa. Dentro da minha casa ainda trabalhei para o município 17 anos (Lindinalva Oliveira de Santana, 2011).



As lembranças da professora Lindinalva evidenciam que, ao se tornar professora do município, a sua escola de iniciativa particular, que atendia a um número considerável de alunos ao mesmo tempo em que funcionava em uma localidade onde não existiam outros tipos de escolas, passou a ser subsidiada e fiscalizada pelo município. Mesmo em condições físicas e materiais precárias, pois utilizava como espaço um cômodo da casa da professora e mobília fruto de “leilões e novenas” organizadas pelos pais dos alunos, a escola de iniciativa pessoal da professora Lindinalva passou a ser reconhecida, logo após a sua contratação, como Escola Municipal Isolada.

## Conclusão

Por meio da (des)construção do instituído e do vivido foram identificados 7 tipos de escolas primárias existentes no território do centro e sul sergipano. Na primeira metade do século XXI, foram identificadas 13 escolas isoladas; cinco grupos escolares; duas bancas escolares; três escolas da fazenda; três escolas particulares; uma escola reunida e dois colégios particulares.

Sede privilegiada de uma multiplicidade de ações e produto de modos de educar reinventados a partir do cotidiano, a escola pri-

mária do centro-sul sergipano caracterizou-se por aspectos que ora atendiam às normas estabelecidas por reformas educativas, ora atendiam às condições e necessidades dos sujeitos da escola. Vale ressaltar, em uma época que o discurso político dispunha que as escolas deveriam ter prédios próprios e apropriados para o ensino, professores com formação adequada, fiscalização por meio de inspetores e diretores, a aprendizagem das primeiras letras ainda se dava em prédios improvisados nas casas de famílias, com recursos materiais insuficientes e programas de ensino não observados.

O que se pode perceber é que tais escolas, precárias e impróprias para o ensino, ficavam à sombra de discursos políticos que buscavam evidenciar que o governo estava tentando seguir a ideia de que era preciso construir grupos escolares e, por meio deles, aumentar significativamente o número de alunos matriculados. Isso porque, eles perfaziam o tipo de escola ideal para a propagação das primeiras letras, pois para além de menos dispendiosos, se comparados às escolas isoladas, eles reuniam métodos eficazes, professores qualificados, espaço apropriado e material didático condizente às necessidades de aprendizagem do aluno. Essa pode ser uma razão pela qual os grupos escolares presentes no estado de Sergipe tiveram um destaque em todas as mensagens de governadores analisadas.

Os sete tipos de escolas identificadas nesta pesquisa existiram ora em consonância, ora em desacordo com propostas educativas da época. Foram projetos de expansão das escolas primárias que tinham como instituições ideais os grupos escolares, durante todo o período analisado. A partir de 1947, as escolas rurais foram desenvolvidas ao passo em que escolas precárias em mobília e material didático, sem prédio próprio e com professores que começaram a atuar sem formação específica, sobreviveram às propostas de mudanças e ao tempo. As narrativas de alunos e professores revelaram que a permanência desses tipos de escolas não foi algo aleatório,

mas esteve atrelado a uma demanda a ser cumprida, metas a serem alcançadas, inviabilidades financeiras, políticas, demográficas e condições culturais dos sujeitos envolvidos diretamente neste processo. Apesar de fadadas à substituição e ao desaparecimento, pois suas condições físicas e materiais não poderiam atender aos requisitos de uma cultura escolar escolanovista – que instituiu normas a inculcar, condutas a ensinar, métodos que garantissem a viabilização e agentes para obedecê-las, “escolas isoladas”, “escolas da fazenda”, “bancas escolares” e “colégios particulares” – contribuíram para um modelo heterogêneo de escolarização, em que coexistiram matrizes antigas e novos tipos de escolas durante as décadas do século XIX nos territórios do centro e sul sergipano.

## REFERÊNCIAS



241

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Primário. Brasil: 1946.

SANTOS, Laísa Dias; SILVA, Rony Rei do Nascimento. **Dos castigos e da disciplina**: práticas escolares no território sul sergipano. Interfaces Científicas-Educação. V.1, p.77-87, 2012.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da modernidade**: arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926). São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

SOUZA, Rosa Fátima de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre os grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves. (org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006.

## FONTES ORAIS

BISPO, Acinete Almeida. Entrevista concedida a Joaquim Francisco Soares Guimarães e Rony Rei do Nascimento Silva, em 17 de agosto de 2012, Umbaúba/SE.

CABRAL, Rivanda Alves de Oliveira. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 11 de julho de 2011, Itabaianinha/SE.

CERQUEIRA, Laudicéia Rodrigues. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 7 de junho de 2011, Arauá/SE.

COSTA, Cordélia do Nascimento. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 17 de maio de 2012, Estância/SE.

CONCEIÇÃO, Josefa Maria da. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 20 de julho de 2011, Santa Luzia do Itanh/SE.

DANTAS, Olda do Prado. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 20 de setembro de 2012, Simão Dias/SE.

FONTES, Josefa de Andrade. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos, em Itabaininha/SE



242



GÓIZ, Maria Costa. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 28 de outubro de 2011, Itabaianinha/SE.

HORA, Josefina Batista. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 15 de setembro de 2012, Umbaúba/SE.

HORA, Maura Fontes. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 11 de fevereiro de 2012, Umbaúba/SE.

JESUS, Raimunda Maria de. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 12 de maio de 2012, Tobias Barreto/SE.

MENEZES, Ana Rodrigues de. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 5 de dezembro de 2012, Lagarto/SE.

MOURA, Amariles Gomes. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 19 de junho de 2012, Umbaúba/SE.

MOURA, Maria Zuleide. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 10 de agosto de 2013, Capela/SE.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora de. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 2 de julho de 2015, Tobias Barreto/SE.

PEREIRA, Eleonora Leite. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 20 de janeiro de 2012, Estância/SE.

REIS, Elienalda Souza. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 21 de julho de 2011, Indiaroba/SE.

SANTOS, José Walter Leonidio dos. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 7 de junho de 2011, Tomar do Geru/SE.

SANTOS, Luzia Honória dos. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 4 e 5 de julho de 2011, Salgado/SE.

SANTOS, Maria Isabel dos. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 15 de setembro de 2011, Umbaúba/SE.

SANTOS, Raimunda Alves dos. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 30 de novembro de 2012, Poço Verde/SE.

SANTANA, Lindinalva Oliveira de. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 20 de maio de 2011, Tomar do Geru/SE.

SANTANA, Maria dos Santos. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 18 de janeiro de 2012, Pedrinhas/SE.



243

SILVA, Janice Santos. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 7 de julho de 2011, Arauá/SE.

SILVA, Josefa Santana da. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 13 de dezembro de 2012, Lagarto/SE.

SILVA, Maria do Carmo Fontes. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 9 de outubro de 2012, Riachão do Dantas/SE.

SILVA, Maria Eurides da. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 27 de outubro de 2011, Itabaianinha/SE.

SILVEIRA, Maria Lita. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 09 de agosto de 2012, Umbaúba/SE.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 2 de julho de 2015, Tobias Barreto/SE.

VASCONCELOS, Antônio Barros. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 7 de março de 2012, Boquim/SE.

# DE FRENTE PARA O RIO, NA VANGUARDA DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA SERGIPANA

Danielle Virginie Santos Guimarães Marinho

**Figura 21** - Vista aérea do prédio que sediou o Grupo Escolar Barão de Maruim, atual CULTART/UFS



❁  
244  
❁

**Fonte:** Reprodução de fotografia digital, de autoria da DIPRO/UFS. Disponível em: <https://www.ufs.br/conteudo/65483-inteira-mente-reformado-predio-do-cultart-sera-entregue-em-breve>. Acesso em: 26 fev. 2022.

Quando o prédio encarou o rio, o cenário restou completo. Não que aquilo fosse uma novidade em arquitetura, mas em determinados momentos históricos, a consideração do entorno para emoldurar uma edificação criou monumentos especiais que se constituem até hoje em verdadeiros cenários, geralmente deslumbrantes, nos quais natureza, construções, tradições, arte e

rotina humana se fundem e se invadem, compondo relevantes paisagens culturais. Incluo o edifício do atual Centro de Cultura e Arte da Universidade Federal de Sergipe (Cultart / UFS) nesse *hall*.

Concluído em 1917, originalmente para sediar o Grupo Escolar Barão de Maruim, o seu destino sempre foi a educação. Fechada a escola, tornou-se Faculdade de Direito de Sergipe em 1950, funcionando desta forma até 1980, quando passou a abrigar o setor da UFS. Em 1981, após o reconhecimento de seu valor arquitetônico e a percepção da necessidade de ser preservado, foi tombado pelo Governo do Estado, por meio do Decreto nº. 4.989, de 23 de abril.

Neste artigo, o olhar está centrado na estrutura do Grupo Escolar Barão de Maruim (1917- 1950), com o objetivo de entender o que ele comunica a partir da leitura semiótica de sua fachada. Porém, para compreender no campo da História da Educação a complexidade das relações estabelecidas diante do que a interpretação indicou, abri as portas, entrei no prédio e busquei a história daquele espaço de escolarização primária da primeira metade do século XX.

Fundamentaram este exercício, aqueles que, antes de mim, acessaram esse objeto e construíram seus próprios processos de produção de sentido, a exemplo de Santos (2009) e Nascimento (2006). Sobre Grupos Escolares, diálogo com os estudos de Vidal (2006), Souza & Faria Filho (2006) e Veiga (2007). A semiótica peirciana é a abordagem utilizada para a compreensão do potencial comunicativo da arquitetura do Grupo Escolar Barão de Maruim, com base em Peirce (2015), Queiroz (2009) e Neiva (1993), sendo este último autor a base para o estabelecimento do diálogo entre História e Semiótica.

## Linhas gerais sobre as bases de análise

Ao analisar aspectos da arquitetura do Grupo Escolar Barão de Maruim, este artigo o entende enquanto *signo*, que na concepção da semiótica (Peirce, 2015) pode ser definido por algo que representa alguma coisa para alguém. O processo de significação (*semiose*), ao permitir o estabelecimento de relações interpretativas mais amplas, possibilita a percepção de outros movimentos de atribuição de sentido. A condição infinita em que a *semiose* ocorre, uma vez que a interpretação de um signo produz um novo signo, desencadeia peças informacionais e históricas que vão ampliando a capacidade comunicativa do objeto de análise.

Assim, as interpretações derivadas do repertório mental do analista somadas àquelas obtidas por meio da lupa histórica, que ao ser posicionada sobre o fenômeno aumenta sua percepção, são estabelecidas inicialmente do encontro entre a Semiótica e a História. De acordo com Neiva (1993, p. 29) “a *semiose* é uma série construída e montada, intencionalmente ou não. É através do processo de *semiose* que os signos adquirem sentido”. Portanto, a *semiose* permite o alcance da historicidade do objeto analisado.

A semiótica estuda os fenômenos que produzem significado e sentido, e se refere a todas as linguagens, podendo ser definida como a doutrina dos signos. Assim explica Peirce (2015, p. 46):

Um signo ou *representâmen* é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado, denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu objeto.

Para exemplificar, pensemos em uma maçã: o desenho de uma maçã, embora represente uma maçã, não é uma maçã (fruto). E

é dessa ilusão que busco dar conta. Estar diante de um objeto de contemplação pode pressupor de imediato o conhecimento do seu significado. Isso acontece porque uma imagem ou objetos tridimensionais, por exemplo, se ofertam aparentemente prontos; o que pode ser um perigo interpretativo. Destarte ressalto: leitura requer interpretação e, neste caso, interpretar é conhecer os meandros da concepção da fachada em questão. Peirce (2015, p. 10) explica que:

Há três tipos de signos indispensáveis ao raciocínio; o primeiro é o signo diagramático ou ícone, que ostenta uma semelhança ou analogia com o sujeito do discurso; o segundo é o índice que, tal como um pronome demonstrativo ou relativo, atrai a atenção para o objeto particular que estamos visando sem descrevê-lo; o terceiro (ou *símbolo*) é o nome geral ou descrição que significa seu objeto por meio de uma associação de ideias ou conexão habitual entre o nome e o caráter significado.

Para a análise do prédio do Grupo Escolar Barão de Maruim, dois pontos que são fundamentais para o estabelecimento das relações de produção e construção são levados em consideração por esta análise: o primeiro diz respeito às percepções estéticas de quem projeta, afinal, quem cria, discursa. Consciente ou não, expressa sua interpretação estética na linguagem artística a ser trabalhada. O segundo ponto é uma condição quase geral em Arquitetura: a interferência daquele que contrata o arquiteto, uma vez que encomendas partem de necessidades de clientes ou usuários.

Analisando Matos *et.al.* (2010, p. 128), depreende-se que os projetos arquitetônicos mediam as relações construídas entre o projetista, o cliente e o construtor, agentes que possuem em seus repertórios pessoais distintas interpretações e percepções acerca de um mesmo signo. Uma vez construída, a obra torna-se parte da paisagem da cidade, adquire infinitos sentidos e proporciona

diferentes sensações nos observadores e usuários. Essas novas percepções geram outras leituras e interpretações, fazendo com que a obra se torne um objeto dinâmico, que gera novos signos a cada vez que é observado.

De acordo com Queiroz (2004) o signo, ou *semiose*, é uma relação entre coisas que podem ser abstraídas da forma de correlatos (termos da relação), constituindo-se assim em um fenômeno que pode ser observado. A semiótica, enquanto método, requer a adoção de operações tricotômicas. Daí surge o exercício de ver – relacionar – mediar (o que será feito a seguir). A segunda tricotomia dos signos tratada por Peirce (2015) denomina o signo por ícone, índice e *símbolo*, definidos acima, e será a base desta análise.

## ❁ ❸ Grupo Escolar Barão de Maruim

248



**Figura 22** - Fachada do prédio que sediou o Grupo Escolar Barão de Maruim, atual CULTART/UFS



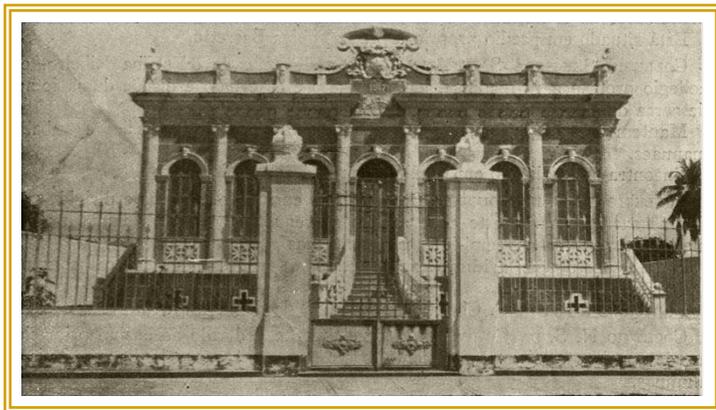
**Fonte:** Reprodução de fotografia digital, de autoria da DIPRO/UFS. Disponível em: <https://www.ufs.br/conteudo/65483-inteiramente-reformado-predio-do-cultart-sera-entregue-em-breve>. Acesso em: 26 fev. 2022.

Edificação. Grande construção que se projeta defronte a um rio. Pé-direito relativamente alto, pavimento único sobre porão visível. Portada central acessada por escadaria convergente, corrimões em balaústre levemente encurvados, que dão sensação de movimento à fachada plana. Seis janelões – três à direita e três à esquerda – arrematados com arcos plenos. Oito colunas jônicas estruturam e adornam o frontispício, além de dividirem-no com rigor e precisão. Planta baixa retangular, que avança para fundo do terreno. Interior acessado por longo corredor central que delimita o espaço das salas distribuídas dos dois lados. Escadarias e corredores externos colaterais que permitem a circulação no prédio pelas salas com abertura.

❁  
249  
❁

Elementos fitomórficos, máscaras, platibanda adornada em contornos orgânicos. O centro da platibanda é decorado com um brasão contendo globo terrestre que coroa a inscrição “Faculdade de Direito”, cravada logo acima da porta. Um importante detalhe: o brasão em questão aparece nas fotografias mais antigas do prédio com as inscrições “1917” e “Grupo Escolar Barão de Maruim”, o que significa que houve uma modificação para receber a Faculdade de Direito, mas o brasão que ornamenta a fachada refere-se ao grupo.

**Figura 23** - Grupo Escolar Barão de Maruim, em 1920



**Fonte:** Reprodução do Album de Sergipe, de Clodomir Silva, 1922.

Todos esses elementos combinados compõem uma fachada eclética. O ecletismo<sup>1</sup> reúne elementos de diferentes movimentos estéticos, formando uma linguagem própria e evidente, que pode ser facilmente identificada como tal, pois os elementos e formas escolhidas geralmente traduzem as principais características desses estilos. Uma forte característica do ecletismo é a sua capacidade discursiva. Principalmente as fachadas das construções que buscam simbolizar as finalidades dos projetos e os objetivos de seus idealizadores.

Por idealizadores, refiro-me a todos os que participam da elaboração do projeto. Eles são os responsáveis pela dimensão cenográfica atribuída à construção. Na fachada do grupo escolar Barão de Maruim, temos as colunas jônicas, marcos do classicismo e neoclassicismo como elementos estruturais/decorativos mais impactantes à primeira vista. Elas contribuem para a divisão racional do espaço e evocam a noção de ordem e proporcionalidade que conduzem à impressão de refinamento estético.

O arco pleno presente no topo das janelas frontais é um elemento muito difundido na arquitetura românica. A teatralidade que emerge da profusão de ornatos, a escadaria e a preocupação com o entorno da edificação sugerem inspiração barroca. *Art Nouveau* também aparece em ornatos orgânicos e naturais (folhagens e ramagens) e no gradil arabesco da bandeira que ornamenta a porta.

Reforço aqui que as escolhas desses elementos não derivam de processos aleatórios ou limitados à afeição estética dos projetistas. Não se trata apenas de questão de gosto, mas também de comunicação. Destarte, cabe a pergunta que surge a partir de inquietações nascidas neste primeiro momento de análise: o que

.....  
1 Annateresa Fabris (1993) estuda o ecletismo como “o cenário da modernização do Brasil”, ao passo em que problematiza o ecletismo nacional ao analisar as condições em que é concebido.

os governantes de Sergipe quiseram comunicar com aquele tipo de arquitetura escolar? As respostas são indicadas a contar dessas relações previamente estabelecidas que mediam um terceiro momento decorrente do aprofundamento dessas relações.

### Um símbolo de poder

A arquitetura eclética brasileira de fins do século XIX e primeiras décadas do século XX não deve ser tratada ou entendida apenas por sua estética dialógica que agrega características de diversos estilos. Para além dessa questão, ela representa o poder de escolha da clientela abastada, bem como de elites dirigentes. Uma reflexão muito oportuna sobre o assunto é trazida por Fabris (1993, p. 5):

Diríamos antes que o ecletismo é um fenômeno mais vasto que requer uma abordagem interdisciplinar na qual se entrecruzem a história das mentalidades e a história da arquitetura com vistas não ao estudo do monumento isolado, mas a uma concepção particular do espaço urbano que deita raízes em ideais como magnificência, expressividade, monumentalidade, com a intenção de glorificar uma ideologia ou uma classe.

A aurora do ecletismo brasileiro é o início do período republicano. Esse processo de reconfiguração do Brasil pode ser lido em monumentos remanescentes ou em traçados urbanos preservados. De acordo com Fabris (1993), a essência do ecletismo quando pensada no contexto brasileiro era problemática, visto que o ecletismo europeu ao revisitar elementos artísticos do passado, o fazia sem maiores questões; o que no Brasil não era possível, uma vez que ao retomar ao passado de nossa produção artística, o que emergiria derivaria da cultura dos povos originários e do barroco nacional, em resumo, de toda produção que antecede à chegada da família real no Brasil.

Essa movimentação seria oposta à concepção de modernidade republicana. Por isso o ecletismo brasileiro retoma elementos de estilos passados europeus.

Os lemas do Brasil republicano são progresso, indústria, capital, modernização. Neles inscreve-se uma noção de prosperidade que oblitera contrastes e conflitos, ao projetar nas criações culturais a vontade de mascarar ou cosmetizar as tensões que caracterizavam o período. [...] País mestiço que se sonha branco, país que começa a experimentar o processo industrial e já se crê plenamente moderno, o Brasil de fins do século XIX deseja romper de vez com o estatuto colonial, projetando-se integralmente num modelo econômico e cultural que lhe permitiria superar de imediato um passado com o qual não se identificava [...] (Fabris, 1993, p.136).



No desenho arquitetônico da fachada do Grupo Escolar Barão de Maruim todas essas questões subjazem. Sergipe inaugurou diversos grupos escolares nas primeiras décadas dos anos 1900. Assim como em outros estados do país, suntuosas edificações foram planejadas para dar corpo aos interesses e às concepções educacionais do período. “A escolarização brasileira se consolida no Regime Republicano” (Veiga, 2007, p. 38). De acordo com a autora, “Os grupos escolares inauguraram uma nova cultura pedagógica. Os prédios foram planejados de acordo com uma concepção de ensino previamente definida [...]” (Veiga, 2007, p. 243).

Representando as expectativas republicanas de modernização, o modelo de construção de grupos escolares que vinha se consolidando por todo o país tinha forte inspiração Paulista<sup>2</sup>. Em Sergipe, de acordo com Nascimento (2006), a implementação dos grupos escolares estava atenta ao que ocorria em outros estados e dialogou com a ideia de modernização pedagógica vigente. Não somen-

.....  
2 C.f.: Souza e Faria Filho (2006) *in*: Vidal (2006).

te a análise arquitetônica dos prédios aponta para a concordância com essa conclusão, bem como as palavras proferidas pelos projetistas dessas obras na ocasião de suas inaugurações são indiciárias de que Sergipe absorveu o discurso da modernidade.

O Jornal Correio de Aracaju, de 08 de julho de 1917 (p. 1), informou que “revestiu-se de grande solenidade o ato de inauguração do Grupo Escolar Barão de Maruim”. O belo edifício localizado no antigo Bairro Presidente Barbosa (atual São José) foi inaugurado com a presença de representantes do poder sergipano, dentre eles o Presidente deste estado, General Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão. Após ser abençoado por Dom José Thomaz, arcebispo de Aracaju, o Dr. Firmo Freire, engenheiro responsável pela obra, discursou: “não tenho a pretensão de ter construído um edifício irrepreensível. Sem embargo, é um prédio cuidadosamente feito, obedecendo aos preceitos pedagógicos” (Correio de Aracaju, de 08 de julho de 1917, p. 1).



O Grupo Escolar Barão de Maruim foi erguido sobre os alicerces do arruinado Asilo Nossa Senhora da Pureza, que teve suas portas fechadas em 1891. O patrono da escola, João Gomes de Mello, o Barão de Maruim, foi o doador do terreno para o orfanato. De acordo com Santos (2009, p.144), dar às instituições escolares o nome de políticos sergipanos não era uma prática isenta: “essa prática visava incentivar o aumento das contribuições particulares à expansão do ensino primário, como também construir uma memória das lideranças políticas locais”.

Sem parâmetro comparativo, uma vez que, infelizmente, não obtive acesso a registros visuais ou narrativos que contemplassem à descrição do orfanato (antiga configuração do prédio), afirmo que naquele dia 7 de julho de 1917, Sergipe recebeu um edifício que possuía elementos marcantes da arquitetura eclética contemporânea e que dialogava com as pretensões educacionais de então – que similarmente possuíam seus elementos ecléticos.

A fachada do Grupo Escolar Barão de Maruim comunica que não somente os alicerces do antigo asilo fundamentam aquele prédio, mas também as bases da concepção de um ensino primário militarizado, situado em um período de tensões bélicas espraiadas pelo mundo, tensões essas que no Brasil caracterizavam-se, dentre outros fatores, pelo papel periférico, coadjuvante e de incertezas sobre nossa atuação no caso de um conflito de grandes proporções.

A percepção inicial descrita anteriormente, de uma fachada estática rigorosamente dividida por oito colunas jônicas que conferem uma sensação de proporcionalidade e elegância, bem como a disposição das janelas, porta e o uso de linhas retas e formas clássicas atribuem racionalidade à construção. Sob o signo do racionalismo, característica predominante na fachada, o prédio foi projetado por um engenheiro militar, Firmo Freire do Nascimento (1881-1967), que atuou como parlamentar em Sergipe e como militar em diversos estados do Brasil; possui uma longa trajetória no exército e sempre ocupou cargos de projeção<sup>3</sup>, até chefiar do gabinete militar da presidência da república durante o governo Getúlio Vargas, entre 1942 e 1945.

Trago aqui alguns excertos do discurso de Firmo Freire na ocasião da inauguração do Grupo Escolar Barão de Maruim. Ao falar sobre o processo de construção do prédio, o engenheiro revela suas concepções pessoais sobre a educação do período, bem como das finalidades de uma escola primária e sobre arte:

Aproveitando os antigos alicerces, procurei dar a divisão que me pareceu mais consertânea com a organização dos grupos escolares: - seis salões, amplos, confortáveis, com pé-direito alto, bem arejados, iluminados, fartamente higienicos, enfim. [...] a fachada principal, em estilo Grego, ornada de columnas jônicas, tem linhas arquitetônicas

3 .....  
Cf. o verbete em seu nome disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/firmo-freire-do-nascimento>. Acesso em: 23 fev. 2024.

delicadas, para mim o conjunto é sympáthico. [...] A meu ver, a velha parede carcomida, aqui existente, apresenta-se hoje sobriamente elegante na singeleza se suas linhas architectonicas. Outros poderão sentir diferentemente – afinal de contas – a arte também obedece à subjetividade. A arte não é impessoal, a arte também depende do temperamento do indivíduo” (Correio de Aracaju, 08 de julho de 1917, p. 1).

Encadeio essa última reflexão de Firmo Freire à concepção de que o projeto do arquiteto está impregnado por suas percepções do mundo, além de ser fruto de pesquisas e orientações dos clientes. Julgo oportuna a apresentação do engenheiro projetista da obra, e embora essa movimentação não seja necessária para o estudo do signo (prédio do Grupo Escolar Barão de Maruim), o estabelecimento dessa relação pode explicar determinadas opções estilísticas presentes na edificação.

✻  
255  
✻

**Figura 24** - General Firmo Freire



**Fonte:** Disponível em: [https:// www.fgv.br/CPDOC/acervo/arquivo-pessoal/](https://www.fgv.br/CPDOC/acervo/arquivo-pessoal/). Acesso em: 01 mar. 2022.

Em seu discurso, proferido na ocasião da inauguração do Grupo Escolar Barão de Maruim, veiculado no correio de Aracaju, resta evidente a intersecção entre suas concepções pessoais acerca da finalidade da escola primária do período e o militarismo em que foi forjado. A percepção de Firmo Freire era a de que seu prédio representava o que havia de mais moderno na pedagogia: “faço os meus votos de que nesta casa a instrução seja uma realidade, de acordo com os novos métodos da pedagogia. Já estão longe os processos obsoletos.” (Correio de Aracaju, 08 de julho de 1917, p. 1).

O discurso de Firmo Freire induz à interpretação de que sua visão pedagógica estava diretamente relacionada à preparação militar: “precisamos auxiliar nossa nacionalidade, conseqüentemente, precisamos ensinar a contar, precisamos implantar no coração dos moços o mappa do Brasil [...]. Modernamente, uma escola é um quartel” (Correio de Aracaju, 08 de julho de 1917, p. 1).

✻  
256



De acordo com Santos (2009), a noção de “quartel infantil” esteve presente na ideia militarizada de educação, prevalente no início do século XX em Sergipe, e as rotinas das duas instituições “quartel” e “escola” por vezes estiveram mais próximas do que se imagina. Nesse sentido, o prédio tornava-se um exemplar da concepção de espaço de formação cívica, onde as crianças teriam aprofundados seus sentimentos nacionalistas e de amor à pátria, e ainda que o grupo em questão constituísse uma escola destinada às meninas, uma formação sob ideais patrióticos era o objetivo.

O Grupo Escolar Barão de Maruim foi o terceiro inaugurado em Sergipe e sua imponência certamente causou impacto na paisagem aracajuana. Entender o que o prédio comunica é inclusive conhecer o que ele significa para quem o construiu e para os habitantes da cidade. Prédios como aquele provocam a elaboração de representações de poder, bem como de concepções educacionais de determinados grupos que estão ocupando esses espaços de poder.

A sociedade aracajuana do período decodificava essa mensagem ao seu modo, elaborando percepções/interpretações daquele discurso literalmente erigido. Porém, é preciso ter cuidado com conclusões apressadas que se formulam sob o impacto da teatralidade presente no projeto ou induzidas do mesmo modo por ela.

Ao analisar a historiografia dos grupos escolares de diferentes partes do Brasil, Souza & Faria Filho (2006, p. 22) consideram:

A criação, instalação e expansão dos grupos escolares nos estados, atestam os limites da ação reformadora nos seus aspectos centrais, isto é, na questão da democratização da escola e da constituição de um moderno sistema de ensino. A matéria exige cautela para não se confundir a alardeada repercussão dos grupos como o símbolo da modernização da escola primária e o necessário distanciamento crítico do pesquisador em relação ao significado mesmo do que se considerava moderno [...].

Nesse sentido, a semiótica enquanto método analítico de fontes contribui para o desvio de armadilhas que podem surgir durante a análise de objetos visuais. Assim sendo, a leitura da fachada do Grupo Escolar Barão de Maruim, a partir da relação entre as percepções iniciais e as condições indiciárias, reportou ao encadeamento de informações históricas que, ao produzirem um processo de significação, geram as seguintes interpretações:

a) volumetria de fachada; ecletismo de predominância clássica/neoclássica; corredores e escadas laterais: ausência de relevos e linhas orgânicas antes do coroamento, a volumetria é indiciária, aponta para uma rigidez militar, quando apresenta uma fachada plana e dividida em sete espaços harmônicos delimitados pelas colunas e distribuição das janelas e porta central. Noção de ordem espacial que sugere o diálogo com a noção de ordem social e de higiene;

b) elementos fitomórficos, friso, máscaras, platibanda adornada em contornos orgânicos; brasão contendo globo terrestre que coroa a inscrição “Faculdade de Direito”; planta baixa retangular; bandeira da porta com gradil, escadaria frontal com balaústre de contornos orgânicos: elementos indiciários de modernidade, que atribuem movimento, dinamismo e sensação de poder econômico causada pela adição de elementos decorativos não necessariamente utilitários. A perspectiva convergente da escada conduz ao interior do prédio, além de projetar a construção longitudinalmente, levando à contemplação do frontão estilizado contendo o brasão do antigo orfanato em uma movimentação que busca elevar a construção, apelando para a teatralidade que compromete a interpretação;



c) o objetivo de um projeto dessa natureza é o de construir uma narrativa de sucesso acerca de sua funcionalidade. Sendo aquela uma construção destinada a uma instituição escolar primária do primeiro período republicano do Brasil, sua existência nesse formato representa a afirmação de que ela transmite, na concepção de seus idealizadores, a solução moderna para os antigos problemas da escolarização brasileira.

Este estudo de atribuição de significado à fachada do Grupo Escolar Barão de Maruim, que buscou compreender o poder comunicativo daquele prédio, confrontou a evidência visual (prédio), com fontes textuais (jornal) e bibliografia pertinente, com isso entendeu que a intenção dos idealizadores era a de, por meio da construção do prédio, impactar e comover a sociedade aracajuana, reafirmando os valores republicanos, ao criar uma narrativa grandiosa, que inicia da dimensão do prédio e dos elementos decorativos escolhidos, da eficiência da política educacional empreendida naquele período. Desta forma, assim como o grupo em questão, outras edificações da mesma natureza serviram para que

seus idealizadores forjassem representações históricas de si, que evidenciassem o decisivo papel de cada um deles para a renovação da educação sergipana.

## REFERÊNCIAS

**Grupo Escolar Barão de Maroim.** Correio de Aracaju. Aracaju, 08 jul. 1917. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/6118>. Acesso em: 26 jan. 2022.

CARVALHO, Ana Conceição Sobral de; ROCHA, Rosina Fonseca (Org.). **Monumentos Sergipanos.** Sergipe: Sercore, 2006.

FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética do Brasil: o cenário da modernização. **Anais do Museu Paulista Nova Série.** São Paulo, n. 1, 1993, p. 131-143. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/wZyMLkV-QyvThrCwkpKmSSVy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2022.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A escola no espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no estado de Sergipe. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971).** Campinas: Mercado das Letras, 2006. p. 130-147.

MATTOS, Luana Marinho. et al. Semiótica Peirciana aplicada à leitura da representação arquitetônica. **arq.urb**, n.4, 2010, p. 126-140. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/download/208/186>. Acesso em: 08 jan. 2022.

NEIVA, Eduardo. Imagem, história e semiótica. **Anais do Museu Paulista Nova.** Série, n. 1, 1993, p. 11-29. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/HW3J3xyj4kYFmJ3xGpwThM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jan. 2022.

PEIRCE, Charles Senders. **Semiótica.** Perspectiva, 2015.

QUEIROZ, João. **Semiose segundo C. S. Peirce.** EDUC - FAPESP, 2004.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da Modernidade: a arquite-**

tura dos grupos escolares sergipanos. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2009.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. O Grupo Escolar Barão de Maroim e a política educacional na primeira metade do século XX. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 2, jan./jun. 2009, p. 37-52.

SOUZA, Eliana. **História e Memória**: Universidade Federal de Sergipe (1968-2012). São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

SOUZA, Rosa Fátima; Faria Filho, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. *In*: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado das Letras, 2006. p. 15-46.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

# PATRIMÔNIO EDUCATIVO A CÉU ABERTO: itinerários pelos grupos escolares em Aracaju (Sergipe)

João Paulo Gama Oliveira  
Roselusia Teresa de Moraes Oliveira

## Primeiras observações: *uma apresentação*

Além das antigas estruturas, o observador pôde notar que o edifício ainda mostrava alguns elementos funcionais e decorativos da época em que havia frequentado a escola. Observou, também, que os símbolos, ainda que tivessem mudado, continuavam se exibindo em lugares destacados no exterior do prédio e nas paredes das salas de aula. Isso permitiu que ele identificasse os âmbitos de suas primeiras experiências, os espaços vividos, e provavelmente também identificar-se a si mesmo naqueles lugares os quais ele não havia desalojado completamente de sua memória (Frago; Escolano, 1998, p. 22).

O “observador”, descrito pelos estudiosos espanhóis, pode estar presente em tantos outros lugares avistando a escola que lhe serviu de espaço para variadas aprendizagens, vivências, discussões, embates, reflexões e formação em uma parte significativa da sua vida. Esses “observadores” também podem estar espalhados em diferentes lugares de uma cidade e serem convidados a olhar para as escolas de ensino primário que estudaram, para rever os primeiros prédios públicos voltados, especificamente, para a finalidade escolar.

Dentro dessa perspectiva, o presente estudo propõe um roteiro de cunho pedagógico para visitar os espaços que inicialmente abrigaram os grupos escolares na cidade de Aracaju-SE no recorte temporal estabelecido entre 1911, ano da criação do primeiro grupo, e 1925, quando se inaugura o último grupo desse conjunto analisado, no governo Graccho Cardoso (1922-1926).

Trata-se de prédios edificadas, ou reformados, para atender às novas finalidades da educação primária praticada nesses espaços. Os escritos também são um convite na direção de novos “observadores”, novos “olhares” e novas “perspectivas” diante de prédios que marcam a própria história da capital de Sergipe. Portanto, a perspectiva é de ampliação do nosso olhar sobre a cidade ao percorrer ruas, avenidas e praças, e assim, revisitar cenários urbanos.



262

Esta proposta é voltada para estudantes e docentes de escolas do Ensino Fundamental e Médio e do Ensino Superior, com a finalidade de mobilizar os sentidos, provocando olhares reflexivos sobre processos formativos e a história local. A ideia também se encontra ancorada nas nossas práticas como docentes do Departamento de Educação do Campus Professor Alberto Carvalho da Universidade Federal de Sergipe, atuando em disciplinas como Legislação e Ensino, Educação Brasileira e História da Educação entre os anos de 2015 e 2019. Constituindo-se como uma possibilidade da história da educação atuar na estreita relação entre ensino, pesquisa e extensão, no diálogo entre universidade e escola a partir dos grupos escolares.

Nosso intuito é que o debate crie uma reflexão sobre práticas pedagógicas que contemple percorrer alguns espaços da cidade de Aracaju, e, assim, seja adaptado, modificado ou até mesmo pouco seguido, e por essa razão, não tem pretensões de ser um “guia”, mas um roteiro inicial que sirva a docentes e discentes como possibilidade de usos desses espaços em suas aulas. Além

disso, salientamos os possíveis intercâmbios entre gerações que guardam memórias a serem reveladas no âmbito de um conjunto de escolas construídas nos últimos cem anos. Um espaço de valorização da história local, dos fazeres e saberes da cidade, de cada grupo social e as relações estabelecidas com as políticas públicas de educação que se espalharam por diferentes partes do mundo e impactaram o cotidiano da capital de Sergipe. Assim, trata-se de uma proposta. Um caminho possível.

Assim, neste trabalho defendemos que a centralidade do conceito de memória<sup>1</sup> é crucial para práticas que promovam o sentimento de identidade e pertencimento em um movimento constante de construção de narrativas capazes de constituir-se individualmente e socialmente. De maneira mais particular, entendemos que os prédios que abrigaram os pioneiros grupos escolares em Aracaju compõem o patrimônio educativo de Sergipe, assim corroboramos com as assertivas de que:

O patrimônio educativo, a sua história e a sua memória comungam das propostas políticas de renovação social são parte integrante de um movimento que atribui grande significado aos discursos dos atores educativos, principalmente aos sujeitos comprometidos com as práticas educativas e com os processos de ensino e aprendizagem que ocorrem em tempo real nas escolas e nas salas de aula e em que eles adquirem o seu conhecimento experiencial. Os artefatos materiais fazer parte destes processos e é por via deles que abordamos os sistemas e as realidades educativas (Mogarro; Namora, 2016, p. 27).

1 Conceito de memória fundamentado em Pollak ao esclarecer que: “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (Pollak, 1989, p. 5) Em outro escrito pondera: “Além dos acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens [...] Além dos acontecimentos e das personagens podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança” (Pollak, 1992, p. 204).

Assim percebemos os prédios em análise como vias possíveis para a compreensão das questões educacionais de dado período histórico, ou como um caminho para proceder a análise do sistema educativo brasileiro/sergipano do início do século XX. Trata-se de um trabalho acerca do patrimônio educativo edificado e mais precisamente, um possível caminho entre tantos outros possíveis de trilhar no trato com os grupos escolares.

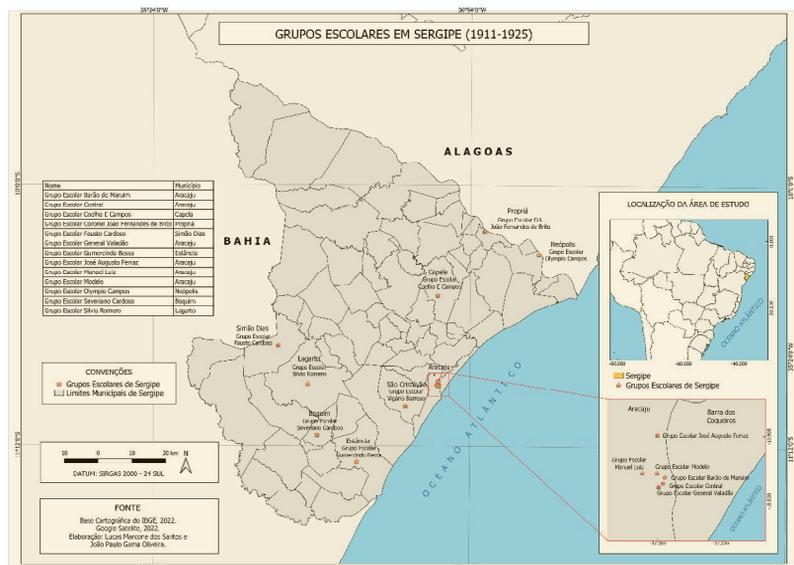
No que se refere aos grupos escolares, Rosa Fátima de Souza (2019) afirma que se constituía como um “modelo de circulação” para atender as necessidades da educação primária nos moldes da Primeira República, ampliando o conceito de educação primária diante dos modelos monárquicos (escolas isoladas) por um novo projeto educacional. O termo “grupos escolares”, consoante Souza (1998, p. 46), advém do termo “escolas centrais”, por estarem localizadas em espaços urbanos e regiões centrais com a reunião das escolas isoladas mais próximas.

Ainda segundo Souza (1998, p. 123), com os grupos escolares uma arquitetura escolar pública começou a ser gestada “[...] aliando a configuração do espaço às concepções pedagógicas e às finalidades atribuídas à escola primária” e complementa “[...] o edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio – lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho docente”. Os prédios dos grupos escolares também contribuíram para *republicanizar a República* sendo que o espaço escolar constituído dessa forma “reforçou a identidade da escola como instituição socio cultural” (Souza, 2008, p. 278).

No caso de Sergipe, os grupos escolares já foram estudados a partir de diferentes perspectivas, entre outros, destacamos as pes-

quisas de: Almeida (2009); Azevedo (2009a; 2009b; 2010); Berger (2004; 2005); Lapa e Amorim (2020); Santos (2009a; 2009b; 2011; 2012; 2014); Nascimento (2006), Santos (2017) e Silva (2015). Os estudos evidenciam a instalação de 14 instituições escolares entre 1911 e 1925, que dentro das suas especificidades, tanto na arquitetura como também nas práticas educativas diárias, atendiam a conceituação de grupos escolares. Vejamos a seguir um mapa com sua distribuição geográfica pelo estado:

**Figura 25-** Mapa de Sergipe: localização geográfica dos grupos escolares (1911-1926)



**Fonte:** Mapa elaborado por Lucas Marcone dos Santos e João Paulo Gama Oliveira (2022) a partir dos estudos de Azevedo (2009b) e Santos (2009a).

Observa-se que os grupos escolares ocuparam algumas regiões de Sergipe, com uma concentração significativa na capital, 6 dos 14. Ao explorar o Mapa com foco nos grupos de Aracaju, nota-se que esses foram construídos na região central da cidade, na maior parte das vezes próximos uns dos outros, sem uma necessária atenção para contemplar outras regiões. Apenas o Grupo José

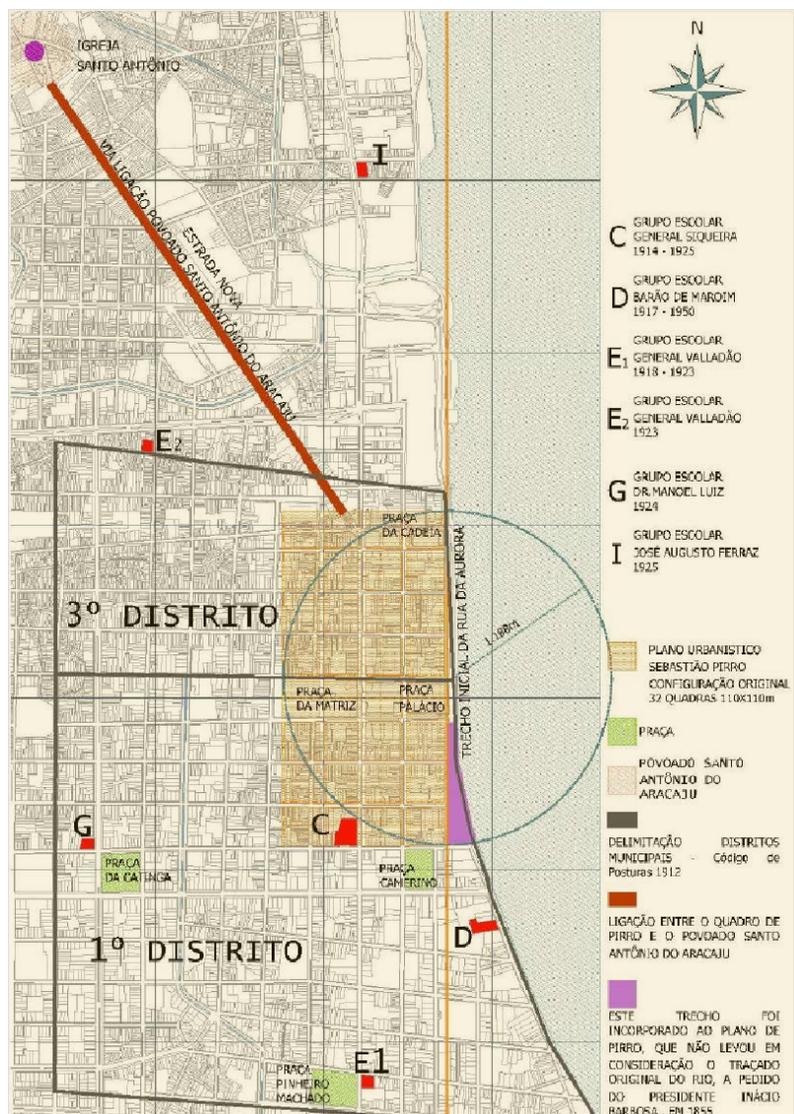
Augusto Ferraz, o último construído na capital dentro do recorte temporal, avançou mais para a região norte da cidade, contemplando o Bairro Industrial.

Com relação ao conjunto arquitetônico dos prédios Santos (2009b) afirma que alguns foram adaptados de antigos casarões imperiais e outros de cadeias públicas de modo que temos a seguinte situação: grupos escolares edificados a partir da doação de terreno: Grupo Escolar Barão de Maruim; Grupo Escolar José Augusto Ferraz; o Grupo Escolar General Valadão, que teve sua construção a partir da campanha dos sócios da Empresa Agrícola, todos localizados em Aracaju. Além do Grupo Escolar Coelho e Campos da cidade de Capela/SE. Em outra perspectiva, algumas dessas pioneiras escolas foram adaptadas de prédios públicos, como foi o caso do Grupo Escolar Barão de Maruim, que se valeu das ruínas do antigo Asylo Nossa Senhora da Pureza. Já os Grupos Vigário Barroso (São Cristóvão), Silvio Romero (Lagarto) e Fausto Cardoso (Simão Dias) aproveitaram o espaço da cadeia municipal.

Santos (2012) também relaciona a criação dos Grupos Escolares com as fábricas de tecidos em Sergipe e uma possibilidade de preparar os futuros operários, citando os exemplos tanto do Grupo Escolar José Augusto Ferraz (Aracaju), como também de edificações de grupos escolares em 5 cidades sergipanas que possuíam fábricas, a saber: São Cristóvão, Neópolis (Vilanova), Estância, São Cristóvão, além da própria capital do Estado.

De maneira mais delimitada, vejamos a seguir um mapa com os grupos escolares em Aracaju entre 1914 e 1925:

**Figura 26** – Mapa com o Quadrado de Pirro, Distritos Municipais e Edifícios dos Grupos Escolares



Fonte: Lapa e Amorim (2020, p. 12).

O mapa elaborado pelas autoras citadas contempla cinco grupos escolares aracajuanos erguidos nas primeiras décadas do século XX, em diálogo com a presente proposta, com exceção do Grupo Escolar Modelo, inaugurado em 1911 tendo funcionado anexo à Escola Normal. De todo modo, ilustra com destaque a região central da cidade e a localização dos prédios escolares, alguns desses abrigaram as práticas educativas por várias décadas, e outros tiveram suas finalidades alteradas após poucos anos de funcionamento.

De posse dessas informações iniciais auxiliados pela revisão de literatura já sinalizada começamos nosso percurso por Aracaju e seus grupos escolares, uma proposição pedagógica a fazer, (re)fazer ou (des)fazer.

Assim, convidamos o/a leitor/a a percorrer esses trajetos conosco.



### *Percorrendo Aracaju, visitando grupos escolares: proposições pedagógicas*

Muitas vezes passamos por antigos prédios escolares e não nos damos conta do quanto eles expressam em relação à fabricação de uma nova sensibilidade pela infância e da compreensão de que este seria o espaço privilegiado para educar as novas gerações.

Parece que sempre estiveram ali. Mas não é bem assim. Olhares atentos para as fachadas das escolas instigam a aprofundar o conhecimento sobre a importância que desempenham na história da educação e na história da cidade. Elas trazem as marcas do tempo nas cores desbotadas, nos detalhes arquitetônicos ou nas placas que assinalam datas de inauguração. Como lugares de memória, as edificações escolares, se constituem em convites para começar a investigar suas histórias, o que exige driblar a ausência de fontes, a dispersão documental e o descaso com os papéis da escola. Isto implica em discutir a importância da

escola e da família na educação das crianças, bem como os projetos educacionais dos governos imperial e republicano, dando vez e voz à arquitetura escolar e os discursos republicanos sobre a infância, a família e a escola (Mignot; Silva; Silva, 2014, p. 9).

Concordando com tal perspectiva de rever esses prédios que nem sempre estiveram ali, iniciamos nosso trajeto pelos grupos escolares de Aracaju. Esses prédios, por sua vez, possuem uma datação específica para sua edificação e, mais do que isso, dialogam com épocas e propostas distintas para além do âmbito educacional, configurando-se como um patrimônio edificado, lugar de histórias e memórias a serem problematizadas. Partimos do centro da cidade, mais precisamente da Praça Olímpio Campos, local onde funcionou o Grupo Escolar Modelo, o primeiro de Sergipe. Vejamos a seguir imagem da Instituição:

**Figura 27** - Vista frontal do prédio onde funcionou o Grupo Escolar Modelo em Anexo a Escola Normal



**Fonte:** Acervo dos autores (2022).

Um primeiro olhar aponta a magnitude do prédio edificado no início do século XX, tombado pelo governo estadual em 1972, tendo sido palco da formação de normalistas em Sergipe, como também do seu pioneiro Grupo Escolar. O Grupo Escolar Modelo foi criado em 1910 e inaugurado um ano depois, em 1911, anexo à Escola Normal. Conforme, Jorge Carvalho do Nascimento a instituição “foi pensada como campo de aplicação para as normalistas e deveria regular o funcionamento dos demais grupos escolares” (Nascimento, 2006, p. 159).

Localizado no centro da capital, ao lado da Praça Olímpio Campos que abriga a Catedral Metropolitana de Aracaju, chamamos atenção para seus detalhes arquitetônicos, a boa preservação, mediante os usos contemporâneos do espaço voltado para o turismo sergipano e a valorização da cultura local, além de abrigar órgãos do governo do Estado.

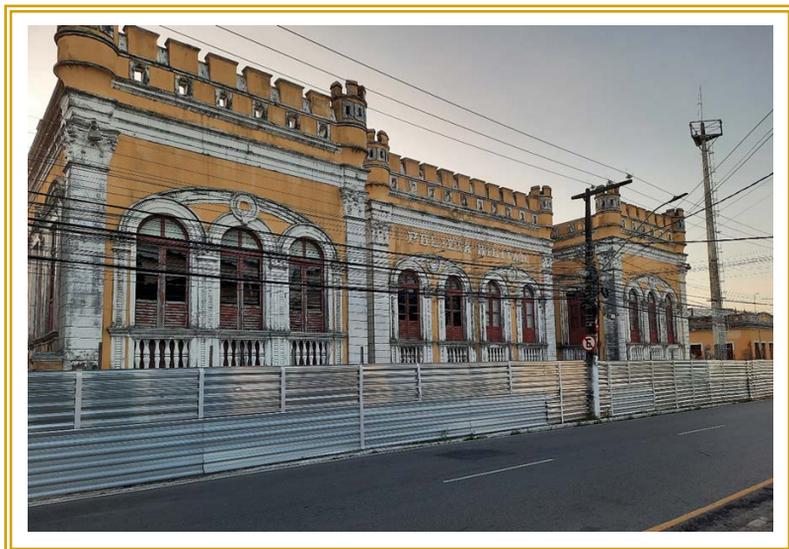
✻  
270



Os detalhes da sua arquitetura, somados à discussão sobre os usos do prédio ao longo de diferentes períodos históricos e a história da Escola Normal, que durante mais de quatro décadas fez-se presente na região central de Aracaju (Freitas, 2003), podem ser trabalhados com diferentes públicos. O trato com a mudança no espaço de formação de normalistas, que em meados do século XX, passou a ser efetuada no bairro Siqueira Campos, distanciando-se do espaço físico suntuoso e central, além da ampliação do campo de práticas das normalistas para outros grupos, como foi o caso do Manoel Luiz, também podem provocar significativos debates.

Deixamos a Praça Olímpio Campos e seguimos a pé em direção à Rua Itabaiana. Ao caminhar por alguns quarteirões, encontramos o antigo prédio do Grupo Escolar Central, a *posteriori*, Grupo Escolar General Siqueira. Segue uma imagem do espaço que inicialmente o abrigou:

**Figura 28** - Prédio que inicialmente abrigou o Escolar General Siqueira, atual Quartel da Polícia Militar do Estado de Sergipe



**Fonte:** Acervo dos autores (2022).

Localizado na Rua Itabaiana, nº 336, no centro de Aracaju, o prédio tombado em 1983 pelo Estado, se encontra desativado. O prédio se destaca em meio a paisagem da região da cidade. Com seus vários janelões e escadarias laterais, apresenta resquícios da sua funcionalidade como grupo escolar.

O Grupo Escolar Central foi criado sem prédio próprio no ano de 1911. Conforme Azevedo (2010), inicialmente a instituição funcionou no prédio do antigo Atheneu Sergipense<sup>2</sup>, sem possuir as condições necessárias para o ensino simultâneo das seções masculina e feminina. Em 1914, foi inaugurado o prédio denominado como Grupo Escolar General Siquera contendo os requisitos básicos para o funcionamento da proposta de educação primária,

2 Para saber mais acerca da significativa instituição educacional pública sesquicentária, ler, entre outros, Alves (2005).

contando com 8 salas e uma arquitetura imponente, embora ainda sem possuir biblioteca e laboratórios.

Já em 1925, teve suas atividades educativas suspensas passando a abrigar o Quartel da Polícia Militar do Estado de Sergipe (QPMES), que ocupa o espaço até hoje. O Grupo Escolar General Siquera percorreu vários outros espaços da capital, até ser instalado no Bairro Siqueira Campos, atualmente Escola Estadual General Siqueira.

A mudança na localização da escola, os motivos que levaram a desocupar o prédio que passou a abrigar um Quartel, o público que frequentou a instituição em diferentes momentos históricos, a documentação da escola, o nome do seu patrono e os elementos próprios do período histórico da sua construção que conferem traços específicos da sua fachada são possibilidades de trabalho em uma visita inicial a antiga escola e seu imponente prédio. Desde sua criação na Rua Itabaiana até sua instalação no Siqueira Campos e seu funcionamento contemporâneo são muitos os caminhos possíveis para análise da sua história.

Da Rua Itabaiana, seguimos andando em direção à Rua Boquim. Passamos pela Rua Tenente Martinho Garcez e chegamos na Avenida Ivo do Prado, em frente ao Rio Sergipe, e caminhamos na direção oposta ao centro da cidade. À direita vemos o suntuoso Museu da Gente Sergipana, antigo prédio do Atheneu Sergipense; logo depois atravessamos a Avenida Barão de Maruim, e, no quarteirão seguinte encontramos o prédio do Grupo Escolar Barão de Maruim. Vejamos uma imagem da edificação:

**Figura 29** - Grupo Escolar Barão de Maruim atual sede do CULTART/UFS



**Fonte:** Acervo dos autores (2022).

O prédio imponente, localizado em frente ao Rio Sergipe e tombado pelo governo de Sergipe em 1978, homenageia uma das figuras de maior proeminência do império na província de Sergipe: João Gomes de Mello, o Barão de Maruim. Conforme Santos (2009a; 2014), o Grupo foi erguido nas ruínas do Asilo Nossa Senhora da Pureza, instituição que teve uma pequena trajetória entre as décadas setenta e noventa do oitocentos.

O prédio, inaugurado em 1917, funcionou como Grupo Escolar até 1950, quando passou a abrigar a Faculdade de Direito de Sergipe, nome gravado na parte superior da fachada. A Faculdade ficou instalada nas suas dependências entre as décadas de 1950 e 1980. Atualmente, pertence à Universidade Federal de Sergipe (UFS) onde funciona o Centro de Cultura e Arte (CULTART). Conforme Nascimento (2006, p. 180):

A fachada principal do Grupo Escolar Barão de Maruim era em estilo clássico, com oito colunas jônicas e seis janelas. Na parte central e superior da fachada havia a data de construção (1917) e o nome do grupo. Nas laterais e na parte central havia escadas que davam acesso ao edifício. O prédio correspondia aos novos preceitos pedagógicos, uma vez que as janelas eram altas para evitar a distração dos alunos. Outros sinais de preocupação com a aprendizagem eram as salas amplas, confortáveis e arejadas, a iluminação adequada e o pátio para recreio.

A descrição do pesquisador referente ao Barão de Maruim coaduna com outras construções dos grupos analisados, em que localizamos vários elementos que dialogam com as perspectivas teóricas de remodelamento dos espaços voltados para as práticas educativas. A presença das escadas, dos janelões e das salas amplas que atendiam às turmas da educação primária promovia aos sujeitos escolares a vista da cidade, e aos transeuntes a visualização de um lugar de destaque da educação regional. Marcas de um tempo que delinearam o cenário urbano e os novos preceitos educacionais vigentes no início do século XX em Sergipe.

O antigo Grupo Escolar Barão de Maruim, está localizado em um ponto chave para o turismo na capital, entre o Museu da Gente Sergipana e o centro histórico. Próximo da chamada Ponte do Imperador e da Avenida que leva o nome do grupo criado no início do século XX. Seus traços arquitetônicos, a história da sua fundação e mesmo a ocupação daquele espaço antes e depois da criação do grupo, sua relação com a história da cidade de Aracaju, os projetos republicanos em voga, o papel desempenhado pela escola no conjunto de instituições educacionais que mudou algumas das feições da cidade, em diálogo com perspectivas mais amplas de modernização são algumas entre tantas possibilidades de análise.

Ao deixar o majestoso Barão de Maruim, seguimos caminhando pela Avenida Ivo do Prado. Agora, um pouco mais distante, vamos a passos lentos contemplando casarões e edifícios, sentindo a brisa do Rio Sergipe e ouvindo o barulho dos carros, buzinas e demais sons de uma cidade em movimento. Chegamos na Avenida Augusto Maynard e andamos em direção à Praça Tobias Barreto, localizada em frente à Igreja São José e ao prédio que inicialmente abrigou o Grupo Escolar General Valadão. Vejamos uma imagem do grupo, a seguir:

**Figura 30** - Vista lateral do prédio que abrigou o Grupo Escolar General Valladão



**Fonte:** Acervo dos autores (2022).

O Grupo Escolar General Valadão foi criado em 1918, na antiga Praça Pinheiro Machado, tendo ali permanecido por menos de uma década (BERGER, 2004). Conforme informações extraídas

de Santos (2011), nota-se que a obra foi erguida por meio da campanha financiada pelos sócios do Comício Agrícola, sendo que, ainda na primeira metade do século XX as aulas da educação primária foram transferidas para um novo prédio na Avenida Carlos Burlarmarqui, esquina com a Rua Siriri. Vejamos duas imagens da escola no novo endereço. Uma em perspectiva histórica, e, outra contemporânea:

**Figura 31** - Grupo Escolar General Valadão meados do século XX



**Fonte:** Album photographico de Aracaju [iconográfico]. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon309877/icon309877.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon309877/icon309877.pdf). Acesso em: 29 abr. 2023.

**Figura 32** - Escola Estadual General Valadão (2022)

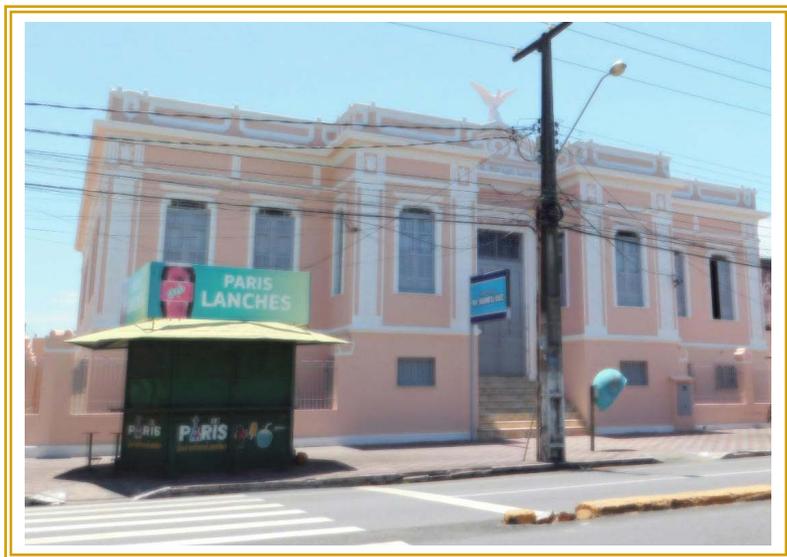
**Fonte:** Acervo dos autores (2022).

Segundo Souto (2022), o prédio atual da Escola passou por uma reforma drástica na década 1970, alterando profundamente seu traçado original, de modo a ser mais uma obra que se assemelha com as da região e perdendo elementos que conferiam identidade à escola centenária. A própria história do prédio e dos espaços que ocupou, o General que foi nomeado como patrono, os grupos sociais que lá estudaram, as regiões de origem de seus alunos, e mesmo as percepções que as pessoas têm a partir do contato com a arquitetura do pioneiro grupo, assim como com a arquitetura atual, são alguns caminhos possíveis para o trabalho com o Grupo Escolar General Valadão.

Encerramos nosso percurso a pé, pois daqui em diante traçaremos caminhos maiores para poder chegar até os últimos grupos inaugurados dentro do recorte temporal proposto. Tal mudança, por si só, já mostra o início do deslocamento dos edifícios/escolas

para outros bairros da capital, mas ainda próximos ao centro da cidade. Assim, deixamos a Praça Tobias Barreto no Bairro São José em direção ao Grupo Escolar Manoel Luiz na atual Avenida Pedro Calazans. Vejamos uma imagem da instituição atualmente:

**Figura 33** – Visão frontal do Grupo Escolar Manoel Luiz



**Fonte:** Acervo dos autores (2022).

A imagem mostra um prédio recentemente reformado com uma arquitetura do início do século XX, que contrasta com a fiação elétrica, poste, quiosque e mesmo um orelhão sem uso. Os traços próprios da edificação de grupos escolares, como janelões e escadaria central, acabam por abrigar um porão que fornece acesso às salas planejadas para acolher discentes e docentes da educação primária sergipana, são alguns elementos próprios das políticas públicas brasileiras desse período histórico.

O Grupo Escolar Manoel Luiz, criado em 1924, homenageou o diretor da instrução pública Manuel Luiz Azevedo d'Araújo (1838-1883). Segundo Cabral (2009), trata-se de uma instituição na qual

boa parte das docentes eram formadas na Escola Normal, sendo o Grupo um campo de estágio, além disso, seu quadro era constituído por docentes com experiência, tendo lecionado em diferentes escolas antes de assumirem turmas no Manoel Luiz.

A águia que marca o governo de Graccho Cardoso (1922-1926), também presente em vários outros prédios erguidos nesse período, se sobressai ao olharmos a escola localizada nas proximidades da Praça da Bandeira e do Hospital de Cirurgia. Fundado em 1924, em uma avenida atualmente bastante movimentada, a instituição educacional pode ser objeto de diferentes análises, entre elas o trabalho com os traços da sua construção, o período que foi edificado, traços da história do seu patrono e a relação que a escola possuía/possui com a cidade de Aracaju.



Outro questionamento concerne à permanência do Grupo como escola na contemporaneidade. Trata-se do único espaço escolar edificado em Aracaju – dentro do conjunto de escolas analisado – que continua com a mesma finalidade, além da manutenção de boa parte da arquitetura original. O que teria levado a sua preservação? Questão por ora sem resposta, mas provocativa para repensarmos outros usos dos espaços públicos escolares ao longo do tempo.

Deixamos o Manoel Luiz e seguimos de carro pela Avenida Pedro Calazans em direção ao prédio onde atualmente funciona a Escola Estadual Augusto Ferraz, na Avenida João Rodrigues. Chegando ao último grupo construído, dentro do recorte temporal do presente texto. A seguir duas imagens da instituição em diferentes períodos históricos:

**Figura 34** - Grupo Escolar Augusto Ferraz em meados do século XX



**Fonte:** Album photographico de Aracaju [iconográfico]. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon309877/icon309877.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon309877/icon309877.pdf). Acesso em: 29 abr. 2024

**Figura 35** - Escola Estadual Augusto Ferraz (2022)



**Fonte:** Acervo dos autores.

As mudanças drásticas efetuadas na arquitetura da escola, erigida na década de 1920, e o traçado atual, são dignos de nota. Embora com tamanha alteração a águia permanece a “sobrevoo” a parte central da instituição educacional criada em 11 de abril de 1925 como Grupo Escolar José Augusto Ferraz no Bairro Industrial. Foi construído na locação da antiga fábrica Sergipe Industrial, em terreno doado por Thales Ferraz, que homenageou o seu pai como o patrono da escola. Santos (2012, p. 4) mostra como

tanto a criação do Grupo Augusto Ferraz, em Aracaju, quanto o João Fernandes de Brito, em Propriá, acompanharam a instalação de fábricas nessas cidades, tendo em vista que, “a relação entre os grupos escolares e as fábricas não era apenas uma estratégia da retórica discursiva ou uma metáfora arquitetônica. Os grupos fabril escolares também deveriam moldar os corpos para o trabalho fabril”. Eis uma das perspectivas possíveis de serem abordadas na discussão sobre o grupo. Uma das primeiras escolas dessa região da cidade de Aracaju, atrelada fortemente à formação dos filhos dos trabalhadores daquela localidade.

As mudanças profundas no projeto arquitetônico da escola, a relação com o estabelecimento de ensino estabeleceu/estabelece com a comunidade ao seu entorno, a posição geográfica que ocupou/ocupa e mesmo quais memórias os moradores e comunidade escolar guardam sobre essa instituição construída dentro do projeto de modernização da educação em Sergipe.

O Grupo Escolar Augusto Ferraz encerra uma discussão para iniciar outras. Finalizamos o percurso por Aracaju e começamos as viagens pelos grupos escolares no interior de Sergipe. São outros trajetos que envolvem deslocamentos para diferentes regiões do Estado, percursos para 8 distintas cidades: Boquim, Estância, Lagarto, Neópolis, Capela, Propriá, São Cristóvão e Simão Dias. Outros caminhos, outras histórias, outras páginas a serem escritas no diálogo sobre o patrimônio educativo a céu aberto em Sergipe.

### *Últimas observações: o fim provisório de um itinerário*

Las piedras y edificios escolares hablan; también los patios y lugares de encuentro del entorno escolar nos quieren decir algo, en el pasado y en el presente. Los objetos, los útiles y materiales del aula fueron y son instrumento de comunicación, ayer y hoy. Son elementos de intermediación social y cultural. Las cosas y objetos físicos y materia-



les de la escuela nos hablan tanto, o más, que las próprias palavras o gesto del maestro o de los niños.

Las cosas, los objetos, guardan um orden, cumplen una función en el aula, em los espacios del colegio, de la escuela o del Instituto. Es um orden convencional, impuesto, casual, visible a veces, o bien um sistema de relaciones invisible, ordenado, permitido, negociado o desestructurado en otras ocasiones (Diaz, 2002, p. 225).

Ao escutar os edifícios que abrigaram os grupos escolares de Aracaju e/ou que continuam a ter seu espaço ocupado por práticas educativas diariamente, também atentamos para a relação desse passado/presente com aspectos de uma “intermediação social e cultural”. Ainda não enveredamos pelas coisas e objetos físicos dessas instituições educacionais, mas o levantamento realizado a partir do patrimônio edificado, já aponta para o lugar social ocupado pelos prédios dos grupos escolares e as potencialidades do trabalho com eles. Todos os registros são de espaços nos quais ocorreram uma vida intensa de docentes, discentes e demais sujeitos do processo educativo. São marcas de uma formação que extrapola a educação primária e passa a integrar o patrimônio da cidade, que diz respeito à história das pessoas e sua relação com o conhecimento escolarizado.

Finalizamos essa etapa do itinerário, algumas vezes já realizado de diferentes formas, com distintas turmas da graduação da Universidade Federal de Sergipe. A cada roteiro feito, às vezes é preciso refazer, repensar, olhar com mais calma, aumentar ou diminuir os passos, ver com outras perspectivas e sempre aprender com quem tentamos ensinar. São proposições pedagógicas de docentes que mudaram/mudam a cada percurso realizado na incessante busca por atender aos objetivos cotidianamente traçados.

Concluimos o roteiro pelos grupos escolares da capital de Sergipe. São 8 construções referentes às 6 instituições educacionais, pois duas delas foram alocadas em mais de um prédio ao longo da sua existência, de modo que apenas uma, o Manoel Luiz, continua a abrigar uma instituição educacional desde a sua fundação aliada ao traçado arquitetônico. O Grupo Escolar Modelo deixou de existir no prédio da Antiga Escola Normal, uma história que ainda precisa ser mais verticalizada. O Grupo Escolar Central deixou o prédio da Rua Itabaiana e após muitas andanças como Grupo General Siqueira, instalou-se no Bairro Siqueira Campos. Já o Grupo Barão de Maruim passou a abrigar atividades relacionadas ao ensino superior, primeiro com a Faculdade de Direito e depois com a Universidade Federal de Sergipe. O General Valadão deixou o prédio da Praça Tobias Barreto para instalar-se na atual Avenida Carlos Burlamarqui, tendo passado por mudanças profundas na sua estrutura, também no novo endereço. Por fim, o Grupo Augusto Ferraz, embora continue no mesmo espaço físico, no Bairro Industrial, teve sua infraestrutura totalmente alterada.

São traços de histórias conhecidas na historiografia educacional sergipana, mas pouco divulgadas para a sociedade e mesmo quase inviabilizada na história da cidade de Aracaju. São prédios que possuem memórias a serem problematizadas; regiões da capital que pioneiramente acolheram espaços específicos para abrigar as práticas educativas escolarizadas; proposições pedagógicas que também podem possibilitar outras inquietações e novas problematizações acerca dos grupos escolares instalados em Aracaju nas primeiras décadas do século XX.

Essas são instituições que configuram um patrimônio educativo a céu aberto próprio de Sergipe, mas em diálogo com diferentes concepções teóricas educacionais que circularam em diversas partes do mundo nesse período histórico, como também com questões

mais amplas relacionadas à própria configuração da República, o higienismo, a eugenia e aos moldes que Aracaju foi se constituindo. Encerramos aqui, provisoriamente, os itinerários por alguns espaços de Aracaju que é, também, uma cidade de grupos escolares.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Anne Emilie Souza de. **A difusão do ideário escolanovista em grupos escolares sergipanos (1934-1961)**. 2009. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os Planos de Estudos (1870-1908)**. 2005. 318 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.



284

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **O ideário modernizador do governo Graccho Cardoso (1922-26) e a reforma da instrução pública de 1924 em Sergipe**. 2009. 301 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009a.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Grupos Escolares em Sergipe (1911-1930): cultura escolar, civilização e escolarização da infância**. Natal, RN: EDUFERN, 2009b.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Arquitetura e Grupos Escolares em Sergipe: uma relação entre espaço e educação na escola primária. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 7, n. 10, 2010. p. 119-142.

BERGER, Miguel André. Grupo Escolar - o ingresso da instrução pública na era da modernidade. *In*: II Congresso Brasileiro de História da Educação - História e memória da educação brasileira, 2004, Uberlândia - Minas Gerais. **Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia - Minas Gerais: Editora da UFU, 2004. v. I. p. 1-10.

BERGER, Miguel André. Os grupos escolares e as festas para difusão da instrução e civilidade. **Revista do Mestrado em Educação**. Vol. 11. São Cristóvão: NPGED/UFES, 2005. p. 51-68.

DIAZ, José María Hernández. **La memoria y el deseo:** cultura de la escuela y educación deseada. BENITO, Agustín Escolano; DIAZ, José María Hernández (Coords.). Valecia: Tirant to blanch. 2002. p. 225-246

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. “Vestidas de azul e branco”: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão: GEPHE/NPGED, 2003.

LAPA, Dayse Araújo; AMORIM, Simone. O ENCONTRO DAS LINHAS: CIDADE DE ARACAJU E GRUPOS ESCOLARES (1914-1925). **Revista História da Educação** (Online). v. 24. 2020. p. 1-35,

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; SILVA, Alexandra Lima da; SILVA, Marcelo Gomes da. Apresentação: marcas do tempo nas escolas. MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; SILVA, Alexandra Lima da; SILVA, Marcelo Gomes da (Orgs.). **Outros tempos. Outras escolas.** Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2014. p. 9-20

MOGARRO, Maria João, NAMORA, Alda. **Educação e Patrimônio Cultural:** Escolas, Objetos e Práticas, Perspectivas multidisciplinares sobre a cultura material. MOGARRO, Maria João (Coord). Educação e Patrimônio Cultural: Escolas, Objetos e Práticas. Edições Colibri; Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. 2016 p. 9-44

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A escola no espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no Estado de Sergipe. In: VIDAL, Diana Goncalves (Org.). **Grupos escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado das Letras, 2006, p. 153-171.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3- 15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v.5, n.10, 1992, p.200-212.

SANTOS, Luzianne dos. **De escolas reunidas a colégio estadual:** a instituição educativa Severiano Cardoso (1924-2016). 2017. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2017.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecoss da Modernidade**. A Arquite-tura dos Grupos Escolares Sergipanos (1911-1926). 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009<sup>a</sup>.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Retratos da modernidade: os grupos escolares de Sergipe como ícones da modernidade. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, vol. VIII, ano 4, n.º 2, dezembro de 2009b. p. 68-83.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Palácios da república: os grupos escolares de Sergipe (1911-1926). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 41, p 2011, p. 25-50

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Difusão dos grupos escolares nas cidades industriais de Sergipe (1911-1926). **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.7, Jul./Dez.2012.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. O Grupo Escolar Barão de Maroim e a política educacional na primeira metade do século XX. **Revista Tempos e Espaços da Educação**. V. 2, n. 2, 2014, p. 1-14.

SILVA, Degenal de Jesus da. **Dionísio Republicano**: as festas dos grupos escolares sergipanos e os outros olhares (1911-1930). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe São Cristóvão, 2015.

SOUZA, Rosa Fatima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

SOUZA, Rosa Fatima de. Os Grupos Escolares e a História do Ensino Primário na Primeira República. **Revista de Educação Pública (UFMT)**, v. 17, nº 34, p. 273-283, 2008.

SOUZA, Rosa Fatima de. A construção dos estudos sobre grupos escolares para a historiografia da educação brasileira: reflexões para debate. **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá, v. 19, p. 121-144, 2019.

SOUTO, Alice. Patrimônio Sergipano: Grupo Escolar General Valadão. Site **Expressão Sergipana**. Disponível em: <https://expressaosergipana.com.br/patrimonio-sergipano-grupo-escolar-general-valadao/>. Acesso em: 09 mar. 2022.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, Espaço e Subjetividade**: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

## —◆ Sobre as autoras e os autores ◆—

### **Andreza Santos Cruz Maynard**

Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e Pós-doutora em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Professora de História do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e professora do quadro permanente do Mestrado Profissional em Ensino de História/UFS. Membro do GET/UFS/CNPq. Editora-chefe do Boletim Historiar.

### **Anne Emilie Souza de Almeida Cabral**

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, Mestre em Educação, Graduada em Pedagogia. Pesquisa na área de História da Educação e Preservação do Patrimônio Histórico Educativo no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação – UFS (Cemdap). Integrante do Grupo de Pesquisa em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED).

### **Claudefranklin Monteiro Santos**

Doutor em História e Pós-doutor em Cultura e Sociedade. Professor do Departamento e do Mestrado em História da UFS. Grupo de Pesquisa Culturas, Identidades e Religiosidades. Áreas de interesse: Ensino de História, Formação de Professor de História, História Cultural, História e Música e História da Igreja.

### **Crislane Barbosa Azevedo**

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mestre pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Licenciada e bacharel em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora associada do Centro de Educação (CE / PPGEd) da UFRN. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Educação e Diversidade. Pesquisadora de História da Educação.

### **Cristiano Ferronato**

Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2012). Professor PPGI-II da do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes. É Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes. Pesquisador do Instituto de Tecnologia Pesquisa - ITP. Pesquisa e orienta trabalhos na área de Educação com ênfase em História da Educação. Líder do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste (GPHEN/UNIT/CNPq).

### **Danielle Virginie Santos Guimarães Marinho**

Licenciada em Artes Visuais (UFS) e Mestre em Educação (PPGED/UFS). Discente do curso de Doutorado em Educação (PPGED/UFS). Professora de Arte da Rede Pública Estadual de Educação de Sergipe. É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior (GREPHES/UFS). Desenvolve pesquisas sobre: História da Arte e História do Ensino de Artes no Brasil e em Sergipe; Biografias de artistas sergipanos; Análise de Imagens, Semiótica e História da Universidade Federal de Sergipe.



289



### **Degenal de Jesus da Silva**

Professor de história na rede estadual de Sergipe. Doutorando pela Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF. Sua pesquisa no mestrado, deu origem ao livro “Dionísio Republicano: As Festas dos Grupos Escolares Sergipanos e os outros Olhares (1911-1930)”. Áreas de interesse: história da educação, festas e religião.

### **Elias Marciel Soares**

Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe, Campus Professor Aberto Carvalho. Pós-graduando em Gestão Escolar pela Fave-ni. Integrante do Grupo de Pesquisa História da Educação: sujeitos, patrimônio e práticas educativas (HESCOLAR/UFS/CNPq).

### **Ivanete Batista dos Santos**

Doutora em Educação, História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Atualmente é professora associada do Departamento de Matemática, do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Sergipe e do doutorado em rede da RENOEN - Programa de Pós-Graduação em Ensino. Pesquisa sobre história da educação matemática e formação de professores que ensinam matemática.

### **Jálisson Santos de Araújo**

Estudante do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, Campus Professor Aberto Carvalho. Estagiário do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS) e integrante do Grupo de Pesquisa História da Educação: sujeitos, patrimônio e práticas educativas (HESCOLAR/UFS/CNPq).

### **João Paulo Gama Oliveira**

Professor do Departamento de Educação (DEDI) e do Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Federal de Sergipe. Graduado em História, mestre e doutor em Educação pela UFS. Realizou estágio de pós-doutoramento na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) com Bolsa de Pós-Doutorado Júnior (PDJ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq). Líder do Grupo de Pesquisa História da Educação: sujeitos, patrimônio e práticas educativas (HESCOLAR/UFS/CNPq) e integrante dos Grupos de Pesquisa Relicário (DED/UFS/CNPq) e Heduca (UFPEL/CNPq).

✻  
290

✻

### **Laísa Dias Santos**

Doutora em educação pela Universidade Federal de Sergipe-UFS. Professora da educação infantil na rede municipal de ensino de Aracaju e do curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes. Membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação: memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/UFS).

### **Luzianne dos Santos**

Doutoranda em Educação pela Universidade Tiradentes. Possui Mestrado em Educação e graduação em Serviço Social pela Universidade Tiradentes. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas: Colonização, Cultura e Educação (GEPCE), e sócia da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE).

### **Magno Francisco de Jesus Santos**

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor Adjunto do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Integrante do Grupo de Pesquisa Teoria da História, Historiografia e História dos Espaços.

### **Patrícia Batista dos Santos**

Doutoranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes de Sergipe, com Bolsa CAPES/Unit. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Pós-Graduada em Docência e tutoria em Educação a Distância, em Didática e Metodologia do Ensino Superior e em Gestão da Informação. Licenciada em História e em Pedagogia. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste (GPHEN/UNIT/CNPq).

### **Raylane Andreza Dias Navarro Barreto**

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente é professora do Centro de Educação e do Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, onde também é editora da Revista Tópicos Educacionais e coordenadora da Setorial de Extensão do Centro de Educação. Lidera o Grupo de estudos e pesquisa Interdisciplinar em Formação Humana, Representações e Identidades. (GEPHFRI).



29



### **Rony Rei do Nascimento Silva**

Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”- Unesp. Professor Assistente I e coordenador operacional do curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes (Unit). É membro do Grupo de Pesquisa em Administração da Educação e Formação de Educadores.

### **Roselusia Teresa de Moraes Oliveira**

Mestre e Doutora em Educação, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel - RS), com Doutorado Sanduíche realizado na Université de Cergy-Pontoise, na França, no ano de 2012, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE- CAPES/ Governo Federal Brasileiro). Graduada em Pedagogia pela UFS (2007). Professora Adjunta do Departamento de Educação (DED), da Universidade Federal de Sergipe. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Relicário (Redes de leituras inscritas: cultura letrada, apropriações, representações e operações do ato de ler- DED/UFS/CNPq). Integrante dos grupos de pesquisa HISALES (História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares, UFPel-RS), MIL (Mediação da Informação e Leitura, FURG -RS) e Balbucios: gaguejar uma infância (UFS). Integrante da Sociedade Brasileira de História da Educação - SBHE.

### **Rosemeire Marcedo Costa**

Mestre e Doutora em Educação, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Integrante da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Professora Adjunta do Departamento de Educação (DED), da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa: Disciplinas Escolares: história, ensino e aprendizagem (HESCOLAR (UFS/CNPq)).

### **Simone Paixão Rodrigues**

Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduada em História/UFS e em Pedagogia pela Faculdade Claretiano. Membro do Grupo de Pesquisa: História da Educação: sujeitos, patrimônio e práticas educativas (HESCOLAR/UFS/CNPq). É professora da educação básica da rede pública e do ensino superior de Sergipe e Chefe do Núcleo do Digitalização, Publicação e Apoio à Pesquisa do Arquivo Público do Estado de Sergipe

### **Shirley dos Santos Ferreira**

Mestra em Gestão da Informação e do Conhecimento, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFS, Professora voluntária Departamento de Ciência da Informação, do curso de Biblioteconomia e Documentação da UFS. Membro do Pesquisa PLENA – Grupo de Leitura, Escrita e Narrativa: Cultura, Mediação, Apresentação Gráfica, Editoração, Manifestações. Área de interesse: Arquivo Escolar, Documentação Permanente, Preservação e Conservação de Acervos.

### **Valéria Aparecida Bari**

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo, docente do Departamento de Ciência da Informação, do curso de Biblioteconomia e Documentação da UFS. Líder do Pesquisa PLENA – Grupo de Leitura, Escrita e Narrativa: Cultura, Mediação, Apresentação Gráfica, Editoração, Manifestações. Pesquisa sobre as temáticas: Mediação de Leitura, Narrativa Sequencial Gráfica - História em Quadrinhos, Ciência da Informação.

### **Vitória Carvalho Martins**

Estudante do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, Campus Professor Alberto Carvalho. Integrante do Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: História da Educação: sujeitos, patrimônio e práticas educativas (HESCOLAR/UFS/CNPq).



**EditoraUFS**